MARIA JOSÉ DE SOUSA FERRARIA

PERCURSOS BURGUESES NA CIDADE DO PORTO

(1910 – 1926)

PORTO
2000

Dissertação de Mestrado em História Contemporânea
apresentado à Faculdade de Letras da Universidade
do Porto.

Gostava de agradecer à srª Profª. Doutora Maria Antonieta Cruz, orientadora desta tese de mestrado, assim como a todos aqueles que contribuíram para a concretização deste estudo, não só pelos dados e orientação que deram, mas também pela amizade demonstrada.

Não posso deixar de referir o sr. Prof. Doutor Fernando de Sousa, coordenador deste Mestrado, o sr. Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves, os srs. engºs Davide A. Silva e Pedro Polónia, a srª professora Maria Helena Travanca, a família do professor Moreira de Sá, em particular a srª D. Helena Moreira de Sá e Costa, a srª Dr. Graça Nicolau de Almeida, que me facilitou o acesso a todos os dados relativos à família Ramos Pinto, a família de Henrique Carlos de Meireles Kendall, o Dr. Rui Gomes e todos os funcionários do Arquivo Distrital do Porto, do Arquivo do Palácio da Justiça do Porto e da Associação Comercial do Porto.

"A Arte tem por missão tornar sensível aos homens a sua maior necessidade – a necessidade de Ideal! Dêem as criaturas as voltas que queiram dar em torno da ambição que as devora e queima, ignorada muitas vezes, abafada, talvez, no fundo de cada ser existe a centelha caída lá de cima, centelha que, ansiosa, perdidamente aspira a integrar-se no céu estrelado donde desceu. Na existência mais estéril, mais desolada, lá soa um dia o momento bendito, em que essa centelha começa a faiscar, e, pouco a pouco, vai fundindo as camadas que tentavam inutilizar-lhe a refulgência."

Maria Henriques Osswald

Porto, Março de 1944

Índice

ÍNDICE 1

ÍNDICE DE FIGURAS 4

1 - INTRODUÇÃO. 5

2 - ABORDAGEM METODOLÓGICA E FONTES. 11

2.1 - A Associação Comercial do Porto – Arquivo e biblioteca. 11
2.1.1 - Os relatórios da Associação Comercial do Porto 11

2.2 - O Arquivo Distrital do Porto. 12
2.2.1 - Os Livros de Notas dos Notários. 13
2.2.2 - Os Inventários por morte (orfanológicos e de maiores) 14

2.3 - O Arquivo da Firma Ramos Pinto. 19

2.4 - A Imprensa Local. 20

2.5 - Os almanaques e os anuários , os boletins camarários e 20

outros. 20

2.6 - As fontes literárias. 22

2.7 - Os cemitérios. 23

3 - SOB O SIGNO DA REPÚBLICA, UM PAÍS NA VIRAGEM DO SÉCULO. 25

3.1 - Da Monarquia à República. 27

4 - O PORTO. 30

4.1 - Esboço da cidade e dos seus habitantes. 30

5 - PERCURSOS BURGUESES – DOS PERCURSOS COLECTIVOS AOS PERCURSOS INDIVIDUAIS. 36

5.1 - Percursos colectivos: 38

5.1.1 - A Associação Comercial do Porto e os seus sócios. 38
5.1.1.1 - Génese e crescimento. 38
5.1.1.2 - Caracterização socio-profissional. 42

5.1.1.3 - A Direcção e os seus sócios. 43

5.1.2 - O Teatro de S. João. 44

5.1.3 - O Palácio de Cristal do Porto. 60

5.1.4 - Sociedade de Concertos Orpheon Portuense. 66

5.2 - Percursos Individuais. 73
5.2.1 - Clemente Joaquim da Fonseca Menéres. 73

5.2.2 - António Joaquim Machado Pereira. 77

5.2.3 - Henrique Carlos de Meirelles Kendall. 84

5. 2.4 - Bernardo Valentim Moreira de Sá 98

5.2.5 - António Tomás dos Santos Júnior 124

5.2.6 - Adriano Ramos Pinto 127

5.2.7 - Arnaldo de Sousa Moreda 141

5.2.8 - Irineu Augusto Pais 147

6 - ENCONTROS E DESENCONTROS NUMA CIDADE EM TEMPO DE MUDANÇA. 152

7 - DEPOIS DA VIDA O ETERNO DESCANSO. 168

8 - CONCLUSÃO 179

9 - FONTES E BIBLIOGRAFIA 183

9.1 - Fontes 183
9.1.1 - Fontes manuscritas. 183

9.1.2 - Fontes impressas. 183
9.1.2.1 - Revistas, Jornais, Álbuns, Anuários e outros. 183

9.2 - Bibliografia 184

ANEXOS 197

ANEXO 1 - OS SÓCIOS DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PORTO (NOMES, MORADAS, PROFISSÕES) 198

ANEXO 2 - OS POLÍTICOS NA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PORTO 220

ANEXO 3 - OS SÓCIOS DO TEATRO DE S. JOÃO 222

ANEXO 4 - TEATRO DE S. JOÃO - OS CORPOS GERENTES ELEITOS PARA O PRIMEIRO TRIÉNIO (1915-1918) 223

ANEXO 5 - OS SÓCIOS DO PALÁCIO DE CRISTAL (1861) 224

ANEXO 6 - OS CORPOS GERENTES ELEITOS PARA A PRIMEIRA DIRECÇÃO DO PALÁCIO DE CRISTAL (1861) 225

ANEXO 7 - OS SÓCIOS FUNDADORES DO ORPHEON PORTUENSE (1891) 226

ANEXO 8 - ARTISTAS QUE ENTRE 1881 E 1911 ACTUARAM NO PORTO POR INICIATIVA DO ORPHEON PORTUENSE 227

ANEXO 9 - DIVERSAS OPINIÕES SOBRE A PESSOA E A OBRA DE MOREIRA DE SÁ. 228

Índice de Figuras

fig.1 - Vista panorâmica do Porto no início do século XX. 30

fig. 2 - Edifício da Bolsa e a Associação Comercial do Porto. 42

fig. 3 - O antigo edifício do Palácio de Cristal. 61

fig. 4 - Moreira de Sá e Viana da Mota 117

fig. 5 - Moreira de Sá com o pianista Harold Bauer e o violoncelista Pablo Casals 121

fig. 6 - Fachada dos escritorios da firma Adriano Ramos Pinto & Irmão 132

fig. 7 - Brinde oferecido pela firma Ramos Pinto em 1899 134

fig. 8 - Dois cartazes cujos temas apesar de distintos demonstram a criatividade e inovação da publicidade desta firma, que marcou uma época. 136

fig. 9 - Placa que se encontra na campa de Irnineu Augusto Pais. 171

fig. 10 - Fachada e interior do jazigo da familia Moreda. 172

fig. 11 - Fachada do túmulo da familia Machado Pereira 173

fig.12 - Túmulo da família Moreira de Sá 174

fig.13 - O túmulo de Clemente Menéres e família 175

fig. 14 - Fachada e pormenor do interior do túmulo de Henrique Carlos de Meireles Kendall 176

fig. 15 - Fachada e pormenor do interior do túmulo da família Ramos Pinto 177

fig. 16 - Capa de um programa da Sociedade de Concertos Populares "A Grande Orquestra" 231

1 – Introdução.

A história social e a história da música, assim como a história política ou económica, constituem separadamente e cada uma por si, parte do vasto e aliciante complexo, a que na sua globalidade chamámos História. Cada uma destas partes pode ser dividida ainda em áreas mais restritas, mas nada pode separar a parte do todo.

Com efeito, os diferentes tipos de música praticados em cada época não podem de forma alguma ser analisados fora do contexto social, económico, político ou mesmo mental do movimento em que se inserem.

A história das várias organizações musicais – orquestras, coros ou óperas – assim como a história dos seus patrocinadores, compositores e difusores, contribuem, sem deixar margem para dúvidas não só para a história da música mas também para a história das mentalidades, da cultura, da sociedade e da economia de uma época.

Procurar a influência daqueles que investiram na música enquanto meio de cultura e lazer é o objectivo do nosso estudo.

A música ocupou desde sempre um papel considerável na cultura da cidade do Porto. As relações estabelecidas entre os músicos e a cidade vão-se desenvolvendo ao longo dos tempos, até que a partir de meados do século XIX transformam o Porto na capital cultural do país e num importante centro musical da Europa.

O Porto assiste nesta época a algumas importantes transformações, não só a nível de casas de espectáculo mas também no campo do ensino da música, através da fundação do Conservatório de Música do Porto. Assim, é neste período que a cidade tem o ensejo de receber alguns dos grandes nomes da música mundial. O Teatro de S. João, já reconstruído, é palco de alguns dos principais eventos da época, bem como o Palácio de Cristal.

Entre os diversos factores que possibilitaram ao Porto desempenhar o papel fundamental que lhe é atribuído na divulgação da música clássica, temos que destacar, por um lado, a acção de Bernardo Valentim Moreira de Sá e, por outro lado, o entusiasmo da burguesia portuense pela cultura, em particular pela música, que levou alguns dos mais importantes homens de negócios da cidade a investir nas salas de espectáculo da urbe e até mesmo a colaborarem activamente nos programas musicais da cidade, como mais adiante exemplificaremos.

Moreira de Sá, violinista de renome internacional, frequentador assíduo dos festivais wagnerianos de Bayreuth, figura respeitada dentro e fora do país por todos aqueles que com ele privavam ou tiveram o ensejo de o ouvir tocar ou reger uma orquestra, pôs à disposição desta cidade os seus conhecimentos e prestígio, e que lhe permitiam convidar a actuar no Porto algumas das mais prestigiadas figuras do panorama musical da época.

Alguns homens de negócios da cidade prestaram então um importante contributo financeiro, o que ajudou a construir e a manter abertas algumas instituições fundamentais para a execução de concertos nesta cidade.

O Porto, no século XX, irá manter-se, para além disso, agora de uma forma mais irregular, como um dos centros principais da cultura portuguesa, revitalizando os antigos espaços que ainda no início do século atraíam a si todos aqueles, pobres ou ricos, que gostavam de apreciar a beleza das paisagens ou simplesmente ouvir alguma música que fosse do seu particular agrado - e falamos, como não pode deixar de ser, dos jardins do Palácio de Cristal, uma vez que o edifício original deixou de existir fisicamente, do Orpheon Portuense, que actualmente se vai extinguindo silenciosamente ou do Teatro de S. João, agora renovado e preparado para um futuro que se imagina mais acolhedor.

Neste trabalho, tentámos, pois, determinar a forma como esses homens actuaram em sociedade, quer no âmbito dos negócios quer no do lazer, delineando assim os locais e as instituições em que esta burguesia culta se reunia. Daí que tenhamos abordado a Associação Comercial do Porto, que era um dos centros de reunião e discussão dos negociantes da cidade, e algumas das principais instituições culturais da época, como a Sociedade do Palácio de Cristal, a Sociedade do Teatro de S. João e a Sociedade de Concertos Orpheon Portuense.

Partimos, em seguida, para os percursos individuais, o que nos permitiu analisar mais pormenorizadamente a actuação de cada um dos indivíduos estudados ao longo de um período da sua vida.

Com os elementos recolhidos através dos inventários orfanológicos, conseguimos abordar o tema das relações interpessoais, permitindo apercebermo-nos quem eram aqueles que tinham relações mais estreitas entre si e com quem.

A abordagem da morte, era inevitável neste estudo. Sabendo que em vida tinham sido elementos importantes da nossa sociedade, queríamos saber como foram lembrados, agora que repousam, calmamente, nos cemitérios por eles escolhidos para o seu eterno descanso. Não nos foi possível localizar, principalmente devido à falta de elementos, alguns dos túmulos. No entanto, as visitas aos diferentes cemitérios da cidade, deram-nos uma perspectiva do que nos esperava. Muitos dos túmulos do início do século estão votados ao abandono, enquanto que outros foram vendidos ou estão vazios. A cidade cresceu, e com ela a necessidade de se renovar os espaços dos cemitérios, o que os transformou cada vez mais, em enormes cidades de silêncio, apenas interrompido pelo chilrear dos pássaros, pelo cantar da água, e pelo murmúrio das árvores.

Tentámos, finalmente, sintetizar, em linhas gerais, as características principais do objecto do nosso estudo, de forma a compreendermos a importância da tarefa levada a cabo por esses indivíduos.

Como seria de esperar, a abordagem e o posterior desenvolvimento do estudo a que nos propusemos não foi fácil, principalmente por abranger um período temporal tão alargado e rico em acontecimentos diversos, todos eles capazes de chamar a nossa atenção, convidando a desviarmo-nos do nosso objectivo primeiro.

Considerámos que seria interessante seguir os percursos de alguns dos nomes que poderão, eventualmente ter deixado uma marca mais profunda no panorama cultural da cidade. A quantidade, e mais ainda, a qualidade da documentação encontrada, também foram factores determinantes na escolha desses percursos. Importantes, foram sem dúvida, todos aqueles que, ainda que discretamente, ajudaram a construir, desenvolver e

engrandecer esta cidade. Por isso optámos por intitular o presente estudo de *Percursos Burgueses na Cidade do Porto (1910-1926)*, e não como inicialmente se pensou *A Burguesia Portuense ao longo da Primeira República.*

Tratando-se de um tempo não muito distante, em termos cronológicos, parece-nos que muito se alterou ao longo dos anos, apesar de alguns dos influentes de então terem legado uma importante herança aos seus descendentes, cujos nomes continuam a figurar entre as famílias de maior destaque na cena económica, política e cultural da cidade e mesmo do País.

Outro aspecto que nos chamou a atenção, foi o tentar perceber quem eram estes homens, que interesses em comum haveria entre eles, não só no campo profissional, mas também nas suas relações interpessoais.

Sabemos que alguns dentre eles desenvolveram uma intensa actividade profissional, investindo e renovando os seus negócios, como Henrique Carlos de Meireles Kendall ou Adriano Ramos Pinto, e que mantiveram para além desse interesses, outros, que permitiam àqueles que com eles conviviam, aproximar-se e tocar, sem se fazer sentir, na mais simples expressão do sentimento e das emoções. Estavam profundamente ligados à música e à arte em geral, à qual dedicavam parte dos seus tempo de lazer. É o caso de Adriano Ramos Pinto, utilizou o seu gosto pela arte na própria forma de divulgação da sua firma, ao investir seriamente nas campanhas publicitárias dos seus vinhos, que marcaram uma época. Ainda hoje é um prazer percorrer os corredores dos antigos escritórios da Ramos Pinto, onde se encontram dependurados, de ambos os lados das paredes, os cartazes originais, que tanto contribuíram para a popularidade desta firma.

O nosso empenho em relacionar o desenvolvimento da música com o mundo no qual ela existe, assim como o de estudar o relacionamento dos músicos, neste caso particular de Bernardo Valentim Moreira de Sá, com o mundo económico e social da época, procurar, assim, desbravar o caminho que a história da música, dos estilos musicais ou da composição, por si só nunca poderão trilhar. Daí que algumas questões se levantem, como por exemplo, detectar porque é que nos finais do século passado e nos primórdios do século XX, o Porto ocupou um lugar de tão grande destaque no panorama musical europeu? Ou saber quem financiava as principais casas de espectáculo da cidade e quem promovia e dinamizava a vida musical desta cidade?

Estas são algumas das questões que nos propusemos abordar, e que somente através de uma perspectiva da história social da música poderão ser respondidas e entendidas.

2 – Abordagem metodológica e fontes.

2.1 – A Associação Comercial do Porto – Arquivo e biblioteca.

O primeiro passo que foi dado para a viabilização deste estudo, se exceptuarmos as leituras de referência obrigatória e os inúmeros artigos publicados nas diferentes revistas, foi a abordagem dos elementos que nos poderia oferecer a Associação Comercial do Porto. Possuindo um vasto arquivo particular, onde se encontra guardada a documentação relativa a esta instituição, com mais de cem anos de existência, foi-nos desde logo posto à disposição a consulta de todo o material que nos poderia ser de utilidade.

2.1.1 – Os relatórios da Associação Comercial do Porto: listas de sócios e cargos.

Como o âmbito do trabalho não engloba a Associação em si mesma, nem tão pouco as suas actividades, fomos desde logo orientados para a abordagem dos seus relatórios anuais, fonte impressa, e cuja consulta se nos revelou gratificante, uma vez que a através dela nos foi possível elaborar uma lista de sócios que, somente entre o ano de 1910 e 1926, atinge um número superior a novecentos indivíduos. Contudo, esta listagem encontrava-se desde o seu início muito incompleta, uma vez que a informação que nos dava era apenas essa, e as nomeações para a Direcção em exercício do ano em questão. Não existe na Associação nenhum ficheiro que dê mais informação sobre qualquer um destes sócios. Apesar de tudo, o *puzzle* começava a estruturar-se. Ainda na Biblioteca da Associação foi-nos facilitada a consulta do livro que traça a história da mesma, permitindo-nos descobrir alguns dos

aspectos mais importantes e interessantes da sua História, tão ligada à História da Cidade do Porto.[1]

Todo este trabalho permitiu-nos delinear a importância de algumas famílias de negociantes desta cidade, que ao longo dos tempos foram marcando a sua História, os cargos que ocuparam ao longo dos anos, constando da sua permanência na Associação, mas principalmente ficar com uma ideia de quem eram estes homens de negócios. Nem todos foram ricos, nem todos marcaram a vida social, cultural ou política da cidade ou até mesmo do país. Contudo, foi a partir daqui, que começámos a fazer o cruzamentos das diversas fontes, que nos permitiram chegar à triagem final.

Claro que teria sido preferível ter ao nosso alcance uma fonte inicial bem mais completa, mas de qualquer forma aos poucos foi-nos possível completar estes primeiros dados obtidos, de forma a sabermos, nalguns casos, qual a sua principal actividade económica, onde se localizavam as suas empresas, o seu peso social e até os bens que possuíam à data da sua morte. Para tornar esta tarefa possível, recorremos aos almanaques da época, através dos quais fomos preenchendo algumas das lacunas existentes.

2.2 – O Arquivo Distrital do Porto.

O Arquivo Distrital do Porto tem sido ao longo de várias gerações de académicos, o centro das mais diversas investigações levadas a cabo sobre a História da Cidade do Porto e seu Distrito. Possuindo um importante acervo documental que varia entre a documentação do Governo Civil do Porto, passando pelos Registos Notariais, pelos livros dos antigos conventos e

[1] Bastos, Carlos, Associação Comercial do Porto – Resumo Histórico da Sua Actividade Desde

mosteiros da região, pelos registos paroquiais, torna-se um centro de consulta obrigatório.

No que toca à documentação relativa ao Porto, não foi ainda incorporado neste Arquivo, o conjunto de inventários por morte existente no Arquivo do Palácio da Justiça, o que levanta sérios problemas na sua consulta, uma vez que para termos acesso a essa fonte, os investigadores necessitam, em primeiro lugar, deslocar-se ao Palácio da Justiça, pedir autorização para efectuar a consulta em questão, não tendo acesso a qualquer ficheiro ou inventário aí existente, mas dependendo da boa vontade dos funcionários que aí trabalham.[2]

2.2.1 – Os Livros de Notas dos Notários.

Os livros de notas dos notários da cidade, permitem-nos contactar com uma variedade de documentos, que se não tivermos antecipadamente tomado as devidas precauções, se transformam em autênticas armadilhas para aqueles que os consultam. Este factor advém da enorme variedade de documentação e informação que contêm, e que pode levar os menos experientes a cair no erro de desperdiçarem demasiado tempo e esforço da sua investigação, com documentação que, depois de friamente analisada, poderá ser considerada sem importância para o estudo em questão, perdendo, por vezes, a objectividade que tão necessária se torna para a eficiência da sua busca. Foram, no entanto, de extrema importância no nosso estudo, uma vez

---

a Fundação, Porto, 1947, 2ª edição revista e aumentada.

[2] De salientar que a documentação existente no Palácio da Justiça se encontra dispersa pelos diferentes arquivos que o mesmo possui, situados em diferentes pontos da cidade. Pa ra além disso, torna-se necessário o pagamento de uma quantia, que é denominada por *busca*, e que está relacionada com a deslocação ao local onde se encontra o referido arquivo, à procura do inventário requerido e à sua deslocação para as instalações do Palácio da Justiça. Todos estes factores contribuem significativamente para o atraso da investigação em curso.

que nos deram uma panorâmica bastante extensa da intensa actividade que se vivia nesta cidade.

Tivemos a oportunidade de acompanhar, através destes livros, alguns dos mais importantes acontecimentos da vida dos homens de negócios em estudo, como por exemplo, os contratos antenupciais, as escrituras relativas à organização de sociedades, as partilhas, que nos remeteram para o conhecimento da existência de testamentos, aos quais acabámos por não ter acesso. As diversas consultas efectuadas através dos livros de testamentos cerrados, bem como dos próprios livros de notários, não nos permitiram obter qualquer resultado, principalmente devido ao facto de não sabermos a data exacta em que o documento foi feito. Prescindimos pois da sua consulta, uma vez que em pouco viriam a alterar os dados quantificados. Nalguns casos, a ausência dos inventários por morte, foi substituída pelo documento da partilha, que consultámos através dos referidos livros de notas.

Nos livros de notários foi-nos ainda possível detectar alguma informação sobre a sociedade responsável pela reconstrução do Teatro de S. João bem como a Sociedade do Palácio de Cristal. O âmbito do trabalho não está directamente voltado para o estudo destas duas instituições, mas a listas dos sócios que nos aparece na documentação, pesou bastante para a selecção dos nomes que couberam no nosso estudo final, e esses sim, encontravam-se em perfeita concordância com os objectivos traçados para o nosso trabalho.

2.2.2 – Os Inventários por morte (orfanológicos e de maiores)

A primeira grande decepção com este trabalho adveio da dificuldade em levar a cabo uma consulta sistemática deste tipo de fonte, que

seria sem dúvida, de grande importância para o nosso estudo, e que poderia eventualmente ter completado os dados obtidos a través dos documentos de partilhas ,a que recorremos, possibilitando-nos dados mais precisos .[3] Qual foi o problema? É simples, os inventários por morte e outros, como já anteriormente referimos, não foram ainda, na sua totalidade, incorporados no Arquivo Distrital do Porto, encontrando-se até à data sob a alçada do Tribunal da Relação (Palácio da Justiça).

Existem no Arquivo Distrital alguns inventários, mas nada têm a ver com o nosso objecto de estudo.

Relativamente aos que se encontram ainda nos arquivos do Palácio da Justiça, e como a sua inventariação não se encontra acessível ao público, dependemos para a sua consulta da boa vontade dos seus funcionários, cuja amabilidade não pode deixar de aqui ser mencionada. Conseguimos, apesar de tudo, consultar alguns, muito poucos, e obtivemos a informação que outros que nós procurávamos não existiam. Deparámos ainda com o caso de um inventário, que não pôde ser consultado, em virtude do mau estado em que se encontra.

Da lista inicial de 24 nomes apresentada no Palácio da Justiça, consultámos apenas 9, mas 3 deles não correspondiam ao objecto do nosso estudo, estando perante casos de nomes iguais. Quanto ao inventário de João Baptista de Lima Júnior, este não pôde ser consultado em virtude do seu mau estado.

---

[3] Será de referir que normalmente os documentos relacionados com as partilhas, efectuados nos notários, nos dão acesso a menos informação quantitativa relativa aos bens em questão, até porque dispensam a presença do elemento judiacial.

Helder Adegar da Fonseca, considera que esta fonte, os inventários judiciais, os quais eram obrigatórios até aos finais do século XIX, é, de um modo geral, "*uma fonte fiável para o estudo das fortunas privadas*"[4], para o que aponta as seguintes razões : " ... *o arrolamento tendia a coincidir com os bens do casal; estes eram sujeitos a uma avaliação actualizada, realizada por uma equipa de louvados; e existiam mecanismos de controle indirecto sobre a veracidade das declarações, sendo os mais importantes a curadoria e dos interesses representados pelo Conselho de Família.*"[5]

A estrutura dos inventários é semelhante, dando-nos conta da data, da instauração do processo, da certidão de óbito – a qual normalmente é transcrita, indicando as causas da morte, a idade do falecido, estado civil e sexo – , do tipo de processo, o nome do inventariante, o grau de parentesco com o falecido, ascendência e descendência, o tipo de bens deixados pelo inventariado (de raiz, móveis, louças, roupas, jóias e objectos preciosos, papéis de crédito, dinheiro, dívidas).[6] Ficámos a saber, nalguns casos, se o inventariado deixou ou não testamento e o regime de casamento, dando-nos, por vezes, informações mais pormenorizadas sobre o dote dos noivos. Excepto num caso em que todo o inventário se encontra completamente desorganizado, em grande parte porque a viúva do indivíduo em questão não tinha a menor ideia dos negócios do seu marido, nem dos bens que possuía, todos os outros seguem a mesma estrutura e organização, possibilitando-nos inclusive saber quem herdou e o quê.

---

[4] Fonseca, Helder Adegar da, *O Alentejo no Século XIX, Economia e Atitudes Económicas*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1996, pp. 180.
[5] Ibidem, op. cit., pp. 180.
[6] No que respeita aos bens e à forma como as partilhas são feitas, cf. Helder Adegar da Fonseca, op. cit., pp. 180 e segs.

Entre os bens apresentados com maior frequência[7], encontram-se os bens de raiz. Normalmente indicam a existência de casas localizadas na cidade do Porto ou seus arredores. Deparámos apenas com um caso que considerámos uma excepção[8], pois o inventariado não possuía bens deste tipo. Alguns inventários dão-nos inclusive informações sobre a existência de uma segunda casa de habitação, dentro da mesma cidade, o que nos lembra do facto de nos nossos dias, a noção de distância ser diferente daquela que possuíam os nossos antepassados. Uma das casas situava-se perto do mar enquanto que a outra ficava mais para o interior da cidade. Estamos a falar estamos a falar do inventário realizado por morte de António Joaquim Machado Pereira. Neste caso, o inventariado possuía uma casa na Rua de S. Roque da Lameira de Cima e outra na Av. Brasil (perto da praia).

Surgem referenciadas algumas bibliotecas, ou antes estantes com livros, sem contudo referenciar os títulos, autores ou temas dos livros. O que nos permite concluir que haveria nesses casos algum interesse pela leitura, até porque nalgumas dessas casa há a indicação de aí morarem com seus pais, crianças e adolescentes, assim como noutros casos, ao indicar a profissão dos filhos mais velhos, se vê que estes tiveram um percurso cultural mais alargado que o de seus pais, chegando alguns a frequentar a universidade.

Encontrámos, também, um grande pormenor na descrição do mobiliário existente nos diferentes compartimentos das casas de habitação, da louça; surgem referências a máquinas de costura e relógios de parede, e no

[7] Devemos sublinhar aqui que o número de inventários é extremamente reduzido, mas que não podemos retirar-lhes por isso o valor que realmente têm.
[8] Falamos do inventário por morte do Prof Moreira de Sá.

caso que nos desperta interesse particular[9], não podemos deixar de relevar a indicação de existência do piano.

Quanto ao dinheiro, às dívidas e às acções, são mencionados com regularidade. Aliás, todos os casos que tratámos, denotam um grande interesse pelo investimento em acções diversas, tendo como pontos comuns, como é óbvio, a alusão referentes às instituições anteriormente mencionadas.

Salientámos ainda as abordagens realizadas, para este tipo de fonte, pela Profª. Doutora Maria Antonieta Cruz [10] e pelo Prof. Doutor Helder da Fonseca[11]. Embora o objectivo do seu trabalho seja diverso do nosso objectivo, uma vez que optámos pela abordagem de um grupo sumário, e não por um grupo alargado, que em conjunto, forma a elite, não podemos deixar de os referenciar pelo importante contributo que deram para o estudo das elites da cidade do Porto e do Alentejo.

Sabíamos, à partida, que o nosso objecto era extremamente restrito, mas nunca o vimos como uma elite dentro da própria elite, mas sim como um grupo de indivíduos que, factores diversos juntaram, de modo que apenas estes conseguiam obedecer aos critérios estipulados. Pondo de parte o estudo voltado para a vertente da genealogia social, optámos por abordar este tema seguindo os caminhos calcorreados por estes indivíduos, daí o título

---

[9] Este interesse encontra-se ligado a um dos objectivos deste estudo que é tentar perceber se estes negociantes do Porto se interessavam de algum modo pela cultura da cidade em que viviam. Esse interesse poderá ser demonstrado quer através do investimento nas diferentes sociedades musicais que se vão formando ao longo dos tempos nesta cidade, quer através de elementos que nos permitem concluir, através da referência nos inventários a instrumentos musicais, que alguém nessa casa sabia executar algum reportório musical.

[10] Cruz, Maria Antonieta, *Os Burgueses do Porto na 2ª metade do séc.XIX, Porto*, Funação Engenheiro António De Almeida, 1999.

[11] Fonseca, Helder, *O Alentejo no Séc. XIX. Economia e Atitudes* Económicas, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1996.

escolhido, mas tendo sempre como pólos orientadores a forma como os autores acima mencionados abordaram este tipo de fonte.

2.3 – O Arquivo da Firma Ramos Pinto.

No Arquivo da Firma Ramos Pinto, que se encontra neste momento em fase de reestruturação, foi-nos possível apreciar como a visão e a inteligência dos seus fundadores Adriano e António Ramos Pinto permitiram a preservação da documentação de uma firma com mais de um século de existência.

Aqui, mais uma vez não nos cabia a tarefa de fazer um estudo que se traduzisse numa monografia sobre a firma, mas fomos recolher informações sobre a família, e para tal tivemos a colaboração preciosa da Dr.ª. Graça Nicolau de Almeida que nos deu acesso a todas as notícias que possui sobre os Ramos Pinto, bem como a visita às instalações do antigo escritório e armazéns que nos permitiram um contacto mais directo com a sensibilidade de Adriano e António Ramos Pinto, assim como o seu interesse pela arte pode contribuir para a divulgação dos produtos da firma, numa deliciosa antevisão do que anos mais tarde, todas a s firmas irão utilizar, a propaganda.

Os cartazes da época, os brindes, os azulejos, as próprias garrafas da Ramos Pinto, anteciparam-se, no espaço e no tempo, a tudo aquilo que viria a acontecer mais tarde, no âmbito das grandes campanhas publicitárias, que revolucionaram todo o conceito de venda e aquisição dos produtos nos grandes mercados nacionais e internacionais.

2.4 – A Imprensa Local.

Esta fonte revela-nos muito do quotidiano da cidade, o dia-à-dia das pessoas, quer das figuras públicas quer das enorme multidão anónima que dá vida e movimento às cidades, os acontecimentos que marcaram a época. Entre esses acontecimentos, surgem os actos eleitorais, apresentando o resultado das eleições, os nomes dos deputados eleitos. Informam-nos, também, sobre as festas particulares, desenvolvendo por vezes, uma análise do acontecimento, quem estava presente, e até como ia vestido.

Acontecimentos de relevo dessa altura eram também as audições dos diversos professores de música que ensinavam canto, piano e violino, entre outras disciplinas aos filhos e filhas daqueles que tinham meios económicos para os encaminhar nesse sentido.

Conseguimos, deste modo, aperceber-nos dos homens de negócios que de alguma forma tentavam dar aos seus filhos uma educação o mais diversificada e completa possível. Detectámos também, através das notícias dos jornais, principalmente de O Tripeiro, quem são aqueles que por *hobbie* também se dedicam à música, ao teatro e mesmo ao jornalismo, como foi o caso de Henrique Carlos de Meireles Kendall, assíduo frequentador da sociedade portuense e colaborador deste jornal.

2.5 – Os almanaques e os anuários , os boletins camarários e outros.

Esta fonte permitiu-nos através da sua consulta, completar o quadro inicial da lista de nomes recolhida através dos relatórios da Associação

Comercial do Porto. Depois de uma consulta morosa, conseguimos, tanto quanto possível, nalguns casos, identificar a morada das pessoas em questão, o local da sua empresa, o ramo de actividade a que se dedicavam, se ocupavam cargos de representação de países estrangeiros na nossa cidade, como cônsul, secretários de consulado. Este tipo de exercício, no entanto, não nos oferece garantia de precisão uma vez que preenchida uma lacuna, o nome em questão não mais volta a ser confirmado. Isto é, encontrado o nome num almanaque não voltámos a utilizá-lo na nossa busca através do almanaque seguinte.

O problema mais sério com que nos deparámos foi na altura em que detectámos a existência de um ou mais indivíduos com o mesmo nome. Aí optámos por não preencher o espaço, preferindo colocar esse nome na categoria de não indicado, o que nos pareceu mais correcto, pois nesses casos as profissões também coincidiam. Por outro lado, perante uma situação em que as profissões não coincidiam e podendo induzir-nos em erro, achamos preferível manter uma opção semelhante ao caso anterior.

Na parte política, as fontes utilizadas foram os artigos publicados no Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, intitulados *Os Homens da Governança do Município do Porto desde 1428 até 1949* [12]e *Os Governadores Civis do Distrito do Porto* [13], completando-se em seguida com as informações que nos foram dadas pelos jornais da época, que se revelaram uma fonte preciosa no que se refere à abordagem dos aspectos relacionados com a música e outros eventos de carácter mais lúdico. Poucos, no entanto, foram os sócios da Associação Comercial do Porto que desenvolveram uma actividade destacada neste campo.

---

[12] *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vols. XII e XIII, pp. 335-340 e 200-203, respectivamente.

Para a delimitação dos nomes abordados neste trabalho, foi de grande importância, a comparação das listas de fundadores do Orpheon Portuense, dos sócios da Sociedade do Palácio de Cristal e também do Teatro de S. João.

Analisando em primeiro lugar os nomes constantes de cada uma das listas, verificámos quem, entre eles, era sócio da Associação Comercial do Porto. Concluímos, assim, que quatro eram sócios da Sociedade do Palácio de Cristal, dez do Teatro de S. João dez e, finalmente, sete da Sociedade de Concertos Orpheon Portuense. Entre estes, Manuel Alves dos Reis participava no Palácio de Cristal e no Teatro de S. João, ao passo que Eduardo Honório de Lima participava no Orpheon Portuense e no Teatro de S. João.

Nas listas de Homens da Governança e dos Governadores Civis do Porto, procurámos precisamente aqueles que obedeciam aos mesmos critérios, isto é, ocupavam lugares de destaque na política portuense e eram sócios da Associação Comercial do Porto. Naturalmente que, a partir deste momento, a lista inicial se encontrava já bastante reduzida.[14]

2.6 – As fontes literárias.

A leitura de algumas fontes literárias ajudou-nos situar no contexto político vivido nessa época, um tempo de transição, e interessámo-nos pela leitura dos Diários do Marquês do Lavradio e do Conde de Mafra , que nos permitiu ver a forma como decorria a vida daqueles que se opunham ao

---

[13] *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol XIV, pp. 194 e segs.
[14] No anexo 2 apresenta,os os nomes daqueles quse dedicaram à política.

regime republicano, o que sentiam, e o Diário de João Chagas, em particular o volume III, que aborda a situação do corpo expedicionário português durante a 1ª Grande Guerra.

2.7 – Os cemitérios.

Esta fonte, permite-nos observar a "*cidade dos mortos*"[15]. Foi sempre a forma como eu entendi os cemitérios.

Os cemitérios da cidade do Porto, são em muitos casos, o exemplo vivo da forma como encaravam a morte aqueles que aqui viviam. Uns possuem túmulos monumentais, quase diríamos pequenas casinhas, semelhantes a capelas, cuja decoração por vezes complexa, nos leva a tentar conhecer quem aí quis repousar e porque é que construiu semelhante mausoléu. Outros, assemelham-se mais a pequenos jardins, com grades de ferro. Mas num caso ou no outro, a forma como se encontram preservados diz-nos se ainda hoje alguém os visita. E aqui deparámos com um problema.

O Porto já no início deste século era uma cidade grande, mas em nada se compara em termos demográficos à de hoje. Os cemitérios cresceram acompanhando o aumento da população, e o resultado é que frequentemente os antigos jazigos de família ou ficaram ao abandono ou mudaram de dono, o que impossibilitou em muitos casos a sua identificação, agravada pelo facto de actualmente, e pelo que nos informaram na secretaria do cemitério de

---

[15] Maria Antónia de Almeida, op. cit., pp. 149, refere que "os cemitérios são o espelho da cidade dos vivos", aludindo a palavras proferidas pelo Prof. Doutor Hélder Fonseca. Cf. também Catroga, Fernando, *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal, 1865-1911*, 2 vols, dissertação de Doutoramento, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1988.
Cf. ainda Catroga, Fernando, *O Céu da Memória, Cemitério Romântico e Culto Cívico dos Mortos,* Coimbra, Minerva, 1999, pp. 75 e segs.

Agramonte, ser impossível saber onde as pessoas foram sepultadas, uma vez que os registos do início do século já não se encontram guardados. Ao contrário do que acontece hoje em dia, as notícias necrológicas dos jornais da época, não nos informam do local em que o funeral era realizado, e, por vezes, o próprio inventário judicial consultado, é também omisso quanto a este aspecto, o que dificulta ainda mais a identificação dos túmulos.

Juntamente com as notícias que os jornais nos transmitiram sobre a morte do indivíduo, as informações recolhidas nos cemitérios, permitem-nos traçar elementos genealógicos dos falecidos, nalguns casos, e quando o jazigo permanece na família, até uma data bem recente. O contributo da imprensa local é ainda maior quando a notícia não se limita a anunciar o falecimento da pessoa, mas aborda a sua morte como um acontecimento de interesse para a comunidade como foi o caso de Moreira de Sá , de Kendall ou de Ramos Pinto, reflectindo os sentimentos daqueles que com eles privaram e da perda que a sua morte representou para a comunidade em geral, assim como a obra assinalável que deixaram ficar atrás de si.

3 – Sob o signo da República, um País na viragem do século.

José Amado Mendes no seu estudo "*Contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos*"[16], refere que a história das elites é uma história eminentemente social associando a esta a biografia/ história dos indivíduos.

Foi para nós de grande importância a abordagem de alguns diários de personalidades que viveram nesta época, assistindo ao desenrolar dos acontecimentos, os quais deixam transparecer para as suas páginas as mais íntimas e profundas emoções. Destacámos o *Diário de um Monárquico 1911-1913* do Professor Thomaz de Mello Breyner – conde de Mafra[17], o livro de *Memórias do Sexto Marquês do Lavradio*[18], e ainda o *Diário III – 1918* de João Chagas[19].

A par daquilo que nos é relatado pelos periódicos, como o *Primeiro de Janeiro*, o *Comércio do Porto* ou o *Jornal de Notícias*, dão-nos conta do clima de instabilidade política e social vivida pelo País após a implantação da República, mas cujas raízes bem mais profundas, podemos encontrar nos finais do século passado, na incapacidade que os governos monárquicos demonstraram em solucionar os problemas internos de Portugal, bem como a perda da nossa já de si frágil hegemonia africana, face à corrida às colónias africanas dos por parte nos nossos parceiros europeus, e do tempo que não se compadece dos mais fracos.

---

[16] In *Análise Social*, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, nºs 116/117, pp. 358.

[17] Breyner, Thomaz de Mello,*Diário de um Monáquico 1911-1913*, transcrição, selecção, anotações e nota prévia de Guatavo de Mello Breyner Andresen, 1ª ed., Novembro de 1994.

[18] *Memórias do Sexto Marquês do Lavradio*, coord. por D. José Luiz de Almeida (Lavradio), Edições Ática, Lisboa, MCMXCIII, 2ª ed.

Um dos pontos mais interessantes é, sem dúvida, tentar percorrer os caminhos que foram calcorreados por algumas das personalidades dessa época, não os caminhos dos políticos mas sim daqueles que, por terem uma actividade e uma posição socio – económica proeminente, deixaram o seu nome gravado na memória do passado, revivida a cada passo no presente. São nomes que fizeram a História do quotidiano, que marcaram o país e principalmente a região em que viveram, neste caso a cidade do Porto, e que apesar dos tempos difíceis por que passou a maior parte da população numa época de profunda crise, não desistiram nem se alhearam da vida, antes tentaram fazer com que esta fosse, tanto quanto possível, mais bela e empolgante.

Os seus nomes prevaleceram até aos nossos dias na memória da cidade e do país, quer porque as empresas de que eram proprietários ainda hoje ocupam uma posição de relevo na vida do país, quer porque de quando em vez, alguém se lembra de sacudir o pó das estantes e reler obras há muito esquecidas ou descobre nomes que um dia fizeram história.

Tentou-se, tanto quanto possível, recriar o espírito da época, não nos deixando subjugar por conceitos ou ideias pré-definidas, que nos poderiam levar a ignorar uma realidade por vezes menos poética do que aquela que idealizámos.

Estamos cientes que este estudo atinge um âmbito muito restrito, pois partindo de um universo de cerca de mil nomes, ficou reduzido a apenas oito, em virtude da metodologia seguida e das fontes utilizadas.

---

[19] Chagas, João, *Diário III – 1918*, col. Raízes, ed. Rolim, Lisboa, 1987.

Não deixa de se nos afigurar aliciante, neste final de século e proximidade do novo milénio, tentar vislumbrar como era o país e principalmente a cidade a cidade do Porto, há quase cem anos a esta parte.

3.1 – Da Monarquia à República.

Numa época de transição de regime político, de transformação de instituições e de agravamento da situação económica do país, em que para se tentar solucionar alguns problemas de identidade nacional vimos deteriorada a nossa posição perante o mundo, onde a cada momento se perde a importância adquirida ao longo de vários séculos de História[20], e onde cada vez mais os países industrializados dominam os mais fracos.

A crise política, económica e social agudiza-se e certas atitudes da família real em nada ajudaram[21], gorando-se assim qualquer esperança em solucionar este problema. Numa tentativa desesperada de afirmação de autoridade e poder, o rei D. Carlos enveredou por uma via autoritária e para solucionar este problema permitiu que João Franco, o então chefe do governo, dirigisse o país em ditadura, entre 1907-1908. Os resultados imediatos foram o regicídio de 1 de Fevereiro de 1908 e a implantação da República em 5 de Outubro de 1910, aliados às profundas alterações sociais subsequentes, que

---

[20] Cf. Serrão, Joel, *Da Regeneração à República*, pp. 159.

[21] Costa, Afonso, *Discursos Parlamentares*, " ... é nesta situação angustiosa que uma família alcunhada portuguesa (a família real) com uma dotação fixada por lei na quantia de 525 000$000 réis (...) exige, a pretexto de obras nas suas casas e paços cedidos pelo Estado, quantias verdadeiramente excessivas que atingem centenas de contos de reis e que distribuem por artigos de mobiliário, jardins, cavalariças, casas de guarda de automóveis (...) não contente com tudo isto, tal família ousou arrancar aos cofres do estado, com a cumplicidade dos respectivos ministros, somas elevadíssimas! (...)"

de certa forma privilegiaram aqueles que eram vistos pouco antes como os grandes inimigos da Monarquia e da nobreza.[22]

O novo regime republicano não resolve os problemas herdados da monarquia. Sem dúvida que as circunstâncias também não eram as mais favoráveis pois o país encontrava-se empobrecido, tendo herdado da monarquia uma grave crise financeira, que pode ser caracterizada da seguinte forma: o equilíbrio orçamental, que não existia, o montante da dívida pública e a desvalorização da moeda. Somente em 1913, com a subida ao poder de Afonso Costa, em Janeiro, a situação parece debelar-se[23]. Infelizmente sai do governo no ano seguinte, e a crise volta a agravar-se com a entrada de Portugal na guerra, a que se aliam as greves que se sucedem[24] um pouco por todo o país. Quando em 1915/1917, regressa ao governo já se torna impossível controlar a situação.

Apesar da grande instabilidade que se sente neste início do novo regime, e de todas as investidas levadas a cabo pelos monárquicos numa tentativa de regressar ao poder e restaurar a monarquia[25], a República sobrevive e permanece e, após a Monarquia do Norte, o bloco viabilizador do 5 de Outubro, que entrara em ruptura mercê do agravamento das tensões, restaura-se perante esta ameaça e, como disse Raul Brandão:" (...) outra vez

---

[22] Marques, A . H. de Oliveira, *História de Portugal*, vol. II, Palas Editores, 4ª ed., Lisboa, 1977, pp. 209 e 210: "... Tinha como principais inimigos aqueles que compunham a emergente classe média das cidades, muito numerosa, e que nas grandes cidades, como Porto e Lisboa, se revelavam maioritários, e era composto por membros das profissões liberais, pequenos burgueses dedicados ao comércio e à indústria, médio e pequeno funcionalismo público, médias e baixas patentes do exército e da marinha, a maior parte dos estudantes universitários e ainda alguns médios e pequenos proprietários. Este grupo era assumidamente anti-clerical e anti-monárquico, geralmente anti-socialista e nacionalista ferrenho."

[23] ibidem, pp.202.

[24] ibidem, pp.211 e Afonso Costa, *Diário Íntimo.*

[25] Almeida, Fernando J., *O Reino da Traulitânia (Monárquicos em armas contra a República),*in História, Ano XX, Nova Série, Jan. 1999, pp. 35 e segs.

o povo de Lisboa – talvez a última vez antes de se deitar a novos destinos – salvou a replica."[26]

[26] Brandão, Raul, Vale de Josafat. Memórias, vol.III, Lisboa, Perspectiva e Realidades, s.d., cit. por Isabel Pestana Marques, Os Portugueses nas Trincheiras: Vivências Comportamentais, in Portugal e a Guerra, coord. de Nuno Severiano Teixeira, Edições Colibri, Instituto de História Contemporânea da F.C.S.H da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1998, s/ ed., pp.90

4. O Porto.

4.1 – Esboço da cidade e dos seus habitantes.

A cidade do Porto situa-se na margem norte do rio Douro e foi ao longo dos vários séculos da sua existência considerada um dos mais importantes pontos estratégicos do país, aliada ao facto de se encontrar junto a um dos mais concorridos rios da Península Ibérica, que lhe permitiu desenvolver o comércio, tornando-o numa das maiores riquezas da sua população.

fig.1 - Vista panorâmica do Porto no início do século XX.

Ponto de confluência e troca de culturas, rapidamente atrai gentes de outras terras que aqui buscam uma melhoria das suas condições de vida e

uma riqueza fácil, o que nem sempre se concretizou. Mas entre chuvas e nevoeiros, verificámos que no Porto acabam por se instalar alguns estrangeiros cujas famílias desempenharam um importante papel no desenvolvimento desta cidade. Falámos por exemplo dos Andresen, Wandschneider, Kendall, Tait, Chambers, Burmester, entre tantos outros.

4. 1 – A População do Porto entre 1910-1926.

Tendo um limite temporal que abrange cerca de 16 anos da vida do nosso país, período esse que ficou marcado pelo fim da monarquia e pela instauração da República em 5 de Outubro de 1910, achámos interessante debruçarmo-nos sobre a população portuense, traçando, ainda que muito genericamente o seu esboço.

A primeira pergunta que nos pusemos a nós próprios, foi precisamente saber de que forma é que a mudança de regime afectou o dia-à-dia da sua população, e verificámos que, à parte os incidentes que poderemos considerar como normais num período como este, pouco ou nada se fez sentir na cidade do Porto, o que nos leva a concordar com Vasco Pulido Valente, que afirma que Lisboa não era Portugal, daí que a própria influência da revolução republicana tenha marcado mais significativamente a capital do que o resto do país.[27] E, apesar da instabilidade que a pouco e pouco se alastrava no país, e das rebeliões monárquicas que se seguiram à implantação da República, o certo é que a vida prosseguiu, e a população sobreviveu às transformações políticas e sociais que o país atravessou.

[27] Valente, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo*, Lisboa, ed. Gradiva,3ª ed., s/d, pp.45

Na cidade do Porto, entre 1900 e 1930 a população aumenta, e de 167 955 habitantes, em 1900, passa a 194 009, em 1911, 203 091, em 1920, atingindo em 1930, 232 280 habitantes, sendo somente suplantada por Lisboa, que no mesmo período de tempo, tem em 1900, 356 009 habitantes, 1911, 435 359, em 1920, 486 372 e, finalmente 1930, 594 390 habitantes.

Observemos o Quadro 1, que se refere à evolução da população das cidades do Porto , Lisboa, Coimbra, Aveiro e Setúbal, nos anos de 1900, 1911, 1920 e 1930 (tendo como ponto de comparação o resto do país).

Quadro 1 - População nas cinco maiores cidades do país entre 1900-1930[28]:

Cidades	1900	1911	1920	1930
Porto	167 955	194 009	203 091	232 280
Lisboa	356 009	435 369	486 372	594 390
Coimbra	18 144	20 581	20 841	27 333
Aveiro	9 979	11 523	10 357	12 735
Setúbal	22 074	30 346	37 074	46 398
Total da Pop. Portuguesa	859 753	98 536	1 051 415	1 302 328

Verificámos que a população do Porto entre 1900 e 1920 representa, cerca de 19,5% da população do país, baixando em 1930 para 17,8%, ao passo que no mesmo período, Lisboa oscila entre 41,4%, em 1900, 44,1%, em 1911, 46%, em 1920 e 45,5% em 1930. Apesar da quebra demográfica a que se assiste, o Porto mantém-se como a segunda cidade com maior população em Portugal.

[28] in *Censos da População de Portugal, 1900, 1911, 1920, 1930*

Entre os residentes no Porto, contam-se um número relativamente significativo de estrangeiros, das mais diversas nacionalidades, e cujo peso económico se fez sentir ao longo desta época no desenvolvimento da cidade, principalmente em actividades ligas aos diferentes ramos do comércio, principalmente de vinhos, comissões e consignações e também transportes marítimos.

Quadro 2 - Estrangeiros que habitavam na cidade do Porto (1911-1930) [29]

:

Nacionalidade	Anos		
	1911	1920	1930
Alemã	199	107	209
Americana	5	14	29
Belga	8	12	31
Brasileira	1 717	967	1 354
Espanhola	2 351	1 707	956
Francesa	243	220	174
Inglesa	395	418	378
Italiana	90	57	63
Outra	98	100	192
Total	5 106	3 602	3 386

Verificámos a permanência da comunidade alemã no Porto, assim como da inglesa e um acentuado número de brasileiros e espanhóis. Estas comunidades não parecem ter perdido a sua influência durante o conflito que assolou a Europa entre 1914-1918.

[29] *op, cit. 1911, 1920 e 1930.*

No que diz respeito à massa burguesa que está no núcleo do nosso estudo, tal como refere o Prof. Oliveira Marques, é difícil avaliar com exactidão os números da população burguesa urbana, uma vez que por um lado, não existem monografias sobre este assunto e, por outro, os censos se limitam a indicar os grandes grupos profissionais, não tocando nos pormenores, e ficando sempre pela generalidade, o que torna quase irreconhecível o perfil deste grupo social. No entanto, não errámos se dissermos que a população burguesa na cidade do Porto aumentou consideravelmente no fim da primeira década deste século[30]. Estes indivíduos viviam do comércio, de profissões liberais e também dos seus próprios rendimentos.

A guerra traz consigo uma movimentação social, que como refere o Prof. Oliveira Marques[31], em consequência da guerra "*Surgiram assim os famosos "novos ricos", caricaturados sem piedade na literatura e no teatro ligeiro do tempo".* Mas a par destes novos ricos entre os quais encontrámos banqueiros, industriais e comerciantes, que dedicando-se à especulação, conseguiram ver aumentar os seus rendimentos, encontrámos aqueles que designámos por "*novos pobres*", onde se misturam, entre outros, professores, funcionários públicos, oficiais do exército e ainda os empregados da indústria e do comércio.

Procurando vislumbrar os contornos do rosto dessa mesma burguesia, deparámos mais uma vez com os dados fornecidos pelo Prof. Oliveira Marques[32], que nos revela que os "*efectivos da burguesia aumentaram consideravelmente na década a seguir [1910]. O censo de 1911 acusava*

---

[30] Cf. Marques, A. H. de Oliveira, in *Nova História de Portugal,* dirc. de Serrão, Joel e, vol. XI, pp. 226 e 227.
[31] *Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques,vol XI, pp. 227.
[32] Op, cit., pp. 225

naqueles mesmos grupos , mais de 800 000 pessoas. O de 1930 registava para cima de 1 200 000. Em trinta anos, a burguesia portuguesa duplicara, quando a população total não aumentara mais de 25%. Em Lisboa e no Porto, os grupos burgueses somariam umas 310 000 pessoas, sendo 210 000 na capital e 100 000 na Cidade Invicta. Os cálculos para as duas cidades tornam-se muito mais difíceis segundo os censos de 1925 e de 1930, cujas categorias se afastaram dos modelos anteriormente seguidos. Aventem-se cerca de 420 000 pessoas na primeira dessas datas (menos de 300 000 para Lisboa e 120 000 para o Porto) e cerca de 435 000 na segunda delas (310 000 para Lisboa e 125 000 para o Porto). Assim, nas duas cidades, a burguesia não aumentara em trinta anos os seus contingentes em mais de 40%, ao passo que a população total respectiva subira para cima de 59%, em proveito do proletariado."

Embora gostássemos de possuir dados mais concretos, que nos proporcionassem o acesso a um estudo mais exaustivo da população do Porto, e mais especificamente da burguesia portuense, esse não era o objecto que nos propúnhamos. Sabemos, contudo, pela observação dos anuários, da profusão de profissões que acompanham o crescimento do grupo que podemos denominar como *homens de negócios*.[33]

[33] Considerámos pouco cómodo apelidar este grupo de "burgueses", uma vez que a sua dimensão seria bem mais restrita. Numa sociedade em que o voto se estende a um leque cada vez mais vasto da população. Cf. Daumard, Adeline, *Les Bourgeois et la Bougeoisie en France depuis 1815*, Collection Historique, Aubier, 1987, pp. 7 e segs.

5. Percursos Burgueses – dos percursos colectivos aos percursos individuais.

Neste capítulo vamos abordar os percursos colectivos e os percursos individuais percorridos pelos membros da Associação Comercial do Porto, ao longo do período em questão.

Considerámos como percursos colectivos, quatro instituições que estiveram na base do nosso estudo. A Associação Comercial do Porto, a Sociedade do Palácio de Cristal do Porto, a Sociedade do Teatro de S. João do Porto e a Sociedade de Concertos Orpheon Portuense. A análise comparativa dos nomes que constituíam estas listas, permitiu-nos a elaboração de uma lista de personalidades que tinham em primeiro lugar, como ponto comum, o facto de serem, todos eles sem qualquer excepção, sócios da Associação Comercial do Porto. A seguir, verificámos que alguns desses nomes apareciam ligados às três restantes instituições, o que nos permitiu delinear um fio condutor entre eles. Como sócios da Associação Comercial do Porto, eram homens de negócios desta cidade. Como sócios das outras instituições em questão eram indivíduos que se interessavam por diferentes actividades culturais, nomeadamente a música.

Esse interesse pela música, colocava-os constantemente em contacto uns com os outros, permitindo estreitar as suas relações interpessoais e de amizade, muito para lá das suas actividades profissionais. Participavam regularmente nos concertos promovidos pela sociedade Orpheon Portuense, colaboravam, enquanto investidores nas actividades promovidas pela Sociedade do Palácio de Cristal e pela do Teatro de S. João.

Não devemos, no entanto, esquecê-los enquanto indivíduos. Daí que tenhamos tentado estabelecer os seus percursos individuais, de forma a ver como estes homens viveram as suas vidas, quais os seus interesses, os seus bens e as suas relações familiares. Fizemos assim o esboço dos seus percursos individuais, através do levantamento e análise dos dados fornecidos pelas fontes consultadas, e que foram a documentação notarial e a judicial, completada, quando possível, pelas notícias que até nós chegaram pelos jornais da época. Tudo isto permitiu-nos verificar de que forma eles contribuíram para enriquecimento da cultura da cidade em que viveram.

Saber como viveram, se deixaram muitos ou poucos bens, como morreram, agora que sobre eles há muito que já se fez descer o pano do esquecimento e do silêncio, apenas aconchegado, por vezes, pelo chilrear dos pássaros, ou pelo sussurro das árvores no lugar onde repousam, foram sem dúvida alguns dos aspectos que chamaram a nossa atenção.

Como não podia deixar de ser, a metodologia utilizada ao longo deste estudo, acabou por reduzir substancialmente o número de casos estudados. Não deixa, no entanto de ser aliciante, pensar que, num futuro próximo, teremos a oportunidade de, seguindo uma metodologia semelhante, proceder à elaboração dos percursos colectivos e individuais de todos os outros nomes que agora ficaram por estudar, desenvolvendo assim, um estudo mais profundo e mesmo sistemático do tema.

Naturalmente, e apesar do número extremamente restrito dos casos estudados[34], sobressaíram três nomes que, devido à documentação e

[34] O recurso à micro-história, baseada nos elementos biográficos recolhidos na documentação estudada, permite-nos traçar o esboço, ainda que por vezes incompleto dos indivíduos. Os objectos e outros bens constantes nos seus inventários, onde predominam os imóveis urbanos, a descrição das mobílias de sala de jantar e de sala de visitas, com poucas indicações sobre a

informações recolhidas, nos permitiram desenvolver melhor o seu estudo, transformando o esboço inicial, num retrato mais próximo da realidade. Assim, Henrique Carlos de Meirelles Kendall, Adriano Ramos Pinto e Bernardo Valentim Moreira de Sá, destacaram-se dos restantes, quer pela diversidade de actividades a que se encontravam ligados, quer pela quantidade e qualidade da documentação que sobre tivemos acesso.

5.1 – Percursos colectivos:

5.1.1 - A Associação Comercial do Porto e os seus sócios.

5.1.1.1 – Génese e crescimento.

Desde cedo que alguns negociantes do Porto sentiram a necessidade de se organizarem, para desse modo melhor serem capazes de defender os seus interesses. Compreendendo que só desta forma seria possível solidificar a sua posição face ao governo, surge a Associação Comercial do Porto, que aos poucos vai ganhando uma grande influência não só regional mas também a nível nacional. Se é certo que com o passar dos tempos a associação acaba por perder alguma da sua importância, principalmente a partir dos finais do século passado, principalmente devido à emergência da Associação Industrial do Porto , também é certo que frequentemente encontrámos os mesmos sócios numa e noutra Associação.

O grande momento para a organização da Associação Comercial do Porto, parece-nos ter sido aquele que é relatado na acta de 1834, em que

---

existência de bibliotecas ou de cofres, a alusão a instrumentos de música e a descrição das jóias, permitem-nos pois inferir do seu grau de riqueza como também do tipo de vida social desenvolvido, uma vez que as jóias eram descritas como de *uso pessoal*, o que nos dá a ideia de que não eram adquiridas somente enquanto investimento mas também para o uso em eventos sociais. Como é sabido a quantidade e a variedade das informações varia o que se reflecte também nos resultados obtidos. Uns permitem-nos abordagens e conclusões mais próximas da realidade, enquanto que outros nos dão apenas pequenos retratos circunstanciais.

se conta que "*... ao meio dia na Casa da Praça se reuniram em grande número os negociantes portugueses e estrangeiros, em virtude do convite feito pelos juizes, presidentes e jurados do Tribunal de Comércio, e tendo todos tomado os seus respectivos assentos o juiz presidente ordenou ao secretário que lesse a proposta em que se continha o objecto da reunião, a qual foi recebida com a maior satisfação e aprovada unanimemente...*", e da proposta constava, no ponto 3º " *Que na cidade de Lisboa se tenha instituído uma Associação Mercantil para zelar os interesses comerciais e promover tudo quanto fosse tendente a esse fim. Esta cidade cuja extensão de comércio é bem conhecida, não pode dispensar-se de imitar esse exemplo.*

Debaixo destas considerações os mesmos juizes referidos se lembraram do estabelecimento de uma Associação Comercial Portuense a qual considerada debaixo de todas as vistas sempre se tem de reputar proveitosa. E por este motivo foram VV. S.Sªs convidados não só para a fundação da mesma Associação mas também para designarem por meio de Estatutos a marcha que a dita tem a seguir (...) ".[35]

Esta reunião aconteceu no dia 12 de Dezembro, e a 31 do mesmo mês e ano, tem lugar a primeira reunião oficial da Direcção, que tratou unicamente de assuntos internos e em particular da impressão e distribuição do Regimento, que vai delinear as actividades da Associação, os seus objectivos e fins, a sua orgânica interna, as funções da Direcção, os direitos e os deveres dos associados. Importa aqui mencionar que nesta época, segundo o Código Comercial Português de 1833, no seu art.º 35º, " *Comerciante é voz genérica que compreende os banqueiros, os seguradores, os negociantes de comissão,*

---

[35] *Livro de Actas da Assembleia Geral e Direcção de 1834-38*, cit. por Carlos Bastos, *Associação Comercial do Porto*, 2ª edição, Porto, 1947, pp.24 e 26.

os mercadores de grosso e de retalho, os fabricantes ou empresários de fábrica na acepção dada. "[36]

Isto explica, também, a grande variedade de actividades a que se dedicavam os sócios desta instituição. Desde a sua fundação e até aos nossos dias, as suas lutas foram profundas e dolorosas.

Como é do conhecimento geral, o comércio do Vinho do Porto dominou deste tempos remotos a vida económica desta cidade, relegando, tal o montante dos valores manejados pelos seus negociantes, para um plano absolutamente secundário qualquer outro ramo negócio, e era difícil, no século passado encontrar um capitalista portuense cujo nome e a fortuna não estivesse ligado ao comércio e/ou produção do vinho do porto, daí que tenha, desde a sua fundação até aos tempos mais recentes, lutado por assegurar as melhores condições do comércio deste produto.

É, portanto, natural que, em virtude da importância crucial que a barra do Douro desempenhava na actividade mercantil da cidade, esta associação desde cedo se preocupasse em dotar o porto com os melhoramentos necessários para facilitar a navegação nas águas do Douro, e permitir o acesso a barcos de grande calado. São assim eliminados do rio os açudes e os pesqueiros, que constituíam um risco para a navegação e para a segurança de pessoas e mercadorias, e com um pouco mais de custo conseguiu instalar um telégrafo marítimo, mas tarde publicou uma edição em português de cerca de 1000 exemplares do Código de Sinais para a Navegação, da autoria do capitão inglês Maryatt, que pouco depois acabaria por ser adoptado oficialmente nas estações marítimas e embarcações de guerra portuguesas. Não é de estranhar, pois, que pelo decreto de 29/9/1891,

[36] *Código Comercial Português,* artº 35º, Porto, 1833.

no que se refere ás receitas criadas para a Junta de das Obras da Barra do Porto, a Associação tenha oferecido uma parte das receitas por si arrecadadas, e provenientes das taxas estabelecidas pela lei de 16 de Junho de 1848, sejam aplicadas aos melhoramentos da Barra do Douro[37]. Também se dedica ao projecto de instituição de um colégio, revelando um profundo interesse pela educação e desenvolvimento da juventude, tendo fundado em 1842, o Colégio da Formiga[38].

No campo artístico também contribui largamente para o desenvolvimento cultural desta cidade, colaborando desinteressada e activamente com o corregedor Francisco de Almada para a construção do Teatro de S. João do Porto. Se não fossem estas características, quase de mecenato, provavelmente o Teatro não teria sido construído pois os lucros da empresa foram quase sempre nulos. A título de exemplo, entre os casos estudados, podemos referir o caso de António Joaquim Machado Pereira, que possuía à data da sua morte 16 acções do Teatro de S. João, as quais não tinham cotação.

No período em estudo, verificámos que os número de sócios da Associação Comercial do Porto vai evoluindo lentamente até atingir cerca de um milhar de sócios, em 1926, alguns dos quais se mantêm ao longo dos 16 anos que constituem o limite cronológico em questão. No que se refere à nacionalidade dos seus membros, concluímos que predominam, como seria de esperar os portugueses, seguidos pelos ingleses ou de origem inglesa, encontrando contudo uma variedade de apelidos, que nos permitem concluir que existia uma certa heterogeneidade de nacionalidades. Finalmente, foi possível notar a existência de apelidos comuns, o que nos levou a pensar que,

[37] Cf. Carlos Bastos, op. cit., pp. 226
[38] Onde funciona actualmente o Colégio de Ermesinde.

a partir de determinada idade, os filhos acompanhavam os pais nas suas actividades profissionais e dedicavam-se, normalmente, ao mesmo ramo e negócio que os seus progenitores.

fig. 2 - Edifício da Bolsa e a Associação Comercial do Porto.

O período da 1ª República não afecta grandemente o desenrolar da vida dos portuenses, pelo que as suas actividades se mantêm sem sobressalto. A Associação cresce regularmente apesar do desenvolvimento cada vez maior, como já anteriormente mencionámos, da Associação Industrial do Porto, que a cada ano vê o seu prestígio aumentar.

5.1.1.2 – Caracterização socio-profissional.

Não foi fácil caracterizar socio-profissionalmente os membros da Associação Comercial do Porto. A escassez dos dados obtidos através de uma

primeira recolha, que nos deu unicamente acesso aos nomes dos sócios da Associação Comercial do Porto, levou-nos a um trabalho de pesquisa no qual tivemos de recorrer a Anuários e a Almanaques, que se traduziram numa tarefa longa e morosa e nem sempre gratificante, pois várias lacunas ficaram por preencher.

Nalguns casos, em que ficámos perante a dúvida se o nome correspondia ou não à pessoa que nos interessava , optámos por deixar o espaço em branco, tentando a todo o custo respeitar a verdade histórica em detrimento do sonho de conseguir chegar a dados absolutos. Tal deve-se ao facto de existirem vários indivíduos com nomes iguais e profissões que caberiam perfeitamente dentro do âmbito das desenvolvidas pelos sócios da Associação Comercial do Porto.

Concluímos, como era de esperar, que entre os seus sócios se conta um largo número negociantes que se dedica ao comércio de vinho do Porto, seguindo-se um grupo bem heterogéneo, que englobava não só os donos de mercearia, mas também aqueles elementos que se encontram ligados à navegação, às comissões e consignações, à banca e a diversos outros ramos do comércio. Na sua maioria residiam na cidade do Porto, ou seus arredores, apesar de termos verificado um caso em que morada do sócio era em Paris. Pensámos, como se trata de um elemento da nobreza, que tal facto se deveu às transformações políticas verificadas nessa época.

5.1.1.3 – A Direcção e os seus sócios.

Na lista que apresentámos em anexo [39], podemos ver quem eram os seus sócios, a frequência com que as pessoas ocupam um cargo por mais de um ano, isto numa provável tentativa de permitir uma certa estabilidade e continuidade do trabalho desenvolvido pelas sucessivas direcções. E entre eles vemos alguns nomes destacados da vida social e comercial portuense, como António de Oliveira Calém, António Ramos Pinto, Arnaldo de Sousa Moreda, J. W. Gerhard Burmester, entre outros.

Verificámos que não há somente portugueses na direcção mas também encontrámos alguns estrangeiros que demonstram bem a influência que detinham na associação, visto que cada vez mais se torna necessário entregar os seus destinos a homens que trouxessem prestígio e dinamismo a esta instituição.

5.1.2 – O Teatro de S. João.

No dia 12 de Abril de 1908, um violento incêndio destruía o elegante Teatro de S. João do Porto, no Largo da Batalha. Pensado pelo corregedor D. Francisco de Almada e Mendonça, devia o seu traçado ao engenheiro Teodoro de Sousa Maldonado e ao arquitecto Romano Vicente Mazzoneschi.

[39] Anexo 1, lista dos sócios da Associação Comercial do Porto entre 1910-1926, assinalando com um (*) aqueles que participaram nas diferentes Direcções. No anexo 2 é apresentada uma lista de nomes de pessoas que compunham o grupo de individualidades que participavam com frequência nos eventos promovidos quer pela Associação Comercial do Porto, quer pela Sociedade do teatro de S. João, do Palácio de Cristal ou noutras iniciativas que marcavam o quotidiano social desta cidade, eventos esses, onde as meninas em idade casadoira encontravam os seus futuros maridos, e onde com frequência se estabeleciam relações de amizade.

A origem deste Teatro, por aquilo que nos é indicado pelo Padre F. J. Patrício[40], deve-se à necessidade de erigir no Porto um teatro condigno, que substituísse o degradado Teatro do Corpo da Guarda, inaugurado entre 22 e 24 de Abril de 1785, por ocasião do casamento do Príncipe D. João (futuro D. João VI) , com D. Carlota Joaquina de Bourbon.

As obras iniciaram-se no dia 29 de Março de 1796[41], imediatamente após a obtenção da autorização para a sua construção e a compra de casas ou terrenos contíguos, tida como necessária para a realização da obra.

O magistrado lançou a subscrição das acções e a obra avançou rapidamente.[42] A sua inauguração foi no dia 13 de Maio de 1798 e foi um sucesso.

O que mais se distinguiu neste Teatro foram os espectáculos de ópera aí realizados. Aqui se deslocavam regularmente diversas companhias líricas para darem os seus concertos, e ao longo de todo o século XIX assistimos a um constante fluir de empresários que se dedicam a trazer ao Porto diversas companhias líricas, onde se fizeram ouvir algumas das vozes mais belas do seu tempo[43].

---

[40] In O Tripeiro, 3ª série, nº 14 (134), de 15/07/1926.
[41] A contrução do Teatro ficou concluída no dia 13 de Maio de 1798.
[42] A primeira subscrição foi de 530 acções de 100$000 e 19 de 50$000, que produziu a quantia de 53 950$000, segundo a nossa fonte.
[43] Entre elas contantavam-se as *primas donas* Irene Schioni, Júlia Tertini, Hermínia Feroni, Maria Canvini, Hercolina Bressa, S. Babbi, C. Dimiro, Margarida Alasson, Clara Asti, Luisa Abadie, Luisa Bianchi, entre as segundas damas constavam nomes como o de Laura Veluiti, Adelaide Biagalli, Rosaria Borgia, Judith Spinzoli, Paulina Sciardini, os contraltos C. Alboni, L. Colini, as comprimarias Josepha Schioni, Rosa Toncini, os tenores António Ambrozeti, Carmo Canvini, A. Pedrotti, José Serinni, Luís Bigola, o barítono José Puzzi, os baixos Pietro Senni, Luís Mortinalli, António Dimiro, Estevão Ferrero, Toncini, os caricatos Paolo Boscoli, J. Marconi, F. Curti, e os comprimários Francisco Nicolini, José Soares Guerra, José Pereia e José Slomei.Francisco Nicoli veio, mais tarde, a ser empresaário neste mesmo Testro, falecendo em

O repertório não era muito variado. Destacaram-se as récitas das óperas Saul, Griselda, Camila, Horácios e Curiácios, La padrona, Oro non compra l'amore, Cosi fan tutti, Il matrimonio secreto, Othelo, Fuorusciti, Sergino, Agnese, L' occasione fá il ladro, Due vedore, Ginebra di Almier, Engano felice, Don Giovanni, Gazza ladra, Il Barbiere de Siviglia, Debora e Sizara, Tebaldo e Dorlisca, Isabella Reigna d'Inghilterra, Festa de la Rosa, Clotilde, Figlia del aria, Cenerentola.

Após a morte do Corregedor Francisco de Almada e Mendonça, em 1804, o Teatro passou a ser administrado pelos accionistas e ao passo que a organização dos espectáculos passou a estar a cargo dos empresários que se encarregavam de trazer ao Porto, as companhias líricas de raiz marcadamente italiana.

Entre os diversos empresários que geriram este Teatro, destacaram-se J. A . Plácido, António Bernardo de Brito e Cunha[44], Francisco Nicolini, Luís Scaci. Nem todos tiveram muita felicidade com o seu empenho dado que algumas dessas temporadas se revelaram como autênticas derrocadas financeiras para as empresas, pelos mais variados motivos, que passam pela falta de qualidade de alguns dos elencos e pelas rivalidades das primeiras damas.

1825, numa noite de espectáculo, quando cantava a ópera Bianca e Faliero. Cf. *O Tripeiro,* 3ª série de 15/10/1926 e 15/04/1927.

[44] António Bernardo de Brito e Cunha morreu no patíbulo em defesa dos princípios liberais.

Conta-se, a propósito desses desentendimentos que, na época lírica de 1850-1851, quando se pretendia levar à cena a Marechala, ópera da autoria de Nini, as duas sopranos, Luiza Abadie e Luiza Bianchi numa atitude de irritante rivalidade discutiram de tal forma que foi necessário decidir que as duas alternariam nas récitas. O ambiente entre os artistas masculinos não era muito diferente. Na época de 1844, as relações entre o barítono Valentim Smartley e o baixo cantante Lourenço, conde de Monterley, que a empresa Reis, Lima, Porto e Monteiro, não conseguiu levar à cena a ópera Torquato Tasso.

Os artistas portugueses que se dedicaram a compor óperas, também, nalguns casos conseguiram levá-las à cena no Teatro de S. João. Entre eles devemos destacar, pela sua reconhecida qualidade, José Francisco Arroyo, compositor de mérito e regente da banda da guarda municipal, que em 1846 conseguiu ver em cena a sua ópera Branca de Mauleon. Também o maestro Carlos Dubini, que a partir de 1850 passou a ocupar o lugar de *maestro* da orquestra do Teatro de S. João, pôs em cena, em 1852, a sua ópera Amor e Engano. Diz-se que não ficou satisfeito com a forma como o público recebeu a sua obra e por isso rasgou a partitura. Em 1856 coube ao maestro Reparaz encenar a sua ópera *Pedro Crudele*, em 1857, *Gonçalo de Córdova*, em 1860, *Malek-Adel*, e em 1874, a *Renegada*. O maestro Sá de Noronha, artista muito conhecido e apreciado na época, levou à cena neste mesmo Teatro a *Beatriz de Portugal*, em 1863, *O Arco de Sant'Anna*, em 1867, e *O Tagir*, em 1877. Por seu lado, Miguel Ângelo, em 1874, levava a cena a sua ópera *O Eurico*, e Alfredo Keil, em 1901, vê a sua ópera *A Serrana* ser ovacionada pelo público portuense.[45]

[45] Cf. *O Tripeiro*, 3ª série, Junho de 1927, e 5ª série, Agosto de 1946.

Tematicamente, verificámos que estas obras foram profundamente marcadas por temas nacionais. Ainda no século passado fizeram-se ouvir nesta sala a ópera *D. Inês de Castro*, em 1827, e a ópera *D. Sebastian re di Portugallo*, um trabalho artístico de Donizetti, que foi cantado em 1855.

Se as companhias que aqui vinham nem sempre eram as melhores, e daí que Luís de Freitas Branco[46] as tenha tão veementemente criticado, o certo é que só o facto de sabermos que havia uma época de ópera, obrigava a que a cidade tivesse permanentemente uma orquestra e um coro prontos para esse acontecimento, uma vez que a companhia se limitava a trazer os cantores principais, ficando a cargo dos empresários do Teatro garantir o acompanhamento musical e o coro.

Observámos, também, que entre todas as óperas mencionadas prevalece em maior número aquelas que eram da autoria de compositores italianos, a que não é alheio o facto de maior parte dos artistas que nos visitavam serem de nacionalidade italiana. No que diz respeito ao valor desses artistas, é relativo avançar com qualquer tipo de juízo. Sabe-se que alguns se fixaram no Porto, onde se dedicaram ao ensino da música, acabando também por aqui constituir família.

Pelas críticas que até nós chegaram, podemos concluir que a maioria dos artistas não seria da melhor qualidade, havendo claro algumas excepções, mas a consulta que fizemos ao estudo de Danièle Piston[47], não nos deu qualquer informação, pois nenhum dos nomes consta da lista apresentada

---

[46] *In Memoriam de Bernardo Valentim Moreira de Sá*, op. cit.,pp.69 e seg.
[47] Piston, Danièle, A Ópera Italiana no Século XIX de Rossini a Puccini.

nesse estudo, o qual integra os cantores líricos mais aplaudidos no repertório italiano no séc. XIX.

Entre aqueles que fixaram residência em Portugal, e no Porto em particular, salientámos pelo importante contributo que deu ao ensino do canto nesta cidade, D. Luísa Chiaramonte, E. Brambilla, Sola Conde, Vaccani, di Francesco, Gustavo Romanoff Salvini e o célebre maestro Roncagli.[48]

Este facto leva-nos a pensar que, nesta altura, a cidade do Porto revelava-se como uma importante fonte de trabalho para os artistas estrangeiros que aqui decidiam fixar residência. Também não é de desprezar o facto de haver neste momento quem invista na música, quer através da organização de espectáculos, quer mesmo através do contrato desses artistas para professores de música dos seus filhos.

É curioso verificarmos que entre os muitos regentes e músicos que passaram pelo Teatro de S. João podemos encontrar várias famílias. A família Ribas encontra-se representada através de João António Ribas, violino concertante e regente, Eduardo Ribas, barítono, Nicolau Ribas, violino, Hipólito Ribas, flauta e Romão Ribas, violoncelo. Entre a família Arroyo, destacaram-se José Francisco Arroyo, clarinete e composição, João Arroyo, flauta e António Arroyo, violoncelo. Na família Badonis encontrámos Lapierre e Agostinho, ambos nas trompas. Da família Landeau, temos a referência a José Julião e Albano, violinistas. A família Costa, tem como seus mais conhecidos representantes Francisco Eduardo da Costa e José da Costa, que tocavam contrabaixo.

---

[48] Podemos ainda a título de apontamento, referir os nomes de Gabriella Florentina, Tagliapietra, Santiago Borgonha e Elisa Hensler (que depois fixou residência em Lisboa com o nome de Condessa d'Edla), cf. op. cit.

Também por lá passaram Carlos Dubini, Marques Pinto, Ciríaco de Cardoso e António Canedo, José Pedro de Oliveira , Joaquim Casella, Laureano e tantos outros que ficaram na história deste teatro, a qual no entanto ainda não está feita.

Entre os regentes, compositores e ensaiadores, destacaram-se Francisco Eduardo da Costa e José Cândido. Foram muitos os cantores que escreveram a história deste teatro. Entre eles podemos mencionar os tenores José de Aguiar Bizarro e Luís Gonzaga, que se estrearam respectivamente em 1844 e 1848. Também ficaram na sua memória João Cardoso, mais conhecido por João de Massarelos, A . S. Bonjardim, o Assunção, o José Soares Guerra, o Miguel Macedo, o Coelho e o Wanimeyl e M. Celestino. Este último acaba por partir para o Brasil onde desenvolve uma longa carreira. Destacámos ainda, não só pelos seus dotes vocais mas também pelos seus dotes de actriz, Maria Jesuína, que em 1840 cantou na empresa, mas depois passou para o teatro dramático onde se distinguiu como actriz.

Fixados em Portugal, estes artistas acabam na maior parte dos casos a dar aulas de música e a cantar como solistas ou nos coros que então vão surgindo na cidade, particularmente nas igrejas, e onde os seus nomes aparecem mencionados na programação das festas religiosas.

Até à noite do incêndio, a 11 de Abril de 1908 estiveram à frente do Teatro as seguintes empresas: 1900, a do Mazzi, 1901 a 1903, a do César Fereal, 1903 a 1905, a do Freitas de Brito, 1905 a 1908, a do Luís Faria Guimarães.

Em 3 de Junho de 1909, são registados no 4º Cartório Notarial do

Porto os estatutos da Sociedade do Teatro de S. João, os quais passámos agora a analisar.[49]

No documento notarial que consultámos, surgem-nos como outorgantes o Dr. Adolfo da Cunha Pimentel, à época Governador Civil do Porto, casado, residente na Rua do Príncipe, Bento de Sousa Carqueja, casado, lente da Academia Politécnica do Porto e jornalista, residente na Rua da Alegria, Arnaldo de Sousa Moreda, casado, proprietário, residente na Rua de S. Jerónimo, Pedro Mariani Pinto, casado, proprietário, residente na Rua do Barão do Corvo(Gaia), António Joaquim Machado Pereira, casado, proprietário, residente na Rua de S. Roque da Lameira, Alberto Nunes de Figueiredo, casado, proprietário, residente na Rua do Crasto, este outorgante por si e na qualidade de procurador do Dr. Ricardo Pinto da Costa Bartól, conde de Lumbrales, solteiro, maior, capitalista, residente na Rua da Picaria, António Pedro Augusto da Costa, casado, negociante, residente na Rua de Fernandes Tomás, João Baptista de Lima Júnior, casado, negociante e proprietário, residente na Rua do Monte Crasto, Dr. Álvaro de Vasconcelos, casado, advogado, residente na Avenida da Boavista, António da Silva Marinho, viúvo, industrial e proprietário, residente na Rua da Piedade, Eduardo Honório de Lima, casado, industrial e proprietário, residente na Rua de Cedofeita, João Gomes do Espírito Santo, casado, oficial do exército e residente na Rua do Sol, Manuel Reis, solteiro, negociante, residente na Rua da Alegria, José de Oliveira Basto, casado, negociante, residente na Rua de Santa Catarina, Ezequiel Ribeiro Vieira de Castro, casado, negociante e proprietário, residente em Ermesinde (Valongo), António da Silva Cunha, casado, negociante, residente na Rua de Santa Catarina.[50]

---

[49] A. D. P., Po4, livros 816, fl. 97 e segs. e 817, fl. 1 e segs.
[50] A. D. P., Po4, livro 816, fl. 97 e segs. e livro 817, fl. 1 e segs.No anexo 3 apresentamos a lista dos sócios deste Teatro.

Com o fim de constituírem essa sociedade, foram emitidas trezentas acções de 100 reis cada uma, havendo títulos de uma e cinco acções. Essas acções serão nominativas e a sua transmissão será feita pelos modos admitidos em direito. O capital é constituído por dinheiro, o qual à data já se achava integralmente subscrito, e o restante do dinheiro relativo ao montante das acções deverá dar entrada no cofre da sociedade em prestações quinzenais de 5%, vencendo-se a primeira vinte dias depois da constituição desta companhia. Caso se verifique qualquer falta de pagamento das prestações exigíveis, a sociedade poderá accionar os devedores ou proceder à venda das suas acções " *por conta, risco e perigo do remisso; seja na Bolsa, seja por intermédio do corrector, sem outra qualquer formalidade.* "[51] Cada acção dava direito a uma parte igual nos lucros e nos haveres sociais.

Conforme podemos verificar neste grupo encontrámos homens de negócios desta cidade, entre eles um ourives, Manuel Reis, o governador civil e outros.

Os acima mencionados, decidiram formar uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, com sede no Porto, sem sucursais, e com a denominação de Sociedade do Teatro de S. João, e uma vez que são em número superior a dez, e também como as formalidades legais respeitantes à subscrição de capitais e depósito de 10% da importância deste se encontram preenchidas, procederam à constituição definitiva desta sociedade através de escritura pública, outorgando também os seus estatutos.

Para a formação do capital social, que era de 30 contos de reis, Alberto Nunes de Figueiredo, Dr. Álvaro de Vasconcelos, José de Oliveira

[51] Idem, fl. 99 e 99v.

Basto e António da Silva Cunha subscreveram com 1 conto de reis, enquanto que cada um dos outros outorgantes subscreveu com 2 contos de reis.

A Sociedade será organizada por um conselho de administração, composto por três membros, eleitos pela assembleia geral, por três anos. Em geral, haverá um número de igual de substitutos. Este conselho de administração, fica investido de todos os poderes de livre e geral administração comercial, funcionando com a sua maioria e devendo todos os contratos e documentos que envolvam responsabilidade social ser firmados pela maioria dos seus membros. O conselho deverá reunir-se pelo menos uma vez por mês, e, nas actas lavradas, deverão constar todas as deliberações tomadas. Contudo, qualquer membro da direcção poderá convocar as reuniões que considerar necessárias.

Esta Sociedade, tem por fim explorar, directa ou indirectamente, os espectáculos públicos que para esse fim edificará nesta cidade.

Ao conselho fiscal compete a fiscalização da administração. Era composto por três vogais, com um mandato pelo período de três anos.[52] As suas reuniões ordinárias serão periódicas, uma vez de dois em dois meses. Haverá uma reunião extraordinária quando qualquer um dos seus membros o exija ou quando a administração o convocar. As suas resoluções serão tomadas pela maioria de votos. A este conselho competem todas as atribuições conferidas na lei comercial. As suas funções são gratuitas.

A assembleia geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, em cada ano social, e até ao dia 30 de Março, e extraordinariamente sempre que o Conselho Fiscal ou o Conselho de Administração o julgue necessário, ou

sempre que seja requerida por accionistas que representem a quinta parte do capital social. Regularmente constituída, representa a universalidade dos accionistas, pelo que qualquer resolução nela tomada , será obrigatória para todos. Estas assembleias gerais compõem-se de todos os accionistas possuidores de uma ou mais acções e considerar-se-ão regularmente constituídas quando estejam representados accionistas que possuam uma quarta parte do capital social.[53]

Os accionistas podem fazer-se representar por outro accionista, mas nenhum poderá usar mais de uma procuração. As sociedades, as casas comerciais, senhoras casadas, corporações, menores e interditos, podem ser representados pelos seus legítimos representantes ou por outro accionista.

A ordem do dia constará da convocação, não podendo ser debatido qualquer outro assunto, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos. Cada accionista até cinco acções terão um voto, aqueles que possuem de cinco acções para cima têm dois votos.

A mesa da assembleia é constituída por um presidente, um vice-presidente e dois secretários, eleitos por três anos.

No que diz respeito à partilha de lucros e fundo de reserva, será feita da seguinte forma: os lucros líquidos anuais, depois de pagos todos os encargos, terão a seguinte aplicação – 5% para o fundo de reserva até que

---

[52] Haverá igual número de substitutos.

[53] Em parágrafo único menciona-se que se não houver um número suficiente de representação de capital, deverá ser marcada uma nova assembleia no prazo de trinta dias, mas nunca antes de quinze, a qual funcionará seja qual for o número de accionistas presentes e o capital representado, excepto quando a finalidade das convocações seja para deliberar sobre a reforma, redução ou reintegração de capital, dissolução ou fusão. Nessas assembleia têm que estar representados dois terços do capital.

este atinja, pelo menos, a quinta parte do capital social; 10% para deterioração e amortização da conta do edifício. O saldo dos lucros será aplicado ao dividendo dos accionistas ou ao fim que a assembleia determinar, sob proposta ou indicação da administração.

No caso de dissolução e liquidação da Sociedade, a assembleia geral em que ela for votada nomeará um ou mais liquidatários, fixando-lhes as atribuições e dando as instruções sobre o modo de proceder, tudo de acordo com o contrato social e com a lei.

No capítulo dedicado às situações diversas, encontrámos disposições que visam salvaguardar, fundamentalmente, os interesses dos accionistas, relativamente ao caso de a administração entregar ao arrendamento o Teatro e respectiva exploração, de modo a que aos accionistas seja concedida a preferência, por parte dos empresários, para a assinatura dos lugares no Teatro. Também fica estabelecido que, o edifício do Teatro, não poderá ser cedido para qualquer fim que não seja o que diz respeito ao objecto social, sem prévia autorização da assembleia geral. Por outro lado, o conselho administrativo fica autorizado a comprar terreno para a construção o edifício do Teatro bem como tomar todas as diligências necessárias para levar a cabo essa edificação.

Com estes estatutos, a sociedade inicia a recuperação e o prestígio do espaço deixado pelo incêndio de 1909, gozando de um grande apoio de elementos bem colocados social e economicamente, como Adolfo da Cunha Pimentel, Bento de Sousa Carqueja ou António Joaquim Machado Pereira[54].

[54] No anexo 4, poderemos ver uma lista mais completa dos membros que compunham os corpos gerentes na época.

Em Abril de 1915, mais propriamente no dia 17, foi realizada uma escritura de confissão de dívida feita pela Sociedade do Teatro de S. João a Eduardo Honório de Lima e outros.[55]

Os primeiros outorgantes disseram que a Assembleia Geral da Sociedade do Teatro de S. João, deliberou, em reunião extraordinária de 26 de Março desse mesmo ano, que fosse contraído um empréstimo no valor de 70 contos, por meio de letras ou escritura e com garantia hipotecária do terreno e edifício onde será instalado o Teatro de S. João. A importância do empréstimo destina-se à construção o edifício. Afim de assinar os títulos representativos da dívida, e da constituição de hipoteca, e estipular o prazo, forma de pagamento, juros e outras condições do empréstimo, a referida assembleia nomeou uma comissão composta pelos primeiros outorgantes. O empréstimo foi feito pelos segundos outorgantes, que contribuíram da seguinte forma: com quatro contos João Baptista de Lima Júnior; com dez contos, Eduardo Honório de Lima; com sete contos cada um, António da Silva Marinho, Manuel Alves Duarte Reis, António da Silva Cunha, Aníbal Mariani Pinto, Artur Mariani, José Ferreira Gonçalves, Alberto Nunes de Figueiredo e António Joaquim Machado Pereira. A Sociedade estava obrigada a pagar os empréstimos em dois anos, a contar da data da realização deste documento, o juro anual de 6%, cuja liquidação e pagamento seria efectuado em prestações semestrais iguais e adiantadas. Todas as despesas judiciais e extrajudiciais correm por conta da Sociedade, excepto a décima de juro, a qual fica a cargo dos credores. Para que o pagamento do empréstimo e seus juros fique assegurado, é-lhes feita pelos primeiros outorgantes a hipoteca do terreno e do edifício do Teatro de S. João,

[55] A.D.P., Po4, livro 855, fl. 21v. e seguintes. No anexo 4 encontra-se a lista dos diversos outorgantes presentes.

situado na Praça da Batalha, freguesia da Sé.[56] E o documento continua com outras decisões tomadas relativas aos direitos dos segundos outorgantes.

Em 19 de Dezembro de 1919, aparece-nos um novo documento que noa informa da elevação do capital da Sociedade do Teatro de S. João.[57] Como outorgantes aparecem-nos Alberto Nunes de Figueiredo, casado, cônsul da Bélgica, morador na Rua do Crasto (Nevogilde), José Ferreira Gonçalves, casado, comerciante, morador na Rua Alexandre Herculano, que na qualidade de administradores da Sociedade do Teatro de S. João, e em conformidade com os estatutos, vêm através da presente escritura aumentar o capital social da Sociedade para 134 contos[58], com a quantia de 104 contos desde logo subscrita e paga em dinheiro, pelos accionistas da sociedade, estando esta importância representada por mil e quarenta acções, do valor de cem escudos cada.

A 22 de Janeiro de 1920, ano em que o novo edifício é inaugurado, é feita a 1ª reforma dos estatutos da Sociedade do Teatro de S. João.[59] Neste documento surgem como outorgantes Arnaldo de Sousa Moreda, casado, negociante, morador na Rua de Santos Pousada, José Dias Alves Pimenta Júnior, casado, negociante e o Dr. Álvaro de Vasconcelos, casado, advogado, ambos moradores na Av. da Boavista.

No mesmo ano, e no mesmo dia, é feita uma segunda escritura relativa a esta Sociedade e que consta da *paga e quitação* dada por Eduardo

---

[56] Cf. descrição, 1ª Secção da 1ª Conservatória do Registo Predial do Porto, nº 124 279, fl. 42 V., Livro B 76.
[57] A.D.P, Po4, livro 915 B, fl.22 v. e seguintes.
[58] O valor inicial do capital social da presente Sociedade ficou estabelecido em 30 contos, cf. Po4, livros 816 e 817, fl. 97 e segs.
[59] A.D.P., Po4, livro 917 B, fl. 16 e segs.

Honório de Lima e outros à Sociedade do Teatro de S. João.[60] Aparecem-nos os seguintes outorgantes, agrupados desta forma: primeiro, Eduardo Honório de Lima, casado, proprietário, da Rua de Cedofeita, por si e como procurador de António da Silva Cunha, casado, comerciante, da Rua de Santa Catarina, de Alberto Nunes de Figueiredo, casado, cônsul da Bélgica, morador na Rua do Castro e de D. Maria Olinda de Lima Machado Pereira[61], viúva de António Joaquim Machado Pereira, moradora na Rua de S. Roque da Lameira, esta por si e como tutora e administradora das pessoas e bens de seus filhos menores Marieta e Frederico Machado Pereira; segundo: Joaquim Emílio Pinto Leite, capitalista, morador na Rua Álvares Cabral, por si e como procurador de sua mulher D. Carmen Machado Pereira Pinto Leite, com ele moradora; terceiro, Ricardo Machado Pereira, casado, capitalista, da morador na Rua Firmeza; quarto, Alberto de Lima Figueirinhas, solteiro, maior, comerciante, morador na Rua do Monte, como inventariante e cabeça de casal no inventário por óbito de João Baptista de Lima Júnior, que morou na mesma rua; quinto, António da Silva Marinho, capitalista, morador na Rua da Índia; sexto, Manuel Alves Duarte Reis, solteiro, maior, comerciante, morador na Rua da Alegria; sétimo, José Pereira Gonçalves, casado, comerciante, morador na Rua Alexandre Herculano; oitavo, Aníbal Mariani Pinto, solteiro, maior, industrial, morador na Rua Barão do Corvo (Gaia); nono, Artur Mariani, casado, industrial, morador na mesma rua. Com este documento prestou-se a quitação do empréstimo, no valor de setenta contos, feito em 17 de Abril de 1915, dando-nos ainda a informação que Eduardo Honório de Lima e António da Silva Marinho emprestaram mais seis contos à dita sociedade, enquanto que António da Silva Cunha fizera um empréstimo de dois contos e António Joaquim Machado Pereira, emprestou a quantia de onze mil quatrocentos e sessenta e quatro

[60] A.D.P., Po4, livro 913 C, fl. 8 v. e segs.
[61] Este acontecimento é aludido no inventário de menores que tivemos oportunidade de consultar. Cf. Inventário de Menores efectuado por morte de António Joaquim Machado Pereira, Arquivo do Palácio da Justiça.

escudos e sessenta e seis centavos. Informa-nos também que alguns dos credores faleceram e por isso os créditos serão adjudicados aos seus familiares mais directos.

Ficou estipulado que os credores receberiam não só as importância dos capitais emprestados mas também o montante dos respectivos juros. Eduardo Honório de Lima recebeu um total de dezoito mil oitocentos e cinquenta e cinco escudos, António da Silva Cunha, dez mil quinhentos e dezasseis escudos e sessenta e dois centavos, António da Silva Marinho, quinze mil duzentos e noventa e dois escudos e cinquenta centavos, Aníbal Mariani Pinto e Artur Mariani, oito mil trezentos e doze escudos e cinquenta centavos cada um, Alberto Nunes de Figueiredo, José Ferreira Gonçalves e Manuel Alves Duarte Reis, oito mil trezentos e um escudo e sessenta e dois centavos, para a herança de João Baptista de Lima Júnior, quatro mil setecentos e cinquenta escudos, para os adjudicatários dos créditos de António Joaquim Machado Pereira, vinte e dois mil e vinte e nove escudos e oitenta centavos (pela partilha feita ficaram assim distribuídos: doze mil setecentos e nove escudos cinquenta e três centavos e dois décimos para cada um dos filhos Ricardo e Carmen e mil seiscentos e noventa e quatro escudos cinquenta e nove centavos e sete décimos para cada um dos seus filhos menores Marieta e Frederico).O total dos pagamentos foi de cento e doze mil novecentos e setenta e três escudos e oitenta e seis centavos.[62]

Com o novo edifício concluído, os espectáculos sucederam-se a bom ritmo, enchendo de novo a cidade, com o entusiasmo e o dinamismo que lhe era característico. Não quer com isto dizer que toda a música que passou pela antiga e depois pela nova sala fosse a de melhor qualidade.

---

[62] O notário declara ter arquivado quatro procurações e um alvará(este último datado de 16 de Janeiro de 1920, e assinado pelo juiz de Direito desta cidade da 3ª vara cível desta comarca).

5.1.3 - O Palácio de Cristal do Porto.

O sucesso da exposição universal que se realizou em Hyde Park, Londres em 1851, fez com que um pouco por toda a Europa se incrementasse a ideia de realizar eventos semelhantes.

Portugal, numa época em que se começava a fomentar as indústrias e o comércio assim como se davam os primeiros grandes e importantes passos nas obras públicas, que contou inclusive com a criação de um ministério destinado aos negócios de trabalhos públicos, do comércio, da indústria e da agricultura, assuntos que antes eram da responsabilidade global do ministério do reino, não ficou indiferente, surgindo as primeiras comissões de agricultura distritais, assim como os primeiros esboços de organização dos serviços agrícolas com base em estudos agronómicos.

No Porto, por iniciativa de Alfredo Allen, dinamiza - se uma agremiação agrícola que vai levar a cabo, em 1857, uma primeira exposição nos campos da Torre da Marca.[63]

Estiveram presentes nesta inauguração o Prelado da Diocese , as autoridades, a câmara Municipal e muitos cidadãos das mais diversas classes sociais.

---

[63] Esta exposição foi organizada seguindo os preceitos do decreto de 23 de Novembro de 1854, e na sessão inaugural o discurso foi feito pelo Conde de Samodães, que em substituição do presidente Roberto Van Zeller, abriu a exposição, tendo sido secretariado Dr. José Frutuoso Aires de Gouveia Osório.

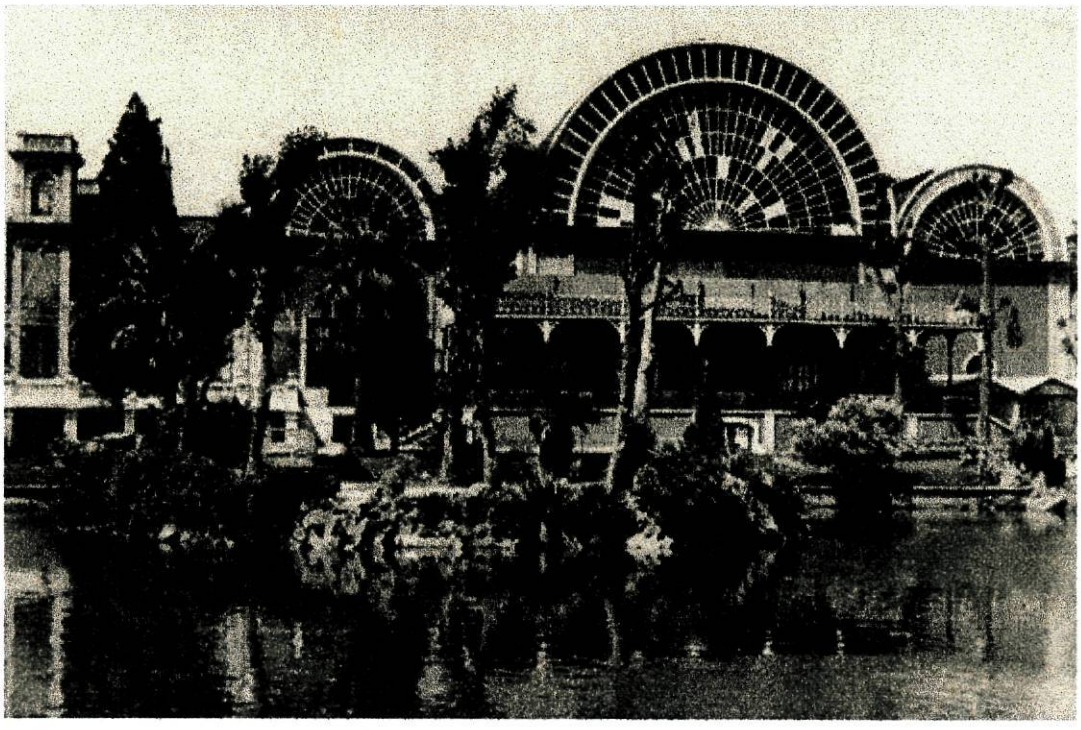

fig. 3 - O antigo edifício do Palácio de Cristal.

A ideia de prosseguir com este tipo de iniciativa vai-se desenvolvendo, e, na tentativa de a tornar independente dos governos, dá-se aso a que se crie a ideia de se construir um edifício próprio para este tipo de actividade e que fosse propriedade de uma associação. Tal ideia parece ter surgido do facto de o déficit resultante da primeira exposição, ter rondado cerca de 1 920$000, cujo saldo só foi possível com a ajuda do governo, ajuda essa que tardou em chegar, o que fez com que esta exposição só abrisse em 12 de Julho de 1857.[64]

Para que o projecto pudesse ser levado a bom termo, tornava-se imperativa a criação de uma associação que permitisse juntar os capitais

[64] A despesa calculada era de 2 970$000 enquanto que o cálculo da receita não atingia mais do que 1 050$000.

indispensáveis para a construção do edifício, bem como encontrar o local ideal para a sua construção.

Os terrenos escolhidos pertenciam em parte ao Município, enquanto que os restantes, propriedade de diversos particulares, tiveram que ser expropriados .

No *Comércio do Porto* do dia 23 de Julho de 1861, surgem publicados os primeiros projectos de Estatutos desta sociedade, denominada, Sociedade do Palácio Agrícola, Industrial e Artístico, que tinha como finalidade *"construir um palácio destinado a exposições agrícolas, industriais e artísticas, para divertimentos, exposições permanentes e venda de produtos de belas artes. Para concretizar esse objectivo, a Sociedade adquiriu os terrenos contíguos ao palácio, para jardins e aclimatação de plantas exóticas e para a construção de menageries para coligir aves e animais domésticos; e ainda para fundar uma academia de música de ensino gratuito, formando-se a orquestra e o coro do Palácio e banda musical."*[65]

Quanto ao capital seria conseguido através da emissão de acções no valor de 100$000 cada uma, de modo a que se juntasse o capital de 160 contos de réis, o qual poderia elevar-se a 200 contos. A sociedade considerar - - se-ia constituída logo que estivessem subscritos 100 contos de réis.

O grupo de distintos cidadãos portuenses que se une para levar a bom termo esta interessante aventura, queria aproveitar a visita ao Porto do rei D. Pedro V, para inaugurar o início dos trabalhos. Nesse sentido, reúnem-se no

[65] In O Comércio do Porto, 23 de Julho de 1861, citado pelo conde de Samodães, in O Tripeiro, 1ª série, pp. 229, de 18 de Novembro de 1910.

edifício da Bolsa os fundadores do Palácio de Cristal, sob a presidência de Guilherme Augusto Machado Pereira.[66]

Aproveitando a visita do rei ao Porto[67], em 3 de Setembro, foram dados os primeiros passos para a sua inauguração.[68]

Infelizmente o rei morre pouco depois da sua visita ao Porto e os problemas em torno da construção deste edifício avolumam-se. A maior parte das pessoas não entende a necessidade nem a utilidade deste, e só com muita dificuldade se conseguiu obter um fundo suficiente para garantir a realização desta obra.

Apesar de todos os contratempos sofridos, o projecto continua a desenvolver-se, ainda que lentamente. Os primeiros estatutos são reformados em 1865, e nas direcções sucessivas, renovam-se os nomes daqueles que chamaram a si a responsabilidade de tornar o Palácio de Cristal numa realidade. Entre eles podemos encontrar os nomes de António Ribeiro F. Forbes; Visconde de Ermida, Joaquim Frutuoso Aires de Gouveia, Manuel Fernandes Rosas e Manuel Joaquim Alves Machado.[69] Em 21 de Novembro de 1865, foi anunciada oficialmente a Exposição Internacional, que contou com a presença do rei D. Luís e de outros membros da família real portuguesa.

Esta Sociedade do Palácio de Cristal lutou sempre, como podemos observar, com sérios problemas financeiros. Depois de terminada a

---

[66] Mais tarde Visconde de Pereira Machado. A lista com os nomes dos sócios do Palácio de Cristal, é apresentada no anexo 5. No anexo 6 é apresentada a lista com os nomes dos que foram eleitos para formar a sua direcção.

[67] Também estive presente o Infante D. João, duque de Beja.

[68] Dada a urgência do empreendimento, a Câmara prescindiu de certas formalidades legais referentes à concessão dos terrenos.

[69] Cf. *O Tripeiro*, 1ª série, de 1 de Janeiro de 1911.

Exposição Internacional, os sócios desta instituição ficaram a braços com este espaço, grande e de manutenção dispendiosa, que fez com que ao longo dos anos fossem obrigados a celebrar todo um conjunto de contratos que lhes permitiriam de alguma forma fazer face às dívidas acumuladas.[70]

Em Fevereiro de 1916, no dia 21 desse mês, celebra-se um contrato de arrendamento entre a Sociedade do Palácio de Cristal Portuense e Romualdo Ferreira Torres e César Augusto Ramos de Carvalho[71]. Através deste documento, a Sociedade do Palácio de Cristal arrenda os jardins, dependências e instalações, incluindo o circo e terrenos anexos ao mesmo, com excepção dos terrenos que fazem frente para a Rua do Palácio em virtude de ter sido deliberada a sua venda.[72] O presente arrendamento teria a duração de dezanove anos e nove dias, a partir da data em que este contrato é celebrado. Salvaguarda-se o direito à renovação deste contrato por parte dos seus arrendatários. A renda, nos seis primeiros anos, era de 5 contos de reis, nos três anos seguintes, de seis contos/ano, nos cinco anos a seguir, de 7 contos/ano, e nos restantes 5 anos, 8 contos/ano. No caso de se optar por uma renovação deste contrato findo o arrendamento inicial, seria paga uma renda de 10 contos nos primeiros dez anos e de 12 contos nos nove restantes. Os arrendatários comprometem-se a respeitar os contratos que a Sociedade fez com o Estado, o Orpheon e com Artur Loureiro, e que se referem ao Circo, ao Teatro de Gil Vicente e a uma dependência do Palácio de Cristal, respectivamente.

---

[70] A. D. P.,Po4,livro 758, pp. 20 e seg., em documento datado de 16/09/1899, é celebrado um contrato entre a Sociedade do Palácio de Cristal Portuense, o Banco Aliança e a Comissão Administrativa do empréstimo emitido para a amortização da sua dívida ao dito banco, que era de 5 contos de reis.

[71] A. D. P., Po4, livro 863, pp.69v e segs.

[72] Deste arrendamento não consta a Capela de Carlos Alberto, cujas despesas ficam a cargo da Sociedade do Palácio de Cristal, nem as salas onde a Sociedade tinha os seus escritótios.

Em 12 de Abril do mesmo ano, a Sociedade do Palácio de Cristal transforma-se em Sociedade por Quotas do Palácio de Cristal, Ld[a][73] , pela mão dos seguintes sócios: Manuel Pinto da Fonseca, casado, banqueiro, residente na Av[a] da Boavista, como sócio-gerente e em nome da firma Pinto da Fonseca & Irmão, José Augusto Dias, casado, banqueiro, morador na Rua de Álvares Cabral, Adelino Alberto de Lima Carvalho, casado, comerciante, morador na Rua de Gonçalo Cristovão, António Tomás dos Santos Júnior, casado, comerciante, morador na Av[a] da Boavista, Manuel Alves Duarte Reis, solteiro, maior, comerciante, da Rua da Alegria, Romualdo Fernandes de Torres, solteiro, maior, negociante, Rua das Taipas, César Augusto Ramos de Carvalho, solteiro, maior, comerciante e morador na Rua das Taipas.

O capital social desta Sociedade é de 30 contos em dinheiro, e estava dividido da seguinte forma: com quotas de 2 500$00, os sócios Manuel Reis, Romualdo Torres e César Ramos; quotas de 3 750$00, pertencentes a António Tomás dos Santos Júnior, e de 6 000$00 as quotas pertencentes aos restantes sócios. No momento da assinatura desta escritura, 60% do capital já se encontrava realizado. A gerência económica e financeira da sociedade ficou confiada aos sócios Pinto da Fonseca & Irmão, Adelino Alberto de Lima Carvalho e Manuel Alves dos Reis. Romualdo Torres e César Ramos, compunham a direcção encarregada da organização dos espectáculos, festas e outras diversões. De forma a preservar as finanças desta Sociedade, e no intuito de tentar que as dificuldades passadas em anos anteriores não se voltassem a repetir, decidiu-se que os lucros líquidos de veriam ser aplicados da seguinte forma: 20% para a formação ou reintegração do fundo de reserva legal, 6% do capital social, seria distribuída pelos seus possuidores, como dividendo, 20% deviam ser distribuídos, em partes iguais, pelo gerente-delegado e pelos membros da direcção artística. O saldo dividir-se-ia pelos

[73] A. D. P., Po4, livro 865, pp. 37 e segs.

sócios, na proporção das suas quotas. Quanto às perdas, se as houver, seriam suportadas pelos sócios, na proporção das suas quotas.

Tentava-se desta forma preservar a existência desta instituição, de forma a que o Porto e a sua população pudesse desfrutar dos inúmeros atractivos deste local tão aprazível.

Com o passar dos anos, o edifício do Palácio[74] e as suas instalações vão-se degradando até que acaba por ser vendido ao Município do Porto.

5.1.4 – Sociedade de Concertos Orpheon Portuense.

Ao contrário das instituições anteriormente mencionadas, a *Sociedade de Concertos Orpheon Portuense*, vulgo *Orpheon Portuense*, não tem sócios no sentido tradicional do termo. Surge em 1881, dois anos antes da fundação da *Sociedade de Quartetos*, e desde a sua fundação que se transformou numa das instituições que mais têm contribuído para o engrandecimento cultural e para a História da Música da Cidade do Porto. O seu fundador e director ao longo de quarenta e três anos, foi o Prof. Moreira de Sá, que, contando com a colaboração de alguns diletantes da época, formou esta instituição única no género em toda a Península Ibérica, cujo propósito era a divulgação da Música.

Este agrupamento coral de amadores constitui-se em 12 de Janeiro de 1891, e começou por ver a sua sede instalada no n.º 155 da Rua do

[74] O edifício original foi demolido, tendo dado lugar ao actual Pavilhão Rosa Mota.

Rosário. Nesta casa, residência de Henrique Carlos de Meirelles Kendall, que cedeu uma das suas salas e o seu piano para os ensaios, começaram a reunir-se com regularidade os seus membros[75].

Parece, por aquilo que nos foi dado ler sobre este assunto, que a ideia partiu de um grupo de distintos amadores de música desta cidade, entre os quais se destacavam Henrique Carlos de Meirelles Kendall, Adriano Ramos Pinto, Alfredo de Azevedo Lima, Álvaro Leão Baptista Dias, Augusto Antero de Magalhães, Bernardo Valentim Moreira de Sá, Querubino Lagoa, Eduardo António Moreira, Eduardo Honório de Lima, Ernesto da Silva Maia, Dr. Francisco de Paula Albano da Silveira Pinto, Guilherme Augusto de Faria, Irineu Augusto Pais, Justino Moniz, Manuel Vaz de Miranda, Marcos Archer, Miguel Artur Gonçalves e Ricardo Vale.

No art.º 2º do capítulo I dos Estatutos desta Sociedade[76], diz-se : " *Tem por fim [esta Sociedade] a cultura, propagação e desenvolvimento de um apurado gosto pela música...*" . A análise dos seus estatutos permite-nos aperceber da seriedade com que os seus fundadores olhavam para esta instituição, querendo que os de fora também a vissem deste modo. Os diversos artigos dão- nos conta da obrigação de sócios efectivos e honorários pagarem uma anuidade de 9$000 réis, da obrigação dos sócios executantes em comparecer a todas as reuniões e nelas tomar parte, quer sejam de ensaios, quer sejam de execução de coros, salvo por motivos de força maior. A fim de promover a divulgação e a cultura musical dos sócios e seus familiares, seriam organizados cursos por esta Sociedade, conferências e concertos. A Sociedade era governada, segundo as suas próprias palavras, por uma Mesa da Assembleia Geral, composta por um presidente (a quem cabia a indicação

[75] Apresentamos no anexo 7 a lista dos sócios fundadores do Orpheon Portuense.
[76] Estatutos do Orpheon Portuense, Porto, 1913.

e ensaio das composições a estudar, a aquisição de obras para a biblioteca e arquivo da Sociedade, a direcção dos cursos musicais, a programação das actividades, concertos e festas, as pessoas, artistas ou amadores, sócios ou não, convidadas a tocar nos seus concertos, analisar os trabalhos a apresentar nas comunicações e conferências, etc., um vice-presidente, um primeiro secretário, um segundo secretário, conselho administrativo, conselho fiscal, director e tesoureiro, cada qual com as funções habituais que cabem a quem assume cargos de semelhante natureza. Seguem-se as definições das regras estabelecidas quanto à orgânica da Sociedade, as eleições para os diferentes cargos, etc..

No fim, apresenta o Regulamento, em que salientamos o seu ponto 1º, onde se ressalva o seguinte *" é expressamente proibida a entrada ou saída da sala durante a execução dos trechos musicais."* Algo que ainda hoje era necessário instituir como lei aquando da realização de concertos não só no Porto, como também no resto do país.

A importância da sua fundação e o enorme papel desempenhado em prol da divulgação da música clássica na cidade do Porto não pode contudo deixar de ser mencionada, pois pelo Orpheon Portuense passaram muitos dos grandes nomes da música, quer nacionais quer estrangeiros.

Os setenta executantes que compõem desde o início a orquestra do Orpheon, prima por se tratar de um grupo notavelmente heterogéneo , composto por amadores, homens e senhoras, dos mais diversos grupos etários, e por músicos profissionais que tocavam nos teatros portugueses e que leccionavam música. O trabalho foi árduo, mas com a compreensão, trabalho incessante e empenho, foi possível fazer-se ouvir nesta cidade as Sinfonias de Mozart e de Beethoven, várias composições de Wagner, Saint-Sans, Grieg e

Miguéz. A execução destas obras obteve sempre um crescente sucesso, o que levou sem dúvida, à motivação dos seus componentes para voos mais altos. A este sucesso não é alheia a categoria do seu regente.

Mais importante que o sucesso é o facto de se ter conseguido provar que os músicos portugueses, muito especificamente através da conjugação de esforços entre músicos profissionais e músicos amadores, são capazes de executar programas tão variados quanto complexos, em nada ficando a dever às orquestras estrangeiras. E não havia segredo para isto. Bastou trabalho árduo, honestidade e nada de vedetismos. Algum tempo depois, António Arroyo escreveu: " *Moreira de Sá conseguiu demonstrar a possibilidade de obter-se com os nossos artistas músicos, sem educação própria e especial, toda a gama de nuances e de colorações, com precisão perfeita e uma maleabilidade nos movimentos e nos ritmos a que eles não estavam habituados. Questão de vontade e de orientação no director da orquestra.*"[77]

Os objectivos do Orpheon Portuense vão abarcar um campo mais vasto do que aquele que era abrangido pela Sociedade de Quartetos, pela Sociedade de Música de Câmara ou pelo Quarteto Moreira de Sá. De facto, não parece haver limites à música praticada nos concertos promovidos pelo Orpheon Portuense: música de câmara, de violino, de piano, de canto, de grande orquestra.

Este género de actividade tem duas vertentes paralelas mas não indistintas. Por um lado, a música executada, permite o estudo de obras que de outra forma dificilmente seriam trabalhadas, quando muito só iria acontecer muito mais tarde, transformando-se num autêntico desafio para os elementos

da orquestra. É frequente, quanto mais difícil parece ser o objectivo, mais empenho se demonstrar em atingi-lo. Por outro lado, para o público, a audição destas obras era uma acção de educação, de ensino de massas. A música que para quem toca é um dom, para quem a ouve é uma questão de sensibilidade e educação. Quanto melhor compreendermos o tema da música, o significado de cada instrumento, as pausas, mais aptos estamos para compreender aquele que a escreveu. Bach só se compreende depois de ouvirmos atentamente, e na totalidade, as suas oratórias e as suas missas. Beethoven é melhor compreendido, quando o inserimos na sua época e na sua própria surdez, e assim entendemos os seus gritos de raiva suavizada pelo sofrimento de um homem que ao deixar de poder ouvir a sua música, a sentia muito mais com o seu tacto.

Também não se pode deixar de considerar que a música para orquestra atrai muito mais facilmente as pessoas. A orquestra impressiona quem a ouve, quer pelo elevado conjunto de instrumentistas que a compõem como pela sensação de *todo* a que está ligado o seu conceito. Um grupo de cordas, um quarteto por exemplo, parece mais dirigido para um grupo restrito de ouvintes, ou antes para aqueles cuja sensibilidade foi mais desenvolvida, dado que as composições deste género, como tão bem disse António Arroyo, "*... a magreza do som resultante deste agrupamento de quatro instrumentos, não impressionando a sensibilidade pouco vibrátil do grande público, não determina nele, por isso mesmo, a compreensão da obra. O quartetto será sempre a forma aristocrática da exibição musical.*"[78]

A acção levada a cabo pelo Orpheon Portuense na divulgação da música clássica nesta cidade é extraordinariamente ampla e diversificada .

---

[77] In Arroyo, António, *Perfis Artísticos*, pp.12.
[78] In Arroyo, António, Perfis Artísticos,pp.13.

Tomemos por exemplo, o caso das duas séries de concertos de quatro concertos cada uma , organizadas entre 1897 e 1902, no Salão do Laranjal, às quais se deu o nome de Concertos Históricos de Música de Rabeca, com os quais se pretendia familiarizar o público com a música para este instrumento, ou então a familiarização do público portuense com as obras de canto alemãs. De facto, não nos podemos esquecer que o público português conhecia apenas as áreas de óperas italianas, e que vai ser pela mão do Professor Moreira de Sá , e através dos concertos promovidos pelo Orpheon Portuense, que o público desta cidade entra em contacto com os " Lieder " de Schuman, Schubert e Brahms entre outros.

Através desta instituição, e a convite do Professor Moreira de Sá, entre 1881 e 1911, teve o Porto e o seu público, a oportunidade de assistir às actuações de grandes nomes da música europeia e mundial, e cuja lista mais pormenorizada, ainda que incompleta, apresentamos no anexo 8, apear de neste momento não podermos deixar de destacar os de Vianna da Motta (6 de Novembro de 1893), Maria Antoinette Aussenac (4 de Março de 1908), Suzanne Cesbron (18 e 20 de Maio de 1908), Harold Bauer (1 de Dezembro de 1909) e Jan Reder (1 e 3 de Março de 1911).

Passámos agora ao estudo de alguns dos nomes que, cumprindo a metodologia seguida, corresponderam com informações suficientes para a elaboração deste estudo.

Apesar de termos olhado para todos da mesma forma, tentando evitar discrepâncias acentuadas na abordagem e nos elementos recolhidos, o certo é que o Professor Moreira de Sá, que não era aquele que à partida estaria em situação de se tornar o centro deste trabalho, acabou por se transformar na pessoa que mais elementos forneceu para este estudo. E isto

não foi por acaso. Se por um lado escolhemos uma metodologia que à partida delimitava por si o âmbito do trabalho, virando-o para uma vertente mais ligada à cultura do que propriamente a outro campo da história, por outro lado, apercebemo-nos de que o impulsionador de grande parte do movimento cultural da época é, sem dúvida Moreira de Sá. Ele basicamente respondeu a tudo aquilo que se pedia para fazer parte do nosso estudo. Era sócio da Associação Comercial do Porto, era accionista da Sociedade do Teatro de S. João e foi um dos primeiros impulsionadores do Orpheon Portuense.

Em seu redor, os grandes nomes da sociedade portuense circulavam, reconhecendo-lhe a capacidade para metamorfosear o Porto, qual borboleta saindo da crisálida, e transformar esta cidade no grande pólo cultural do país, sobrepondo-se a Lisboa. Com isto não tirámos o valor a outros, simplesmente neste momento era Moreira de Sá quem reinava num país em que a República dava os seus primeiros passos.

Como vemos entre os sócios e accionistas destas instituições surgem vários nomes de destaque ligados aos negócios da cidade. Certificar-nos se tratavam da arte como forma de se promoverem socialmente ou de engrandecerem a sua cultura, ou simplesmente como um mero investimento, não é a nossa meta neste momento, mas sim levantar um pouco do véu que encobre o passado deste período da história da cidade do Porto.

5.2 – Percursos Individuais.

5.2.1 – Clemente Joaquim da Fonseca Menéres.

A obra empresarial de ***Clemente Joaquim da Fonseca Menéres*** já foi sobejamente estudada por José Joaquim Andrade Parreira na sua tese dissertação de Mestrado em História Contemporânea[79], apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Nela foi possível recolher os elementos biográficos relativos a Clemente Menéres, que nasceu no lugar da Cruz, Vila da Feira, no dia 19 de Novembro de 1843. Muito jovem ainda, parte para o Brasil, na esperança de aí construir o seu futuro, apesar de poucos anos depois as saudades do país e da família o levarem a regressar a Portugal, em 1863, onde se irá estabelecer, já casado com sua prima D. Maria da Glória Guimarães, que mais tarde viria a falecer, casando em segundas núpcias com D. Antónia Cândida de Araújo Menéres. Do primeiro casamento teve dez filhos, Manuel Clemente(1861-1863), Leonor da Fonseca Menéres (1864-1968), Clemente (falecido e do qual não temos qualquer outra informação), Alfredo da Fonseca Menéres (1866-1917), Agostinho da Fonseca Menéres (1867-1926), Joaquim (falecido e do qual não temos qualquer outra informação), Ana da Fonseca Menéres (1871-1895), Maria da Glória Fonseca Menéres (1873-1946), António (1874-1876) e José da Fonseca Menéres (1976-1954). Do segundo casamento nasceram-lhe dois filhos, Clemente da Fonseca Araújo Menéres (1897-1917) e Manuel da Fonseca Araújo Menéres (1898-1974).

Clemente Menéres morre em Vila Nova de Gaia, na sua Quinta da Avenida, em 27 de Abril de 1916.

---

[79] Parreira, José Joaquim Andrade, *A Acção Empresarial de Clemente Menéres no Porto e Trás-os-Montes*, dissertação da tese de Mestrado em História Contemporânea, apresentada na

Analisando a partilha dos bens[80] deixados, entre os quais encontramos:

- bens de raiz – 24 000$00
- móveis – 1 500$00
- acções e dinheiro [81] - 230 619$21
- automóvel – 1 000$00

O total da herança somava 264 453$00, e encontrava-se onerado por um passivo cujo montante era de 15 163$66,6, e que contava do saldo da conta corrente que Clemente Menéres tinha com o Banco Aliança, no valor de 12 455$66,6, com a importância a haver pela viúva para a

---

F.L.U.P., 1997, volume policopiado. Aqui se procedeu a uma cuidadosa análise do trajecto e dinâmica empresarias de Clemente Menéres.

[80] A.D.P., Po4, livro de notas 868, pp.92 e segs. Esta foi rectificada em 4 de Setembro de 1916, A.D.P., Po4, livro 870, pp.12 e Seg.

[81]

1 acção da Fábrica de Moagem a Portuense, Lda	300$00
1 quinhãode uma acção na Sociedade Proprietária de Papel do Caima	1 500$00
40 obrigações municipais de Gaia	1 800$00
2 certificados de 30 acções do British Bank of South America	2 300$00
1 obrigação da Sociedade do Palácio de Cristal Portuense	20$00
1 acção da Real Fábrica Social do Porto	10$00
2 acções do Teatro D. Fernando II, da Vila da Feira	1$00
1 acção do Teatro Aveirense	1$00
1 acção da Cº de Mineração Plombífera de Adorigo	1$00
1 acção da Cª de Caminho de ferro de Guimarães	110$00
1 acção da Cª de Fiação e Tecidos de Fafe	200$00
30 acções da Cº Nacional de caminhos de ferro	133$00
13 acções da Sociedade Cooperativa Económica Doméstica	104$00
10 acções do Banco Aliança	618$00
15 acções da Cª de Seguros Prosperidade	210$00
Saldo da conta corrente do finado Pinto Leite & Sobrinho de Londres	250$00
Importância entregue ao Dr. José de Oliveira Lima	500$00
Quota na Sociedade Clemente Menéres, Ldª	188 800$00
Saldo da conta corrente do finado nesta sociedade	17 313$00
Lucros a receber da referida Sociedade	14 000$00
Saldo da conta com Manuel Araújo Leite	48$21
1 quota da Soc. De Melhoramentos do Gerês, Ldª	2 400$00

integralização do valor que o marido lhe fizera no seu contrato antenupcial, e que era de 2 708$00. Saldado este passivo, o montante da herança passou para 249 289$51,4, sendo a quota disponível de Clemente Menéres e a das porções constituintes das legítimas de seus herdeiros, desprezando as pequenas fracções, de 124 644$75. Esta quantia foi entretanto ratificada para 129 811$29, em virtude de um legado atribuído por Clemente Menéres a Maria Barbas, no valor de 5 166$54, ter ficado sem efeito visto a legatária ter falecido antes do autor da herança. Deste modo, a cada um dos sete filhos vivos de Clemente Menéres coube 16 226$41 e a cada um dos seus dois netos, a quantia de 8 113$20,5.

No que diz respeito ao passivo, o Banco Aliança recebeu da quantia que compunha a verba n.º 30, saldo da conta corrente, que Clemente Menéres possuía na Sociedade Clemente Menéres Ldª, e que consistia em 17 313$47, a quantia de 12 455$66.

À sua viúva deixara a quantia de 2 798$00 uma vez que casamento foi realizado com a absoluta separação de bens, não tendo ela direito a nada, excepto aos bens que ele entendesse doar-lhe.

Entre os bens de raiz que deixou aos seus herdeiros, encontramos um prédio composto de casas com um mirante e terrenos com árvores, situado na Av. da Boavista, nºs 254 e 256, a que foi atribuído o valor de 4 contos; um prédio composto de casas e grande quintal, na Av. da República, em Vila Nova de Gaia, cuja entrada principal era na Rua Luís de Camões, n.º 164, e que a sul confrontava com a linha férrea. Esta propriedade fora outrora designada por Quinta da Boavista, passando posteriormente a ser designada por Quinta da Avenida. Para a presente partilha foi avaliada em 16 contos. Em Gaia, possuía Clemente Menéres outras propriedades, como um

armazém de dois cumes situado na Rua de Afonso de Albuquerque e que foi avaliado em 3 contos.

Na Vila da Feira, no lugar da Cruz, sua terra natal, possuía um prédio rústico, a que davam o nome de Quinta Nova, e que era composta por terra lavradia, com pomar e ramadas, casas térreas, água de rega e mais pertenças que, à data da sua morte, valia 1 500$00.

Em Cascais, mais precisamente no Monte Estoril, possuía uma quarta parte de um lote de terrenos, constituídos por 15 chãos de terra, que valiam um conto. Como vemos, estes bens encontram-se dispersos por diferentes regiões do país e normalmente, verifica-se que se encontravam em locais próximos de estradas, como é o caso da Quinta da Avenida, em que um dos lados se situa junto à linha férrea, assim como, o armazém de Vila Nova de Gaia, enquanto que a casa de Cascais fica junto ao local onde se projectava uma rua.

Podemos deduzir, através da localização dos seus bens, o cuidado com que este tipo de investimento foi realizado, visto ter sido efectuado em locais que mais tarde viriam ser extremamente valorizados com o crescimento e desenvolvimento das populações, vendo assim aumentado consideravelmente o valor do património legado aos seus descendentes.

Após a divisão da herança, o armazém ficou para a co-herdeira Leonor, casada com Joaquim da Silva Barbosa, industrial, e com ele moradora na Rua Soares dos Reis.

Clemente Menéres deixou as marcas no tempo em que viveu, e que prevalecem até aos nossos dias através da Sociedade Clemente Menéres, ainda actualmente nas mãos dos seus herdeiros.

5.2.2 – António Joaquim Machado Pereira.

António Joaquim Machado Pereira, proprietário, filho legítimo de António Joaquim Pereira, natural de Braga, e de D. Ermelinda Aurélia Machado Pereira, natural da freguesia de S. Nicolau, nasceu no Porto, cerca de 1854, e aqui veio a falecer às 11, 30 horas, do dia 17 de Fevereiro de 1917, vítima de problemas cardiovasculares, conforme vem assinalado na sua certidão de óbito. O falecido era casado com D. Maria Olinda de Lima Machado Pereira, tendo deixado filhos menores.

Através da análise do seu testamento[82], que é transcrito no próprio inventário de menores que nos foi dado analisar, ficamos a saber que parte da sua vida foi passada no Brasil, onde lhe nasceram dois filhos naturais, que provavelmente o terão acompanhado no seu regresso a Portugal, uma vez que nos dá conta que ambos viviam no Porto à data da sua morte.

Do seu casamento com D. Maria Olinda, nasceram três filhos sendo um maior, Jaime de Lima Machado Pereira, que morreu poucos dias a após a morte de seu pai, no dia 24 de Fevereiro do mesmo ano, Marieta de Lima Machado Pereira, de 17 anos e Frederico de Lima Machado Pereira de 14 anos, ambos residentes com sua mãe na Av. Brasil n.º 848.

O seu casamento não foi precedido por um contrato antenupcial.

---

[82] Arquivo do Palácio da Justiça do Porto, inventário de menores, maço 486, 1917, pp. 4v a 6.

No que diz respeito aos filhos mais velhos, havidos antes do seu matrimónio, verificamos que ambos os cônjuges parecem ter estado de acordo no que se refere à legitimidade de, dentro de possível, estes não saírem prejudicados no momento das partilhas, uma vez que no próprio testamento do falecido este assunto é abordado da seguinte forma: " *Tenho dois filhos naturais, de nomes Ricardo e Carmen, ambos nascidos no Rio de Janeiro e perfilhados antes do meu casamento, nos respectivos assentos de baptismo ou registos de nascimento e ainda pela escritura de 13 de Março de 1888 e pela de 20 de Maio de 1892, aquela lavrada pelo tabelião do 6º ofício e esta pelo do 3º ofício do Rio de Janeiro.(...) Da terça da minha meação de casal de que posso dispor instituo herdeiros em partes iguais os meus filhos Ricardo e Carmen, o que vai ser muito do agrado de minha boa mulher como justa compensação que àqueles meus dois filhos dou em vista da desigualdade de legítima que, a par de seus irmãos lhes atribui o art.º 1985 do Código Civil...*"[83]. Destas palavras podemos concluir que este homem se preocupava com os seus filhos mais velhos, querendo assegurar o seu futuro. Prevendo a eventualidade de uma morte inesperada, não deixou, por isso, de cuidar atempadamente da legalização dos bens que lhes pretendia doar, sublinhando o apoio que a essa decisão lhe deu sua esposa.

A análise do inventário orfanológico [84] feito por morte de António Joaquim Machado Pereira, cuja inventariante foi a viúva, D. Maria Olinda de Lima Machado Pereira, revela-nos mais pormenores quanto aos seus bens e à sua vida pessoal. A primeira informação que nos chamou a atenção, logo no início, foi a referência ao facto de o inventariado viver alternadamente numa casa na Av. Brasil, onde faleceu, e na casa que possuía

[83] Idem, pp. 4v a 6. Neste mesmo testamento, dá-nos conta de que possui bens no Rio de Janeiro, uma vez que institui seus procuradores nessa cidade a João Alves Moreira, Pedro Alves Viana Guimarães, Alberto Alves Ferreira Cardoso, Natário Augusto Pacheco e José António de Sousa.

na Rua de S. Roque da Lameira de Cima n.º 8, freguesia de Campanhã, por onde se achava recenseado no recenseamento político.

Do património analisado, constátamos a existência de dez moradas de casas, situadas todas elas na cidade do Porto e que todas juntas foram avaliadas em 56 061$00. Uma destas casas possuía lojas, águas-furtadas, quintal, bomba de ferro e poço de meação, situando-se na Av. Brasil 835, freguesia de Nevogilde, casa onde veio a falecer o inventariado, e da qual foi feito o inventário dos bens aí encontrados.

Nesta última casa, encontrámos um rol bens diversos, que dividimos em categorias distintas, permitindo-nos, deste modo, calcular o valor do seu património. Assim, o valor dos diferentes móveis que constituíam o recheio desta habitação foi calculado em 1 722$30, destacando-se um piano Bechstein no valor de 200$00. No que se refere aos bens aos utensílios e bens diversos, o valor atribuído foi de 659$20, e onde podemos encontrar louças e cristais no valor de 100$00, livros no valor de 30$00, entre muitos outros e variados bens.

Entre os objectos de arte e decoração todos no valor de 650$70. Numa grande variedade de bens que vai desde jarras a bengaleiros, relógios, estatuetas e outros, temos de destacar algumas pinturas assinadas por alguns dos mais famosos artistas portugueses, como duas pinturas de Sousa Pinto, verbas nºs 236 e 240, avaliadas em 20$00 e 10$00 respectivamente, uma de Artur Loureiro, verba n.º 238, avaliada em 6$00, uma de Malhoa, verba n.º 239, avaliada 15$00, e uma de Júlio de Pina, verba n.º 246, avaliada em 15$00.

---

[84] Arquivo do Palácio da Justiça ,Maço 486.

O recheio da casa de S. Roque da Lameira é semelhante, embora não encontremos referência a quadros assinados por artistas de nomeada.

Entre os restantes bens que pertenceram a António Joaquim Machado Pereira, encontramos a referência a jóias, a pratas e outros objectos os quais foram avaliados da seguinte forma:

- móveis e utensílios – 4 707$80
- jóias e pratas – 5 627$10
- bens de raiz[85] – 65 161$00
- papéis de crédito – 12 492$45
- seguro de vida – 20 000$00
- dinheiro à ordem – 4 903$95

Enquanto que as dívidas activas somavam 93 376$70,5 e o passivo, ao Banco Comercial do Porto fica por 7 000$00.

---

[85] Para além da casa acima mencionada, entre os bens de raiz por ele deixados, encontramos uma morada de casas, verba 560, com lojas, rés-do-chão, 1 andar e águas furtadas, quintal, bomba de ferro e poço de meação com o prédio em que o inventariado faleceu, situado também na Avª Brasil, confrontando a nascente com a Rua de Gondarem, a poente com a Avª Brasil, a norte com a casa anteriormente mencionada e a sul com D. Berta Ortigão Ramos, é de natureza alodial e foi avaliado em 5 600$00; uma morada de casas com rés-do-chão, verba 561, 1 andar e águas-furtadas, quintal, poço e bomba de ferro e mais pertenças, situada na Rua Marechal Saldanha, com a qual confronta a poente, a sul com João José Ferreira, a norte com prédio do casal e a nascente com Serafim da Silva Canelas, também de natureza alodial, e avaliado em 3 500$00. As verbas 562, 563, 564, 568, 569, 570, 571e 573, são-nos descritas como semelhantes às anteriores, enquanto que cabe realçar a verba nº 572, por se tratar de uma propriedade em forma de quinta, situada na Rua de S. Roque da Lameira de Cima, composta por casas térreas e de 2 andares, cuja descrição mais pormenorizada, assim como a dos móveis e outros objectos que compunham o seu recheio, poderemos ver em anexo, que confrontava a sul com a referida rua e Francisco Ferraz Carneiro, a nascente com Primo Fernandes de Carvalho e a rua de S. Roque da Lameira de Cima, bem como a norte e a poente com a Tvª da Lameira de Cima, sendo de natureza alodial e avaliada em 5 600$00.

As aplicações do seu capital, num total de 413 acções, 7 inscrições de assentamento, dividiam-se por diversas companhias e bancos, entre os quais destacamos a Companhia Geral de Construções Económicas, a Companhia das Águas das Pedras Salgadas, a Companhia de Seguros Portugal Previdente, o Banco Comercial do Porto e a Sociedade do Teatro de S: João do Porto.[86]

Infelizmente, os inventários pecam pelo facto de, por vezes, não serem mais precisos na relação dos bens, principalmente no que se refere aos livros existentes na casa, neste caso avaliados em 30$00, uma vez que não referenciam nem o tipo de obra nem a quantidade de volumes existentes. Contudo, não nos parece que estes livros se tratem de mero acidente, nem que aqui estivessem para ornamentar as estantes, uma vez que pela quantidade e qualidade dos bens inventariados, podemos concluir que esta família possuía interesses na cultura, já que nos foi dado constatar também a existência de um piano e de mais de um banco para o mesmo, pelo que podemos levantar a hipótese de alguém naquela casa estudar ou ter estudado música e saber

---

[86] Acções :

32 acções do Banco Comercial do Porto	1 504$00
20 acções do Banco Comercial de Lisboa	3 360$00
1 acções da Nova Cª de Seguros do Douro	220$00
16 acções daSociedade do Teatro de S. João do Porto	s/ cotação
52 acções daCª de Carris de Ferro do Porto	249$60
9 acções da Real Cª Vinícola do Norte de Portugal	540$00
70 acções da Cª Portuguesa de Refinação	2 450$00
100 acções da Cª Geral de Construções Económicas	2 000$00
30 acções da Cª das Águas das Pedras Salgadas	1 440$00
5 acções da Sociedade do Palácio de Cristal	90$00
2 acções da Sociedade Cooperativa a Panifício	10$00
25 acções da Cª de Seguros Portugal Previdente	125$00
5 acções da Cª de Seguros A Europa	s/ cotação
26 acções da Sociedade Cooperativa Económica Doméstica	234 $00
20 acções da Cª de Seguros Triunfo	s/ cotação
7 inscrições de assentamento da Junta de Crédito Público	269$85

executar algum repertório pianístico, para além de a marca do piano, que já anteriormente foi mencionado, ser uma das melhores marcas do mercado, chegando a sua fama aos nossos dias, e pensamos que um investimento desta natureza teria mais do que a simples função de ornamentar um canto de uma sala.

Por outro lado, também poderá indicar que na casa desta família se poderiam reunir com alguma frequência amigos em festas ou em jantares, o que lhes permitiria passar o serão ouvindo música ou dançando ao som dos ritmos da época. A existência ainda de um bilhar com todos os seus apetrechos poderá reforçar ainda mais essa ideia.

Sabendo que havia uma criança de 14 anos, não nos surpreendeu a existência, neste inventário, de brinquedos, que contudo não são descritos.

O seu filho Ricardo parece ter seguido as pisadas do pai no mundo dos negócios, possuindo um estabelecimento na Rua de Cedofeita, no ramo da moda.

Após a sua morte, e feito o inventário respectivo, e a viúva faz um requerimento através do qual requer que seja autorizada a receber a importância do seguro de vida, verba n.º 591, conservando-a em seu poder, afim de lhe dar o destino que lhe couber pela partilha.

Os restantes interessados demonstraram também estar de acordo quanto ao seguinte:

Possuía ainda um seguro da Companhia L'Urbaine no valor de 20 000$00 e dinheiro à ordem na Casa Joaquim Pinto Leite, Filho & Cª e no Banco Lisboa e Açores.

a) que o jazigo da verba n.º 574 fique a pertencer somente à viúva;
b) que ao quinhão do co-herdeiro Ricardo se levem os seus débitos constantes das verbas nºs 598 e 605;
c) que o inventariante receba do pagamento da sua meação por inteiro as dívidas activas das verbas nºs 597, 599, 601 e 602;
d) que as restantes dívidas activas sejam rateadas pelos interessados em proporção dos seus quinhões;
e) que o pagamento do passivo ao Banco Comercial seja feito pela importância do seguro de vida da verba n.º 591.[87]

Através da análise do mapa de partilha que nos foi apresentado, vemos que a inventariante recebe pela sua meação 99 656$42,2 e como co-herdeira de Jaime, 15 331$75,5, o que perfaz um total de 114 988$17,7. A filha Marieta e o filho Frederico, recebem cada um 15 331$75,5, enquanto que os filhos Carmen e Ricardo recebem pela sua legítima, 10 221$17 e pela sua quota parte na terça[88] 16 609$57,3, o que dá um total de 26 830$57,3 a cada um. O Banco Comercial do Porto (credor), recebe 7 000$00. O total dos bens descritos perfaz a quantia de 206 312$84,5.

Podemos concluir, depois de analisados todos os elementos fornecidos por este inventário que esta família investia o seu capital, não só no sentido de o aumentar, através da compra de acções de diversas firmas que vão desde o sector dos vinhos até à refinação de açúcar ou aos seguros, mas também na compra de acções que visavam fundamentalmente ajudar a sobreviver duas das instituições culturais da cidade, que mais problemas tinham, em virtude da sua fraca rentabilidade, como é o caso da Sociedade do

[87] Todos os restantes bens requerem licitação.

Palácio de Cristal, as 5 acções que o inventariado possuía valiam 90$00, enquanto que as 16 acções da Sociedade do Teatro de S. João do Porto, não possuíam qualquer cotação, revelando que os seus investidores, assumiam um papel mais próximo da benemerência, tentando por todos os meios assegurar a existência destas sociedades.

5.2.3 – Henrique Carlos de Meirelles Kendall.

Henrique Carlos de Meirelles Kendall foi considerado pelos seus contemporâneos como um dos mais brilhantes homens do seu tempo. Negociante, proprietário, homem público, apaixonado pela música e pela arte, diversificou, ao longo da sua existência, numa miscelânea de contrastes quase perfeitos, todos os seus interesses, vivendo com paixão os momentos que tinha o privilégio de agarrar. Visto como uma mente brilhante e ecléctica, este homem deixou atrás de si todo o esplendor de quem viveu em pleno a vida que lhe foi dada, assim como preferiu cingir-se de simplicidade na hora da morte.

Falecido a 15 de Setembro de 1917, na sua casa no Passeio Alegre, à Foz do Douro, conforme consta no documento de partilha por seu óbito, os herdeiros não consideraram necessária a partilha extra-judicialmente, em virtude de todas as partes interessadas estarem "*no melhor acordo*". Tendo deixado alguns legados, os quais não constam deste documento, foi possível procedermos à análise dos bens que constituíam o seu património, entre os quais constavam bens diversos no valor de 8 300$75, papéis de crédito num valor total de 129 962$80, jóias no valor de 115$00, bens de raiz num valor de 6 539$60, pratas avaliadas em 98$04 e objectos de arte e decorativos no valor

[88] Esta quota parte da Terça refere-se àquela com que o próprio inventariado contemplou os seus filhos ilegítimos, no valor de 33 218$80,1.

de 20$00.[89] Aparentemente o património de Kendall não parece significativo, mas tudo nos leva a crer que terá havido já anteriormente uma outra partilha de bens, uma vez que das jóias apenas consta um relógio avaliado com a quantia acima mencionada. Sabemos também que Kendall tendo enviuvado muito antes da sua morte, não teve um segundo casamento o que poderia de certa forma explicar a ausência de objectos de adorno em ouro ou prata. No entanto, se repararmos com atenção nos seus bens, a menção aos seus papéis de crédito demonstra um cuidado investimento do seu património[90], cujo total em acções e obrigações foi avaliado em 129 962$80.

---

[89] A.D.P., Po4, livro de notas 908,pp.51v. e segs.

[90] Papéis de crédito, cujo valor nos é apresentado em escudos:

12 acções do Banco Comercial do Porto	600$00
5 acções Aliança	330$00
12 acções do Banco Português e Brasileiro	850$00
69 acções da Cª Fabril de Salgueiros	15 934$00
5 acçõs da Cª de Fiação Portuense	600$00
5 acções da Cª de Fiação e Tecidos do Porto	500$00
12 acções da Cª de Fiação de Crestuma	1 440$00
5 acções da Cª de Fiação e Tecidos de Fafe	500$00
5 acções da Cª de Fiação e Tecidos de Alcobaça	850$00
5 acções da Cª de Fiação e Tecidos de Rio Ave	850$00
5 acções da Cª de Fiação e Tecidos de Guimarães	1 761$00
10 acções da Cª de Gás do Porto	10$00
10 acções da Cª União Fluvial do Porto	350$00
10 acções da Cª Portuense dos Alcooes	5$00
20 acções da Cª de Papel do Prado	1 500$00
75 acções dada Cª dos Caminhos de Ferro Portugueses Meridionais	350$00
10 acções da Cª . dos Caminhos de Ferro de Guimarães	1 100$00
10 acções da Cª dos Caminhos de Ferro do Porto à Póvoa e Famalicão	500$00
200 acções da Cª de Caminhos de Ferro Portugueses	7 400$00
20 acções da Cª de Educação Nacional	4 $00
369 acções da Empresa dos Elevadores de Vila Nova de Gaia	18 450$00
340 obrigações da Cª dos Caminhos de Ferro Portugueses	83 070$00
1 obrigação da Cª de Tabacos de Portugal	130$00
49 obrigaçãode empréstimo do Governo Português	1 112$30
349 acções da Cª de Carris de Ferro do Porto	144 424$00
10 acções da Cªde Seguros A Comercial	340$00
20 acções da Cª de Seguros A Tranquilidade Portuense	1 210$00
1 acçõa da Cª de Seguros Segurança	374$00
1 acção da Cª de Seguros Garantia	300$00
1 acção da Cª de Seguros Indeminizadora	300$00
1 acção daCª de Seguros Confiança Portuense	300$00
1 acção da Cª de Seguros Douro	300$00

Após análisarmos as diversas acções legadas por Kendall à data da sua morte, podemos concluir que existia uma grande variedade de investimento, em diversas áreas, com especial incidência em companhias ligadas ao sector têxtil, num total de 42 acções, no valor de 6 501$00, companhias de caminho de ferro, com 644 acções, no valor de 153 774$00, a que se acrescem 340 obrigações da Companhia de Caminhos-de-Ferro Portugueses, no valor 7 400$00. Finalmente, relevámos 35 acções de diferentes companhias de seguros, num total de 3 124$00. Possuía ainda interesses no sector bancário, com acções nos Bancos Aliança, Português e Brasileiro e Banco Comercial do Porto, cujo montante ascendia a 1 980$00.

Dos bens de raiz deixados verificamos que possuía bens em Matosinhos, dois chãos de terra, no Areal do Prado, avaliados em 220$00; uma propriedade composta por uma morada de casas térreas, para habitação, aidos para gado, palheiros, eira e casa de eira, quinteiro, ramadas, horta, cortinha de terra lavradia e mais pertenças, no lugar de S. Clemente, Leça da Palmeira, no valor de 800$00,assim como uma bouça de mato, designada por "Moinho de Vento", que anteriormente fizera parte da cortinha de terra mencionada anteriormente, avaliada em 60$00; uma leira de mato e pinheiros, chamada da " Pedra do Lourenço ", também no lugar de S. Clemente, avaliada em 50$00, um campo de terra lavradia, o Cortinha de Fora da Porta, também chamado de Bouça da Porta, no lugar de S. Clemente, que valia 75$00; um campo de terra lavradia, o Cortinha do Norte, no mesmo lugar do anterior, avaliado em 75$00. Sabemos no entanto, que anos antes vendera uma parte importante destes bens, a cuja venda passamos a fazer agora referência.

Pela documentação que tivemos oportunidade de observar verificámos que a partir de 1890, Henrique Carlos de Meirelles Kendall, vende

uma parte significativa de bens raiz. Desconhecemos os motivos que o levaram a efectuar essas vendas. Sabemos, no entanto, que esses bens foram por ele adquiridos já no seu *estado de viúvo*, expressão esta utilizada nas próprias escrituras de venda, o que de certa forma nos leva a pensar que não havia de modo algum uma intenção por parte do vendedor em prejudicar, ou mesmo dissipar, os bens que legalmente pertenceriam aos seus herdeiros.

Passamos agora à descrição dos bens vendidos por Henrique Carlos de Meirelles Kendall nessa época.

Podemos pois verificar que em 6 de Março de 1890[91], Henrique Carlos de Meirelles Kendall apresenta-se no escritório de Manuel Vieira da Silva e Sá, à Rua de Mousinho da Silveira onde na qualidade de primeiro outorgante, declara que no ano anterior, nesse mesmo cartório ficara registada a compra que efectuara à viúva do comendador João Baptista Ferreira de Azevedo, e que consistia, entre outros prédios, numa morada de casas de dois andares, com escritório, lojas, quintal, poço de meação e mais pertenças, situada na Rua da Picaria n.º 35, freguesia da Vitória, desta cidade, e numa outra, de dois andares, com loja, sobreloja, quintal e mais pertenças, na mesma rua mas com os nºs 39 e 41, ambas de natureza de prazo foreiro no domínio directo do Real Colégio dos Meninos Órfãos da Graça, com o laudémio de quarenta-um e no enfitêutico a Valentim Ferreira Nunes, com o foro anual de 4 800$000 réis, a primeira, e a segunda no enfitêutico a Manuel Maria Constantino Bastos, com o foro anual de 5 $155 réis, e que através da presente escritura as vende a Francisco de Passos Rosas, pela quantia total de 6 contos de reis, livres para o vendedor, cujo valor foi de imediato pago pelo comprador.

---

[91] A.D.P., Po4, livro de notas 686, pp.43 v. e seguintes.

No mesmo ano, mas a 10 de Setembro, o Reverendo Dr. José Joaquim da Silva Valente, faz remissão de domínio directo a seu senhorio Henrique Carlos de Meirelles Kendall[92]. Neste documento declara-se que o mesmo adquirira, entre outros bens, já no *estado de viúvo*, a D. Maria da Conceição Pinto de Meneses e a seu marido sr. Joaquim Fernandes Camarinha, em 27 de Julho de 1889, uma morada de casas de dois andares, quintal e mais pertenças, na Rua da Picaria, de foro anual de 2$400 réis, cuja remissão foi concedida por Henrique Kendall ao Reverendo Dr. Joaquim da Silva Valente, que a ele o solicitara, pela quantia de 100$000 réis, de imediato liquidada pelo reverendo.

A 23 de Dezembro de 1892, Henrique Carlos de Meirelles Kendall vende a José Francisco Cham e a sua mulher, Josefina Ferreira Cham[93] uma morada de casa térreas, com um armazém nas traseiras, na Rua do Juncal de Baixo, n.º 2, em Matosinhos, concelho de Bouças, pela quantia de 800$000 réis pagos no acto. Em 1895, a 28 de Novembro, é feita a venda de uma morada de casas sobradadas e mais pertenças[94], situadas no Lgº de Stª Teresa nºs 55 e 56, e de quatro terrenos anexos a esses prédios, situados na Rua de D. Carlos I, formando todos juntos uma só área, de natureza de prazo foreiro no domínio directo à Câmara Municipal do Porto, com o laudémio de quarenta-um, e no enfitêutico ao Colégio dos Meninos Órfãos da Graça, com o foro anual de 5$000 réis. Foi vendido pela quantia de 9 500$000 réis.

No ano seguinte, a 26 de Fevereiro e a 4 de Maio de 1896[95], vende a Elísio de Oliveira e Silva, duas porções de terreno próprio para

---

[92] A.D.P., Po4, livro de notas 689, pp.67 v. e seguintes.
[93] A.D.P., Po4, livro 712, pp.13 e seguintes.
[94] A.D.P., Po4, livro 728, pp.90 e seguintes.
[95] A.D.P., Po4, livro 730, pp.67 e seguintes e livro 732, pp. 27 e seguintes. Estes terrenos faziam parte da Quinta das Oliveiras, que Henrique Carlos de Meirelles Kendall compra,

edificação, ambas de natureza alodial, situadas na Rua da Conceição, no Porto, pela quantia de 1 200$000 réis, a primeira, e 200$000, a segunda.

No dia 8 de Outubro do mesmo ano, realiza-se uma outra venda de terrenos junto àqueles que temos vindo a referenciar, desta vez a D. Maria Clotilde de Faria Fernandes, sendo o terreno de natureza livre e alodial, pela quantia de 400$000 réis.

Em 26 de Abril de 1900, a venda de parcelas de terreno próprio para edificar, com origem semelhante à anterior[96], continua a realizar-se, desta vez é comprador Vitorino Alves de Sousa, casado, negociante e morador na Pçª de Stª. Teresa 48, que adquire uma parcela desses terrenos pela quantia de 1$000.

Em 11 de Janeiro de 1901, D. Júlia Alves de Magalhães compra a Henrique Carlos de Meirelles Kendall[97], pela quantia de 5 600$000, uma morada de casas de três andares, águas-furtadas, escritório, loja, quintal, água de poço e mais pertenças, de natureza alodial, situada na Rua da Conceição nºs 5 e 7, que foram anteriormente adquiridas por Henrique Carlos de Meirelles Kendall à viúva, filhos e genro do comendador João Baptista Ferreira de Azevedo. As vendas do parcelamento desta propriedade continuam em 1902, primeiro o comprador é Henrique Maxwell Wright, que no dia 8 de Julho adquire uma parcela desses terrenos pelo valor de 3 350$000 réis.

---

conjuntamente com outros prédios, à viúva, filhos e genro do Comendador João Baptista Ferreira de Azevedo a 29 de Julho de 1889.

[96] A.D.P., Po4, livro 761, pp. 70v e seguintes. Deste documento transcrevemos o seguinte relativamente a esta Quinta das Oliveiras, adquirida por Kendall " ... adquiriu por compra que fez à viúva, filhos e genro do finado comendador João Baptista Ferreira de Azevedo, por escritura pública de 29 de Julho de 1889, ... e em parte, foi desmembrado do prédio que existiu na Pçª de Stª Teresa, desta cidade, nºs 51 e 54, ..., e que ele primeiro outorgante arrematou no inventário de maiores a que se procedeu por morte do Doutor Tomás António de Oliveira Lobo...".

Em 1905, no dia 8 de Janeiro, vende à Companhia Carris de Ferro do Porto[98], um talhão de terreno, dependente do Castelo do Queijo, pela quantia de 2 202$000 réis.

No ano seguinte, a 24 de Março, vende a seu genro, Dr. António Ramos de Faria Guimarães[99], médico, casado com sua filha D. Cecília Kendall Ramos de Magalhães, residentes na Avª da Boavista, um terreno alodial, próprio para edificação, situado D. Carlos I, destacado da Quinta das Oliveiras, pelo preço de 2 000$000, com todas as duas pertenças e servidões. Contudo, esta venda teve de ser autorizada pelos filhos de Henrique Carlos de Meirelles Kendall, Dr. Eduardo de Carvalho Kendall, Carlos Kendall, D. Ermelinda Kendall e D. Maria Emília Kendall, e em obediência ao preceituado no art.º 1565 do Código Civil. Em 24 de Maio do mesmo ano, faz a venda de mais um terreno próprio para edificação[100], situado na mesma quinta atrás mencionada, desta vez o comprador é João Gonçalves da Silva, solteiro, de maior idade e residente na Rua do Paço, pela quantia de 2 000$000.

Em 1908, a 10 de Outubro, prossegue a venda de parcelas da referida quinta, e novamente o comprador é o seu genro, Dr. António Ramos de Faria Guimarães[101], venda esta que lhe rende 500$000 réis, depois de autorizada pelos seus filhos, em obediência ao preceituado no art.º 1565 do Código Civil. Em 1911, a 18 de Maio, é feita nova escritura de venda de

---

[97] A.D.P., Po4, livro 765, pp. 55 v e seguintes.
[98] A.D.P., Po4, livro 791, pp. 77v e seguintes.
[99] A.D.P., Po4, livro 799, pp. 14 e seguintes.
[100] A.D.P., Po4, livro 799, pp. 72 e seguintes.
[101] A.D.P., Po4, livro 813, pp. 92 e seguintes.

terrenos respeitantes à Quinta das Oliveiras, e a compradora são D. Cândida e D. Emília de Barros Costa[102], pela quantia de 1 000$000.

Daqui se conclui que entre 1890 e 1911, Henrique Carlos de Meirelles Kendall, vende 15 parcelas de terrenos e de casas, 11 das quais dizem respeito a terrenos anteriormente constituintes da Quinta da Oliveiras, que lhe rendem um total de 35 852$000 réis, sendo 26 750$000 réis relativos à venda das parcelas da Quinta das Oliveiras e 9 102$ relativos a outras vendas de casas e terrenos.

No total de bens deixados foram avaliados em 145 036$19. Não estão aqui contabilizados os bens que deixou a diversas instituições e obras de caridade, uma vez que desconhecemos os nomes dos beneficiados e da quantia que doou a cada um.

Pelas notícias que à data da sua morte nos chegaram através dos jornais, concluímos da grande popularidade e simpatia que espalhou ao seu redor.[103]

Do seu percurso profissional, sabemos que cedo começou a sua carreira de comerciante, tendo-se estabelecido em 1863, como agente de

---

[102] A.D.P., Po4, livro 828, pp. 23 e seguintes. Neste documento, informam-nos que a antiga Rua de D. Carlos I passara a designar-se por Rua de José Falcão. D. Cândida e D. Emília eram irmãs, ambas solteiras à data desta escritura, maiores, modistas e residiam na Rua de Fernandes Tomás.

[103] Entre as várias notícias que se referem à morte de Henrique Kendall, salientámos a que veio no jornal o *Comércio do Porto*, de Domingo, 16 de Setembro de 1917, e da qual transcrevemos as seguintes palavras: " *Fomos ontem surpreendidos com a infausta notícia do falecimento do sr. Henrique Carlos de Leirelles Kendall, importante comerciante e capitalista desta cidade... Natural do Porto, evidenciou-se em vários serviços prestados à classe comercial, tendo-se distinguido nas letras como apreciável escritor sobre assuntos mercantis, deixando relatórios, como secretário da Associação Comercial do Porto e interessantes conferências realizadas nesta importante colectividade... Foi apaixonado amador de música, tendo sido um dos elementos iniciadores do Orpheon Portuense.*", pp.1

navegação. Anos mais tarde, e como parece que os negócios lhe corriam bem, fundou, juntamente com outros negociantes desta cidade, a Empresa Progresso Marítimo, que adquire dois vapores, que servirão para transportar carga e passageiros para o Brasil, iniciando assim uma empresa de carreiras regulares para aquele país, que partindo do rio Douro, faziam escala em Lisboa, atravessando depois o Atlântico. Tivemos a oportunidade de analisar alguma documentação que nos revelou a actividade empresarial de Henrique Kendall.

No dia 5 de Março de 1898, assistimos à modificação da firma " *H. Kendall & C*ª "[104], pela saída do sócio Alberto Chambers Kendall, cujos motivos não são explicados no documento, mas que nos diz que Alberto C. Kendall, decidiu explorar por sua conta, e de quem mais lhe convier interessar, o ramo do comércio marítimo, constando unicamente da consignação, despacho e expediente dos vapores estrangeiros de que a mesma firma é agente, em particular dos que pertencem à Cª Real do Pacífico, à General Steam Navigation e United Steam Ship, com sede em Liverpool, Londres e Copenhaga , respectivamente, assim como dos que enviam para o porto desta cidade as firmas Turner Edwards & Cª, de Bristol, e Cotesworth, Lyne & Cª, de Liverpool, ou quaisquer outros que a cuja consignação possa obter. Quanto a Henrique Carlos de Meirelles Kendall e ao outro sócio, José Augusto de Magalhães Leite, continuam associados para a exploração de outros negócios, sob a designação de " H. Kendall & Companhia " mantendo-se na posse de todas as outras consignações que a firma possuía.

As condições em que a estes dois últimos cedem o ramo marítimo a Alberto C. Kendall, comprometem este último a adoptar uma nova firma, inteiramente distinta e inconfundível em relação à anterior. Ao ceder o

ramo marítimo, a primeira firma fica como primeiro ramo de negócio, compra e venda de carvão e garrafas, pelo que este nunca poderá fazer operações que entrem em concorrência com as actividades dos seus antigos sócios, assim como Henrique Kendall e José Leite se comprometem a fazer o mesmo em relação a Alberto Kendall. Por esta cedência Alberto Kendall pagou aos outros dois sócios 30 000$000 réis, metade em moeda corrente e outra metade em três letras a doze meses de prazo, no valor de 5 000$000 cada uma, aceites por Eduardo Pinto Basto & Cª, de Lisboa.

Em 29 de Novembro de 1905, a firma H. Kendall & Cª[105], adquire a Casimiro Alves Abranches, casado, negociante, morador no Rio de Janeiro e neste acto representado pelo seu procurador, Henrique Carvalho da Assunção, também este casado, engenheiro e residente na Calçada da Boa Viagem, o quinhão social que este possuía na Empresa dos Elevadores de Vila Nova de Gaia, pelo preço de 3 000$000 de réis, trespassando para o comprador todos os respectivos direitos e obrigações. A leitura de um documento posterior elucida-nos sobre os outros sócios desta firma entre os quais constam outros membros da família Kendall, como Alfredo, Eduardo, Augusto, seus filhos[106].

Numa continuidade de diversificação de negócios em que colabora, enquanto sócio, com seus filhos, efectua-se a 27 de Outubro de 1905, a constituição da sociedade comercial comanditária simples, entre Artur

---

[104] A.D.P., Po4, livro 747, pp. 1 e seguintes.
[105] A.D.P., Po4, livro 797, pp. 29 e seguintes.
[106] A.D.P., Po4, livro 800, pp. 94 e seguintes. Este documento, datado de 25 de Julho de 1906, lavrado a pedido de Henrique Kendall, é uma ratificação da escritura de constituição desta empresa, e entre os outros sócios mencionados, encontramos também o nome de Alfredo da Fonseca Menéres, filho de Clemente Menéres, capitalista, casado com D. Joaquina da Rocha Nogueira Pinto Menéres, ambos residentes na Avª Estefânia, em Lisboa. A 7/08/1906, uma nova ratificação relativa à mesma empresa, mas desta vez tem a ver com a primeira escritura, de 2/05/1906, através da qual é constituída a dita sociedade.

de Carvalho Kendall e outros[107]. Esta sociedade, com sede no Porto, à Rua das Flores, sem sucursais, adopta o nome de "Kendall, Leitão & Comandita"[108], com duração indeterminada, tinha um capital social inicial de 20 000$000 réis, em dinheiro, que daria entrada nos seus cofres à medida que os negócios da sociedade o exigirem[109]. O objectivo desta sociedade era explorar o ramo das comissões, podendo negociar qualquer espécie de comissões, comprar e vender, da conta própria ou alheia, papéis de crédito, letras de câmbio ou da terra e géneros de comércio, ficando a administração da sociedade exclusivamente a cargo de Artur Kendall e Olindo Leitão. Esta sociedade, de curta duração, vai ser dissolvida em 24 de Abril de 1907[110].

O seu dinamismo levam-no a ocupar diferentes cargos em diversas instituições desta cidade, como a Associação Comercial do Porto, onde foi 1º secretário e Presidente, tendo cooperado com o Dr. Veiga Beirão na reforma do Código Comercial. Por outro lado, a sua influência na economia da cidade e do país, fez-se sentir nos serviços prestados relativamente à fusão dos bancos atingidos pela crise de 1892. Incentivando e motivando o interesse

---

[107] A.D.P., Po4, livro 796, pp. 67 e seguintes.

[108] A.D.P., idem, os sócios que constituem esta sociedade são: Artur de Carvalho Kendall, casado, residente na Rua de Montebelo, à Foz do Douro, Olindo Mendes de Carvalho Leitão, solteiro, maior e residente no Passeio Alegre, Henrique Carlos de Meirelles Kendall, viúvo, residente na Rua da Liberdade, todos eles negociantes desta cidade.

[109] Quanto ao capital social 5 contos de réis pertenciam a Artur Kendall, 5 contos de réis a Henrique Carlos de Meirelles Kendall(que era o sócio comanditário com responsabilidade limitada ao valor do capital, enquanto que os dois outros eram os sócios solidários) e 10 contos de réis a Olindo Leitão, que para garantir a sua entrada do capital depositou nos cofres da sociedade papéis de crédito que poderiam ser vendidos caso fosse necessário realizar o capital, e que constavam de 20 acções do Banco Aliança, com o valor de 1 756$000, 20 acções do Banco Comercial do Porto, no valor de 1 580$000, 20 obrigações da Companhia dos Caminhos de Ferro Através de África, no valor de 1 756$000, 20 obrigações da Cª Geral de Crédito Predial Português, com o juro de 5%, e no valor de 1 760$000, outras 20 da mesma Cª, mas com o juro de 6%, e o valor de 1 896$000, 20 obrigações da Cª das Águas de Lisboa, com o valor de 1 650$000 e 1 obrigação da Dívida Pública, do Empréstimo de 1888, com juro de 4,5 %, com o valor de 62$000

[110] A.D.P., Po4, livro 805, pp. 66 e 66 v.

das pessoas para problemas de carácter económico, e principalmente para o problema da construção e apetrechamento do porto de Leixões.

Na sua qualidade de presidente do conselho de administração da Cª das Docas do Porto e Caminhos-de-Ferro Peninsulares[111], sociedade anónima com sede no Porto, adquire a Domingos Ribeiro de Carvalho, guarda-livros e a sua esposa D. Engrácia Nepomuceno de Carvalho, residentes na Rua do Breyner, nesta cidade, a Henrique Ribeiro de Carvalho, irmão do primeiro, viúvo, guarda-livros e residente na Penha da França, em Lisboa, e D. Maria Guilhermina Ribeiro de Carvalho Braga e seu marido, Henrique de Sousa Braga, proprietários e residentes na Rua Lopo Vaz, Mafamude, Vila Nova de Gaia, duas moradas de casas de um andar e águas-furtadas, quintal, água de mina e mais pertenças, situadas na Rua da Cordoaria Velha nºs 55 e 57, sendo este prédio de natureza de prazo de domínio directo da Confraria do Espírito Santo, de Miragaia, com o laudémio de quarenta-um, mas sem foro, em virtude deste ter sido remido. O valor da compra foi de 6 500$000 réis.

Mas para lá do homem de negócios, interessa-nos frisar a sua faceta de diletante, que cultivava o gosto pela música, pela literatura, lembremos que traduziu o Raposo de Goethe, numa versão considerada na época de grande qualidade[112]. A sua faceta literária e o talento para a escrita, permitiram-lhe escrever, enquanto colaborador, em diversos jornais, particularmente n' *O Tripeiro*, que ao longo dos anos foi publicando alguns artigos da sua autoria[113], onde pela sua pena ficaram registados os mais

[111] A.D.P., Po4, livro 801, pp. 65 v. e seguintes. Este prédio achava-se onerado com a hipoteca feita por D. Carolina Cândida Ribeiro de Carvalho, falecida à data da presente escritura, em garantia da importância de 3 908$55.

[112] Sabemos que publicou ainda dois livros de versos, aos quais não nos foi possível ter acesso.

[113] Na 1ª série de *O Tripeiro* de 10 de Outubro de 1908, pp. 166 e 167, Henrique Kendall escreve um artigo, em que descreve as diferentes iniciativas artísticas, levadas a cabo no Teatro de António Bernardo Ferreira, que se situava numa casa da Rua do Vilar, propriedade

variados contributos, chamemos - lhes assim, para a história do Porto. O seu nome aparece também ligado a diversas iniciativas musicais da época, entre as quais destacamos como não pode deixar de ser, a formação do Orpheon Portuense[114], cuja sede inicial se situava na sua casa da Rua do Rosário, onde convivia com alguns dos mais ilustres nomes do seu tempo, quer do meio artístico quer do meio empresarial.

No que se refere aos seus escritos, tivemos a oportunidade de folhear quatro dos seus livros, e que por ordem cronológica, passamos a mencionar.

Em 1894, é publicado no Porto, um volume intitulado " Questão Bancária do Porto – A Administração do Sindicato Portuense e os meus Trabalhos desde 1886 em defesa dos interesses dos accionistas dos bancos / Resposta a uma Provocação "[115], através do qual e em resposta a uma suposta provocação contra a sua pessoa, feita pelo presidente do Banco Comercial da época, Henrique Carlos Kendall, ele fora acusado de retirar dividendos do seu interesse pela sua actividade ao tentar regularizar a situação dos bancos comprometidos no sindicato construtor das linhas férreas, assegurando-lhes

---

do capitalista com o mesmo nome, e que mais tarde se transformou em Asilo , instituído pelo arcediago Vaz Zeller. Àparte a descrição das peças teatrais e das festas que aí tiveram lugar, transcreve ainda o programa da representação da tragédia em 5 actos *Luís XI*, da autoria de Casimir Delavigne e traduzida por José Gomes Monteiro. Entre os intérpretes mencionados, encontrámos, Carlos Kendall, Joaquim Augusto Kopke, Manuel Ferreira Borges, António Bernardo de Brito e Cunha, Henrique de Oliveira Maia e Artur Archer, entre muitos outros.

Na 1ª série do mesmo jornal, mas desta vez a 18 de Novembro de 1911, pp. 240, ele num pequeno artigo a popularidade das cadeirinhas, um meio de transporte muito usado no século passado. Este artigo vem assinado com o seu pseudónimo, *Velho Tripeiro.*

No início do seu número de 1 de Janeiro de 1919, a 2ª série de *O Tripeiro*, dedica uma página, a que deu o título de *À Memória dos Falecidos colaboradores de O Tripeiro*, aos seus colaboradores falecidos, e entre esses nomes vislumbrámos o de Henrique Carlos de Meirelles Kendall, Henrique Carneiro, Sousa Viterbo, entre outros.

[114] Este assunto será tratado com maior pormenor, mais adiante, quando abordarmos a obra de Moreira de Sá.

[115] Kendall, Henrique Carlos de Meirelles, Questão Bancária do Porto, A Administração do Sindicato Portuense..., Porto, Tipografia de António José da Silva Teixeira, 1894.

algum bem estar e abrindo-lhes as portas para uma futura prosperidade, e explica claramente que nunca tirou proveito da situação, e não se esquece de mencionar que a imprensa da época o apoiou, contra as vozes daqueles que de alguma forma tentaram denegrir a sua imagem pública.

Em 1897[116], numa outra publicação insurge-se fortemente contra a aprovação da proposta de lei n.º 9 do plano financeiro do Ministro da Fazenda, Conselheiro Ressano Garcia, cuja aprovação considera de "crime de leso-patriotismo", defendendo veementemente a sua posição, e conseguindo arrastar o leitor transformando-o de simples curioso, a seu intransigente apoiante.

Em 1913[117], vem a público um volume no qual esclarece alguns pontos relativos ao resgate das concessões das linhas do caminho-de-ferro de Norte e Leste, nas condições do art. 27º do contrato de 14 de Setembro de 1859.

Finalmente, em 1914[118], são recolhidos e publicados num volume os artigos com que contribuiu para o jornal *O Século*, e relativo a reflexões sobre o Código Comercial.

---

[116] Kendall, Henrique Carlos de Meirelles, Não, Senhor!, Carta ao Illmº Conselheiro José Luciano de Castro, digníssimo Presidente do Conselho de Ministros, protesto contra a aprovação da proposta de lei nº 9 do plano financeiro do S. Excª o Snr. Ministro da Fazenda Conselheiro Frederico Ressano Garcia, Porto, Tipografia de António José da Silva Teixeira, 1897. Este livro prende-se com a questão do monopólio do tabaco e à depreciação da nossa moeda, que Kendall considera extremamente prejudiciais para o país. Infelizmente os Diários Governos existentes na Biblioteca Pública reletivos a esta data não estão disponíveis para consulta, em virtude do seu mau estado em que se encontram.

[117] Kendall, Henrique Carlos de Meirelles, Companhia dos Caminhos de Ferros Portugueses, Tipografia a Vapor da Empresa Guedes, 1913.

[118] Kendall, Henrique Carlos de Meirelles, Código Comercial, Reflexões atinentes à modificação de várias disposições do código vigente, Porto, Oficinas do Comércio do Porto, 1914.

À data da sua morte, era presidente do Conselho de Administração da Companhia das Docas e Caminhos de Ferro Peninsulares, sócio da Associação Comercial do Porto e do Orpheon Portuense.

5. 2.4 – Bernardo Valentim Moreira de Sá

Aos 71 anos de idade, vitimado por uma bronquite crónica que o atacava há já muito tempo, morre no dia 2 de Abril de 1924, **Bernardo Valentim Moreira de Sá**, casado, filho legítimo de Francisco Joaquim Moreira de Sá e de D. Eduarda Emília Moreira de Sá, não tendo deixado descendentes menores nem testamento. Foi sepultado em jazigo de família, no cemitério de Agramonte desta cidade do Porto.

Nascido em Guimarães, a 14 de Fevereiro de 1853, era filho do Dr. Francisco Moreira de Sá, juiz de Direito, também ele nascido em Guimarães em 31 de Julho de 1828, e falecido no ano de 1882, na altura em que exercia as suas funções em Cabeceiras de Basto. O Dr. Francisco Joaquim Moreira de Sá era casado com D. Eduarda Emília Borges Moreira de Sá (também sua prima), nascida a 4 de Janeiro de 1823, na Casa de Sá, freguesia de Santa Eulália de Barrosas.

Foi casado com D. Felicidade Molarinho Moreira de Sá de quem teve sete filhos, Felicidade Moreira de Sá, solteira, que vivia com seus pais, Leonilda Moreira de Sá e Costa, casada com Luís António Ferreira da Costa, moradores no Largo da Paz, Ismália Moreira de Sá, solteira, residente com seus pais, Fernando Moreira de Sá, engenheiro, casado com D. Dulce Magalhães Moreira de Sá, moradores na Rua de Oliveira Monteiro 506, Bernardo Joaquim Moreira de Sá, casado com Maria Cristina Beleza Moreira

de Sá, ele já falecido, deixando três filhos menores, Ilda de 14 anos, Noémia, de 12 anos e Artur de 9 anos, todos moradores com sua mãe em Espinho.

Os bens que deixou e que após a sua morte foram inventariados,[119] traduzem bem a forma como este homem simples viveu a sua vida, transformando a música no bem mais precioso que possuía. O primeiro aspecto que sobressai da análise do seu inventário, é o facto de Moreira de Sá não deixar bens de raiz, para além de ser o mais modesto a que tivemos acesso. Desse inventário apenas constam bens móveis e utensílios, dos quais destacamos um piano Bechstein, no valor de 800$00 e um violino, cuja marca desconhecemos e que foi avaliado em 250$00. O total dos bens que são arrolados nesta secção entre o bens diversos, destacamos a menção de 150 músicas, no valor de 50$00, 800 livros e revistas no valor de 250$00 e direitos de autor no valor de 3 190$00. Sinteticamente os bens foram avaliados em 19 065$00, divididos da seguinte forma:

- mobiliário e louças – 6 420$00
- roupas do uso do inventariado – 240$00
- roupas – 330$00
- jóias e objectos de ouro, prata e metal – 7 972$00
- papéis de crédito – 340$00[120]
- dinheiro – 542$70

O passivo era de 4 946$71.

A vida de Moreira de Sá caracterizou-se pela diversidade de

---

[119] Arquivo do Palácio da Justiça, Maço 1548

[120] Relação dos poucos papéis de crédito que deixou Moreira de Sá:

1 acção da Oporto Oil Company	desconhece-se o seu valor oficial
2 acções da Sociedade do Teatro de S. João	40$00

actividades a que se dedicou e que nos permitem acompanhar o crescimento e desenvolvimento artístico desta cidade à medida que os anos passam e Moreira de Sá envelhece.

Ao falarmos de cultura portuguesa não podemos deixar de mencionar o nome de Bernardo Valentim Moreira de Sá, caso contrário poderemos cair no erro de ignorar aquele que, na sua época, foi considerado o grande impulsionador do movimento musical que teve origem entre finais do terceiro quartel século passado e inícios deste século, na cidade do Porto. Sobre Moreira de Sá pouco se tem falado nos últimos anos, ainda que na celebração dos 80 anos do Conservatório de Música do Porto tenha sido descerrada, nos seus jardins, um busto para homenagear o seu fundador, e editada uma biografia do insigne músico. Contudo, este homem não passou de forma alguma despercebido no seu tempo, e deixou marcas profundas junto daqueles que de alguma forma com ele conviveram mais de perto, sendo sem dúvida um nome de referência fundamental quando se pretender fazer a História da Música Portuguesa, e principalmente a História da Música na Cidade do Porto, legando-nos uma obra sem par.

Júlio Neuparth, no estudo realizado sobre os grandes períodos da música refere-se a Moreira de Sá com as seguintes palavras :"*...e, por último, Moreira de Sá que pelo seu subido mérito e grande prestígio, é por assim dizer a alma do movimento musical na segunda cidade do país, onde existem também elementos de valor incontestável, como são o pianista-compositor António Soller, os ilustres concertistas Raymundo de Macedo e Luís Costa...*"[121] . Também Luís de Freitas Branco se refere a Moreira de Sá com as seguintes palavras:" *Merece aqui honrosa menção o excelente trabalho*

---

4 acções da British Cooperative Stores 300$00

[121] Neuparth, J.,Os Grandes Períodos da Música, cap. XVII, pp.209, trad. de Ernesto Vieira.

realizado no Porto, em prol da música clássica. Os violinistas Nicolau Ribas, Marques Pinto e Moreira de Sá, e outros artistas agrupados, em volta deles, de tal modo familiarizaram o público portuense com a grande música de câmara, que o Porto de pressa se tornou um meio notável pela qualidade da sua cultura musical, não só em comparação com Lisboa como relativamente a qualquer dos grandes centros europeus.

Moreira de Sá foi também notável musicólogo, não se limitando, como o seu colega de Lisboa, Ernesto Vieira, a tratar dos músicos portugueses, mas escrevendo uma História da Música, a mais desenvolvida que até então se compusera em língua portuguesa, e uma História da Evolução Musical, esta publicada no estado em que deixou quando do agravamento da sua última doença, faltando-lhe somente algumas páginas. (...)"[122]

Numa época em que o público português, em geral, e o portuense, em particular, se encontrava mergulhado no mais completo e total atraso cultural, fruto do desconhecimento da maior parte das obras – primas, nomeadamente instrumentais e de canto, da mais sublime das artes, a Música, o Professor Moreira de Sá surge – nos como a luz suave, mas firme e poderosa, que de súbito brilha intensamente na escuridão, e que a pouco e pouco acabará por guindar o Porto e seu público a um lugar de prestígio no meio artístico internacional, de tal forma, que vários artistas que nessa época actuaram nesta cidade, o consideraram como " *uma dos mais cultos e conhecedores perante o qual já alguma vez tinham actuado !* "

Violinista dos mais conceituados da época, pianista, filólogo, pensador, conferencista, regente de orquestra, crítico musical e de arte,

[122] Freitas Branco, Luís de, A Música em Portugal, Exposição Portuguesa em Sevilha, MCMXXIX, pp.23.

professor da Escola Normal, dinamizador e primeiro director do Conservatório de Música do Porto, fundador e director perpétuo do *Orpheon Portuense*, eis algumas das actividades em que se desdobrava este homem, de aparência tão frágil e delicada, mas dotado de uma capacidade de trabalho e de uma força interior notáveis.

Com o passar dos anos, a obra deste homem brilhante tem vindo a ser votada ao abandono, esquecida nas brumas tempestuosas de um tempo que passa indiferente e inexorável.

Cedo se fixou na cidade do Porto, onde foi discípulo dos violinistas Marques Pinto e Nicolau Ribas, partindo, mais tarde rumo à Alemanha, para estudar sob a orientação do célebre Joseph Joachim, transformando – se então num dos melhores executantes do seu tempo. Regressando a Portugal, Moreira de Sá inicia de imediato uma brilhante carreira de concertista, a qual culminaria com diversas tournées pelo país e pelo estrangeiro, e o reconhecimento unânime da crítica especializada e o aplauso do público. Para isso, basta confirmar as numerosas críticas que surgem nos jornais da época.

Moreira de Sá é-nos descrito por António Arroyo como um intelectual," *um clássico, na mais completa acepção do termo, abrangendo porém, na sua técnica todos os meios de expressão e possuindo, de resto, a compreensão de todas as formas da arte, junta a uma maleabilidade notável para vários ramos científicos; na ordem moral um carácter levantado como poucos, um estóico, que nem um só momento se pode desinteressar dos problemas da vida séria (...), Moreira de Sá tem, ... , a fisionomia serena e concentrada de um sábio germânico; a fronte ampla e descoberta, prolongada pela calva prematura; os olhos de míope e de pensador; a expressão tranquila*

e grave, juntamente com o desprezo completo das exterioridades que os artistas tanto adoram.

A sua iniciação musical fora verdadeiramente determinada pela natureza do seu temperamento que cada vez mais se foi(...) polarizando no sentido da grande música."[123]

Este sucesso por si só não parecia ser suficiente para Moreira de Sá. Se era um facto que a sua carreira estava lançada, ele sentia que precisava de algo mais para se sentir completamente realizado. Ter um público é importante para qualquer artista, mas fundamentalmente é preciso que esse público entenda o que está a ouvir, seja capaz de sentir, de vibrar em cada instante da melodia, sentir toda a emoção de um silêncio, por mais curto que este seja, pois não nos esqueçamos que a Música é a arte dos sons e dos silêncios. Como conseguir isto junto de um público profundamente marcado por um italianismo que Luís de Freitas Branco apelidou de *"italianismo de baixo estilo"*?

A esta influência italiana não estavam alheios os empresários da época, que se encarregavam de fazer actuar regularmente no Real Teatro de S. João do Porto, uma Companhia Lírica italiana. Ao longo de alguns meses, esta companhia dava cerca de quarenta a quarenta e duas récitas de assinatura normal, nas quais interpretavam um número de óperas muito pouco variado, e mais quatro ou cinco récitas de assinatura extraordinária, que de uma forma geral se tratavam de récitas de benefício, quer de funcionários do Teatro de S. João, quer de elementos da companhia.

---

[123] Arroyo, António, Perfis Artísticos " Bernardo Valentim Moreira de Sá", 2ª ed aumentada, Porto, Imprensa Nacional de Jayme Vasconcellos, 1910,pp. 5 e 6.

Estes espectáculos da Companhia Lírica traziam à cena, em especial óperas de autores italianos, com natural destaque para Verdi. De um modo geral, enfermavam, logo à partida, de alguns problemas de difícil resolução, como por exemplo, o pouco tempo de ensaio entre cantores e orquestra, o que, não pouco frequentemente, provocava desfasamentos durante os concertos; o pouco tempo de descanso usufruído pelos cantores obrigados, após uma longa viagem, quantas vezes em péssimas condições, a actuar perante um público assaz exigente e que não se coibia de demonstrar ruidosamente o seu descontentamento, quando assim o entendia, chegando a postar – se em frente à porta do director da companhia, exigindo o seu dinheiro de volta. Isto tudo, para já não falar das pequenas, mas nem por isso menos fastidiosas birras das primas donas da companhia.

Mas se no campo da música lírica o panorama era este que acabou de se esboçar, no campo da música que podemos considerar como " mais ligeira ou mesmo popular ", a diferença não era muito grande. No Teatro do Príncipe Real e no Teatro do Infante D. Afonso, dá – se um relevo muito especial à encenação de zarzuelas e operetas, promovendo – se a vinda de companhias espanholas à Invicta cidade. Destacámos ainda, o papel das bandas musicais salientando a sua inegável importância, enquanto meio difusor da música, numa época em que o rádio e a televisão ainda não existiam.

As bandas, através dos seus concertos periódicos, dois a três concertos semanais (embora o último caso seja muito raro) vão desempenhar um papel relevante na divulgação da música entre as diferentes camadas da população. Elas tocavam nos coretos dos jardins da cidade (numa altura em que o Porto ainda possuía coretos e bandas, em risco de se perderem nos nossos dias e que convinha preservar), tocavam as músicas que podemos

considerar como " *a música da moda* ", aquilo a que actualmente se chama a música do "*Top* ", e que sinteticamente podemos dizer que se tratava de marchas, de árias de óperas e partes de operetas em cena nos teatros portuenses. Estes concertos dados pelas bandas, que se presumem gratuitos, atraíam bastante gente, visto tratar – se de concertos que tinham lugar após a hora do almoço, cerca da uma hora da tarde e prolongando – se quase até ao final da tarde, ou ao fim da tarde, das sete às nove horas da noite, por exemplo, ou no Verão, quando os dias eram mais longos, das oito às dez da noite.

Os lugares mais comuns para estas manifestações eram os jardins da Cordoaria, de S. Lázaro e do Palácio de Cristal e o Pátio do Paraíso, e as bandas mais populares pareciam ser a Banda da Guarda Municipal, a banda de Infantaria 18, a Banda de Infantaria 6 e a Banda dos Bombeiros Voluntários.

Este é o panorama musical que se depara a Moreira de Sá aquando do seu regresso ao Porto.

Para se entusiasmar um público que se pretende instruir no gosto musical, há que promover concertos, diversificar repertórios, fazer ouvir os principais músicos portugueses, e trazer ao Porto os mais prestigiados músicos estrangeiros. Mas para que tudo isto resulte, há que criar estruturas.

E em pouco tempo a acção de Moreira de Sá vê as sementes por si lançadas germinar na aparente aridez do deserto inicial.

Descrito como um " *homem franzino, delicado, de pequena estatura – e rijo como aço* "[124], a admiração dedicada a este homem pelos intelectuais seus contemporâneos está bem patente nas palavras de Júlio Brandão, as quais passamos a transcrever: "... *O Sr. Moreira de Sá não é novo; todavia* possui *a agilidade física e mental dum rapaz, sem falarmos agora nas cintilações do seu espírito tão ricamente facetado, em cujas modalidades mais variadas temos desânimos as curiosidades do seu espírito. Como Boyer, aprenderia alemão para ler o " Fausto " e inglês para traduzir Shakespeare sempre de o admirar. Artista notável, pedagogo ilustre, crítico arguto – o autor da " História da Música " é um polígrafo infatigável, que deve deixar boquiaberta a legião inumerável dos mandriões nacionais. Não lhe são alheios certos ramos de ciências, e não é apenas a música que o domina: as belas-artes são-lhe familiares; são-lhe familiares várias línguas. Não sofrem*"[125].

A sua obra, tal como a sua vida estarão para sempre ligadas à História da Cidade do Porto, pois foi aqui que ele viveu a maior parte da sua vida, que ele desenvolveu o seu trabalho, formou a sua família, conviveu com os seus amigos.

De facto, as inúmeras cartas a que tivemos acesso, uma vez que se encontram publicadas no livro que se pretende uma homenagem a este homem, demonstram e salientam sem margem para dúvidas, que o esforço de Moreira de Sá se desenvolveu no sentido de transformar o Porto numa cidade com um público culto, capaz de entender aquilo que lhe era proporcionado ouvir, ser capaz de distinguir a boa da má música, as boas das más interpretações. Semeou no seu presente para colher os frutos nos tempos que se seguiram e os resultados permaneceram.

---

[124]. Carta de Júlio Brandão, datada de 20 de Julho de 1929, in *In Memoriam,* pp. 89 e segs.
[125] In Memoriam, pp. 89 e segs.

Se nos debruçarmos sobre o facto de a sua actividade se ter direccionado para uma elite, caberá sem dúvida termos um certo cuidado na resposta. Pelo que pudémos observar dos nomes que com ele privavam, nas orquestras de amadores que dirigiu, nos seus discípulos, no Orpheon Portuense, não podemos deixar de admitir que entre eles se encontram alguns dos mais importantes representantes do panorama social portuense. Este é um facto que não podemos negar. Quem tem como passatempo a música, são aqueles que têm mais possibilidades económicas, porque tiveram também um maior e mais fácil acesso à cultura, também porque têm mais tempos de lazer, e a música é algo que exige tempo. Mas nós não temos os nomes daquela massa que compunha o público ouvinte, aquele grupo que enchia as galerias e que aplaudia exuberantemente, como tantas vezes vem referido nas análises que a imprensa fazia desses concertos.

Por outro lado, os concertos tinham lugar não só no Teatro de S. João ou no Águia de Ouro, mas também no Palácio de Cristal, onde as famílias se deslocavam nas tardes de domingo para passear, fazer piqueniques e ouvir música, o que nos faz pensar que muitos daqueles que até lá se deslocavam poderiam ter o ensejo de assistir a esses concertos.

Em primeiro lugar, e fruto, possivelmente, da experiência colhida nas frequentes viagens que fazia ao estrangeiro, em especial à França e à Alemanha, onde teve o ensejo de ouvir os grandes clássicos alemães, e em particular Wagner, e contactar com os nomes mais sonantes do panorama musical da época, Moreira de Sá vai fundar, conjuntamente com o pianista Miguel Ângelo Pereira [126], o violinista Nicolau Ribas[127], o violetista Marques

[126] " ... *doublé* de um belo talento de compositor, de espírito lúcido e sagaz, com uma larga educação cuja orientação não era todavia bem precisa", A . A ., Perfis Artísticos.

Pinto[128] e o violoncelista Joaquim Casella[129], a *Sociedade de Quartetos*, que se propõe propagar o gosto pela música clássica, através da realização de concertos ou sessões musicais, nas quais seriam executadas as obras mais importantes de compositores como Mozart, Beethoven, Schumann, Schubert, Haydn, Weber, Chopin, Rubenstein e Mendelssohn, entre outros. Como não pode deixar de ser, personalidades artísticas tão distintas apesar de nem sempre primarem pela homogeneidade da execução, tinham o génio impressionar todos aqueles que tiveram o privilégio de os ouvir. A sessão inaugural teve lugar no dia 10 de Junho de 1874, no Salão do Antigo Teatro de S. João do Porto.

Da notícia publicada no diário *O Comércio do Porto* de 6 de Maio de 1874, podemos adivinhar o impacto que tal formação artística iria causar. Diz assim a crónica do jornalista : *"Com esta denominação resolveram os srs. Miguel Ângelo, Nicolau Ribas, Moreira de Sá e Joaquim Casella constituir uma Sociedade destinada a propagar o gosto pela música clássica, por meio de concertos ou sessões musicais. (...)*

Entre 1874 e 1881, data da sua extinção, esta sociedade realizou, com regularidade, uma longa série de concertos, que tiveram um carácter de séries anuais subdivididas em sessões. Em 28 de Maio de 1878, Miguel Ângelo dá o seu último concerto com a Sociedade, partindo de seguida para o Brasil. Após este abandono, a Sociedade de Quartetos prossegue o seu trabalho,

---

[127] " ... notável discípulo de Beriot, músico por hereditariedade, um temperamento, possuindo grande som, másculo, e a maneira larga e grande da escola belga, donde procedia.", idem.

[128] " ... romântico meigo e mavioso, chorando com ternura no seu suavíssimo violino as violettas e as favoritas, a música melancólica que tão bem afinava pelo diapasão da sua alma ingénua de poeta e de português. (...) Usava de espessa cabeleira, em volutas enroladas sobre as orelhas; bigodes compridos, encerados, esguios; (...). Meridional puro, vivendo fora do espaço e do tempo, numa doce atmosfera de graça e de sonho, sensual e fino, sem altas ambições, a vida nunca lhe apareceu como a expressão terrível de uma luta." A . A . idem.

terminando em 1881, no dia 19 de Junho, com um concerto extraordinário, oferecido aos assinantes da "Sociedade de Quartetos".

Entre 1874 e 1881, a Sociedade de Quartetos deu sete séries de concertos, num total de cinquenta e quatro sessões, todas elas no Teatro de S. João, e dois concertos extraordinários , um em 28 de Maio de 1878, na despedida de Miguel Ângelo , e outro em 19 de Junho de 1881, na data que marca o fim desta Sociedade.

No dia 15 de Maio de 1881, a Sociedade de Quartetos, única no seu género em todo o país, como sublinha o articulista do jornal O Primeiro de Janeiro, abre a sua 7ª série de sessões, incluindo no programa uma peça, *Poco adagio do Quarteto em sol menor com piano, op.26,*de Brahms, compositor alemão à data inteiramente desconhecido do público português.[130]

Paralelamente a estas sessões, a *Sociedade de Quartetos* iniciava, em 9 de Junho de 1876, no Teatro Gil Vicente do Porto, uma pequena série de doze concertos, a que se deu a designação de "*Concertos Populares*", que teve o seu término em 20 de Julho de 1876.[131]

Adepto fervoroso da Música de Câmara[132], Moreira de Sá, a partir de 1874, propõe – se levar a cabo uma série de sessões que visam promover este género musical, sessões essas que se iniciaram com a Sociedade de Quartetos, e que vão culminar em 1883, com a fundação da Sociedade de Música de Câmara e, cerca de 1884, com o Quarteto Moreira de Sá.

---

[129] " ... educado na maneira italiana, som formosíssimo levemente feminino; iniciava-se com uma admirável naquela forma de arte que lhe era desconhecida.
[130] cf. artº in O Primeiro de Janeiro de 15 de Maio de 1881.
[131] Ver Anexo 8.
[132] " Ensinando o Porto a amar, muito antes de Lisboa, a música de Câmara, Moreira de Sá fez obra de fina devoção espiritual.", Afonso Lopes Vieira, In Memoriam, pp. 57.

Em 1883, e em continuação do trabalho anteriormente realizado com a Sociedade de Quartetos, a qual entretanto acaba por se dissolver, é fundada a *Sociedade de Música de Câmara* [133]que, como o seu nome indica, pretende levar a cabo a divulgação da Música de Câmara, até então completamente desconhecida do público português. A sessão inaugural efectua – se no dia 29 de Novembro de 1883, no Salão do Laranjal, e era constituída por Alfredo Napoleão (piano), Nicolau Ribas (violino), Moreira de Sá (segundo violino), Marques Pinto (violeta) e Ciríaco de Cardoso (violoncelo).

Comparativamente à formação da extinta Sociedade de Quartetos, vemos que Miguel Ângelo Pereira é substituído por Alfredo Napoleão.[134] Joaquim Casella , que entretanto parte para Espanha, vê a sua vaga ocupada por Ciríaco de Cardoso.

Ao longo da sua existência, esta Sociedade vai levar a cabo a realização de um elevado número de sessões de Música de Câmara, nas quais se fizeram ouvir as mais representativas obras do género, de compositores consagrados, entre os quais destacamos Tschaikowski, Saint – Saens, Hummel, Brahms, Ciríaco de Cardoso, Miguel Ângelo e Francisco Mendes.

---

[133] Cf. António Arroyo, in Perfis Artísticos. A formação desta sociedade deveu-se Miguel Ângelo Pereira, Nicolau Ribas e Moreira de Sá.
[134]Cf. António Arroyo, op. cit. - Miguel Ângelo Pereira troca a arte da música pelo negócio da música.

O reconhecimento da actividade desenvolvida por esta Sociedade, está bem patente no convite feito por D. Luís para que os seus músicos tocassem no Teatro de S. Carlos, em 1884, agraciando – os, de seguida, com a Ordem de Nossa Senhora da Conceição.

Nesse mesmo ano de 1884, e desenvolvendo – se paralelamente à Sociedade de Música de Câmara, surge o *Quarteto Moreira de Sá*, que leva a cabo a tarefa de divulgar a música de Câmara, promovendo sessões em que se executavam obras – primas modernas de música de Câmara, nomeadamente de Beethoven (executadas por ordem cronológica), até então nunca ouvidas em Portugal e precedidas de uma análise oral da estrutura temática da peça. Desta forma, o público portuense teve o ensejo de, entre 1898 e 1901, assistir a uma série destes concertos, no Salão do Antigo Teatro de S. João.

Entre 1913 e 1917, numa outra série de concertos, agora realizada no Salão Melo Abreu, vai levar a cabo uma gigantesca acção em prol da divulgação da Música de Câmara em Portugal. Neste período vão – se realizar cerca de quarenta concertos, em que foram executadas sessenta e seis obras dos mais diversos compositores, na sua maioria inéditas em Portugal. Em 1901, o *Quarteto Moreira de Sá* , que à data era composto por Moreira de Sá (1º violino) , Henrique Carneiro (2º violino), Benjamim Gouveia (viola) e Guilhermina Suggia (violoncelo [135]) dá um concerto no Conservatório de Lisboa, o último com a participação da célebre violoncelista, que nesse ano parte para Leipzig, onde vai estudar com o célebre violoncelista Julius Klengel.

---

[135] Cf. In Memoriam de Bernardo Valemtim Moreira de Sá. - Guilhermina Suggia participa ao longo de algum tempo no Quarteto Moreira de Sá. Contudo acaba por sair partindo depois para a Alemanha prosseguindo lá os seus estudos.

A importância e a influência da acção dinamizadora de Moreira de Sá começa a fazer – se sentir um pouco por todo o país, e principalmente em Lisboa, com o aparecimento de uma Sociedade de Música de Câmara na capital, fundada por dois portuenses residentes em Lisboa e amigos de longa data do Professor Moreira de Sá. Falamos de Michel – Angelo Lambertini e de António Arroyo.

A sua acção como um dos principais dinamizadores do *Orpheon Portuense* já foi anteriormente mencionada, mas paralelamente a esta intensa actividade no seio do Orpheon Portuense ou noutros grupos musicais em que participou activamente, não nos podemos esquecer do Professor Moreira de Sá enquanto músico, chefe de orquestra e professor.

Em 1880, dirige, na nave do Palácio de Cristal, o concerto vocal e instrumental, comemorativo do Centenário da morte de Camões. Vinte anos mais tarde, em 1900, dirigiu no Teatro Águia de Ouro, cinco concertos da *Associação Musical* de *Concertos Populares a Grande Orquestra*, e em 1905, promoveu na Sala Moreira de Sá, seis sessões de Sonatas para Piano e Violino, e tocou por diversas vezes quer a solo quer com acompanhamento, no Salão Nobre do Ateneu Comercial do Porto, destacando – se o concerto comemorativo do Centenário de Bocage, no dia 21 de Dezembro de 1905.

Em 1905, é publicado pela Casa Moreira de Sá- Editora, um pequeno opúsculo com o seguinte título: *Associação Musical de Concertos Populares a Grande Orquestra*, sob a regência de Moreira de Sá (1ª série de 5 concertos no Theatro Águia d'Ouro durante o mês de Junho de 1900). Este pequeno livrinho, parecendo à primeira vista tão insignificante, reúne os programas executados ao longo dessas sessões assim como as críticas relativas. Tornou-se, desta forma, possível ao mesmo tempo que analisamos o

conteúdo dos programas, acompanhar a sensibilidade das críticas/ opiniões de quem a eles assistiu.[136]

O conjunto das críticas dos diferentes jornais e revistas musicais que escreveram sobre esta iniciativa, parece-nos ser muito positiva. Salientando o carácter artístico mas também pedagógico destes concertos, as primeiras críticas surgem, apesar de um certo entusiasmo, um pouco retraídas, como se houvesse medo de o público não aderir completamente.

De facto, na época seria um tanto temerário abalançar-se nesta aventura. O público não estava habituado a este género de concerto, os meios de difusão eram praticamente inexistentes, tocar numa orquestra também não era fácil. Todos sabemos que muitas vezes as condições acústicas dos teatros também não seriam as melhores. Contudo, aos poucos, os músicos entrosaram-se formando um conjunto unido e seguro na execução e, pelo que acima foi transcrito, não parecem ter havido erros de registo, uma vez que a eles não se faz qualquer menção. Pelo contrário, a iniciativa é analisada com a maior seriedade, e os elogios não são poupados. Revela-se o nome de Moreira de Sá, e todos sabemos quão importante é o papel do maestro para o bom desempenho da orquestra.

Outro ponto importante, é o cuidado com que os diferentes programas foram escolhidos, denunciando também que o desafio tinha sido levado a sério.

Começámos por Beethoven. O génio alemão, de alma sofrida e revoltada, é dado a conhecer em toda a sua grandeza. A *Heróica* é disso um bom exemplo. Começa por ser um monumento musical dedicado a Bonaparte e

[136] Ver anexo 9

passa a seguir, por uma marcha fúnebre, dedicada ao egoísmo do Homem que ele tanto admirara, e assim o herói é enterrado, cheio de pompa e circunstância. Segue-se o *scherzo*, que completa essa crítica ao egoísmo e desprezo pelos mais desprotegidos. Conclui-se com o final, e um novo herói surge para o povo – a grandeza moral. Toda esta sinfonia, desde o início até ao abafar da última nota que se perde ondulante no ar, é um hino à prodigiosa e inspirada capacidade de composição do seu autor e um autêntico desafio a quem a executa.

Beethoven é uma constante dos 5 concertos. Nos 4 primeiros através da execução integral de três das suas sinfonias, e no último concerto, o programa toma um cariz mais leve e variado, e aparece no número três da 1ª parte, a execução da Abertura n.º 3 da ópera Leonor (*Fidélio*).

Ao mestre alemão juntam-se o norueguês Grieg e o inglês Sinding. Ambos representados através de peças inicialmente compostas para piano, e que Moreira de Sá, com todo o seu talento orquestrou, transformando-as em peças próprias para serem tocadas por uma orquestra, enriquecendo-as sem dúvida, e mostrando a versatilidade da música destes compositores.

Também Wagner, tão amado e admirado por Moreira de Sá tinha que estar aqui representado, com três peças: o *Prelúdio* do 3º acto do *Lohengrin*, a *Marcha Imperial* e o *Idílio de Siegfried*. A beleza da música do compositor alemão, a poesia que se transmite através destas obras de certeza que apaixonaram aqueles que as ouviram.

Seguem-se obras de Saint-Saens, Borodine, Mendelsshon, Haydn, Schubert, Godard e Miguéz.

O repertório escolhido parece ter apaixonado aqueles que

assistiram ao primeiro concerto, pois que, no dizer das críticas, nos concertos seguintes, o público afluiu cada vez em maior número.

Outro aspecto que importa salientar, é o facto de os próprios músicos estarem dispostos a arcar com as despesas dos espectáculos caso a adesão do público fosse pouco significativa. Numa época em que o materialismo se começara já a apoderar das pessoas e os artistas não são excepção, é de louvar tal iniciativa. Felizmente, e ao que tudo indica, tal não foi necessário, mas isso deixa-nos entrever que para além de qualquer outro interesse estes músicos queriam principalmente, fazer música, tocar em conjunto, aperfeiçoar-se.

Cinco concertos não parecem ser uma quantidade muito grande, mas estamos certos que o tempo dedicado à sua preparação foi muito. Todos sabemos que é sempre mais difícil fazer algo em conjunto do que individualmente. Sozinhos, não precisámos de nos preocupar com grande coisa a não ser com nós mesmos. Em conjunto, tudo muda. Há que trabalhar a nossa parte para que os outros não esperem por nós. É preciso estar atento para não prejudicarmos o trabalho do conjunto.

O papel do director/ regente da orquestra aqui é fundamental. É ele quem dá os sinais, é ele quem une as diferentes partes integrantes do que formam o todo. Se o maestro falha, tudo se perde.

Parecerá talvez um pouco insignificante, mas os pequenos comentários transcritos nos programas, explicativos de algumas das peças, e que presumimos serem da autoria de Moreira de Sá, revelam todo o cuidado que foi posto na organização destes concertos.

Estamos perante um público que precisa de ser educado a ouvir música de qualidade. Um público que pensámos ávido de conhecer as grandes obras da música contemporânea. Nada melhor do que divulgar durante os concertos algumas notas explicativas sobre as obras que irão ser escutadas.

Ao trabalharem arduamente para estes concertos estes músicos contribuíram para o enriquecimento artístico da cidade do Porto.

Uma carreira longa e cheia de sucesso trouxe-lhe certamente muitos inimigos, mas certamente também alguns bons amigos. Entre eles merecem natural destaque alguns maiores génios contemporâneos, como Vianna da Motta, Casals, Bauer e outros.

Moreira de Sá e Vianna da Motta conheceram-se, segundo palavras do próprio Vianna da Motta, quando este tocou no Porto pela primeira vez a convite do Orpheon Portuense.[137]

[137] In Memoriam de Bernardo Valentim Moreira de Sá.

fig. 4 - Moreira de Sá e Viana da Mota

Em 1987, foi publicada em 2ª edição, uma biografia de Vianna da Motta[138], onde nos é dada a possibilidade de penetrarmos na intimidade dos dois músicos e ler a correspondência trocada entre ambos. Os assuntos abordados são diversos, desde simples indicações de edições de livros até troca de opiniões sobre programas de concertos e alunos.

[138] Freitas Branco, João de, Viana da Mota, Uma contribuição para o estudo da sua personalidade e da sua obra, 2ª ed., Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Música, 1987.

No início do mês de Fevereiro de 1907, Viana da Mota encontra - - se em Berlim, de onde envia a seguinte carta dirigida a Moreira de Sá:

" Berlim, 1.2.1907

Meu querido Moreira

M.º agradº pela tua carta e a tua bela " Palestra " no Comércio. Dei um pulo de contente ao ver que estás disposto a ir ao Brasil.

Eu comecei há 5 dias os meus trabalhos. A tendência dos estudantes de música de Berlim virem pedir-me lições já é tão grande, que tenho de começar a recusar alguns para não passar o dia inteiro a dar lições, o que nem as minhas forças aguentariam, nem seria favorável como concertista.

Tive muita satisfação em saber do sucesso do Luís em Lisboa.

As minhas peças para o programa do Porto são novas, e só a Balada lá foi tocada pelo Luís. Foram escritas debaixo das impressões que recebi de Portugal há 2 anos. (...)".

Como estas, outras se seguem, todas elas demonstrando um enorme afecto e dedicação, bem como o respeito que ambos sentiam um pelo outro. Trata-se de uma amizade que vai durar até ao fim da vida de Moreira de Sá e que se vai prolongar para além da morte, pela amizade que Viana da Mota estende à família Moreira de Sá e Costa.

Esta admiração mútua, leva a unirem-se numa série de concertos primeiro em Portugal e mais tarde na América Latina.

Mas prova irrefutável do seu enorme talento como violinista são as tournées realizadas entre 28 de Junho e 29 de Setembro de 1896 e entre 24 de Junho e 30 de Agosto de 1897, em que na companhia de Vianna da Motta percorreu as principais salas de espectáculos do Brasil e da Argentina.

Salienta-se que no concerto do dia 24 de Agosto de 1896, realizado no Teatro Lírico do Rio de Janeiro, contaram com a colaboração do eminente pianista português, mas há muito radicado no Brasil, Artur Napoleão.

Em 1897, nova tournée conjunta leva-os à Argentina e de novo ao Brasil. Embora não possua os relatos completos sobre estes concertos, na biografia de Vianna da Motta acima mencionada é possível adivinhar o sucesso dos mesmos, uma vez que as palavras relativas ao insigne pianista são por demais elogiosas, demonstrando bem o entusiasmo e a atenção que despertaram quer ao público quer ao críticos musicais locais, que não se coibiram em enaltecer o talento do intérprete.

Bem significativas também quanto à grande amizade que os unia são as palavras expressas por Vianna da Motta, aquando da organização por parte da família de Moreira de Sá do In Memoriam.[139]

As vidas de ambos os músicos e amigos cruzaram-se por diversas vezes, apesar de terem levado rumos muito diversos. Moreira de Sá, talvez mais introvertido, mais dedicado ao ensino, mais pedagogo interessado em transmitir os seus conhecimentos àqueles que o rodeavam e, porventura, mais apostado em fazer desenvolver a música na cidade do Porto, onde permanece temporadas seguidas, limitando-se a fazer algumas digressões

[139] " ... Desde o primeiro contacto com a sua vasta cultura e o seu elevado carácter me prendeu a ele uma profunda admiração e um verdadeiro afecto, que nos conduziu a uma estreita amizade, nunca alterada, até ele nos ter deixado. Quanto mais o conhecia, mais crescia a minha admiração, que chegava ao assombro, vendo a sua espantosa actividade e erudição em todos os ramos das artes e das ciências, e aumentava o afecto que suscitava o modelar pai de família, a sua dedicação pelos amigos, à qual muitos e grandes serviços devo.
...Foi Moreira de Sá um grande homem, não só na sua Pátria, mas em todo o mundo intelectual, e um carácter, que é um exemplo e um estímulo, difícil de seguir e de igualar.

pelo estrangeiro, com músicos eminentes, mas dando principal destaque a concertos nas salas do Porto, ao passo que Vianna da Motta leva uma vida mais errante, entre Portugal e a Alemanha, país onde estudou e leccionou ao longo de vários anos, até que por fim, acabou por se fixar em Lisboa, onde viria a falecer.

Ambos dedicaram as suas vidas à música, dela fazendo mais do que uma profissão ou modo de vida, uma autêntica devoção.

A tournée que fez com Harold Bauer e Pablo Casals, entre os dias 29 de Maio e 1 de Agosto de 1903, em que tocaram em Braga, no Porto, Em Lisboa, no Rio de Janeiro, em S. Paulo, em Campinas e em Santos é também um exemplo do enorme prestígio de que este homem gozava junto da comunidade artística mundial.

O seu valor enquanto violinista, chefe de orquestra, homem de cultura e de arte, atrai a atenção daqueles que com ele privaram, e traz-lhe a admiração daqueles que eram considerados os grandes músicos daquele tempo. Moreira de Sá em nada lhes ficava atrás.

Do amigo nada mais digo, porque isso não pertence à publicidade, mas só à intimidade. Bem o sabe a família, com quem eu choro a sua perda irreparável. "

fig. 5 - Moreira de Sá com o pianista Harold Bauer e o violoncelista Pablo Casals (1903).

O seu convívio com Casals remonta à época em que este ainda se encontrava casado com Suggia, grande amiga e colaboradora de Moreira de Sá, cuja amizade permanecerá até à morte.

Também no campo do ensino da música o Professor Moreira de Sá deixou a sua presença bem marcada. Exercendo a sua actividade como professor de português, francês, matemática e, também, desde 1883, de canto coral, na Escola Normal, rapidamente se deixa levar pelo entusiasmo, e aproveita a oportunidade para incutir no espírito dos seus jovens alunos o gosto pela música, dando – lhes a conhecer algumas das obras mais importantes da música, explicando – lhes antes de cada execução, o seu

significado, e promovendo, no fim de cada ano lectivo, pequenas audições de canto coral com os seus pupilos.

Em 1917, Moreira de Sá é convidado a organizar o Conservatório de Música do Porto, que é a primeira escola e, até há bem pouco tempo, a única escola de carácter oficial existente nesta cidade, cuja única finalidade é o ensino da música.

A ele coube a responsabilidade de organizar o programa de estudos do Conservatório de Música do Porto, o qual foi considerado de tal forma bem elaborado que, quando Vianna da Motta foi incumbido de reformar os programas do Conservatório de Lisboa, se limitou a cingir ao delineado por Moreira de Sá para o do Porto.

No Conservatório, o Professor Moreira de Sá começa por se rodear de um excelente naipe de professores, entre os quais se contam o seu genro, Luís Costa, Ernesto Maia, Joaquim de Freitas Gonçalves, Carlos Dubbini e José Cassagne.

No dia 12 de Dezembro de 1917, iniciam – se os exames de admissão e as aulas começaram no dia 9 de janeiro do ano seguinte, com um total de 335 alunos.

Moreira de Sá sempre considerou que os alunos devem, desde cedo, habituar – se a tocar em conjunto e perante o público, pelo que a primeira audição dos alunos do Conservatório de Música do Porto aconteceu no dia 8 de Abril de 1918, após o que se sucedem ao ritmo de uma por mês.

A par destas audições, o Conservatório efectua também audições de música de câmara, audições preenchidas unicamente com a execução de sonatas e que contavam com a participação de professores e alunos, palestras públicas sobre diversos temas relacionados com a música, estabelecendo deste modo uma interligação tão perfeita quanto possível entre o Conservatório, a Música e a Cidade!

Na sessão inaugural de 9 de Dezembro de 1917, e na qual estiveram presentes o Presidente do Senado Municipal e o Presidente da Comissão Executiva, Moreira de Sá ao longo do seu discurso vai fazendo um historial dos projectos que desde há muito pretendiam a criação de um Conservatório na cidade do Porto, assim diz – nos : " *... a criação dum Conservatório de Música no Porto, correspondendo a uma justificada aspiração da cidade, fazia já parte integrante do plano geral de instrução formulado pela actual vereação em 17 de Janeiro de 1914. (...)* "[140]

Mas apesar dos esforços, empenho, valor e dedicação ao seu trabalho no Conservatório, Moreira de Sá acaba por se demitir das suas funções de director daquele estabelecimento de ensino , em virtude de problemas relacionados com a admissão de professores para o Conservatório . Ao que parece, a interferência da Câmara na designação dos elementos que compunham o corpo docente dessa instituição esteve na base deste incidente.

Resta – nos destacar a actividade de Moreira de Sá como autor de obras de carácter musical, algumas das quais viram o seu valor reconhecido internacionalmente, ao serem consideradas das mais importantes até então escritas em toda a Europa. Entra estas podemos citar o Compêndio de Música

(em duas partes, 1921), a Técnica de Rabeca (1907), as Palestras Musicais e Pedagógicas (1912 / 1917), as Notas Biográficas e Musicais (1923), Artigos de Crítica Musical (1884), História da Música (1920), os Anais do Orpheon Portuense (1897 / 1913), e a História da Evolução Musical (obra póstuma, datada de 1924), para além de inúmeros artigos em jornais e revistas como o Comércio do Porto, o Primeiro de Janeiro, o Jornal de Notícias, a Arte Musical, o Orpheon, a Folha Nova, entre outros, versando os mais diversos temas relacionados com a Música.

Morreu como viveu, simples, discreto, amado e respeitado pelos que com ele conviveram, qual folha embalada pelo vento primaveril que se deixa embalar até repousar nas margens da música.

5.2.5 – António Tomás dos Santos Júnior

António Tomás dos Santos Júnior faleceu às 4 horas da manhã do dia 14 de Dezembro de 1924, numa casa na Av. da Boavista 1278, freguesia de Lordelo do Ouro, desta cidade. Tinha 48 anos de idade e era negociante de profissão. Nascido no Porto, natural da freguesia de Miragaia, filho legítimo de António Tomás dos Santos e de D. Deolinda Rosa dos Santos, doméstica, ambos naturais de Mafamude, era casado com D. Guiomar da Cruz Santos, natural do Pará, Brasil.

---

[140] Sá, Bernardo Valentim Moreira de Sá, Conservatório de Música do Porto, Algumas palavras proferidas pelo seu director, Bernardo Valentim Moreira de Sá, na sessão inaugural de 9 de Dezembro de 1917, Porto, Tipografia Progrsso, s/d.

Pela forma como o inventário orfanológico[141] se encontra organizado, podemos concluir que a sua morte foi repentina, apesar de esperada, uma vez que sofria de cancro no fígado.

Aquilo que, de imediato, prende a nossa atenção, após uma abordagem inicial do referido inventário, é a total desorganização como ele é feito, em virtude de nem ter deixado testamento nem a própria viúva ter conhecimento dos bens que o marido possuía em Portugal ou no Brasil, e a própria inventariante declara que" *não pode descrever com exactidão alguns bens do casal e ignora mesmo se já se referiu a todos: o motivo é que a inventariante desconhecia por comercial do seu marido, e este nunca prevendo a sua morte, nem à inventariante nem a mais alguém deu a menor explicação dos seus negócios e bens de fortuna nem mesmo deixou qualquer escrito que fornecesse indicação sobre esse ponto* completo a vida"[142] .

Como não deixou testamento que permitisse resolver de outra forma esta situação, foram seus herdeiros, a viúva, D. Guiomar Moreira dos Santos, que entretanto acabou por falecer ainda antes de terminado este inventário, e os filhos do casal, D. Maria Julieta Cruz Santos, de maior idade, solteira, D. Leonor da Cruz Santos de Carvalho, casada com Manuel Costa e Almeida de Carvalho, D. Guiomar Helena da Cruz Santos, solteira, de 20 anos e António Tomás da Cruz Santos, de 14 anos de idade.

Entre os seus bens encontrámos :

- móveis e utensílios – 39 643$00
- bens de raiz – 135 000$00

[141] Arquivo do Ministério da Justiça, Maço 1666.
[142] Inventário orfanológico de António Tomás dos Santos Júnioe, pp.31.

- roupa de casa – 1672$00
- utensílios – 2 064$00
- diversos – 1 520$00
- pratas – 850$00
- objectos de arte e/ou decorativos – 13 630$00
- jóias – 530$00
- acções e seguros – 221 823$14[143]

Como podemos verificar, mesmo assim a sua herança ascendia a cerca de 416 732$00.

Apesar de entre a composição dos bens de raiz do inventariado não constar qualquer indicação sobre a existência de uma casa com capela, entre o bens e utensílios aparece a referência à existência de dois santuários, verbas 47 e 51, no valor de 950$00, e também de dois quadros com motivos religiosos, verbas 46 e 52, o que nos faz pensar que estamos perante uma família com algum apego à religião.

---

[143] dividido da seguinte forma:

Sociedade Mercantil do Minho Ldª, de Guimarães	19 958$33
Sociedade de Tecidos, Ldª	95 893$81
Cª Vinícola e Agrícola de Ventozelo	24 157$00
Sociedade Arrendatária do Palácio de Cristal Ldª	19 000$00
Pátria Film, Ldª de Lisboa	20 000$00
Seguro misto na Cª L'Urbaine	20 000$00
Seguro misto da mesma Companhia	10 000$00
Seguro na Mutual Reserve Life Inssurance Company dos Estados Unidos	1 500$00
Seguro misto na Cª A Nacional de Lisboa	10 000$00
Seguro na La Equitativa de los Estados Unidos	1 314$00

Surge ainda a referência ao direito ilíquido que a herança tem a receber da Fazenda Nacional relativo à contribuição de registo por título oneroso e adicionais, pela paga pelo inventariado para a efectivação da compra de um prédio denominado Quinta do Cruzeiro , sito em Ermesinde e cujo contrato não chegou a realizar-se, sendo essa quantia de 9 468$85.

Por outro lado, a sua ligação a actividades artísticas , em particular à música, encontra-se patente na referência a um piano Bechstein, antigo, e no valor de 3 200$00, pelo que não estaremos longe da verdade se afirmarmos que nessa casa alguns dos seus residentes dedicavam-se à música.

5.2.6 – Adriano Ramos Pinto

O nome da família Ramos Pinto é um daqueles que ainda hoje faz com que as pessoas se deleitem, degustando, mesmo que mentalmente, o saboroso vinho do Porto. Inclinamo-nos com profundo respeito perante o fundador da Casa Ramos Pinto, que ao longo de mais de um século, nos brindou com a sua imensa popularidade e bom gosto.

Ao contrário do que aconteceu com os outros nomes aqui biografados, não nos foi possível encontrar nem um inventário de maiores por morte de Adriano Ramos Pinto, nem um documento que abordasse a partilha dos seus bens pelas suas herdeiras.

Sabemos que nasceu em 1859, presume-se que na cidade do Porto, onde foi baptizado na freguesia de Santo Ildefonso. De profissão negociante, era filho de D. Eugénia Antónia Ramos e de José Joaquim Teixeira Pinto (da Quinta do Souto – Régua). Eram seus bisavós maternos Hipolite Ange (advogado na Bélgica) e Marie Augustine le Doux (nascida na Bélgica). Sua filha Eugenie Apoline le Doux (também ela nascida na Bélgica), casou com José António Ramos na Igreja de Campanhã, no Porto. Os seus avós paternos eram António Teixeira Pinto (natural de Stª Valha – Chaves) e D. Antónia Teixeira Pinto, daí o apelido Ramos Pinto.

Do casamento de seus pais teve quatro irmãos, José, António, Maria Eugénia e Carolina, havendo ainda uma outra irmã, Maria das Dores, mas esta só por parte do pai. No início, Adriano vivia com a sua mãe na Rua de Sá da Bandeira 212, e alguns anos mais tarde muda-se para uma casa na Rua da Boavista.

Aos 29 anos Adriano casa-se com D. Ardelina Petronila da Silva Machado, de 45 anos, solteira, doméstica, natural da Sé e moradora na Quinta das Antas, filha legítima de José da Silva Machado, natural de Moreira de Cónegos, Guimarães e de D. Joaquina da Silva Lopes, natural da Sé, Porto. O casamento realizou-se na Igreja Paroquial de S. João da Foz, no dia 1 de Outubro de 1888. D. Ardelina Petronila faleceu no dia 13 de Fevereiro de 1915, na sua casa da Av. da Boavista n.º 752, deixando como seu único herdeiro seu marido Adriano. Deste casamento não houve filhos.

Pelo documento que nos foi gentilmente cedido pela família de Adriano Ramos Pinto, e que consta de um inventário da 1ª Repartição de Finanças do 2º Bairro da freguesia de Cedofeita, os bens de D. Ardelina, à data da sua morte eram consideráveis, atingindo a quantia de 141 462$53, e entre os quais encontramos um vasto rol de bens imobiliários, mobiliários e acções.

Assim, Adriano herdou de sua esposa uma morada de casas de dois andares e águas-furtadas, com quintal e mais pertenças, situada na Avª da Boavista n.º 752, onde residiam, cujo valor era de 9 000$00; na mesma avenida, mas com o n.º 762, uma outra morada de casas, também de dois andares, com quintal e mais pertenças, no valor de 4 000$00; um *chalet* com terreno em frente, destinado à *garage* do carro automóvel, situado na Rua de Agramonte n.º 317, e que foi avaliado em 1 500$00. O que perfaz a quantia de 14 500$00.

A casa de residência estava bem decorada, denotando ser aí que residiam na maior parte do tempo, principalmente D. Ardelina e as duas filhas de Adriano, uma vez que este viajava com frequência para o exterior, principalmente por motivos profissionais.

Esta casa tinha as seguintes divisões: no rés-do-chão, sala de espera, átrio de espera, sala de jantar, galeria envidraçada, sala de estudo, escada que dava acesso ao andar superior; andar superior, sala de visitas, saleta, quarto, quarto de dormir, galeria envidraçada, quarto de banho; águas-furtadas, quarto, quarto das criadas, quarto do criado do seu recheio, constam as mobílias da sala de espera, do átrio de espera e da sala de jantar, no valor de 330$00, nas galerias envidraçadas, mobiliário no valor de 70$00, na sala de estudo, a mobília era bastante exígua, constando apenas de uma mesa e 6 cadeiras com assento em palhinha, avaliados em 20$00, as escadas encontravam-se decoradas com 2 colunas de mármore no valor de 30$00, no andar de cima as duas salas mencionadas tinham mobiliário e objectos decorativos a que se atribuiu o valor de 340$00, destacando-se a indicação da existência de 1 piano com muito uso, do qual não sabemos nem o valor exacto nem a marca, nos quartos, onde encontramos mobiliário diverso, incluindo os dos criados, cujo mobiliário era bem mais escasso e simples incluindo os lavatórios, o valor atribuído foi 268$00. O quarto de banho que se encontrava no piso superior, tinha uma banheira de ferro esmaltado, um esquentador, dois mochos de madeira a preto, um lavatório de madeira a branco e um espelho de parede com moldura, tudo no valor de 40$00.

Da louça descrita destaca-se um serviço de louça fina, para jantar e almoço, copos de cristal, cálices garrafas, talheres christofle e outras miudezas, avaliadas em 60$00. Enquanto que a roupa inventariada, lenços,

cobertores, cobertas, toalhas de rosto e de mesa, guardanapos e outras miudezas, foram avaliadas em 60$00.

Tudo isto, móveis, objectos de decoração, louças e roupas, perfazem um total de 828$00.

Sabemos também que possuíam um automóvel da marca Daymler, avaliado em 1 500$00.

Finalmente, relativamente a este inventário passamos a abordar os papéis de crédito[144] que se dividiam naqueles que se encontravam com averbamento a favor da falecida, no valor de 1 932$44, e os que estavam com averbamento a favor de Adriano Ramos Pinto, no valor de 11 273$00, acrescentando-se a importância da quota de capital pertencente a este último como sócio da casa comercial A. Ramos Pinto & Irmão, no valor de 50 000$00 e da sua conta particular por lucros, que era de 60 039$09, o que tudo junto soma 123 244$53.

A divisão dos bens será metade que pertence ao viúvo e outra metade que pertence à inventariada, cada uma no valor 70 731$26,5.

144

36 e vigésimos de acções do Banco Comercial do Porto	1 626$24
5 acções do Banco Aliança	306$00
1 acção do Banco Lusitano	$20
10 acção da Cª Nacional dos Caminhos-de-Ferro	46$00
5 acções da Cª de Seguros A Portuense	430$00
100 acções da Cª Portuguesa de Refinação	10$00
1 acção da Cª de Seguros Garantia	235$00
20 acções da Cª União Fabril Portuense	1 800$00
20 acções da Cª da Soda Portuguesa	20$00
54 obrigações da Cª Aliança (Fundição do Ouro)	5 400$00
Quota que Adriano Ramos Pinto possui na Empresa Portuense de Pescarias	3 350$00

Junta-se ainda os valores na casa comercial Adriano Ramos Pinto & Irmão que somam um total de 111 039$53.

Deste inventário não constam as despesas de médico, farmácia e funeral.

Como acima foi mencionado Adriano Ramos Pinto não teve filhos do seu casamento com D. Ardelina, provavelmente devido à idade tardia com que a senhora casou mas teve duas filhas de uma relação extra-matrimonial, cujos detalhes optamos por não tornar públicos por consideração à família, e também porque a sua divulgação não se apresenta de maior interesse para o nosso estudo. Basta dizermos que as duas meninas havidas dessa relação foram perfilhadas por seu pai e educadas em sua casa e em companhia de sua esposa, não mantendo contacto com a sua mãe.

Adriano Ramos Pinto era pai de D. Otília Ramos Pinto, que casou com Alfredo Cunha[145], e de D. Erminda Ramos Pinto, casada com o visconde de Villar de Allen.

Apesar de não possuirmos qualquer outro inventário relativo aos bens de Adriano Ramos Pinto, sabemos que ele foi um bem sucedido homem de negócios, e até nós chegaram algumas informações que nos permitem traçar as características mais importantes deste homem, cuja vontade e imaginação marcaram uma época.

"*Construindo um sonho um passo à frente do futuro*" é a imagem que nos atravessa os pensamentos quando ainda da margem a norte do Douro contemplamos o edifício gigantesco, que ainda hoje é a sede da Firma A. Ramos Pinto & Irmão.

---

[145] Debruçamo-nos sobre o seu contrato ante-nupcial, realizado no Porto em 12/09/1921, que se limita a informar-nos que o casamento será realizado sob o regime de separação de bens ou da simples comunhão de adquiridos (A.D.P., Po 4, livro 921 C, pp. 12)

Quando entramos nos antigos escritórios da firma A. Ramos Pinto & Irmão, parece que o tempo parou e nos é dado o privilégio de reviver os tempos ainda não muito distantes em que os dois irmãos eram vivos e dirigiam os seus negócios a partir daquele local, tão cheio de beleza e de mistério.

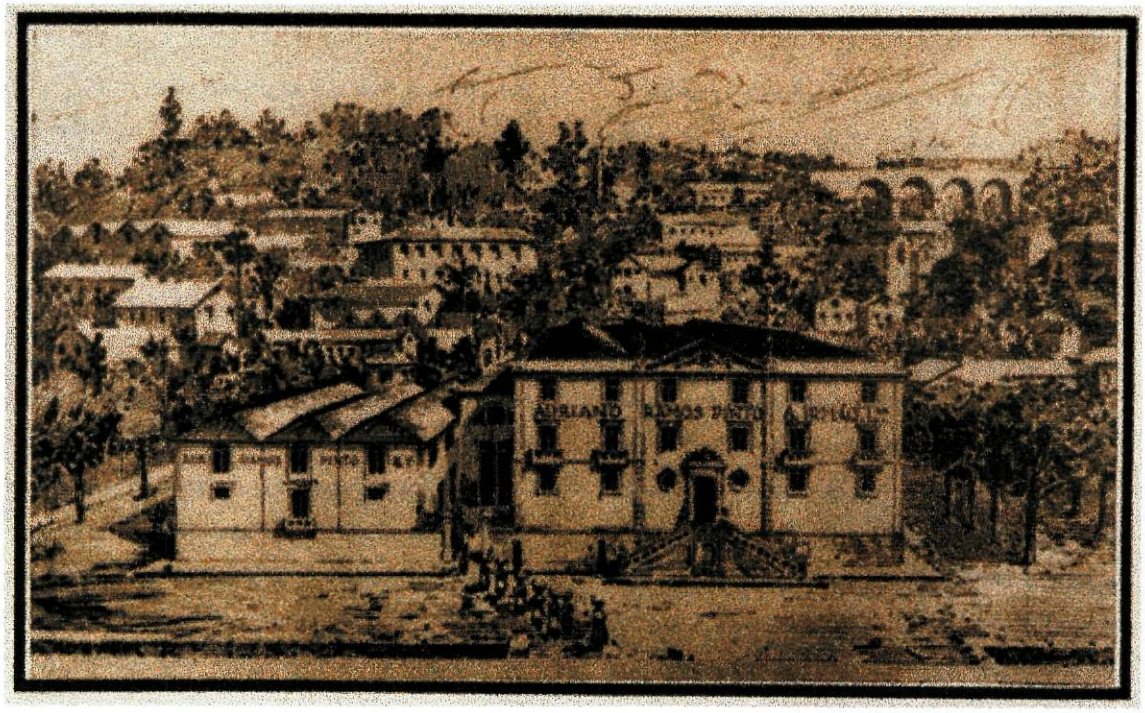

fig. 6 - Fachada dos escritorios da firma Adriano Ramos Pinto & Irmão, Lda.

As antigas secretárias com os seus livros e outros objectos, permanecem nos mesmos lugares, as paredes decoradas sobriamente com azulejos e cartazes da firma, todos eles alusivos ao mítico Baco e à publicidade da firma exportadora do vinho do Porto, fundada em 1880 por Adriano Ramos Pinto, começando como uma humilde empresa cujo objectivo era a exportação de vinho do Porto, para o sul do continente americano, sendo o seu alvo principal a conquista do mercado brasileiro, destino de grande parte da emigração do nosso país e onde existia uma forte comunidade portuguesa.

José Ramos Pinto Rosas, a quem coube a tarefa de escrever o prefácio de um pequeno mas nem por isso menos importante volume sobre o centenário da Ramos Pinto (1880-1980), da autoria do Prof. José Augusto França, salienta que " a exportação para o Brasil era então em volumes consideráveis (de 1880 a 1886 uma média de 136 000 hectolitros, enquanto que nos 30/50 anos seguintes de 32 000 hectolitros) e indistintamente a granel e engarrafado, sempre, porém, a preços muito concorrenciais."[146]

O jovem Adriano, então com cerca de 20 anos, acreditava na possibilidade de se remodelar completamente esta imagem do vinho do Porto, e propôs-se a si próprio a tarefa de construir uma firma que aliasse à qualidade do produto a qualidade da sua embalagem e apresentação.

É assim que vai começar por escolher um vinho de qualidade muito superior à dos outros vinhos existentes no mercado, criando também uma embalagem cuja apresentação era de um extremo cuidado desde a garrafa até à cápsula, não esquecendo a caixa de madeira em que era embalada.

A este vinho deu o nome de **ADRIANO**, o seu preço era duas vezes superior ao dos outros vinhos existentes no mercado e para culminar, de uma forma que poderemos considerar revolucionária, criou uma publicidade cuidada e de grande qualidade em torno do seu produto e que se traduz desde os cartazes, passando pelos brindes (calendários, livros de música onde a partir de determinada altura se começa a introduzir um fado com o seu nome, cinzeiros...).

---

[146] Comemoração do Centenário da Casa Ramos Pinto & Irmão, Porto, 4ª edição, Ramos Pinto, texto de José Augusto França e introdução de José Ramos Pinto Rosas.

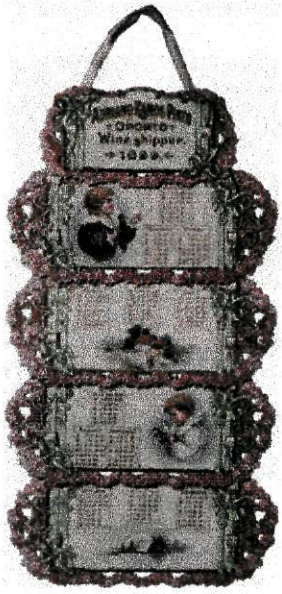

fig. 7 - Brinde oferecido pela firma Ramos Pinto em 1899

Na sede da firma, em Gaia, ainda se guardam esses brindes, na época uma novidade, que cada caixa de vinho oferecia ao seu comprador, e cuja variedade nos permite despertar a nossa curiosidade, tendo dentre todos chamado a atenção os livros com músicas populares portuguesas, preenchidos com composições que faziam lembrar o folclore tradicional português, despertando certamente na comunidade lusa em terras de Vera Cruz a saudade da Pátria do outro lado do Atlântico. A este factor não está concerteza alheio o gosto e o talento de Adriano Ramos Pinto para as artes.

Em contactos mantidos com elementos da família Ramos Pinto, Adriano é descrito, normalmente, como uma pessoa afável e bondosa, com um apurado sentido para os negócios e para a inovação, ligada às artes, tendo inclusive estado ligado ao Centro Artístico Portuense liderado por Soares dos Reis, onde estudou aguarela com o famoso artista portuense, não se conhecendo, contudo até à data qualquer aguarela da sua autoria, apesar de o seu nome aparecer mencionado no livro Soares dos Reis e o Centro Artístico

Portuense, e de o seu autor se referir a Adriano Ramos Pinto, como uma pessoa de grande talento.[147]

Apesar de tudo, a sua grande sensibilidade artística é documentada várias vezes quer através da menção do seu nome em programas musicais da época, quer mesmo pela enorme capacidade de antecipação aos tempos modernos, quando usa como meio de divulgação dos seus produtos a publicidade, hoje tão difundida, mas que nos fins do século passado e no início deste século surgia como uma novidade, tanto mais que ele se deslocava várias vezes ao estrangeiro, onde contactava com os artistas que transpunham para os cartazes aquilo que ele cuidadosamente idealizava.

Desta forma, e apoiando-se no seu inato sentido artístico, de bom gosto e génio, Adriano tem a visão de se antecipar ao futuro e investe fortemente na imagem dos seus vinhos. É no estrangeiro que ele busca os artistas capazes de produzir a imagem pensada. Enquanto que o seu irmão António fica a gerir os negócios junto ao Douro, Adriano percorre a Europa em busca de ideias. Inspirando-se na mitologia clássica, inunda o mercado de cartazes onde as belas e misteriosas ninfas nos aparecem em sensuais visões paradisíacas, ora empunhando objectos ligados à cultura portuguesa, ora brincando num jardim imaginário com Baco.

[147] Machado, Carlos Diogo de Villa-Lobos , Soares dos Reis e o Centro Artístico Portuense, Porto, Porto, 1947, depositária Livraria Fernando Machado, pp. 29.

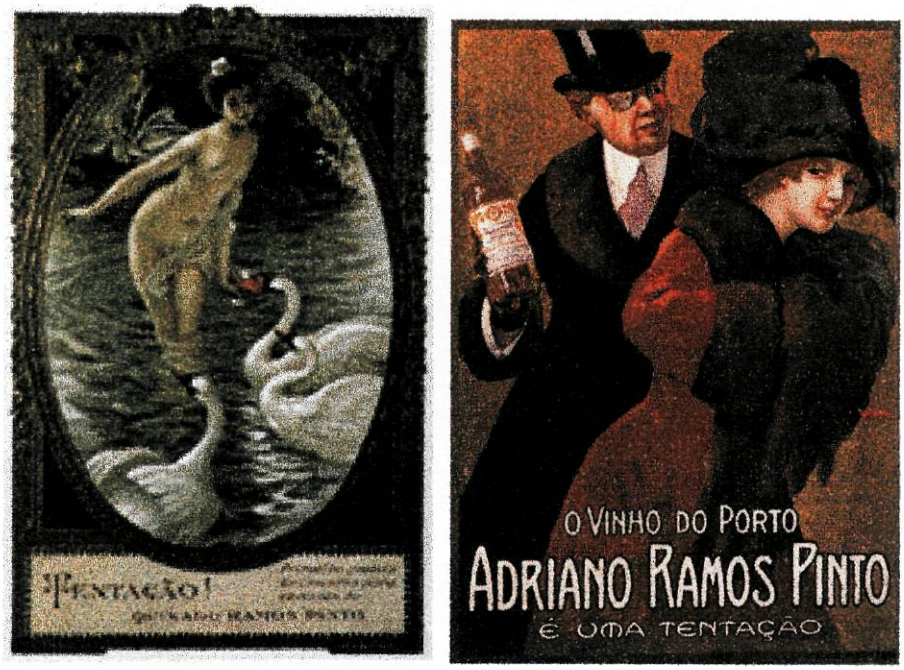

fig. 8 - Dois cartazes cujos temas apesar de distintos demonstram a criatividade e inovação da publicidade desta firma, que marcou uma época.

Tivemos a oportunidade de contemplar estes exemplos na Casa da firma, em Vila Nova de Gaia. As paredes onde se expõem cartazes, azulejos e todos os elementos que nos trazem à memória os momentos gloriosos vividos num passado tão próximo, mantém-nos suspensos pela surpresa que nos trazem.

Podemos fazer uma ideia do património Ramos Pinto se nos debruçarmos um pouco sobre os seus negócios.

Em 1901, é fundada a firma A. Ramos Pinto & irmão[148], firma essa que se dedicava à exportação de vinhos do Porto, com especial incidência para o mercado brasileiro, e era constituída por dois sócios: Adriano

Ramos Pinto e seu irmão António Ramos Pinto. A sua sede situava-se na Rua Direita 168, em Vila Nova de Gaia, com armazéns na mesma rua, números 1 e 2. O capital social, num total de 100 contos de réis, encontrava-se dividido da seguinte forma: vinhos 60 contos, cascos 3 contos, mobiliário e utensílios de escritório e armazém 3 contos e quinhentos mil réis, marcas 1 conto e 500 mil réis, dinheiro 32 contos. A sua duração ficou estipulada em cinco anos, sendo renovável a cada cinco anos. Através de escritura pública data de 22 de Novembro de 1915, é feita uma modificação parcial do contrato constitutivo da Sociedade " Adriano Ramos Pinto & Irmão "[149], através da qual o prazo de duração da referida sociedade é deliberado prorrogar-se por tempo indeterminado, mas salvaguardando o melhor possível o património da firma, e passamos a citar: *" Nenhum dos sócios poderá, por qualquer título ou forma, fazer empréstimo de dinheiro, nem mesmo particularmente, não podendo igualmente participar em negócio estranhos ao do presente contrato social, qualquer que seja a sua importância e fim, desde que não sejam negócios que os dois sócios possam realizar em comum."* [150] Esta sociedade vai sofrendo ao longo dos anos várias transformações, que advieram, principalmente, como consequência dos casamentos das filhas dos sócios fundadores, que vão acabar por se transformarem, ao lado de seus maridos, em sócios de pleno direito na firma, apesar de Adriano Ramos Pinto se ter mantido sempre como sócio maioritário.

Em 30 de Outubro de 1918, a A. Ramos Pinto & Irmão transforma-se em Sociedade de Quotas[151], aparecendo como sócios, os irmão Adriano e António, que possuíam 290 contos e 190 contos do total do capital

---

[148] A.D.P., Po4, livro 767, pp. 61v e seguintes.
[149] A.D.P., Po 4, livro 860, pp. 88 e 88v.
[150] idem, pp. 88v.
[151] A.D.P., Po 4, livro 894, pp. 81 v. a 87. Esta firma tinha como finalidade principal a compra, venda e exportação de vinhos e aguardentes, em especial da marca Adriano Ramos Pinto já introduzidas nos mercados da Europa e das Américas Central e do Sul.

social respectivamente, D. Erminda Adelina Ramos Pinto Allen, 100 contos, D. Maria Eugénia de Castro Ramos Pinto Calem e D. Maria Antónia de Castro Ramos Pinto Rosas 67 contos e 500 mil escudos cada uma, Raul Ramos Pinto[152] 65 contos, António de Oliveira Calem e Joaquim Aires de Gouveia Allen, 10 contos cada um. O capital social nesta altura tinha sido elevado para 800 contos[153].

Em 23 de Janeiro de 1905, a A. Ramos Pinto & Irmão funda com António Luís Ferreira, negociante, solteiro, morador na Rua de S. Roque da Lameira, uma sociedade comercial em comandita simples[154], a " António Ferreira & Comandita ", cujo fim social era a exploração do negócio de comissões e consignações e de conta própria, sendo sócio solidário António Ferreira, enquanto que a firma A. Ramos Pinto & Irmão seria a sócia solidária ou de responsabilidade limitada à sua quota de capital. O capital, de 12 500$000 réis, era maioritariamente da Ramos Pinto, que contribuía com 10 000$000 réis, enquanto que António Ferreira detinha somente 2 500$000 réis. Ficando a sede instalada na Rua de Belomonte n.º 73. Estipula-se entre outras coisas que os lucros e prejuízos, se os houver, seriam divididos por ambos os sócios em partes perfeitamente iguais. Esta firma é dissolvida em 23 de Junho de 1909[155], uma vez que a sua duração era de três anos a contar de 1 de

---

[152] Maria Eugénia, Maria Antónia e Raul eram filhos de António Ramos Pinto e de sua esposa D. Virgínia de Castro.

[153] Em 27/05/1921, Adriano Ramos Pinto faz em escritura pública uma cessão de quotas a sua filha, D. Otília Ramos Pinto, no valor de 100 contos, cf. A.D.P., Po 4, livro 933 B, fl. 80 a 81. Esta casa-se mais tarde com Alfredo Antunes da Silva Cunha, comerciante, da Rua da Rasa nº 410, Vila Nova de Gaia, e no seu contrato ante-nupcial, de 12/09/1921, a jovem, emanciapada, vivia ainda na casa de seu pai, declara com seu noivo, que o casamento será calebrado sob o regimen da separação de bens ou da simples comunhão de adquiridos, nos termos dos artºs 1125 e seguintes do Código Civil, e que serão considerados próprios e exclusivos de cada um deles não só os bens que possuem à data deste contrato mas também aqueles que cada um receber por herança, doação, legado ou outro título gratuito – in A.D.P., Po4, livro 921 C, pp.12 e 12 v.

[154] A.D.P., Po 4, livro 791, pp. 73 e seguintes.

[155] A.D.P., Po4, livro 817, pp. 27V. e seguintes.

Janeiro de 1905, e como não se tinha procedido à prorrogação do mesmo contrato, esta terminara as suas actividades em 30 de Dezembro de 1908, pelo que a presente escritura teve a finalidade de liquidar a mesma, decidindo-se que todo o activo social pertenceria a António Ferreira, a cargo de quem também ficaria o pagamento de todo o passivo social, sem qualquer responsabilidade para a A. Ramos Pinto & Irmão, que esta mesma firma tinha o direito de receber em pagamento do seu capital, lucros e crédito, a quantia de 6 840$335 réis, cuja importância fica representada por várias letras sacadas pela A. Ramos Pinto e aceites por Luís Ferreira, o qual só poderá receber a importância das letras acima mencionadas nos dias dos seus vencimentos.

A 8 de Janeiro de 1908, constitui-se uma nova sociedade comercial em comandita simples, entre António Augusto Pinto Dias de Freitas, casado, industrial e residente na Rua Álvares Cabral, e a firma A. Ramos Pinto & Irmão[156]. Novamente, a Ramos Pinto é a sócia comanditária de responsabilidade limitada à sua quota de capital na firma, enquanto que o sócio solidário ou de responsabilidade ilimitada é António Freitas. A finalidade desta sociedade é a exploração da indústria de tecidos e o comércio de compra e venda dos mesmos produtos na Fábrica de Tecidos de Burgães, montada na Rua dos Burgães, na freguesia de Cedofeita, localizando-se aí também a sua sede social. O capital social é de 14 000$000 réis em dinheiro, sendo 12 000$000 réis da Ramos Pinto e 2 000$000 réis, de António de Freitas. Os estipulado nesta sociedade é muito semelhante ao decidido para a anterior, embora a duração prevista fosse neste caso de quatro anos, contudo, vai ser dissolvida pouco depois, através de escritura realizada a 3 de Junho do mesmo ano, não indicando o motivo dessa mesma dissolução[157]. Mais uma vez, todo o activo social fica a pertencer ao sócio solidário, a quem fica a cargo o

[156] A.D.P., Po4, livro 809, pp. 16 e seguintes.
[157] A.D.P., Po4, livro811, pp. 72v e seguintes.

pagamento de todo o passivo social, e que pelo balanço feito a Ramos Pinto terá a haver da sociedade em completo pagamento do seu capital, lucros e créditos, a quantia 14 000$000 réis, cuja importância deverá ser paga no prazo de dois anos a contar da data deste documento.

Os interesses da família Ramos Pinto não se circunscreveram à exportação de vinhos. Vemos o seu nome ligado ao ramo dos seguros, mais precisamente à companhia de Seguros Excelsior, à Sociedade Eléctrica da Granja, à Sociedade sob firma Valente, Costa & Cª, Ldª e à Sociedade por Quotas sob a firma A. Pinto Dias de Freitas, Ldª, que se dedica à exploração da indústria da cerâmica.

O sucesso do empreendimento iniciado por Adriano Ramos Pinto parece ser indiscutível. A firma por ele sonhada tornou-se uma realidade e aos poucos vai-se firmando no competitivo mercado internacional. A sua principal virtude parece ter sido, sem dúvida, a sua capacidade para se antecipar aos tempos modernos. Transformando-se numa das principais firmas exportadoras de vinho do Porto, guindando os seus sócios a um lugar de destaque da sociedade da época, permitindo-lhes, através dos casamentos de suas filhas, ligar-se a algumas das mais importantes e influentes famílias do Porto, como a Calem, a Allen ou a Rosas, abrindo-lhes as portas dos mais selectos salões do início deste século.

Adriano Ramos Pinto morreu no dia 5 de Março de 1927, na sua casa à Avª da Boavista, após curta doença. Os jornais da época, como o Comércio do Porto, de Domingo dia 6 do mesmo mês, não deixaram de prestar a sua homenagem a este homem.[158]

5.2.7 – Arnaldo de Sousa Moreda

A 10 de Junho de 1928, morre no Porto, ***Arnaldo de Sousa Moreda***, casado, negociante, morador na Rua de Santos Pousada n.º 297. Tinha 48 anos de idade e na sua certidão de óbito consta que foi vítima de nefrite crónica.

Deixou viúva a srª D. Lívia Sampaio da Costa Oliveira Moreda e órfãos os seus filhos Manuel Francisco Moreda, solteiro, de 19 anos de idade, emancipado, negociante, Maria Emília de Oliveira Moreda, solteira e com 17 anos de idade, Maria Lívia de Oliveira Moreda, de 13 anos de idade e finalmente, Alberto de Oliveira Moreda, de 9 anos de idade, todos residentes com o falecido[159].

Sabemos que o seu casamento foi precedido de um contrato antenupcial, realizado em 19 de Fevereiro de 1908, e no qual se diz que Arnaldo de Sousa Moreda, maior, negociante e proprietário, residente na Rua de S. Jerónimo, e Lívia Sampaio da Costa Oliveira, também ela de maior idade, solteira e residente na Rua Firmeza, se pretendem casar pala Igreja, decidindo antes proceder a esta escritura, na qual comunicam que o casamento será feito com total incomuniabilidade e separação de bens presentes bem como de todos os que vierem a ser adquiridos após o matrimónio, e que o jovem Arnaldo se dota com os bens herdados de sua mãe, D. Maria Cândida de Sousa Moreda, falecida em 1886, de seu irmão, Vitorino Monteiro Pinto, falecido em 1895 e de seu pai Manuel Francisco Moreda, falecido no mesmo ano.

---

[158] Cf. *O Comércio do Porto*, de 6 de Março de 1927, pp.3

[159] Arquivo do Palácio da Justiça, Maço 113.

A noiva possui um dote constituído por 6 apólices nominativas da Dívida Pública do Brasil, no valor de 1 conto de reis fraco, cada um, com juros de 5%, um título brasileiro de empréstimo de 1895, no valor de 597 libras e 5 acções nominativas do Banco Aliança do Porto, no valor de mil reis cada uma e ainda jóias e pratas todas avaliadas em dois contos e duzentos mil reis. A demonstração do valor do casal foi declarada da seguinte forma: bens próprios do inventariado, avaliados em 666 793$90 e bens comuns, avaliados em 151 883$70, perfazendo o total de 821 677$60.

Abordando mais pormenorizadamente estes bens, concluímos que o património deixado por Arnaldo de Sousa Moreda à data da sua morte constava de dez casas, nove das quais se situavam na cidade do Porto respectivamente, duas na Rua do Almada[160], freguesia da Vitória, avaliadas respectivamente em 52 000$00 e em 67 000$00,uma casa apalaçada[161] na Rua de Santos Pousada 297, que fazia esquina com a Rua Firmeza, e onde veio a falecer o inventariado, e que possuía lojas, dois andares e águas furtadas, uma capela, um grande quintal em parte ajardinado, árvores de fruto com água de bica, dois lagos, estufa, galinheiro, pombal e casa para arrecadações, a qual foi avaliada em 185 000$00, na Rua Firmeza, possuía ainda mais cinco casas[162] e na Rua de Santa Anastácia[163], freguesia da Foz do Douro, possuía uma outra casa.

---

[160] A primeira, verba nº 6, era composta por 2 andares, lojas, quintal e mais pertenças, e confrontava a norte com a nova Tvª da Av. dos Aliados, ainda em projecto, do sul com propriedade do casal, do nascente com J. Vitorino Coimbra e do poente com a Rua do Almada, sendo de natureza alodial; a Segunda, verba nº 7, era composta de 3 andares, lojas, águas furtadas, quintal com poço e mais pertenças, e confrontava a norte com a propriedade do casal, a sul com os herdeiros de Joaquim Rodrigues Ventura, do nascente com terrenos de J. Vitorino Coimbra e do poente com a Rua do Almada, sendo de natureza de prazo foreiro a particular, a quem se paga o foro de anual de 2$50 de laudémio de quarenta-um.

[161] Verba nº 8, descrita acima, confrontava a norte com propriedade do casal e outros, do sul com a Rua Firmeza e outros, do nascente com a Rua de Santos Pousada e do poente com a Rua de Anselmo Braancamp. É de natureza alodial.

[162] Trata-se das verbas nºs 9, 10, 11, 12 e 13. A verba 9 consta de uma morada de casas, com lojas, 2 andares, águas furtadas e páteo nas traseiras,, e foi avaliada em 50 000$00. A verba

Na comarca de Santo Tirso foram inventariados os seguintes bens: una casa térrea, um terreno com vinha, uma quinta, uma leira e duas bouças, tudo no valor de 99 602$13,5.

No que se refere aos foros anuais, quantificados num total de 26 543$17, estes encontram-se especificados na as verbas 38, 39, 40 75, 76 e 77, deles recebendo em dinheiro (em reis), 137 000$000½, 419, 937 l de pão meado e 62, 42 l de vinho, para além de 1/8 de carneiro, ¾ de galinha, 334 g de pavio de linho, 9 molhos de palha painça.

Outros bens inventariados são:

- móveis e utensílios - 6 875$00;
- notas sociais nas firmas Moreda & Irmão Ldª e M. Cunha & Irmão Ldª - 164 413$33;
- seguros na Cª de Seguros Nacional 3 4704$16;
- foros anuais - 26 543$17

O seu património foi ampliado com diversas aplicações que contribuíram para aumentar o seu activo.[164]

10, é descrita como uma morada de casas, com lojas, 1 andar e pequeno quintal, avaliada em 28 000$00. A verba 11, compunha-se de uma morada de casas, de 2 andares e páteo nas traseiras, e valia 32 000$00. A verba 12, era uma morada de casas, composta de loja, 2 andares, com páteo nas traseiras, e foi avaliada em 36 000$00. Finalmente, a verba 13, compunha-se de uma morada de casas, com lojas, 2 andares e páteo nas traseiras, e foi avaliada em 36 000$00

[163] Verba nº 14, composta por 1 andar e mais pertenças, que confrontava a norte com com D. Maria Clementina Relvas Navarro Couto dos Santos, do sul com a Santa Casa da Misericórdia, do nascente com a Rua de Stª Anastácia e do poente com a esplanada do Castelo. É de natureza alodial.

[164] Aplicações financeiras inventariadas, em escudos:

30 acções da Cª de Seguros Garantia	3 450$00
1 acção da Cº de Seguros Argus	180$00
3 acções da Sociedade do Teatro de S. João	60$00
48 acções da Cª Manufactora dos Artefactos de Malha	5 290$00

Quando morreu, a demonstração do valor do casal dividia-se da seguinte forma:

- bens próprios do inventariado: 669 793$90;
- bens comuns: 151 883$70;
- o total perfazia: 821 677$60.

Aos bens comuns, foram deduzidos 39 555$40, de forma a saldar o passivo, ficando pois a quantia em 112 328$30, que dividido em duas partes iguais, constitui cada uma a meação, que é de 56 164$15.

Na partilha, a viúva recebeu 56 164$15 da meação e como credora das verbas 3,4,7 e 8 do passivo, 9 555$40, o que perfaz um total de 65 719$55. Para o pagamento da sua herança, recebeu os papéis de crédito das verbas 50 a 53, 60, 61, 63, 67 e 68, no total de 9 627$00, 8 títulos da verba 56, no valor de 1 841$00, 1 título da verba 70, metade dos títulos das verbas 57, 69 e 71(sem valor), metade da raiz da verba 74, no valor de 300$50, o foro da verba 76, no valor de 8 437$48 e metade da quota social da verba 79, no valor de 46 097$98. Para a reposição da quantia do passivo com a verba n.º 1 , deu 1 378$43.

---

10 acção da Cª Industrial de Portugal	s/ cotação
32 acções da Cª Vidago, Melgaço e Pedras Salgadas	4 579$00
2 acções da Cª Aurifícia	1 900$00
9 acções da Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal	360$00
35 acções da Cª Carris de Ferro do Porto	15 680$00
10 acções da Cª de Açúcar de Angola	1 300$00
6 acções da Cª de Seguros Douro	2 400$00
5 acções da Cª de Seguros Fraternidade	s/ cotação
2 acções da Cª de Seguros Tranquilidade	160$00
30 acções do Banco Comercial Português	300$00
1 doc. Provisório que representa 6 acções da Vidago, Melgaço e Pedras Salgadas	120$50
1 obrigação de hipoteca da Cª Artística Ldª	s/ cotação

No que erspeita aos filhos do casal, Manuel Francisco, recebeu da legítima paterna 181 998$51, que vieram da licitação dos seguintes bens: raiz das verbas 7 e 74, no valor de 33 801$00, uma quarta parte da raiz das verbas nºs 8, 33 a 34, no valor de 65 801$21, a verba 32, no valor de 6 000$00, os papéis de crédito com as verbas 58 a 64, no valor de 1 928$00, uma parte dos papéis de crédito das verbas nºs 57, 69 e 71 (sem valor), uma quarta parte da quota social da verba 78, avaliada em 12 438$50, uma oitava parte da verba 78, no valor de 11 670$00, uma quarta parte da conferência da verba n.º 83, na quantia de 184 508$29. Entre os bens licitados, encontra-se o automóvel. Para o passivo da verba nº1 repôs a quantia de 2 509$78.

Maria Emília, por sua vez, que licitou 10 títulos dos direitos da verba n.º 1, no valor de 2 301$00, da verba 3, 54 e 55, por 3 297$10, 1 título da verba 4, por 40$10, metade da raiz da verba 7, com o valor de 33 500$50, uma quarta parte da raiz da verba 8, 33 e 34, no valor de 65 801$25, a raiz das verbas 13, 36 e 73, licitada por 45 203$00, metade do foro da verba 37, no valor de 4 008$22, uma terça parte dos mobiliários das verbas 15 a 31 e 40 a 49, no valor de 2 359$23, uma oitava parte dos títulos das verbas 57, 69 e 71 (sem valor), 1 título da verba 66, no valor de 1 601$00, 1 da verba 70, licitado por 81$00, 8 títulos da verba 72, licitados por 81$00, o foro da verba 75, por 1 277$06, uma quarta parte da cota social da verba 78, no valor de 12 438$50, uma oitava parte da cota social da verba 79, avaliada em 11 670$00, uma quarta da conferência da verba n.º 83 na importância de 867$54. Repôs para o passivo das verbas 1 e 2 a quantia de 2 527$99 1/3.

Maria Lívia, recebeu os títulos da verba 2, no valor de 1 150$10, das verbas 5, 59 e 62, licitados por 3 170$70, a raiz das verbas 11, 12 e 35, que valiam 73 003$00, uma quarta parte da raiz das verbas 8, 33 e 34, licitadas por 65 801$25, uma terça parte dos mobiliários das verbas 15 a 31 e 40 a 49

no valor de 15 317.51, e dos foros das verbas 38, 39 e 77, licitados por 8 818$20. Licitou ainda 1 título da verba 56, por 231$00, uma oitava parte das verbas 57, 69 e 71 (sem valor), 3 títulos descritos na verba 65, avaliados em 2 401$00, 1 título da verba 66, no valor de 1 601$00, 9 títulos da verba 72 no valor de 11 670$00, e finalmente uma quarta parte da conferência da verba 83, na importância de 867$54. Repôs para o passivo da verba n.º 1, 1 611$01 1/3.

Ao filho mais novo, Alberto, coube o restante da herança, e que consistia em 5 títulos da verba, n.º 1, licitados em 1 150$50, 1 título da verba n.º 2, licitado por 1 150$10, 4 títulos da verba 4, avaliados em 160$40, uma quarta parte da raiz das verbas 8, 33 e 31, no valor de 65 801$25, a raiz das verbas 9, 10 e 14, licitados por 81 003$00, uma terça parte dos mobiliários das verbas 15 a 31 e 40 a 49, avaliadas em 2 359$23 1/3, metade do foro da verba 37, no valor de 4 008$22, 2 títulos descritos na verba n.º 56, avaliados em 461$00, uma oitava parte dos títulos das verbas 57, 69 e 71 (sem valor), 2 títulos da verba 65, avaliados em 1 601$00, uma quarta parte da cota social da verba 78, no valor de 12 438$50, uma oitava parte da cota social da verba 79, no valor de 11 670$00 e uma quarta parte da conferência da verba 83, no valor de 867$54. Repondo para o passivo da verba 1 a quantia de 672$23 1/3.

No que se refere aos credores, Alberto Ferdinando Cogorno de Oliveira, avô materno dos jovens herdeiros, tinha a haver por esta partilha o seu crédito da verba 1, no total de 30 000$00, que foi paga em parte, 21 300$00, com o dinheiro das verbas 80 e 82, enquanto que o restante foi pago pelos herdeiros, da seguinte forma, D. Lívia, a quantia de 1 378$43, Manuel Francisco, 2 509$78, Maria Emília, 2 527$99, Maria Lívia 1 611$01 e Alberto 672$23.

Em vida, dedicou-se ao negócio dos vinhos, enquanto sócio da firma *Moreda & Filhos,* situada no largo do Laranjal, nº4, e entre 1910 – 1926, tendo ocupado sucessivos cargos na Direcção da Associação Comercial do Porto, quer na qualidade de director, quer como tesoureiro, secretário e vice-presidente.

5.2.8- Irineu Augusto Pais

Irineu Augusto Pais morreu no dia 28 de Abril de 1946, pelas doze horas, na sua casa da Rua da Índia n.º 9, freguesia de Nevogilde, vítima de enfarte do miocardio, com a idade de 88 anos. O falecido era viúvo, de profissão proprietário, não deixou descendentes menores. A esposa, D. Maria José Moreira, faleceu no ano anterior, na freguesia de Águas Santas, concelho da Maia.

Enquanto homem de negócios, sabemos que se dedicou ao sector dos lanifícios, sendo um dos sócios da firma Paes & Cª, em Comandita, com sede no largo dos Lóios n.º 15 desta cidade. E que a ele e a sua esposa sobreviveu apenas uma filha, Maria Arcelina Moreira Pais, casada com Fernando Nicolau de Almeida, ela proprietária e o marido negociante, ambos residentes na Avª Montevideu, n.º 36, à Foz do Douro. O filho, Carlos Moreira pais, falecido antes de seu pai, em 13 de Abril de 1934, era casado com Alice Soares Moreira Pais, de quem teve dois filhos, Irineu Moreira Pais, casado com Maria Clara de Saldanha da Gama e Vasconcelos Moreira Pais, e Carlos Vítor Moreira Pais, casado com Maria Manuela Lopes Nunes de Matos Gomes Moreira Pais.

Na análise do seu testamento[165], verificamos que Irineu Augusto Pais, começa por indicar aos seus herdeiros, que o seu funeral deverá ser ordenado de forma modesta e sem luxos, e a sua inumação só se deverá realizar 48 horas após o seu falecimento, sendo o seu óbito confirmado por um especialista da sua confiança e na sua própria habitação. Neste seu testamento, aprovado em 15 de Dezembro de 1939, Irineu Augusto Pais, mostra alguma preocupação em assegurar o futuro da sua esposa, legando-lhe o usufruto vitalício da sua metade disponível na herança, e na qual estão obrigatoriamente incluídos os bens de raiz rústicos e urbanos tanto os próprios como os de meação que a ele pertencem nos bens comuns adquiridos ao longo do seu matrimónio.

Passemos agora a uma análise mais cuidadosa do inventário de maiores realizado após a morte de Irineu Augusto Pais.

Dos bens de raiz, conta uma relação de 7 casas, 6 delas situadas na cidade do Porto, nas freguesias de Cedofeita, Sé e Nevogilde e uma em Águas Santas – Maia, que foram avaliadas em 150 500$00.

A casa onde faleceu, na Rua da Índia, e que foi avaliada em 216 000$00, possuía um recheio constituído por móveis e utensílios no valor de 26 930$00, e entre os quais destacamos cinco mobílias de quarto avaliadas em 8 370$00 [166], 2 mobílias de sala de visitas, no valor de 5 810$00 [167] e ainda 2

---

[165] Arquivo do Palácio da Justiça, Maço 1777.

[166] Constavam de 3 camas em pau, 4 camas de ferro, 5 mesinhas de cabeceira, 4 das quais com pedra mármore, 3 lavatórios com pedra mármore, 1 guarda-vestidos com espelho e 1 com meio espelho, 9 cadeiras com assento de palhinha, 2 toilettes com pedra, um deles com espelho, 2 mesas, 1 cadeira pequena estofada e 1 cómoda com pedra mármore (verbas nºs 38, 39, 40 46 e 47).

[167] Compostas por 1 mesa, 3 sofás, 2 cadeiras de braços estofadas, 6 cadeiras simples estofadas, 1 contador, 8 cadeiras com assento de palhinha e 1 mesa de jogo (verbas nºs 29 e 48)

mobílias de sala de jantar, avaliadas em 5 860$00 [168]. A roupa de casa foi avaliada em 3 000$00, os utensílios em 2 500$00, as pratas em 4 455$00, os objectos de arte em 13 630$00 e as jóias em 4 530$00 (estas constavam apenas de 3 alfinetes de gravata, 1 relógio de bolso e 1 corrente com medalha).

Entre os seus bens constam ainda diversos papéis de crédito, cuja análise nos permite verificar que os seus bens foram cuidadosamente aplicados de forma a aumentar o seu património, com destaque para as acções em diversas companhias.[169] Possuía ainda depósitos a prazo, em dinheiro em diferentes instituições bancárias, num total de 1 524 228$50, distribuídos da seguinte forma: dois depósitos, na Caixa Geral de Depósitos, filial do Porto,no montante de 220 000$00; no Banco de Lisboa & Açores, filial do Porto, possuía dois depósitos, de 540 238$00; na filial do Porto do Banco Nacional Ultramarino, possuía dois depósitos, no valor de 265 000$00. No Banco Pinto & Sotto Mayor, filial do Porto, possuía um depósito a prazo no de 205 990$00. No

---

[168] Constituída por 2 mesas, 3 aparadores, 12 cadeiras com assento de palhinha, 1 armário com porta de vidro e 1 espelho pequeno de parede com moldura(verbas nºs 36 e 45).

[169] Papéis de crédito e direitos sociais:

20 acções do Banco espírito Santo e Comercial de Lisboa	57 000$00
4 acções do Banco Aliança	280 500$00
2 acções da Cª de Fiação e Tercidos do Porto	6 000$00
25 acções da Cª de Fiação e Tecidos de Alcobaça	120 000$00
56 acções da Cª de Tecidos de Guimarães	386 600$00
10 acções da Cª de Fiação de Crestuma	110 000$00
80 acções da Cª de Carris de Ferro do Porto	348 000$00
2 acções da British Cooperative Stores, Ld.	500$00
9 obrigações da Câmara Municipal do Porto	837$00
87 acções da Companhia de Caminhos de Carvões e CimentosCabo Mondego	21 650$00
1 cota na Fábrica de Fiação e Tecidos de Stº Tirso, Ldª	17 000$00
Fundo de reserva da mesma firma	1 990 218$00
1 cota na firma Julião de Freitas Guimarães e Succs, Ldª, Gondomar	50 000$00
Fundo de reserva da mesma firma	26 453$00
1 cota na firma A Eléctrica de Águas Santas, Ldª	13 000$00
Fundo de reserva da mesma firma	14 550$30

Banco Espírito Santo & Comercial de Lisboa, tinha três depósitos no de valor de 293 000$50.

Foi ainda inventariada mais uma verba em dinheiro, no valor de 8 500$00.

Esta partilha realizada em 12 de Dezembro de 1946, no Cartório do notário José Guilherme Pinto Ponce de Leão, contou com a presença dos seguintes outorgantes: D. Maria Arcelina Moreira Pais de Almeida, proprietária e marido, Fernando Nicolau de Almeida, negociante, residentes na Avª de Montevideu, nº36, que foram os primeiros outorgantes, Ireneu Moreira Pais, engenheiro e esposa, D. Maria Clara de Saldanha da Gama de Miranda e Vasconcelos Moreira Pais, doméstica, moradores na Rua de Gondarém, n.º 658, Carlos Victor Moreira Pais, comerciante e esposa, D. Maria Manuela Lopes Nunes de Matos Moreira Pais, doméstica, moradores na Rua do Lidador, à freguesia de Águas Santas, concelho da Maia, Fernando Moreira Pais Nicolau de Almeida, empregado comercial e esposa, D. Maria José Ramos Pinto Rosas Nicolau de Almeida, doméstica, moradores na Rua de Gondarém n.º 1302, D. Maria José Moreira Pais Nicolau de Almeida Barbosa e marido, Dr. Pedro Ribeiro de Sousa Barbosa, médico, moradores na Rua de Gondarém, n.º 680, e Dr. Manuel Moreira Pais Nicolau de Almeida, advogado e esposa, D. Maria José Woodhouse Kendall Nicolau de Almeida, doméstica, moradores na mencionada Avª de Montevideu.

No seu testamento, é o próprio Irineu Augusto Pais que define a forma como deseja legar os seus bens, instituindo como seus herdeiros legitimários, sua filha Maria Arcelina e seus netos Irineu e Carlos, ambos filhos de Carlos Moreira Pais. A estes caberá numa proporção de metade para aquela e um quarto para os dois netos, o usufruto sucessivo dos bens que

constituíssem a sua cota disponível após se retirar a meação de um prédio que contava de metade de uma morada de casas, com dois pavimentos e duas dependências, terra de semeadura, quintal e mais pertenças, denominada de S. Roque, situada no lugar do Monte, à Rua do Lidador, n.º 156, da freguesia de Águas Santas, concelho da Maia, avaliada em 19 440$00 (verba n.º 66 deste inventário), com o respectivo recheio, que contava de uma mobília de sala de jantar, a que se atribuiu o valor de 1 860$00, duas mobílias de quarto, no valor de 2 990$00,uma mobília de sala de visitas e duas camas de ferro com um lavatório de ferro e duas cadeiras de pinho a que foi atribuído o valor de 140$00, respectivamente, verbas nºs 45, 46, 47, 48 e 49 deste inventário.

A fortuna de Irineu Augusto Pais foi uma das maiores a que tivemos acesso. Não sabendo como a mesma evoluiu, podemos concluir, que a sua aplicação foi cuidadosa, de forma a que o património fosse aumentando com os tempos, tendo investido fundamentalmente no sector têxtil e também em depósitos a prazo.

Juntamente com Henrique Carlos de Meirelles Kendall e Bernardo Valentim Moreira de Sá, participou nas actividades desenvolvidas pelo Orpheon Portuense.

6 – Encontros e desencontros numa cidade em tempo de mudança.[170]

A vida de sociedade na cidade do Porto no início do século, era sem dúvida uma das mais animadas do país, repartindo-se entre as diferentes estações do ano.

Torna-se necessário, antes de mais, lembrar que os hábitos da época eram em tudo diferentes dos actuais e as regras da etiqueta cumpridas escrupulosamente. Assim, como ninguém apareceria em festas e reuniões onde se dançasse, mesmo que se tratasse de um casino ou club, sem usar luvas[171], também nenhum rapaz seria capaz de convidar uma jovem para dançar consigo sem que antes fosse apresentado aos pais ou pessoas de família que a acompanhavam.[172]

Eram presenças habituais dessas reuniões dançantes Xisto Lopes, e nelas se faziam ouvir periodicamente alguns conhecidos amadores da cidade como, por exemplo, o tenor Franck de Castro, o barítono Henrique Carlos de Meireles Kendall, o baixo Heitor Guichard, Marques Pinto, D. Sílvia Owen Pinto, D. Berta Arroyo, D. Alexandrina Castagnoli, D. Leonor Chelmiky.

Em 1901, no Clube de Leça, teve lugar uma das muitas festas que animaram as noites da sociedade portuense. Como habitualmente, logo à entrada eram distribuídos, às senhoras e aos cavalheiros, carnets[173]. A

---

[170] As fontes utilizada foram os números de *O Tripeiro, 3ª série, 1926.*

[171] Para os bailes a cor das luvas era a branca.

[172] Durante as festas, as mães sentavam-se próximo das filhas de modo a vigiá-las.

[173] Pequenos cartões dos quais pendiam pequenos lápis, presos por cordões de seda, destinados a assentar os nomes dos pares com que as senhoras e os cavalheiros iriam dançar.

indicação das diferentes danças figurava em coluna, do lado esquerdo do carnet, por ordem numérica, tendo à frente de cada número espaços para a inscrição de nomes. Junto da orquestra, geralmente constituída por três ou quatro executantes (note-se que um sexteto já era considerado um luxo!), iam sucessivamente aparecendo esses números, de forma bem visível.

Nesse baile, o carnet tinha inscritas três quadrilhas, dois lanceiros, três mélanges e dez valsas, e ainda alguns extras. [174]

No mesmo ano, mais precisamente no dia 3 de Fevereiro, um Domingo, pela 1 hora da tarde, as senhoras D. Maria Guilhermina e D. Maria Adelaide Barbosa de Sousa Faria ofereceram, na sua residência situada na Rua de Santo António, por cima da Joalharia Reis & Filhos, uma festa de dia, a que se deu o nome de "matinée", com o programa seguinte:

Primeira Parte:

1 – *Minuette em bemol* – Dreyschok, para piano, por Xisto Lopes.

2 – *Preghiera de Florenzo* – para duas harpas, por D. Henriqueta Pauli e Paulo Navone.

3 – *Romanza* – do 1º acto da ópera "A Tosca" de Pucini, pelo sr. Peireni.

4 – *Canção espanhola* – pela srª Galan.

Segunda Parte:

1 – *Castagnette – Ketten* – para piano, por Xisto Lopes.

2 – *Antonine* – de John Thomas, para harpa, por Paulo Navone.

---

[174] Na época, um baile tinha de ter obrigatoriamente quadrilhas e iniciavam-se sempre os bailes com uma quadrilha de honra, na qual tomavam parte as pessoas de maior prestígio presentes nessa festa.

3 – *Duetto* da ópera "Cavalaria Rusticana" – de Mascagni, pela srª Galan e pelo sr. Peirani.

4 – *Romanza*do último acto da ópera "Tosca" de Pucini, pelo sr. Peirani.

Em casa destas duas ilustres senhoras, muitos foram os bailes e outras reuniões que fizeram história na cidade, que no Verão residiam na Foz, à Rua Senhora da Luz. D. Maria Guilhermina faleceu em 1913, enquanto que sua irmã, D. Maria Adelaide veio a falecer nesta cidade, em 1919.

A Foz tornara-se, com o tempo, num dos pontos mais frequentes de reuniões da sociedade e algumas das mais atractivas recepções foram dadas por D. Emília Champalimaud, residente na Rua do Passeio Alegre, por D. Júlia de Lima Barreto, na actual Avenida de Montevideu, pela condessa de Aris, na esplanada do Castelo, por D. Maria Joaquina Pestana da Silva, na Rua da Senhora da Luz, e por D. Carlota Barreiros de Champalimaud Pacheco, na Rua do Gama.

Um outro local, também situado na Foz, e que durante anos foi considerado como um verdadeiro centro de elegância e distinção e na memória de muitos ficaram as festas e os bailes que aí se realizaram, foi o Club da Foz.[175]

Ao lado do Club da Foz, encontrámos o *Casino Internacional*, cujas festas aí organizadas ficaram marcadas pela presença assídua de muitos portuenses ilustres. A *matinée* de caridade de Maio de 1910, e o baile organizado em Fevereiro de 1911, foram considerados na época como dois eventos elegantíssimss muito concorridos, que contaram com as presenças

[175] Também conhecido por *Assembleia*. Com o passar dos anos o seu nome mudou para *Casino da Foz*.

entre de elementos da nobreza e da burguesia da cidade, como a viscondessa da Ermida e sua filha D. Lucrécia e a viscondessa de Godim e suas filhas, D. Maria Sofia e Guilherme Wandschneider, D. Fernanda e Fernando Van Zeller, entre muitos outros.

Alguns anos mais tarde, estes dois casinos foram encerrados e as tentativas para os reabrir, com o brilho de outros tempos acabaram por fracassar, em muito devido aos tempos que se foram transformando. Deles, restam as memórias dos nomes e dos locais, dos edifícios que já não são os mesmos e das pessoas que por lá passaram, deixando flutuar no ar a saudade de um tempo que se afasta como se uma onda ou golpe de vento se tratasse.

Aos poucos, com a transformação das mentalidades e dos hábitos, as pessoas aproximam-se cada vez mais do mar, enchendo as suaves areias das praias portuenses de banhistas.

Os pequenos clubes proliferam, e surgem com o intuito de animar as quentes noites de Verão, trazendo algum bulício e promovendo o encontro de amigos.

Nesses bailes e reuniões era frequente surgir a oportunidade de se fazerem ouvir alguns talentos, que de outro modo teriam ficado no segredo das famílias.

Ao fundo do Largo de Cadouços, no antigo edifício da Companhia Carris de Ferro, foi dado a conhecer aos presentes a belíssima voz de D. Cândida da Nova Monteiro, que mais tarde viria a casar com o engº Alfredo de Carvalho Kendall.

O gosto pela praia e pela vida ao ar livre incentiva os mais jovens à prática do ténis, e a este novo interesse não esteve indiferente a forte presença da comunidade britânica nessa zona da cidade.

Em Abril de 1913, o Clube da Foz promoveu nos seus *courts*, um torneio de ténis, onde se confrontaram sócios deste clube e os sócios do "Clube de Santa Marta", de Lisboa. Entre os pares da Foz, deatacaram-se os nomes de Fernando Nicolau de Almeida e Mr. North ou Fernando Vale e João Arroyo; Alberto C. Kendall e George Dagge.

Recordámos que este género de torneio e mesmo a prática deste desporto não servia somente como mero exercício físico, mas também promovia o convívio entre os jogadores, as suas famílias e os seus convidados, uma vez que se organizavam com frequência animados chás.

A Foz não foi, contudo, a única estação balneária que apaixonou os portuenses. Nos finais do século passado, a Granja começou a cativar a atenção dos mais afortunados da sociedade e começou a chamar a si inúmeros visitantes, tendo sido mesmo apelidada como a "*mais distinta praia de Portugal*".

À Granja deslocavam-se, para passar alguns dias de repouso, a Condessa de Resende e a Condessa de Vila Real com as suas filhas, D. Beatriz de Brito e Cunha, D. Branca de Matos, D. Júlia Braancamp de Mancelos, D. Feliciana Ortigão Burnay, D. Carolina de Carvalho S. Romão, D. Maria Emília Guedes Infante, D. Basília Cabral, D. Joaquina Avilez Pinto Basto, D. Teresa Wandscheneider, D. Tomás de Mello Breyner (Mafra), D. Fernando Pombeiro, D. Luís de Loureiro, Prof. Dr. Daniel de Matos, Dr. Carlos Menéres, Macário de Castro, José Maurício Rebelo Valente, Luís Patrício, João Eduardo

de Brito e Cunha e seu filho Rui, Luís da Cunha Mancelos, João Augusto de Faria Mesquita, Nuno de Carvalho, Arthur Dagge, Mário Duarte, Fernando Van Zeller, Gonçalo Calheiros, Jorge Pinto da Silva e muitos outros.

Nos finais de Setembro de 1910, realizaram-se uma série de festas na praia.

Em primeiro lugar, foi organizada uma romaria no Parque Burnay. À semelhança das romarias minhotas, as senhoras apresentaram-se vestidas a rigor nos seus trajes de lavadeiras do Minho, de cores garridas, ostentando pesados cordões de ouro e grandes argolas ou arrecadas nas orelhas. Outras optaram por trajes mais simples mas nem por isso menos belos, vestindo-se de serranas. Os cavalheiros, vestiram-se de lavradores das diferentes regiões do país, e destacaram-se Álvaro Aires de Gouveia, Rubens de Leitão, Fernando de Brito (Ermida). O barão de S. Lázaro optou por aparecer vestido de polícia enquanto que Octávio Leitão, vestindo uma sobrecasaca, de chapéu alto e um grande varapau imitava um regedor de aldeia e Aires de Gouveia Alcoforado usava um fato de marujo.

Reunidos no parque, iluminado à moda do Minho, a assistência começou por escutar a música que acompanhava as canções populares, como o "Vira" e a "Cana Real das Canas", entre outras, apareceu um grupo de romeiros, com as lavadeiras ao centro, ladeadas pelos lavradores, em fila. De seguida, um grupo de rapazes rasgou os ares com o troar dos bombos, das gaitas de foles e dos tambores, anunciando que a festa ia começar. Os pares dançaram ao som de músicas populares, que foram calorosamente aplaudidas e em seguida as serranas entoaram um coro.

Os enfeites do parque constavam de arcos e de balões venezianos, que contornavam o lago. A toda esta animação não faltou, como é indispensável em qualquer festa minhota, o vinho verde, num pipa colocada em cima de um carro de bois, dentro de uma barraca de arraial montada para esse efeito. Aí se dirigiam os pares nos intervalos para se servirem de arroz de frango, caldo verde, bolos de bacalhau e outras iguarias, tudo convenientemente servido em louça de barro.

Em virtude da presença de uma comunidade espanhola no local, não se perdeu, em seguida, o ensejo de lhe dedicar uma pequena homenagem, e que consistiu na representação, em espanhol, da divertida zarzuela *El Santo de la Izidra.* A difícil tarefa de a ensaiar coube D. José Morales de los Rios e o desempenho coube às senhoras D. Josefina Morales de los Rios, a sua irmã, D. Assunção, a D. Amélia e a D. Júlia Pelayo, e aos senhores Luís Rebelo Valente, Fernando de Brito (Ermida), Eduardo Burnay, Florêncio Duran, Conde de Casal Ribeiro, Maurício de Carvalho, João Bandeira, José Montenegro e Filipe S. Romão.

Os coros contavam com a participção de D. Emília e D. Eulália Sellés (Gerona), D. Adelaide Leitão, D. Lucrécia de Brito (Ermida), D. Alice Burnay, D. Carmen Loureiro, D. Helena Rebelo Valente, D. Soledad Pelayo, D. Teresa Villegas, D. Teresa Wandschneider, D. Lucinda W. Ferreira, Octávio e Rubens Leitão, D. Luís de Lancastre (Alcáçovas), D. Inácio de Araña, Carlos e Álvaro Rego, Conde de Castro, Fiel Viterbo, Barão de S. Lázaro, D. José Maria Martinez e D. José Morales de los Rios (filho). No final, o aplauso do público não se fez esperar, tão agradável fora o desempenho de todos os participantes, que, recorde-se eram todos amadores.

No fim de semana que seguinte, as gentes da pacata localidade, viram as rua encher-se de alegres foliões, que tudo fizeram para divertir os espectadores.

No Sábado, à noite, o programa constava do baile acima mencionado.

No Domingo, estava previsto brincar ao Entrudo à antiga portuguesa, no Parque Burnay. O baile que se realizou no salão da Assembleia propositadamente decorado para esse fim, ornamentado com flores em profusão e aderços carnavalescos, com muita luz , que permitia observar as senhoras nas sua belas indumentárias, entre as quais merecem destaque D. Henriqueta Viterbo Ferreira, vestida de "Maria Stuart", D. Helena Valente, D. Maria Emília Archer e D. Lucinda W. Ferreira,de "Zíngara", D. Maria Allen, de "Castelã da Idade Média", D. Carmen Loureiro, à "1830", D. Assunção e D. Carmen Morales de los Rios e D. Lucrécia de Brito (Ermida), à "Império", D. Elisa e D. Gardiny Andresen e D. Isabel Alcoforado, à "Luís XV", D. Josefina Morales de los Rios, à "Prinçaise Lamballe", D. Virgínia Viterbo, à " Directório", D. Maria José Archer, à "Japonesa", D. Teresa Allen, à "Toureiro" e D. Amélia Morales de los Rios, à "Tosca". Enquanto isso, entre os homens presentes destacaram-se o Barão de S. Lázaro que aproveitou para se transformar em "Calabrês", Álvaro Aires de Gouveia, de "Filipe, o Bom, Duque de Borgonha", D. Inácio de Araña, de "Luís XV", Alberto Aires de Gouveia, de "Cópia de um Quadro de Franzhalls", Joaquim Allen, de "Arlequim".[176]

---

[176] Às diferentes festas organizadas assistiam com frequência, muitos nomes bem conhecidos da sociedade. Entre as senhoras que marcaram presença, tencontrámos a Marquesa de Gerona e as filhas, as Condessas de Castro e de Lumbrales, a Viscodessa da Ermida e filhas, D. Maria Morales de los Rios, D. Ida Burnay e D. Alice Burnay, D. Maria Emília Brito de Miranda, D. Felismina Aires de Gouveia Allen e filhas, D. Isabel Aires de Gouveia Alcoforado e sua filha D. Beatriz, Madame Ramos Pinto e suas filhas, D. Maria José Pinto da Fonseca de Brito (Ermida), D. Lucinda Wandschneider Ferreira D. Maria Josefina de Carvalho Wandschneider, Madame Oliveira Lima. Entre os cavalheiros, surgem nomes como o do

Uma das mais ilustres personalidades da sociedade portuense do início deste século, foi D. Camila Cândida Ribeiro de Faria, casada com João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, fidalgo da casa Real, falecido em 25 de Setembro de 1860. Sua esposa faleceu no Porto em 1916.

Em Abril de 1910, ficou célebre a representação de algumas comédias, interpretadas por variados amadores, com destaque para D. Maria e D. Cristina de Albuquerque, D. Madalena de Figueiredo Cabral, D. Margarida Vieira Vilas Boas (Guilhomil), D. Inês Pereira Cabral, D. Beatriz Alcoforado, D. Maria Rebelo Valente, Dr. José Corte-Real, Alberto Aires de Gouveia, João Paulo De Melo Mexia, Luís Vanzeller Cabral, Álvaro Aires de Gouveia, Luís Rebelo Valente, Brigadeiro Nunes da Ponte. Os ensaios estiveram a cargo de Carlos de Moser.

Em Maio do mesmo ano, D. Camila Cândida Ribeiro de Faria, numa simples, mas deliciosa homenagem, oferece aos distintos "artistas", um jantar, cuja ementa era exactamente igual à que na farsa "Quand l'atout est coeur" o criado lia em cena, e que consistia em:

Stchi à la Rousse

Turbot sauce Hollandaise

Filet de veau à la Portugaise

Salade de legume à l'Hespagnole

Faisons de Bohème truffés

Marquês de Gerona, Condes de Castro, de Lumbrales de Casal Ribeiro e de Leça, Álvaro Rebelo Valente, D. Fernando de Tavares e Távora, Aníbal de Morais, Dr. Ricardo Bartól, Majores Espírito Santo, Hipólito de Araújo e António Bernardo Ferreira, Alberto Vilar de Allen, Manuel Reis, José Rosas, Dr. Carteado Mena, Dr. José Viana de Lemos Peixoto, D. Luís de Lancastre (Alcáçovas), Engº António Taveira, Dr. Camilo Sottomayor, José da Rocha e Melo, D. António e Angel Villegas, Fernando Homem de Melo, Alberto e Vasco de Brito (Ermida), Dr. Álvaro de Matos, Dr. Joaquim Pais Villas Boas, Tenentes António Coutinho e Nunes da Ponte, Camilo Castelo Branco de Carvalho.

Petits pois à l'Anglaise
Chocolat à la Bavaroise

Pelo que nos foi dado a conhecer pelas crónicas da época, nem em todos os bailes ou reuniões se dançava e mesmo os mais jovens deliciavam-se passando o seu tempo em agradável conversa.

A periodicidade das reuniões dependia da pessoa que recebia. Havia senhoras, como a viscondessa de S. João da Pesqueira, que recebiam todas as sextas-feiras à noite, sendo servido às dez horas e trinta minutos o indispensável chá, enquanto outras, como D. Camila de Faria, que recebiam aos domingos.

João de Brito e Cunha, que foi consul da Itália no Porto, conhecido em toda a cidade pela sua extrema elegância e simpatia, também costumava abrir as portas da sua Quinta do Ribeirinha, em Matosinhos aos seus amigos.

Cristiano Van Zeller deu inúmeros bailes na sua residência, conhecida como Quinta de Vilar, enquanto que Arnaldo Ribeiro de Faria, ofereceu na sua casa, na antiga Quinta de Barros Lima, à Rua de Barros Lima, esplêndidos bailes.

Outro notável do Porto, cujos bailes ficaram nos anais da história desta cidade, foi Manuel Pinto da Fonseca, residente na Avenida da Boavista. O mais célebre dos bailes oferecidos por Manuel Pinto da Fonseca foi o baile pela "Micarême" de 1903, no qual se dançou o cotillion, marcando presença a

srª D. Elisa de Lima e Barros e o sr. Fernando Nicolau de Almeida. Nesse baile distribuiram-se valiosas lembranças pelos convidados[177].

António Júlio Machado, um famoso negociante da Invicta Cidade, apaixonado pela música, e que teve a oportunidade de estudar com Carlos Dubini e Vicenzo Sabbatini, inaugurou numa dependência de sua casa, situada em Belos Aires (Avenida da Boavista), onde se realizaram algumas récitas memoráveis, nas quais participaram teve de alguns talentosos amadores, conseguindo levar à cena a ópera *O Barbeiro de Sevilha*.

O papel de protagonista coube ao dono da casa, mas destacaram-se nos seus desempenhos os nomes de Franck de Castro, no papel de Conde de Almaviva, D. Maria Augusta Pereira Machado, mais tarde condessa de Bettencourt, no papel de Rosina, D. Henriqueta Pauly, Santos Silva, como D. Basílio, António Augusto Cogorno de Oliveira, no papel de Fiorelli, e Alfredo Carvalhais. Dos coros faziam parte entre outros, Henrique Carlos de Meireles Kendall, George Ennor e Adriano Ramos Pinto.

O acompanhamento musical esteve a cargo de uma pequena orquestra de amadores: no 1º violino, José Domingues Maia, no 2º violino, Dr. Emílio Augusto de Oliveira, na violeta, Eduardo Freire[178], no violoncelo, Joaquim do Espírito Santo Guerra, no contrabaixo Guilherme Afflalo e no piano, D. Anna Sabbatini.

---

[177] Para tornar este baile ainda mais inesquecível, o dono da casa chegou a efectuar obras de grande envergadura na sua propriedade, e que incluíram a ampliação do próprio edifício. Infelizmente este edifício ficou completamente destruído por um incêndio em Dezembro de 1926.

Uma nota curiosa e que, por isso mesmo, merece o seu destaque foi a comissão organizada por rapazes, e que funda, em 1913, uma espécie de Club, cujo número de sócios estava limitado a cinquenta rapazes solteiros e a cinquenta chefes de família, e que às quintas-feiras à noite organizava no Salão de Festas do antigo Jardim de Passos Manuel, animadas sessões de patinagem e várias sessões dançantes, todas elas muito concorridas.

No palácio de Cristal, a 26 de Janeiro de 1913, uma comissão de rapazes organizou um *bal costumé*, a que assistiram cerca de quatrocentas pessoas, grande parte das quais envergava fatos alegóricos, reproduzindo, muitos deles variados trajos de épocas históricas passadas. Os *carnets* deste baile tinham inscritos vinte números de dança, divididos em nove valsas, três quadrilhas, três *two-step*, três mélanges e dois lanceiros. Na assistência encontrámos alguns dos nomes mencionados anteriormente, todos eles, senhoras e cavalheiros, vestidos a rigor, com trajes de época. As senhoras vestiram-se com fantasias à *"Marie Antoinette"* , à *"1846"* , à *"grega"* , à *"japonesa"* , à *"travesti de pomba"* ou à *"ciganas"* , não faltando quem envergasse os tradicionais trajes à *" espanhola"*. Entre os cavalheiros, destacaram-se os trajes mais usados foram à *"fidalgo veneziano do séc.XVI"* , à *"marechal do Império"* , à *"Lourenço de Médicis"* e à *"Luís XV"*.

Os clubes desempenharam também uma importante função enquanto ponto de reunião e de diversão dos grupos dominantes da nossa sociedade. Promovendo regularmente bailes e festas, aí podíamos assistir a um variado programa de entretenimento e de promoção de certa forma de arte arte enquanto passatempo dos elegantes da época. [179]Os jornais fizeram

[179] Os jornais fizeram chegar até nós muitos desses programas, cuja análise pormenorizada não cabe de forma alguma no âmbito deste trabalho, mas que deixamos desde já para um próximo estudo. Será, contudo, de algum interesse abordarmos um ou outro caso que nos

também as festas religiosas contavam com a participação de alguns elementos da nosso grupo de amigos ligados à burguesia e à aristocracia.

Durante muitos anos, a Festa de Nossa Senhora das Dores dos Congregados, que se realizava na Sexta-feira anterior ao Domingo de Ramos, encontrava-se envolta numa magnífica grandiosidade, e atraía à Igreja dos Congregados uma numerosa assistência, que podia deliciar-se não só com a observação da beleza da ornamentação da Igreja, mas também do programa musical cuidadosamente escolhido, e que nos é descrita da seguinte forma: "*A riqueza da ornamentação, a quantidade de lumes simetricamente dispostos, e de flores artisticamente colocadas em jarras de preço, o nome do orador encarregado do discurso religioso e da parte musical desempenhada em cada ano por distintos executantes, dão a esta festividade um superior cunho de imponência, e de majestade, ao mesmo tempo que numerosa concorrência de senhoras da nossa primeira sociedade que a ela costuma afluir, dá uma prova frisante da sua crença pelo culto religioso.*"[180]

Durante muitos anos foi tradição executar-se o Stabat Mater de Rossini, sendo as festividades religiosas envoltas num clima de grandiosidade. Contudo, a mudança de regime fez que houvesse um breve interregno neste género de manifestações, pelo que só foram retomadas mais tarde.

Em 1915, já numa fase que se nos afigura de recuperação das tradições mais antigas esta festa voltou a ter um carácter de magnificência para sempre julgado perdido.

---

permita descobrir entre os seus participação de alguns nomes de relevo da sociedade portuense

Numa breve comparação entre a festividade de 1903 e a festividade de 1915, a principal diferença é, sem dúvida, a escolha do repertório musical. Montar o Stabat Mater de Rossini apesar de complexo, não se afigurava difícil, não só pela qualidade dos músicos portuenses, quer amadores quer profissionais, mas sim pelo cumprimento das determinações de Roma, que alguns anos antes proibira que as senhoras cantassem nas Igrejas. Assim, no dia 26 de Março de 1915, numa Sexta-feira, realizou-se, uma vez mais, a Festa de Nossa senhora das Dores, na Igreja dos Congregados, com toda a grandiosidade que lhe era conhecida.

A ornamentação da Igreja esteve a cargo do armador Alberto Pereira, sendo os oradores o Revº Dr. Leonardo de Castro e o Revº Abade de Paredes. A música esteve a cargo do Revº Padre Consolini, e entre outros trechos foi possível ouvir o Stabat Mater de Perosi, pela "Schola Cantorum" da oficina de S. José do Porto. [181]

Podemos pois depreender que os pontos de encontro e convívio entre jovens e adultos de todas as idades eram variados, possibilitando a

---

[180] A. G.,A Festa de Nossa Senhora das Dores nos Congregados, in O Tripeiro, 3ª série, nº7 (127), 1/04/1926, pp. 105.

[181] Tomaram parte nos coros as senhoras D. Albertina Ferreira Gonçalves Sampaio, D. Lucinda Correia de Freitas, D. Maria Adelaide Barbosa Martins Megre, D. Alexandrina Castagnoli Curado de Brito, D. Ainda Pereira da Costa Barreto, D. Maria Josefina de Carvalho Magalhães Wandschneider, D. Leopoldina Augusta Pinto Basto Kopke de Carvalho, D. Emília Queiroz Ribeiro, D. Georgina Pereira da Costa, D. Cecília Bastos Lopes Correia, D. Irene Amaral Nogueira, D. Maria Amélia Villares, D. Graziela Andrade Borges, D. Beatriz Pinto Basto Gomes de Sá, D. Corina Pinto Basto Gomes de Sá, D. Luísa Guedes da Costa Ferreira, D. Carment Dumont Villares, D. Maria Stella de Carvalho Neves, D. Cândida Villares, D. Sofia Dumont Villares, D. Albertina Resende da Silva, D. Inês de Castro Magalhães e D. Helena Marques de Sousa. A orquestra contou também com a participação de algumas senhoras: nos violinos, D. Catarina de Morais Torres, D. Emília Resende da Silva Dias, D. Maria Madalena Magalhães Dantas da Gama, D. Beatriz Couto, D. Irene Fontoura de Madureira Guedes, D. Laura Artayette Barbosa, D. Elvira Artayette Andrade, D. Adelaide Pizarro e D. Berta Pereira da Costa; na harpa, D. Maria Amélia de Paiva e no orgão, D. Maria Helena de Carvalho. Este conjunto de senhoras contituiram a orquestra que acompanhou a Avé-Maria de Marchetti

aproximação entre aqueles cujos interesses sociais e familiares viriam mais tarde a ligar-se através de laços matrimoniais ou de simples amizade.

Os diversos tipos de festas[182] a que os portuenses tinham acesso, pretendiam promover a diversão daqueles que nelas paticipavam e possibilitar também o contacto entre jovens e adultos do mesmo nível social, dando assim a oportunidade de se conhecerem e, de mais tarde, originarem , nalguns casos alianças matrimoniais.[183]

Por este motivo não nos surpreendemos quando verificámos que os nomes que surgem nos inventários analisados como participantes nos conselhos de família prolongam as suas relações de amizade, participando nos momentos mais difíceis das vidas dos seus amigos e familiares, compartilhando com eles as lágrimas e a dor, como noutras ocasiões terão partilhado as alegrias.

As relações estabelecidas entre estes indivíduos prolongaram-se com frequência muito para além de um mero conhecimento superficial, apoiado somente no contacto, mais ou menos ocasional, que advinha dos momentos em que se encontravam, quer nas instalações da Associação Comercial do Porto, quer nos intervalos dos concertos em que tinha a ocasião de participar ou de assistir. [184]

---

[182] Podemos apontar os bailes, os bailes de máscaras, as soirées dançantes, as récitas, os "garden party ", as festas de Verão.

[183] À semelhança do que acontecia noutros países da Europa. Conf. *Loisirs et Élites Sociales: un Exemple Normand,* in Oisiveté et Loisirs dans les Sociétés Occidentales au XIXe Siècle, Colloque plutidisciplinaire, Amiens 19-20 Novembre 1982, présenté par Adeline Daumard, Centre de Recherche d' Histoire Sociale de l'Université de Picardie, Paillard, Abbeville, 1983.

[184] Cf. Ineventários citados anteriormente. Irineu Augusto Pais, viu a sua família ligada às fa mílias Ramos Pinto, Rosas, Nicolau de Almeida e Kendall.

As relações de parentesco que observámos no caso anteriormente mencionado, é um exemplo disso mesmo. Estes homens conviviam entre si, partilhando alguns dos momentos mais importantes das suas vidas. [185]

Estes homens estabeleceram pois muito mais do que isso. O conhecimento inicial deu origem a relações mais profundas, de amizade, que lhes permitiram, mais do que estar presentes nos diferentes períodos da vida uns dos outros, levar a cabo a tarefa que lhes tinha sido proposta pela vida, de contribuírem de forma inegável para o desenvolvimento cultural da cidade em que viviam.

[185] No âmbito da música, sabemos que Henrique Carlos de Meirelles KendallI foi um assíduo colaborador de Moreira de Sá, principalmente no contributo que deu como elemento do *Orpheon Portuense*.

7 – Depois da vida o eterno descanso.

A crença na *vida no além*, leva à criação, seja qual for a cultura ou a civilização em que se encontre inserido, de um ritual de culto aos mortos. Enquanto que os americanos celebram, nos finais de Outubro a festa do Halloween, em França, por essa mesma altura, numa pequena aldeia da Provença, a sua população prepara-se para celebrar a memória dos seus mortos.[186]

A evolução destes rituais, as diferenças que encontrámos entre os enterramentos medievais e os de hoje, foram objecto de estudo de alguns dos mais proeminentes historiadores do nosso século, entre os quais destacámos os nomes de Philippe Ariès e Michel Vovelle.

Philippe Ariès, alerta-nos frequentemente para o cuidado que os nossos antepassados tinham, ao fazer os seus testamentos, que considera uma das fontes principais para este tipo de estudo, ditando as suas últimas vontades, não se esquecendo de deixar alguns bens para que fossem rezadas missas pela salvação das suas almas, assim como esmolas para instituições de caridade, e as directivas que deveriam presidir às suas cerimónias fúnebres.[187]

Michel Vovelle, por seu lado, não deixa de chamar a atenção para os cemitérios e os verdadeiros monumentos funerários que aí são erigidos, a partir de finais do século XVIII.[188] Orientando-nos em direcção àquilo que ele

---

[186] Cf. Ariès, Philippe, *Essais sur l' Histoire de la Mort en Occident du Moyen Âge à nos Jours,* Éditions du Seuil, Col. Points Histoire, nº H 31, Paris, 1975, pp.169.
[187] Cf. Ariès, Philippe, op. cit, pp.14 e segs.
[188] Vovelle, Michel, *La Mort et l' Occident de 1300 à nos Jours*, Gallimard, Paris, 1983.

classifica de *cidade dos mortos*, descreve-nos como estes locais dedicados ao culto dos mortos, se assemelham vivamente a pequenas cidades, que sofrem a influência da cultura em que a população está enraizada, e mostrando-nos as diferentes tipologias de cemitérios, consoante estejam situados em regiões do norte ou do sul da Europa.[189]

Foi através do olhar deste último historiador que iniciámos a nossa busca, de forma a compreendermos de que modo aqueles que constutíram o objecto do nosso estudo tentaram, de alguma forma preservar a sua memória.

As paisagens que caracterizam os cemitérios, longe de macabras, assemelham-se a grandes jardins, onde por entre as árvores surgem as campas e os túmulos de maiores dimensões.[190]

As notícias da morte destas pessoas, começam a surgir nos diferentes jornais diários, e o relevo que lhe é dado difere consoante a projecção social do indivíduo. Desse modo, as mais simples ocupam um pequeno espaço numa folha do interior do jornal, enquanto que perante os nomes mais importantes da sociedade, esta pode ocupar um espaço substancial da primeira página do mesmo.[191]

---

[189] Idem, op. cit. , pp. 631 e segs. Diz ainda, referindo-se ao cemitério de Lisboa: " *Dans toute l'aire méditerranéenne, de Nice au cimitière Saint – Pierre de Marseille, de facture fortement italianisée, à Barcelone, pour ne point pousser jusqu' à Madrid ou à Lisbonne, c'est un style affirmé et homogéne de grendes nécropoles urbaines Qui se met en place: avec ses nuances marqueés sans doute – importance des tombes collectives et des enfeux superposés au Portugal, en Catalogne ou dans les îles (Sicile) – et, inversement, dans une Italie aeptentionale qui n'ignore pas ces structures, emphase mise sur une statuaire prolixe.*", pp. 635.

[190] Cf. op. cit. pp.638 e segs., Catroga, Fernando, op. cit e Araújo, Ana Cristina, *A Morte em Lisboa, Atitudes e Representações 1700-1830*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997.

[191] Cf. *O Comércio do Porto*, de 15/09/1917. A notícia relativa à morte de Henrique Carlos de Meirelles Kendall ocupa ¾ de uma coluna da primeira página da edição desse dia. Já a notícia que relata o falecimento de Adriano Ramos Pinto ocupa parte de uma coluna, mas da página 3 do mesmo jornal, do dia 6/03/1927.

Começámos pelos jornais e depois propusemo-nos a uma visita a alguns dos cemitérios da cidade.

Surpreendentemente, as notícias que surgem nos jornais a anunciar a morte destes indivíduos não mencionam o local onde foram enterrados, mas apenas a hora e o local onde se realizarão as cerimónias religiosas, como as missas de corpo presente. Assim resolvemos fazer uma incursão nas cidades dos mortos portuenses onde outra decepção nos aguardava. Os registos dos funerais destas datas já não se encontram guardados, pelo que através dos seus nomes e das datas dos seus falecimentos não se conseguiu apurar onde se localizavam alguns dos seus túmulos, dado que, como já anteriormente referimos, os cemitérios portuenses cresceram muito desde o início deste século.

Das visitas realizadas aos cemitérios da cidade fica-nos a vaga nostalgia da grandeza que um dia tantos dos que aí edificaram os seus túmulos, pequenas moradas com grandiosas fachadas, misturadas com jardins salpicados de estátuas, lugares calmos e tranquilos para um repouso eterno, quantas vezes deixados ao abandono e em avançado estado de degradação porque já ninguém cuida deles.

Enquanto percorríamos os carreiros que nos levavam de uma para outra secção, os nossos olhos depararam com nomes do passado, que nos foram prendendo a atenção. Daqueles que procurávamos encontrámos sete túmulos : o de Bernardo Valentim Moreira de Sá, o de António Joaquim Machado Pereira, o de Arnaldo de Sousa Moreda, de Clemente Menéres, da

família Ramos Pinto, de Henrique Carlos de Meirelles Kendall e o de Irineu Augusto Pais.[192]

Deixou-nos perplexos a forma como o túmulo de Irineu Augusto Pais, que se localiza na secção 12ª, n.º 123, do cemitério da Lapa se encontra em estado de quase abandono e má conservação, da sua grandiosidade de outrora, já nem a saudade resta.

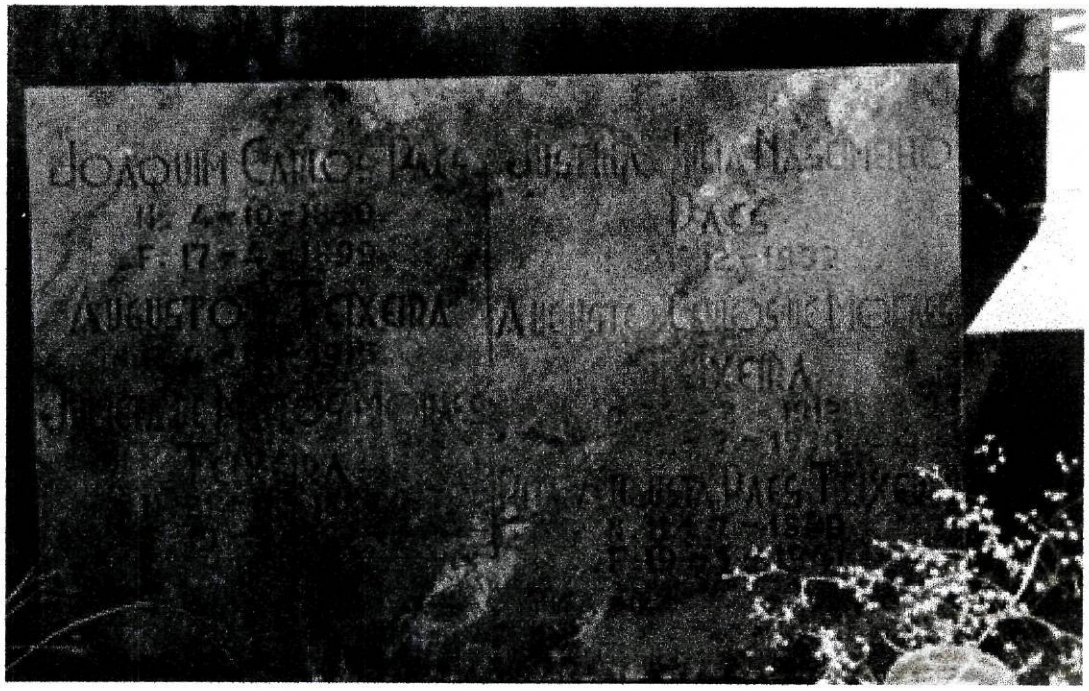

fig. 9 - Placa que se encontra na campa de Irnineu Augusto Pais.

Sendo um reflexo da pessoa enquanto viva, não podemos deixar de comentar cada um dos casos documentados. O túmulo onde repousa Irineu Augusto Pais, sem poder ser considerado um mausoléu, e apesar do seu estado de abandono, pareceu-nos ter sido em tempos um túmulo onde

[192] Se alguns ainda se encontram nas mãos das suas famílias, ainda é possível estudá-los e verificar o seu estado de conservação e se a família ainda hoje cuida da memória daqueles

imperava o bom gosto e a sobriedade, reflexo provavelmente da personalidade daquele que o mandou edificar.

O túmulo de Arnaldo de Sousa Moreda, foi, provavelmente, mandado por construir por seu pai, uma vez que o nome dele, ou antes da " Família de Manoel Moreda – 1861", se encontra gravado numa placa, colocada por cima da porta do edifício.

fig. 10 - Fachada e interior do jazigo da familia Moreda.

É um jazigo em forma de capela, onde podemos, por entre os vidraças entreabertas, observar o seu interior, onde ao fundo, entre as diversas prateleiras que possui, podemos ver um pequeno altar encimado por uma cruz e na parede atrás um pequeno vitral em forma circular, grandioso, mas simples

---

que aí repousam. Caso isso não aconteça, dificilmente se poderá encontrar o local dos túmulos que procurámos.

também, mostra, apesar de as flores já não serem recentes, que há ainda alguém que cuida dele.

O túmulo da família Machado Pereira, provavelmente terá mudado de mãos, pois o seu interior parece vazio e ter sido recentemente restaurado. Pela indicação que possuíamos, e que fazia referência ao número do túmulo e ao nome do cemitério onde se encontrava, tivemos a oportunidade de o localizar.[193] Em forme de capela e extremamente simples, desconhecemos como seria anteriormente.

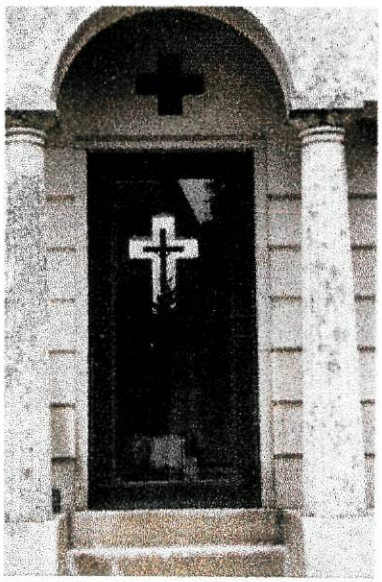

fig. 11 - Fachada do túmulo da familia Machado Pereira

O túmulo da Família Moreira de Sá, é extremamente simples, e é também um daqueles que parece, ainda hoje, ser visitado mais regularmente pela família, uma vez que as flores que aí se encontravam, em grande profusão, estavam bastante frescas.

[193] In Inventário por morte de António Joaquim Machado Pereira, já citado anteriormente.

fig. 12 - Túmulo da familia Moreira de Sá

No seu interior, vê-se também um pequeno altar com uma cruz, e na parede atrás, um pequeno vitral. No chão as lápides relativas aos diferentes membros da família que aí repousam, onde se destacam as de Bernardo Valentim Moreira de Sá e de sua esposa D. Felicidade.

O túmulo mandado edificar, ao que supomos por Clemente Menéres, é de uma elaborada simplicidade, destacando-se um sobreiro em forma de cruz, que deixa bem patente a importância que a cortiça teve no ampliar da fortuna deste homem.

A base deste monumento funerário é um aglomerado de pedras, encimado pelo busto do patriarca da família , por onde se espalham as lápides funerárias dos seus filhos e parentes mais chegados.

fig.13 – O túmulo de Clemente Menéres e família.

Apesar de não se encontrar ao abandono, a falta de flores frescas e a necessidade urgente de restauro que o busto apresenta, leva-nos a pensar que também não é visitado com muita frequência.

Não muito longe deste, encontrámos o túmulo de Henrique Carlos de Meirelles Kendall.

Não muito longe deste, encontrámos o túmulo de Henrique Carlos de Meirelles Kendall.

Em forma de capela, fica situado mesmo à entrada do cemitério. De estilo simples, discreto, perdido no meio de outros túmulos de arquitectura semelhante, possui um interior sombrio, onde ao fundo se entrevê uma cruz, ladeada de flores que há muito deixaram de ter vida.

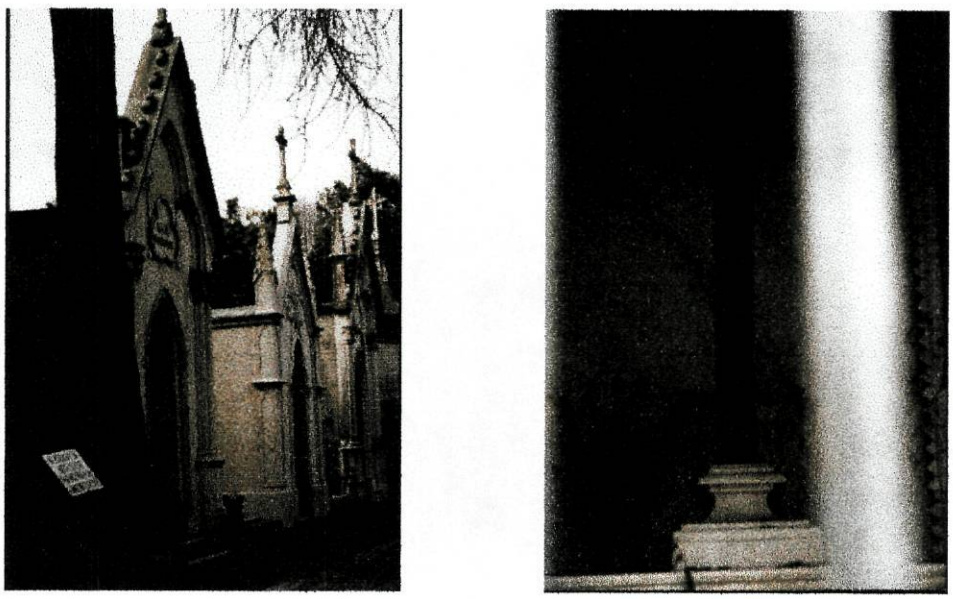

fig. 14 – Fachada e pormenor do interior do túmulo de Henrique Carlos de Meireles Kendall.

A simplicidade e sobriedade do túmulo deste monumento não deixa de ser significativa, se tivermos em conta que Henrique Kendall parece ter levado uma vida simples, dedicada aos negócios e à família, de hábitos provavelmente austeros, a que não são alheios os bens que deixou após a sua morte.

Finalmente, deparámos com o túmulo da Família Ramos Pinto. Deixado ao cuidado da Santa Casa da Misericórdia para que esta o preserve, estámos perante um monumento que nos deixou surpreendidos.

fig. 15 – Fachada e pormenor do interior do túmulo da família Ramos Pinto.

O túmulo, todo ele inspirado na arquitectura clássica, assemelha-se a um templo grego, sustentado por colunas, e vedado por um gradeamento de ferro pintado deverde. A sua decoração é de uma enorme sobriedade, onde se destaca o frontão com imagens de anjos. Na parede interior observámos dependurados dois crucifixos, uma espécie de cómoda em pedra de formas clássicas, onde se apoia uma grande estátua de um anjo, com semblante sereno e contemplativo.

Na vida como na morte, o lema da Ramos Pinto, aqui estudada através de Adriano Ramos Pinto, a influência da cultura clássica surge-nos como um ponto de referência, neste caso misturado com motivos verdadeiramente cristãos, como os anjos e a cruz.

Numa altura em que novamente na cidade do Porto parece crescer o interesse dos vivos pela edificação, aquisição e renovação dos jazigos de família, não deixou de nos impressionar aquilo que observámos, enquanto testemunhos de um tempo em que estes homens de cultura, ainda em vida, se acautelavam ou preparavam a sua imagem depois da morte.

Tempos de um romantismo tardio? Ou tempos de uma profunda religiosidade, em que a morte, ao contrário do que agora acontece, era ainda entendida como uma inevitabilidade para a qual era necessário preparar-se.

8 – Conclusão

Ao aproximar duas realidades tão diversas, como os negócios e a música, estávamos a iniciar um estudo, que poucas vezes tem sido concretizado no nosso país.

Normalmente, estes campos são abordados separadamente, e no entanto, estão tão perto um do outro.

Como todos sabemos, a história é talvez o mais complexo dos estudos. Por isso, é mais cómodo dividi-la em diferentes ramos, que vão desde a política até à história social, passando pelas mentalidades, pela economia e pelas instituições. Contudo, quando nos aproximámos de um desses campos, de imediato sentimos que sem abordarmos os outros, ele se encontra incompleto. A história é o registo das actividades do Homem, e estas encontram-se interligadas entre si.

No que diz respeito à música e à sua história, não a podemos isolar do próprio contexto em que evoluiu. A música é feita por homens, escutada por homens, e são também homens aqueles que mandam construir os teatros, as salas de concerto, os coretos ou os jardins, para que se possa desfrutar do prazer de escutar a *música*.

A cidade do Porto foi, até ao fim das duas primeiras décadas deste século um dos maiores pólos culturais deste país, principalmente no que diz respeito à difusão da música. Deve essa importância nomeadamente ao Prof. Moreira de Sá, que foi o grande dinamizador dos grandes serões musicais a que os portuenses, entre finais do século passado tiveram a oportunidade de assistir. Mas a obra não se deveu unicamente a ele, mas também a todos

aqueles que investiram parte do seu tempo, e do seu dinheiro, nesta tarefa. Nós estudámos alguns desses indivíduos e esperámos um dia conseguir prolongar este estudo, até todos aqueles que nessa mesma época tiveram acções semelhantes.

Este núcleo caracteriza-se por ser um grupo de homens de negócios, sócios da Associação Comercial do Porto. Nos seus tempos livres, cada um deles, contribui conforme as suas capacidades, para difusão a música. Esta era vista não só como uma forma de lazer, mas também como uma actividade lúdica, levada muito a sério, como podemos verificar através da análise, por nós efectuada, dos estatutos da *Sociedade de Concertos Orpheon Portuense.*

Outros, que ainda não tivemos a oportunidade de estudar, terão demonstrado o seu interesse por estas e outras actividades, mais lúdicas, assistindo aos diversos eventos musicais como meros espectadores.

De qualquer das formas, a influências destes homens nas diversas actividades desenvolvidas nos teatros e outras instituições, também se fizeram sentir através da sua participação, enquanto amadores, em corais e por vezes em orquestras, reunindo-se em suas casas com aqueles que deles mais se aproximavam em gostos e interesses. Também a sua influência se sentir no papel que desempenharam enquanto autênticos e desinteressados mecenas, como já anteriormente mencionámos, na construção e dinamização do Teatro de S. João e do Palácio de Cristal, verdadeiros pontos de encontro, principalmente este último caso, dos diferentes grupos que coexistiam na nossa sociedade. No Palácio de Cristal, as actividades eram desenvolvidas, como se sabe, num espaço mais amplo do que as quatro paredes de um Teatro, e permitiam que a assistência fosse mais heterogénea, para além de

uma maior diversidade dos eventos que aí se desenrolavam. Nos seus coretos era possível assistir-se aos concertos dados pelas diversas bandas de música desta cidade bandas. Na sua nave, ficaram na memória de todos os concertos de órgão que aí se realizaram, assim como os concertos de orquestra e coros.

No campo profissional, a época em que viviam era marcada pela mudança. Mas, apesar de todas as transformações políticas, económicas e sociais, a que assistimos no período em estudo, verificámos que os homens de negócios da cidade continuaram empenhados numa vida preenchida pelos negócios e investimentos em diversas firmas, algumas delas com uma duração efémera, proliferando as sociedades em comandita simples, investindo em acções emitidas pelas mais diversas sociedades, que vão desde as Companhias de Caminho-de-Ferro, às fábricas de tecelagem, às companhias de seguros, de águas, entre outras.

Eram sem dúvida, homens de culturas e origens sociais diferentes. Uns saíram de Portugal para o Brasil onde casaram e constituíram as duas famílias regressando mais tarde, com uma fortuna considerável que continuaram a acumular aqui em Portugal, outros permaneceram no país, desenvolvendo todo um conjunto de negócios que lhes permitiam uma vida desafogada.

De qualquer das formas, entre os muitos interesses comuns, encontraram-se na música, enquanto forma de ocuparem os seus tempos livres, as suas mentes e os seus espíritos.

A fundação do *Orpheon Portuense*, exemplo acabado do diletantismo, que o único lucro que produzia era o enriquecimento da mente e do espírito, dá-nos uma imagem de como eram estes homens, negociantes,

empresários, interessados no sucesso dos seus empreendimentos, e também um grupo de privilegiados, que puderam dispor de tempo e bens que lhes permitiam dedicar-se à arte.

Os bens deixados, bens materiais, mostram-nos o sucesso deles nos negócios. Eram burgueses, sem dúvida, mas eram também, e fundamentalmente, homens que tiveram o privilégio de alcançar mais do que a riqueza de uma materialidade passageira, um lugar de destaque no desenvolvimento da cultura portuense, apesar de muitos deles, actualmente, terem caído no esquecimento. Contribuíram generosamente para que o Porto não estagnasse e mantivesse um lugar de destaque na cena artística nacional e também além fronteiras. Cada qual deu aquilo que tinha. Uns, contribuíam com os seus financiamentos, outros, também com o seu talento e um entre eles, o Prof. Moreira de Sá, que era aquele que menos meios económicos dispunha, contribuiu com a sua dedicação desinteressada. No conjunto, construíram um património cultural, hoje em vias de recuperação, e que esperamos num futuro próximo volte ao esplendor de antigamente.[194]

[194] Não podemos aqui deixar uma pequena nota sobre as diversas actividades desenvolvidas em prol do desenvolvimento da cidade do Porto. Salientámos o importante papel desenvolvido pela Câmara Municipal do Porto, através de diferentes iniciativas levadas a cabo no Teatro Rivoli e no Auditório de Carlos Alberto, e no Palácio de Cristal, onde no Verão promove um conjunto de concertos semanais, que atraem cada vez mais espectadores, e, finalmente da importância da restauração e posterior abertura ao público do Teatro de S. João.

9 – Fontes e Bibliografia

9.1 – Fontes

9.1.1– Fontes manuscritas.

- Documentação vária recolhida nos livros de registo notarias do Arquivo Distrital do Porto, Po4, livros 685 a 908, 909 A a 929 A, 909 B a 929 B, 909 C a 929 C, documentação apensa aos livros de notas, livros de aprovação de testamentos cerrados (1900-1907), nºs 1 a 4.
- Inventários por morte recolhidos no Arquivo do Palácio da Justiça do Porto e no Arquivo Distrital do Porto.
- Recenseamentos eleitorais do Porto, Arquivo da Câmara Municipal do Porto.

9.1.2– Fontes impressas.

9.1.2.1– Revistas, Jornais, Álbuns, Anuários e outros.

- A Arte Musical – n.º 247, ano XI, 1909, nº 276, ano XII, 1910, nº 295, ano XIII, 1911.
- Álbum Comemorativo do Centenário da Casa A. Ramos Pinto & Irmão.
- Catálogos, álbuns e outra documentação do Arquivo da Casa A. Ramos Pinto & Irmão.
- Censos da População Portuguesa – 1911, 1920 e 1930.
- Clemente Menéres, sua descendência durante mais de cento e trinta anos, Soc. Clemente Menéres Ldª, Porto,1974.
- Estatutos do Orpheon Portuense, Porto, 1913.

- In Memoriam de Bernardo Valentim Moreira de Sá, Livraria Tavares Martins, Porto, 1947.
- O Comércio do Porto – 1910-1926.
- O Jornal de Notícias – 1910-1926.
- O Primeiro de Janeiro – 1910- 1926.
- O Tripeiro – 1910- 1999.
- Relatórios da Associação Comercial do Porto
- Seara Nova – nº 323, Nov.,1933.

9.1.2.2 – Fontes literárias

Almeida, D. José Luís de (Lavradio), coord. por – *Memórias do Sexto Marquês do Lavradio*, 2ª ed., Ática, Lisboa, 1993.

BREYNER, Tomás de Mello (conde de Mafra) – *Diário de um Monárquico – 1911-1913*, 1ª ed., Porto, 1994.

CHAGAS, João – *Diário III, 1918*, Edições Rolim, Lisboa, s/d.

Ortigão, Ramalho – *Crónicas Portuenses*, Lisboa, 1944

9.2 – Bibliografia

Actas do Colóquio *Problèmes et Methodes de la Biographie,* Sources Travaux Historiques, Publications de la Sorbonne, Paris, 1985.

ALMEIDA, Alberto Pereira de – *Porto Monumental*, Porto, s/d.

ALMEIDA, J. A. Martins, *Nos Meandros do 19 de Outubro*, Braga, 1998.

ALMEIDA, Maria Antónia F. Pires de – *Família e Poder no Alentejo. Elites de Avis – 1886-1941*, Edições Colibri, Lisboa, 1997.

ALMEIDA, Pedro Tavares de – *Eleições e caciquismo no Portugal Oitocentista (1868 – 1890)*, Lisboa, 1987.

ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros, Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, 1994.

ARAÚJO, Ana Cristina – *A Morte em Lisboa, Atitudes e Representações,* Notícias Editorial, Lisboa, 1997.

ARIÈS, Philippe – *Essais sur l'Histoire de la Mort en Occident, du Moyen Âge à nos Jours*, Éditions du Seuil, Paris , 1975

ARROYO, António – *Perfis Artísticos: B.V. Moreira de Sá*, 2ª ed. aumentada, Imprensa Nacional de Jaime Vasconcellos, Porto, 1910.

BALHANA, Altiva Pilatti (coord. de) – *História Social do Brasil, Teoria e Metodologia*, Editora da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1984.

BANDEIRA, José Gomes – *Rivoli-Teatro Municipal (1913-1988), Breve História de 85 Anos de Espectáculos e Acção Cultural*, Edições Afrontamento – Câmara Municipal do Porto, Porto, 1998.

BARREIRA, Cecília – *História das Nossas Avós. Retrato da Burguesa em Lisboa*, 2ª ed., Edições Colibri, 1994.

BARREIROS, Nuno – *Situação da música Portuguesa no Começo da 1ª Guerra Mundial*, in Colectânea Estrada Larga, Antologia dos números especiais relativos a um lustro, do suplemento Cultura e Arte de O Comércio do Porto, Porto Editora, Porto, s/d.

BASTOS, A. de Magalhães – *José Rosas & Cª, Ourives Joalheiros (1851-1951)*, Porto, 1951.

BASTOS, Carlos – *Associação Comercial do Porto. Resumo Histórico da sua Actividade desde a sua Fundação*, 2ª ed., Porto, 1947.

- *O Livro de Ouro do Comércio e Indústria do Porto*, Porto, 1944.

BIBLIOGRAFIA PORTUENSE, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1997 e 1999.

BOLETIM CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, vols. XII e XIII, artº, *Os Homens da Governança do Município do Porto desde 1428 até 1949*, Porto, 1949.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *A Associação Comercial do Porto no Contexto Político-Económico Nortenho e Nacional (segundo quartel do século XIX)*, in Análise Social, vol XXII (91), 1986-2º.

BORDIEU, Pierre – *O Poder Simbólico*, Difel, Lisboa, 1989.

BRANCO, Luís de Freitas – *A Música em Portugal* (Texto apresentado na Exposição Portuguesa em Sevilha), Lisboa, 1929.

- *História da Música Portuguesa*, 3ª ed., Publicações Europa-América, Lisboa, 1995.
- *Viana da Mota*, 2ª ed., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1987.
- *Elementos de Ciências Musicais*, Edições Sassetti, Lisboa, s/d.

CABRAL, Manuel Villaverde – *O Operariado nas Vésperas da República (1909 – 1910)*, Editorial Presença, Lisboa, 1977.

CATROGA, Fernando – *A Militância Laica e a Descristianizaçãoda Morte em Portugal, 1865*, 2 vols, Dissertação de Doutoramento em História, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1988.

- *O Céu da Memória, Cemitério Romântico e Culto Cívico dos Mortos*, Minerva, Coimbra, 1999.

CHALINE, Jean Pierre – *Les Bourgeois de Rouen, une Élite Urbaine au XIXe Siècle, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, Paris, 1982.*

- *Deux Bourgeois en leur Temps, Documents sur la Société Rouennaise du XIXe Siècle (présentés par*), Société de l´Histoire de Normandie, Archives Depertementales de la Seine-Maritime, Cour Clémenceau, Rouen, 1977.
- *Loisirs et Élites Sociales: un Exemple Normand,* in Oisiveté et Loisirs dans les Sociétés Occidentales au XIXe Siècle, Colloque plutidisciplinaire, Amiens 19-20 Novembre 1982, présenté par Adeline Daumard, Centre de Recherche d' Histoire Sociale de l'Université de Picardie, Paillard, Abbeville, 1983.

CAPELA, José – *A Burguesia Mercantil do Porto e as Colónias (1834 – 1900)*, 3ª ed., Afrontamento, Porto, 1974.

CHARLE, Christophe – *Les Elites de la Republique (1880-1900)*, Fayard, 1987.

- *Histoire Sociale de la France au XIXe Siècle*, Éditions du Seuil, Paris, 1991.

e NAGLE, Jean – *Prosographie des Élites Françaises (XVIe-XXe Siècles). Guide de Recherche*, Centre National de la Recherche Scientifique, Institut d' Histoire Moderne et Contemporaine.

CHAUNU, Pierre – *La Mort à Paris 16e, 17e, 18e siècles*, Paris, Fayard, 1978.

CHAUSSINAND-NOGARET, Guy (sous la direction de),*Histoire des Élites en France du XVIe au XXe Siècle*, Tallandier, 1991.

Código Comercial Português de 1833, Porto, 1836

COELHO, Maria Teresa Pinto – *Apocalipse e Regeneração, o Ultimatum e a Mitologia da Pátria na Literatura Finissecular*, 1ª ed., Edições Cosmos e Maria Teresa Pinto Coelho, Lisboa, 1996.

Colecção de Legislação Portuguesa, 1896.

COSTA, Maria Fernão Couceiro - *Estudos sobre a População da Cidade do Porto – Evolução Demográfica*, Porto, 1946.

CORVISIER, André – *Sources et Méthodes en Histoire Sociale*, Regards sur l' Histoire, S.E.D.E.S., Paris, s/d.

COSTA, Fernando Dores – *Capitalistas e Serviços: Empréstimos, Contratos e Mercês no Final do Século XVIII*, in Análise Social, 4ª série, vol. XXVII, nºs 116-117, 1992-2º-30

CRUZ, Maria Antonieta – *Os Burgueses do Porto na 2ª Metade do séc. XIX*, vols. 1,2 e 3, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994, dissertação de Doutoramento, policopiada.

- *Bernardo Pereira Leitão, Um Notável do Porto*, separata da Revista Douro – Estudos e Documentos, vol. 1 (3), 1997 (2º).
- *Reflexões Sobre Fontes Para o Estudo dos Burgueses do Porto na Segunda Metade do Século XIX*, separata da revista População e Sociedade, do Centro de Estudos da População e Família, nº 4, Porto, 1998.
- *O Poder Regional: Mitos, Realidades*, comunicação apresentada nas III Jornadas de Estudo Norte Portugal Aquitânia, Porto, 22-26 de Março de 1993, CENPA, Publicações da Universidade do Porto, 1996.

CUESTA, Pilar Vasquez – *A Espanha Ante o "ultimatum"*, Livros Horizonte, Lisboa, 1975.

DACIANO, Bertino – *O Porto. Síntese da sua Evolução Histórica*, Porto, 1965.

DAUMARD, Adeline – *Les Borugeois et la Bourgeoisie en France depuis 1815*, Aubier, 1987.

- *La Société Bourgeoise en France au XIXe Siècle*, separata da Revista de História, do Centro de História da Universidade do Porto, vol. IX, Porto, 1989.
- *L' Oisiveté Aristocratique et Bourgeoise en France au XIXe Siècle: Privilège ou Malédiction?, in Oisiveté et Loisirs dans les Sociétés Occidentales au XIXe Siècle, Colloque pluridisciplinaire, Amiens 19-20 Novembre 1982, présenté par Adeline Daumard, Centre de Recherche d'Histoire Sociale de l'Université de Picardie, Paillart, Abbeville, 1983.*
- *Les Généalogies Sociales: un des Fondements de l'Histoire Sociale et Quantitative*, in Revista de S. B. P. H., nº 2, S. Paulo, 1984/85.

Estudos de História Contemporânea Portuguesa, Livros Horizonte, Lisboa, 1991.

Diário do Governo, 1890.

FERRARIA, Maria José de Sousa – *Nas Margens da Música (o Professor Moreira de Sá e o Ensino e Divulgação da Música no Porto*, comunicação apresentada no Congresso O Porto na Época Contemporânea, realizado no Ateneu Comercial do Porto, em 1989, texto dactilografado.

- *Um Contínuo Descontínuo (O Movimento Musical no Porto de Fim de Século, 1880-1910)*, comunicação apresentada no Congresso O Porto de Fim de Século, realizado no Ateneu Comercial do Porto, 1991, texto dactilografado.

FERREIRA, David – *História Política da Primeira República Portuguesa*, vol. 2, Livros Horizonte, Lisboa, 1981.

FERRÉOL, Gilles et DEUBEL, Philippe – *Méthodologie des Sciences Sociales,* Paris Armand Colin, 1993.

FONSECA, Helder Adegar – *O Alentejo no Século XIX. Economia e Atitudes Económicas*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1996.

e REIS, Jaime – *José Maria Eugénio de Almeida, um Capitalista da Regeneração*, in Análise Social, vol. XXIII (99), 1987-5º.

FRANÇA, José-Augusto – *As Anos Vinte em Portugal*, Editorial Presença, Lisboa, 1992.

- *A Arte em Portugal no Século XX, 1911-1961*, 2ª ed. Revista, Bertrand Editora, Lisboa, 1985.
- *Sondagem nos anos 20 – cultura, sociedade, cidade*, in Análise social, vol. XIX (77-78-79), 1983-3º, 4º, 5º

FRIAS, Sanches de – *Arthur Napoleão, Resenha Comemorativa da sua Vida Pessoal e Artística*, Lisboa, 1913.

GONÇALVES, Joaquim de Freitas – *Crónicas Musicais*, vols. 1 e 2, Edições Lopes da Silva, Porto, 1945.

GRAÇA, Fernando Lopes – *Viana da Mota. Subsídios para uma biografia incluindo 22 cartas ao autor*, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1949.

- *Opúsculos (3)*, Editorial Caminho, Lisboa, 1984.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa, s/d.

GUERRA, Rui Moreira de Sá e - *Bernardo Valentim Moreira de Sá (1835 – 1954)*, Fundação Engº António de Almeida, Porto, 1997.

HESPANHA, António Manuel – *Revoltas e Revoluções: a Resistência das Elites Provinciais*, in Análise Social, vol. XXVIII, 1993 (1º)

HONRADO, Fernando – *Os Fuzilados de Outubro de 1921*, Acontecimento, Lisboa, 1995.

- *A Queda da Monarquia. Da Ericeira a Gibraltar vai um Rei*, Acontecimento, Lisboa, s/d.

JUSTINO, David – *A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal 1810 – 1913*, vols.1 e 2, Vega, Lisboa, 1986.

KENDALL, Henrique Carlos de Meirelles – *A Administração do Sindicato Portuense*, Porto, 1894.

- *Não, Senhor!*, Porto, 1897.
- *Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses*, Porto, 1913.
- *Código Comercial, Reflexões*, Porto, 1914.

LASLETT, Peter, OOSTERVEEN, Karla e SMITH, Richard M. – *Bastardy and its Comparative History,* 1ª ed, Arnold, Londres, 1980.

LEBRUN, François – *Les Hommes et la Mort en Anjou aux XVIIe et XVIIIe siècles,* Flammarion, Paris, 1975

LÉON, Pierre (dir. por) – *História Económica e Social do Mundo*, vol. 5, tomo 1 e 2, Sá da Costa Editora, Lisboa, 1982.

LEROY, Dominique – *Réflexions autour des processus d' Élitisations , à propos de l' Evolution de la Production et de la Consommation Théâtrales à Paris au XIXe Siècle*, in Oisiveté et Loisirs dans les Sociétés Occidentales au XIXe Siècle, Colloque pluridisciplinaire, Amiens 19-20 Novembre 1982, présenté par Adeline Daumard, Centre de Recherche d' Histoire Sociale de l' Université de Picardie, Paillart, Abbeville, 1983.

LOPES, Fernando Farelo Lopes – *Poder Político e Caciquismo na 1ª República Portuguesa*, Editorial Estampa, Lisboa, 1994.

- *Clientelismo, "Crise de Participação" e Deslegitimação na 1ª República*, in Análise Social, vol. XXVI (111), 1991-2º.

MACHADO, Carlos Villa-Lobos – *Soares dos Reis e o Centro Artístico Portuense*, Porto, 1947.

MADUREIRA, Arnaldo – *A Colonização Portuguesa em África*, 1890-1910, Livros Horizonte, Lisboa, 1988.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *História de Portugal*, vol. 2, 4ª edição, Palas Editores, Lisboa, 1977.

- *Guia de História da 1ª República Portuguesa*, Editorial Estampa, Lisboa, 1997.
- *coord. de, Portugal da Monarquia Para a República*, in Nova História de Portugal, direcção de Joel Serrão e Oliveira Marques, Editorial Presença, vol . XI, 1991.

MARTIN, Monique de Saint, *Reconversões e Reestruturações das Elites: o Caso da Aristocracia em França*, in Análise Social, vol. XXX (134), 1995-5º.

MARTINS, Conceição Andrade – *Opções Económicas e Influência Política de uma Família Burguesa Oitocentista: o Caso de São Romão e José Maria dos Santos*, in Análise Social, 4ª série, vol. XXVII, nºs 116-117, 1992-2º-3º.

MCMANNERS, John – *Death and the Enlightenment,* Oxford University Press, Oxford, 1981.

MATTOSO, José (dir. de) – História de Portugal, Círculo dos Leitores, 1994.

- *A Função Social da História Hoje*, A. P. H, Lisboa, 1999.

MENDES, José Amado – *O Contributo da Biografia para o Estudo das Elites Locais: Alguns Exemplos*, in Análise Social, 4ª série, vol. XXVII, nºs 116-117, 1992-2º-3º.

MONTEIRO, J. – *Roteiro Histórico, Comercial e Industrial da Cidade do Porto*, fascículos 1 a 5, Porto, 1935-1936.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *Elites Locais e Mobilidade Social em Portugal nos Finais do Antigo Regime*, in Análise Social, vol. XXXII (141), 1997-2º.

NETO, Vitor – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.

PEDREIRA, Jorge Miguel – *Os Negociantes de Lisboa na Segunda Metade do Século XVIII: Padrões de Recrutamento e Percursos Sociais*, in Análise Social, 4ª série, vol. XXVII, nºs 116-117, 1992-2º-3º.

NICHOLAS, Jeremy – *The Classic FM Guide to Classical Music,* Pavilion, Londres, 1996.

PEREIRA, António Manuel – *Os Governadores Civis do Distrito do Porto*, in Boletim da Câmara Municipal do Porto, vol. XIV, Fasc. 1-2, Porto, 1951.

- *Organização Política e Administrativa de Portugal desde 1820*, Porto, s/d.

PEREIRA, José Carlos Seabra – *Tempo Neo-Romântico (Contributo para o Estudo das Relações entre a Literatura e a Sociedade no Primeiro Quartel do Século XX)*, in Análise Social, vol. XIX (77-78-79), 1983-3º, 4º e 5º.

PISTONE, Danièle, *A Ópera Italiana no séc. XIX de Rossini a Puccini*, Editorial Caminho, 1988.

POMBO, Fátima – *Guilhermina Suggia. A Sonata de Sempre*, Edições Afrontamento, Câmara Municipal de Matosinhos, 1996.

RAMOS PINTO – *Catálogo Fotográfico*, s/l, s/d.

- *Álbum Comemorativo dos 100 Anos da A. Ramos Pinto*, com texto de José Augusto França, Porto, 1998

RAYNOR, Henry – *História Social da Música, da Idade Média a Beethoven*, Zahar Editores, S. A., Rio de Janeiro, 1981.

REIS, Jaime – *O Atraso Económico Português em Perspectiva Histórica: Estudos sobre a Economia Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX (1850 – 1930)*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1993.

REVEL, Jacques – *L' Institution et le Social*, in LEPETIT, Bernard (dir.) – *Les Formes de l' Experience . Une Autre Histoire Sociale*, Paris, 1995.

RIBEIRO, Mário Sampaio – *Achegas Para a História da Música em Portugal*, Lisboa, 1938.

ROUX, Simone – *La Maison Dans l' Histoire,* Albin Michel, Paris, 1976.

SÁ, Bernardo Valentim Moreira de – *A Música na América do Sul*, conferência proferida a 3 de Maio de 1898, no "Instituto Portuense de Estudos e Conferências", Porto, 1898.

- *Palestras Musicais e Pedagógicas*, Casa Moreira de Sá, Porto, s/d.
- *Notas Bibliográficas e Musicais, coligidas de artigos publicados em vários jornais, Casa Moreira de Sá, Porto, s/d.*
- *História da Música, desde os tempos mais remotos até ao fim do séc. XVI*, tomo 1, Casa Moreira de Sá, Porto, s/d.
- *Artigos de Crítica Musical*, Porto, 1882.
- *Conservatório de Música do Porto*, Porto, s/d.
- *Associação Musical de Concertos Populares a Grande Orquestra*, Casa Moreira de Sá, Porto, s/d.
- *Uma Sindicância*, Porto, 1914.

SADIE, Stanley e LATHAM, Alison (edited by) – *The Cambridge Music Guide,* Cambridge University Press, Cambridge, 1993.

SANTOS, Fernando Piteira – *Raul Proença e a "Alma Nacional"*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1979.

SANTOS, José Coelho dos – *O Palácio de Cristal e a Arquitectura do Ferro no Porto em Meados do séc. XIX*, Fundação Engº António de Almeida, Porto, 1987.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos – *Para uma Sociologia da Cultura Burguesa em Portugal no Século XIX*, Editorial Presença, Lisboa, 1983.

- *Para a Análise das ideologias da Burguesia*, in Análise Social, vol. III (49), 1977-1º.
- *A Elite Intelectual e a Difusão do Livro nos Meados do Século XIX*, in Análise Social, 4ª série, vol. XXVII, nºs 116-117, 1992-2º-3º.

SERRÃO, Joel – *A Emigração Portuguesa*, 4ª ed., Livros Horizonte, Lisboa, 1982.

- *Da "Regeneração" à República*, Livros Horizonte, Lisboa, 1990.
- *Dicionário de História de Portugal*, 4 vols., Lisboa, 1971.
- *Cronologia Geral da História de Portugal*, 4ª ed., Livros Horizonte, Lisboa, 1980.

SILBERT, Albert – *Portugal na Europa Oitocentista*, Edições Salamandra, Lisboa, 1998.

SILVA, João Manuel Gonçalves da, *O Clientelismo Partidário Durante a 1ª República: o Caso do Partido Reconstituinte (1920-1923)*, in Análise Social, vo. XXXII (140), 1997-1º

SOUSA, Fernando de e ALVES, Jorge Fernandes – *A Associação Industrial Portuense – Para a História do Associativismo Empresarial,* Associação Industrial do Portuense, 1996.

TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.de) – *Portugal e a Guerra. História das Intervenções Militares Portuguesas nos Grandes Conflitos Mundiais (sécs. XIX e XX)*, Edições Colibri, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1998.

TELO, António José – *Decadência e Queda da 1ª República Portuguesa*, vols. 1 e 2, Edições A Regra do Jogo, Lisboa, 1980.

- *O Sidonismo e o Movimento Operário Português, Luta de Classes em Portugal, 1917-1919* , Ulmeiro, Lisboa, 1977

TENGARRINHA, José – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Portugália Editora, Lisboa, 1965.

VALENTE, Vasco Pulido – *O Poder e o Povo*, 3ª ed. Revista e corrigida, Gradiva, Lisboa, 1999.

- *A "República Velha" (1910 – 1926)*, ensaio, Gradiva, 1997.

VIDIGAL, Luís – *Cidadania, Caciquismo e Poder. Portugal, 1890 – 1916*, Livros Horizonte, Lisboa, 1988.

VIEGAS, José Manuel Leite – *Nacionalizações e Privatizações, Elites e Cultura Política na História Recente de Portugal*, Celta Editora, Oeiras, 1996.

VOVELLE, Michel – *La Mort et l' Occident de 1300 à nos Jours,* Gallimard, Paris, 1983

WHEELER, Douglas L. – *História Política de Portugal de 1910 a 1926*, Europa-América, Lisboa, 1978.

Anexos

ANEXO 1 – Os Sócios da Associação Comercial do Porto (nomes, moradas, profissões)[195]

NOME - MORADA – PROFISSÃO - RAMO PROFISSIONAL
Abreu, Alberto Pereira de – Rua dos Vanzeleres 291
Abreu, Augusto dos Santos – Rua do Monte da Luz 40, despachante
Abreu, Miguel Correia – Rua de Camões 329, capitalista
Adam, Charles R.
Agrelos, Manuel Lopes
Alquerque, Antero Antunes de
Allen, Joaquim Aires de Gouveia
Almeida, António Acácio Pinto de
Almeida, António Dias de – Rua da Alegria 645, emp. Comercial
Almeida, António Francisco Nunes de
Almeida, António Manuel de
Almeida, António Moreira de (*)
Almeida, António Nicolau de – Rua Central 904, emp. Comercial
Almeida, António Pinto de – Rua do Conde Ferreira 76
Almeida, Augusto César de – Quinta das Regadas – Gaia
Almeida, Carlos Alberto (Nunes) de – Passeio Alegre 197
Almeida, Carlos Alberto de – Tvª do Souto 4 – 10, emp. Comercial
Almeida, Constantino de – Rua de Cedofeita 148
Almeida, Dinis dos Santos
Almeida, Fernando Moreira de
Almeida, Horácio Humberto Nunes de
Almeida, João Augusto Marques de – Rua de Costa Cabral 882, médico
Almeida, João José de (*) – Rua de Stª Catrina 935, negociante
Almeida, João José Nunes de
Almeida, Joaquim António Cardoso de – Rua do Rosário 230, negociante
Almeida, Joaquim Pinto Leite Homem de
Almeida, José Nicolau de – Rua Lopo Vaz 150 – Gaia
Almeida, Manuel de – Rua das Fontaínhas 1
Almeida, Manuel Maria de – Rua de Stº António 238, negociante/ despachante
Almeida, Miguel Matos de – Rua da Constituição

[195] Cf. fontes: Almanaque da cidade do Porto, 1911, Realatórios da A. C. do Porto 1910 – 1911 e Bol. Cultural da C. M. do Porto, vols XII e XIII, 1949.
(*) Sócios que participaram nas diferentes direcções da Associação Comercial do Porto. Os nomes constantes desta lista serão mais pormenorizadamente estudados num futuro trabalho que estamos a preparar.

Almeida, Quintino Pinto de
Almeida Júnior, Constantino de
Alves, Joaquim António Moreira
Alves, Joaquim José – Rua de Stª Catarina 1462, emp. Comercial
Alves, José Monteiro
Alves, Luís Ferreira
Alves, Manuel Carlos Rodrigues – Rua de Costa Cabral 954, negociante
Alves, Paulo José Fernandes
Amaral, Deolindo Francisco do – Rua da Alegria 810
Amorim, Diogo Pacheco de
Andrade, Benjamim Pereira de – Boavista 259, empregado
Andrade, Bernardo Casimiro de – Rua de Fernandes Tomás 158, capitalista
Andrade, Eurico Luís Monteiro de
Andresen, Alberto Henrique – Rua do Barão de Nova Sintra 119, negociante
Andresen, Guilherme Henrique – Av. da Boavista 1307, negociante
Andresen, João Alberto (*)
Andresen, João Henrique
Andresen, Júlio Henrique
Antunes, Luís José – Rua de Costa Cabral 1293
Araújo, Domingos Gonçalves de – Lgº de S. Domingos 50
Araújo, Elias Lourenço de – Rua da Restauração 356, proprietário
Araújo, Elias Lourenço de – Duque do Porto 115, negociante
Araújo, Guilherme Teles da Fonseca – Av. da Boavista 1414, negociante
Araújo, Joaquim Sequeira de – Rua das Fontaínhas 179, capitalista
Araújo, José António Silvano de – Rua da Raza – Gaia
Araújo, José Ferreira
Araújo, Júlio César da Fonseca (*) – Tvª de Stª Catarina 28
Araújo Júnior, António José Gonçalves de (*)
Araújo Júnior, Pedro Maria da Fonseca – Rua do Campo Alegre 523, capitalista
Archer, João – Rua da Boa Hora 26, emp. Comercial
Arnsby, Edmund H. – Rua do Pinheiro Manso 346
Assunção, Joaquim Carvalho da – Calçada da Boa Viagem 3 , industrial
Assunção, Manuel Rodrigues da
Ataíde, Alfredo Mendonça da Costa
Atkinson, E. Latimer – Rua de Serpa Pinto 52, corrector de vinhos
Avides, Bernardo Pinto – Rua do Sol 66, proprietário
Azevedo, Emílio de
Azevedo, Jesuíno Mendes de – Pçª da Ribeira 10
Azevedo, José Narciso de – Poço das Patas 13, proprietário
Azevedo, Manuel José Alves de – Lgº dos Loios 18, negociante
Azevedo, Manuel Pinto de
Bacelar, Gonçalo Vaz Guedes
Bahia, José da Silva Ferreira – Rua do Poço das Patas 37, industrial
Baker, George
Baker, George Clode
Bandeira, Pedro – Rua do Rosário 140, despachante
Baptista, Joaquim de Oliveira – Lgº de S. Domingos 77, negociante

Barata, Benardino Carlos Azevedo – Passeio Alegre 1, proprietário
Barbosa, Adolfo Martins
Barbosa, Alberto de Sousa
Barbosa, Arnaldo Ribeiro – Rua de Stª Catarina 274, proprietário
Barbosa, Eduardo Lopes Ferreira
Barbosa, Joaquim Alves – Rua de Costa Cabral 185, negociante, solas e cabedais
Barbosa, José António Afonso
Barbosa, José Eduardo Ferreira
Barbosa, Manuel Alves – Pçª de Almeida Garrett 20, negociante, louças e vidros
Barbosa, Roberto da Costa – Rua de Stª Catarina 140, capitalista
Barquinha, Delfim Pereira – Rua da Carvalhosa – Gaia, negociante, vinhos
Barreiros, Luís Bonfim de Brito – Av. da Boavista 902, negociante, cortumes
Barreto, Álvaro José – Pçª da Liberdade 69, negociante, moagens
Barreto, Eduardo José (*) – Rua da Restauração 32 – A, negociante, moagens
Barroca, António Rodrigues do Carmo – Rua de S. Jerónimo 207, negociante, Mercearia
Barros, José Maciel
Barrosa, António Gomes da Silva – Rua dos Marinheiros – Gaia, negociante, Vinhos
Bartol, João Vítor Pinto da Costa – Rua da Picaria 49, negociante, produtos Químicos
Basto, Francisco António Gonçalves – Rua do Almada 33, negociante, linhos
Basto, Joaquim Augusto Leite Ferreira Pinto – Rua da Conceição 67, chefe
Basto, José António de Sousa – Rua de Fernandes Tomás 31, negociante, Fiação
Basto, José Luís Alves Pereira – Rua de Costa Cabral 1974, negociante, peças de aço
Basto, José Teixeira Costa – Rua da Duquesa de Bragança 514, armador de Navios
Basto, Serafim Ferreira Alves – Rua da Picaria 69, negociante, miudezas
Bastos, Raul Tavares – Rua do Heroísmo 3, capitalista, máquinas
Baudoin, J. F.
Bettencour, João de
Biel, Emílio – Tvª da Alegria, negociante, comissões e objectos para fotografia
Blackett, George
Blake, Alexandre Gordon Campbell
Borges, António José de Carvalho
Borges, António Nunes – Rua de Fernandes Tomás 274, negociante / cambista, Câmbio / tabaco
Borges, Francisco António (*) – Rua de Fernandes Tomás 254, negociante/ Cambista, câmbio / tabaco
Borges, José Joaquim Leite – Rua Duquesa de Bragança 77, capitalista
Botelho, Manuel Maria
Botelho, Emílio Ferreira
Braga, Alfredo de Oliveira
Braga, António de Sousa – Rua de Cedofeita 273, negociantem modas e Confecções

Braga, António José Alves – Cais da Ribeira 38, negociante, mercearia
Braga, António José da Silva – Boavista 1017, negociante, bacalhau
Braga, Francisco Fernandes – Rua do Almada 19, negociante, ferragens
Braga, Guilherme Augusto Leite
Braga, Luís Eugénio de Oliveira – Rua dos Belos Ares, ajudante de guarda-livros
Bramão Júnior, Jaime – Rua de S. João 103, negociante, comissões / vinhos
Brandão, Abel Eduardo Pereira
Brandão, Alexandre Pinto Alves
Brandão, António Torquato de Almeida – Rua do Breyner 158, industrial, refinação de açúcar
Brandão, Henrique Pinto Alves – Rua do Monte do Crasto, proprietário, malhas /modas
Brito, Severim José de – Rua de Stª Catarina 1450, negociante, mercearia
Brucher, Cristiano – Particular 4, negociante, comissões
Bugalho, Francisco – Avª Rodrigues de Freitas 194, negociante, miudezas
Burmester, Franz Ferdinand – Rua do Príncipe 387, ? , navegações
Burmester, Gustavo Adolfo – Rua do Campo Alegre 525, negociante, vinhos
Burmester, Hermann – Rua de Cedofeita 456, negociante, comissões (agente de Companhias de vapores)
Burmester, J.W. Gerhard – Avª da Boavista 1592, negociante, vinhos
Cabral, Afonso do Valle Coelho Pereira – Rua da Restauração 393, engenheiro
Cabral, Carlos Alberto
Cabral, Duarte Carlos
Cabral, Joaquim do Vale
Cabral, José António – Avª da Boavista 991, negociante, ferragens
Cabral, José Manuel
Cabral, Mário da Silva – Rua de S: João 93, negociante, mercearia
Cáceres, Manuel de Albuquerque Mello Pereira e, Rua do Rosário 80, engº civil
Calado , Armindo Reis
Calém Júnior, António Alves (*) – Rua do Ouro 340, negociante, vinhos
Calém, António de Oliveira(*) – Rua do Ouro 340, capitalista
Calém, Joaquim de Oliveira
Calém, José Joaquim de Oliveira
Câmara, António Perry da
Camisão, José da Costa – Rua Lopo Vaz 242 – Gaia, negociante, comissões
Campos, José Isidro da Silva – Avª da Boavista 46, condutor de obras públicas
Cardoso, Carlos
Cardoso, Gaspar Rodrigues – Rua de Stº Ildefonso 39, negociante, solas e Cabedais
Cardoso, Manuel Pinto – Rua do Gama 25, negociante, mercearia
Cardoso, Raul Eduardo de Sousa
Carreira, Abel
Carvalho, Adelino Alberto de Lima (*) – Rua de Gonçalo Cristovão 264, negociante, Fazendas
Carvalho, António Pinto de – Rua do Bonjardim 53, negociante, café
Carvalho, Augusto José de
Carvalho, Camilo Castello Branco de – Rua da Restauração 296, negociante,

Comissões

Carvalho, Ernesto José de – Rua de Oliveira Monteiro 151, negociante, vinhos
Carvalho, Francisco de
Carvalho, Francisco de Araújo – Rua de Passos Manuel 241 – A, negociante, miudezas
Carvalho, Joaquim Correia Vasques de
Carvalho, José Maria de Matos
Carvalho, Manuel Alves
Carvalho, Nuno Alexandre de – Rua da Bandeirinha 64, capitalista
Cassels, Andrew B.
Cassels, Herbert W. – Rua de Mousinho da Silveira 191, negociante, comissões
Castanheira, Francisco Henriques – Rua Cândido dos Reis 107, negociante, Cereais
Castello Branco, Manuel Emílio Dias de Almeida
Castro, Albano Vieira de – Cadouços – Foz, empregado, Cª de Fiação de Tecidos
Castro, Armando Baptista de – Rua de Entrequintas 19, negociante, comissões
Castro, Caetano André de
Castro, José André de – Rua de Soares dos Reis – Gaia, negociante, vinhos
Castro, Rodrigo de
Cerqueira, António do Lago
Cerquinho, Francisco Augusto Vaz, Rua da Bandeirinha 24, negociante
Chambers, Carlos Frederico
Chardron, Emile – Rua de Entrequintas 158, negociante
Charles, Stanley J.
Claus, Ferdinand – Vila Mar 1, Carreiros, Foz, negociante, perfumaria
Cobb, William Morphet
Coelho, E. Leonardo dos Santos – Tvª de S. João 1 a 11, negociante, mercearia
Coelho, Eduardo da Mota
Coelho, José Jacinto – Pçª da República 2, capitalista
Coelho, João Marques – Rua de Stª Catarina 1369, negociante, mercearia
Coelho, Manuel Mourão Lopes – Rua da Constituição, escriturário, seguros
Coimbra, Vitorino H. – Galeria Paris 48
Correia, Adolfo Bastos – Rua de Stª Catarina 741, negociante, fazendas
Correia, António de Sampaio
Correia, António Joaquim (*) – Lgº dos Lóios 29, proprietário, algodão
Correia, António Manuel – S. Roque 1035, negociante, tecelagem
Correia, Humberto Esteves Mendes
Correia, João Lopes – Rua de Stª Catarina 741, negociante, fazendas
Correia, Luís Nunes – Tvª de S. João 2, caixeiro, mercearia
Correia Júnior, António Alves de Sá
Correia Júnior, António Joaquim – Lgº dos Loios 30, negociante, algodão em fio
Corte Real, Fradique de Vasconcelos
Cortez, Francisco Gonçalves - P. do Sol 117, industrial
Costa, Adelino Rodrigues da – Rua Nova de S. Domingos 69, negociante, drogaria
Costa, Adelino Ferraz – Rua da Boavista 508, emp. De tesouraria, banca
Costa, Alexandre Fernandes da
Costa, António Leite da – Rua de S. João 28, negociante, ferragens

Costa, António Martins de Oliveira – Rua de S.Gonçalo 6, ourives, indústria de ourivesaria
Costa, António Pedro Augusto da – Rua de Fernandes Tomás 93
Costa, Augusto Pereira da (*) – Rua de Stª Catarina 1018, capitalista
Costa, Custódio Gomes da – P. Trindade 28, negociante, fazendas
Costa, Delfim Pereira da (*) – Avª da Boavista 77, capitalista
Costa, Francisco Alberto
Costa, Jaime Correia da – Rua de S. Francisco 30, negociante, ship-chandler
Costa, João de Pinho e – Rua dos Visconde das Devesas 71-1º - Gaia, negociante, Vinhos
Costa, Joaquim Vieira da – Rua dos Mártires da Liberdade 217, negociante, Comissões
Costa, José Augusto da – Rua de Fernandes Tomás 123, negociante, comissões
Costa, José Pinto Amorim da
Costa, José Pereira da
Costa, José Soares da – Rua de Álvares Cabral 221, armador, navios
Costa, Manuel Francisco da
Costa, Manuel Rodrigues dos Santos
Coutinho, Francisco José de Azevedo – Rua do Calvário 62, escrivão notarial
Coutinho, João Lourenço da Fonseca – Marecjal Saldanha, capitalista
Coutinho, Luís Rodrigues da Cruz
Couto, António
Couto, Manuel José da Silva – Rua da Constituição 902, agente, comissões
Couto, Rogério da Silva
Coverley, Charles Henry – Rua da Pena 29, negociante, comissões
Coverley, Roger - Rua do Campo Alegre 29, negociante, comissões
Cowan,William Bums
Cruz, António Vieira da – Avª da Boavista 1134, empregado, mercearia
Cruz, Belarmino Ferreira da – Avª da Boavista 966, proprietário, lenifícios
Cruz, Joé de Paiva
Cruz, Luís Maria de Sousa – Rua de Gondarém 570, negociante, corda
Cunha, Alfredo A.
Cunha, Alfredo José da Silva
Cunha, Alfredo Pinto da
Cunha, Anastácio Dias da – Rua do Cimo do Muro 1, negociante, cereais
Cunha, António Augusto da Silva
Cunha, António da Silva – Rua de Stª Catarina 145, negociante, camisaria
Cunha, Arnaldo Dias da – Rua do Moreira 177, negociante, mercearia
Cunha, Augusto Martins da
Cunha, Bento José Pereira da – Rua Srª da Luz 243, proprietário, mercearia
Cunha, Emílio Dias da – Rua do Cimo de Vila 1, negociante, cereais
Cunha, Francisco Borges da – Rua da Reboleira 43, negociante, comissões e Consignações
Cunha, Francisco Moreira da
Cunha, Henrique José da – Rua da Boavista 551, capitalista
Cunha, Joaquim de Almeida – Rua de Miguel Bombarda 169, negociante, farmácia
Cunha, Joaquim Pacheco da

Cunha, José de Almeida
Cunha, José Júlio da Silva
Cunha, Rui de Brito – Rua Elias Garcia, negociante, minerais
Dagge, Arthur
Dagge, Henry
Delaforce, George H.
Delaforce, Henry – Rua do Campo Alegre 155, negociante, vinhos
Delaforce, Reginald
Dias, Alberto Pereira Malheiro – Rua de Cedofeita 447, negociante, seguros
Dias, Carlos Malheiro
Dias, Henrique Malheiro – Rua de Cedofeita 447, negociante, seguros
Dias, José de Sousa – Rua de Gonçalo Cristovão 216, negociante, fazendas
Dias, José Fernandes – Rua de Stª Catarina 429, proprietário, depósito de garrafas de vidro
Dias, José Joaquim Sousa
Dias, Júlio
Dias Júnior, José Augusto (*) – Rua do Castelo do Queijo, banqueiro, banca
Diez, Pablo
Duarte, João Teixeira – Rua Antero de Quental, tesoureiro, Câmara Municipal do Porto
Edelheim, Emílio – Rua Miguel Bombarda 125, negociante, comissões
Ehrhardt Júnior, Guilherme Frederico – Rua dos Caldeireiros 143, negociante, padaria
Espírito Santo, António Ferreira do – Rua de Serpa Pinto – Gaia, capitalista
Esteves, Domingos Vila Chã – Rua Duquesa de Bragança 617, negociante, Miudezas
Esteves, Francisco Xavier – Instituto Industrial, engenheiro, lente
Faria, António Leite de – Rua de Mousinho da Silveira 47, capitalista, seguros
Faria, Artur Leite de
Faria, Bernardino Leite de – Rua de Mousinho da Silveira 230, capitalista
Faria, Guilherme Machado Leite de
Faria, Joaquim de
Faria, Joaquim Leite de
Faria, José António de – Rua de Faria Guimarães 254, negociante, chá e café
Faria, José Cardoso de
Faria, José de Sousa – Rua do Cimo do Muro 89, despachante, ocial daalfândega
Faria, Rodolfo Andrade de – Rua das Liceiras 27, negociante, comissões
Felgueiras, Guilherme Joaquim
Félix, César Augusto – Rua da Torinha 275, negociante, fazendas
Fernandes, Domingos José – Boavista 549, industrial, tecidos de malha
Fernandes, João Henrique
Fernandes, Manuel Ribeiro – Rua Firmeza 62, capitalista, fiação
Fernandes Júnior, António
Ferraz, António José de Oliveira
Ferreira, António Luís – Rua de Belomonte 73, negociante, comissões
Ferreira, Domingos
Ferreira, Duarte de Sousa – Rua do Cimo de Vila 28, refinador, refinação de açúcar

Ferreira, Ernesto da Silva – Pçª de Carlos Alberto 2, negociante, confeitaria
Ferreira, Francisco – Pçª do Marquês de Pombal 240, negociante, drogaria
Ferreira, João José Lopes – Rua do Conde Ferreira 49, capitalista
Ferreira, João Moreira – Rua dos Bragas 41, negociante, cereais
Ferreira, Jorge de Viterbo
Ferreira, José Maria – Rua de Nova sintra 73
Ferreira, Manuel José – Avª da Boavista 840, negociante, confeitaria
Ferreira, Tomás Soares – Rua do Bonjardim 1071, negociante, comissões e Consignações
Feueheerd, Albert M.
Feueheerd, H. Lourenço – Rua do Castelo do Queijo 66, negociante, vinhos
Figueiredo, Adolfo – Rua das Valas 200, negociante, comissões
Figueiredo, Alberto Nunes de (*) – Rua do Castro, industrial, panificação
Figueiredo, António José de – Rua de S. João 106, negociante, mercearia
Figueiredo, João Ferreira de – Rua de Heliodoro Salgado 106, proprietário
Figueiredo, José Joaquim Ribeiro de
Figueiredo, José Maria Gomes – Rua da Nova Alfândega 12-2º, empregado comercial, vinhos
Figueiredo, Manuel de Almeida – Cais da Ribeira 32, negociante, mercearia
Figueirinhas, Alberto de Lima
Fleming, Rodrigo Martins – Rua do Godinho – Matosinhos, negociante, seguros
Flower, Frederick William – Avª da Boavista 1191, negociante, vinhos
Flower, Robert J.
Fonseca, Alfredo Augusto da
Fonseca, Alfredo da
Fonseca, António Luís da (*) – Carvalhosa 23, negociante, mercearia
Fonseca, Artur Barbosa da – Rua do Comércio do Porto 124, negociante, móveis
Fonseca, Avelino Cândido Pereira da – Rua Marechal Saldanha 800, negociante, Comissões
Fonseca, Humberto Perestrello Camacho da – Rua de Álvares Cabral, negociante, fazendas
Fonseca, Joaquim Frias da – Rua das Fontaínhas 133
Fonseca, Joaquim Pinto da – Rua da Regeneração 75, banqueiro, banca
Fonseca, José Júlio da – Rua do Barão de S. Cosme 20, negociante
Fonseca, José Moreira Pimenta da – Rua de Stº Ildefonso 429, industrial, fiação
Fonseca, Manuel Augusto – Rua da Alegria
Fonseca, Manuel Eleutério Pereira da – Avª de Carreiros 331, proprietário
Fonseca, Manuel Pinto da – Av. Messine 21 (Paris), banqueiro, banca
Fonseca, Pedro Maria da
Fonseca Júnior, João Pinto da
Fontes, Álvaro de Sousa (*)
Fontes, José de Sousa Machado
Formigal, Manuel Rodrigues – Rua do Crasto 350, negociante, moagens
Fox, Georges – Rua de Álvares Cabral 339, banqueiro, banca
Fraga, José Esteves – Rua do Godinho – Matosinhos, proprietário
Fragateiro, Óscar Ferreira da Silva
Freitas, António F. Domingues de – Granja, negociante, comissões

Freitas, António Pinto Dias de
Freitas, Manuel Alves de – Rua do Triunfo 316
Freixo, Acácio José Pereira
Furtado, Arnaldo
Furtado, Jacinto António Ferreira – Duque de Beja 19, negociante, seguros
Gama, Cristovão Lopes
Gama, Guilherme Dias Dantas da
Gaspar, Artur André – Rua de Álvares Cabral 245, industrial, chapéus de palha
Gasparinho, Franklin Ribeiro – Rua do Bonjardim 672, escriturário, banca
Gierow, Otto – Avª da República – Gaia, negociante, vinhos
Gilbert, Carl – Rua do Belomonte 39 – 1º
Gilbert, Carlos
Girão, António Teixeira de Vasconcelos – Edifício das Obras Públicas, engenheiro Civil, obras públicas
Glama, António Eduardo (*) – Rua de Álvares Cabral 384, negociante, comissões
Gomes, Ambrósio dos Santos – Rua da Nova Alfândega 13, negociante, barcos Para carga e dscarga
Gomes, Augusto de Oliveira
Gomes, A. P. Soares
Gomes, Manual Marques
Gomes Júnior, Augusto
Gonçalves, Francisco Honorato
Gonçalves, José Ferreira (*) – Rua Gonçalo Cristovão 264, negociante, passamanarias
Gonçalves, José Gaspar Ferreira
Gonçalves, Mário Artur
Gonçalves, Vasco
Gone, A . E.
Gotz, Anton – Rua da Índia 90, negociante, comissões
Gouveia, Alberto Rodrigues Aires de
Gouveia, Álvaro Rodrigues Aires de
Gouveia, José Joaquim – Rua Nova da Alfândega 80, proprietário, fornecedor de navios
Gouveia, João Pires
Graham, Gilbert M.
Grant, Honorius
Guedes, Agostinho de Sousa – Rua do Passeio Alegre 6, proprietário
Guedes, António Pereira
Guedes, Fernando
Guedes, Joaquim Augusto
Guedes, José Maria de Castro de Sousa – Rua so Passeio Alegre 232, empregado comercial
Guedes, Manuel Casimiro de Castro de Sousa
Guedes, Manuel Marques
Guedes, Miguel de Castro de Sousa
Guedes, Miguel de Sousa - A. Viela 64, negociante, vinhos
Guedes, Nicolau Marques – S. João 103, negociante, mercearia

Guedes, Patrocínio Marques
Guerreiro, Carlos – Rua do Vilar 60, escriturário, banca
Guimaraens, George P. – Rua Machado dos Santos – Gaia, negociante, vinhos
Guimarães, Abílio
Guimarães, Alfredo Ferreira Dias – Tvª da Avª da Boavista 60, industrial, Passamanarias
Guimarães, André Avelino Lopes – Boavista 533, capitalista
Guimarães, António Carvalho – Carreiros 75, negociante, negociante, fio de Algodão
Guimarães, António Maria da Rocha – Rua do Breyner 79, negociante, camisaria
Guimarães, Aristídes A. da Silva
Guimarães, Arnaldo Miranda – Rua da Igreja 55, industrial, alfaiataria
Guimarães, Bento Augusto da Costa – Rua de Antero Quental 179, capitalista
Guimarães, Domingos Ramos de Faria – Príncipe da Beira 300, corrector
Guimarães, Ezequiel da Silva – Lgº dos Lóios 79
Guimarães, Fernando da Rocha – Rua do Breyner 79, banqueiro, banca
Guimarães, Francisco de Sá Ferreira
Guimarães, João da Cunha
Guimarães, Joaquim Pinto de Castro – S. Jerónimo 207, proprietário
Guimarães, José da Silva – Rua Consº Veloso da Cruz 181 – Gaia, negociante, vinhos
Guimarães, José do Amaral
Guimarães, José Marques
Guimarães, Julião da Cunha Freitas
Guimarães, Luís Alberto de Faria – Rua de Stª Catarina 120, negociante
Guimarães, Manuel (*) – Rua Antero de Quental 173, negociante, lanifícios
Guimarães, Manuel Alves Pinto – Rua de Fernandes Tomás 128, industrial, Cortumes
Guimarães, Manuel Fogaça
Guimarães, Manuel Lopes Alves – Rua do Alamada 97, negociante, ferragens
Guimarães, Manuel Martins Ramos – Rua de Cedofeita 548, banqueiro, banca
Guimarães, Pedro Francisco Fladegate
Guimarães, Raul Monteiro (*) – Rua do Crasto 622, negociante, comissões
Hawkins, T. Harold
Hincks, Harry A.
Hitzemann, Johann – Rua do Molhe 145, negociante, máquinas agrícolas e industriais
Hofle, Adolfo – Rua Nova de S. Domingos 87, negociante, comissões e consignações
Holmes, Arthur Chesney
Ilharco, Norberto Zagalo
Jacobi, Nicolau Henrique – Rua de Oliveira Monteiro 311, negociante, vinhos
Jacome, José da Costa
Jennings, Hubert W. (*)
Jervell, Klaus St. (*) – Beco do Paço 12, negociante, agência de navegação
Jones, John Bywater
Jorge, António – Rua de Stª Catarina 1082, negociante, miudezas

Jorge, Manuel Maria – Rua de Costa Cabral 677, negociante, modas e confecções
Katzenstein, Edgar – Rua da Restauração 387, negociante, comissões e consignações
Katzenstein, Emílio – Avª da Boavista 1717, negociante, comissões e consignações
Katzenstein, Wilhelm – Rua da Restauração 387, negociante, comissões e consignações
Kendall, Albert Clarence – Rua do Monte 67, negociante, agência de navegação
Kendall, Alberto Chambers – Rua do Campo Alegre 491, negociante, navegação
Kendall, Artur de Carvalho
Kendall, Augusto
Kendall, Eduardo de Carvalho – Carreiros 96, negociante, comissões e Consignações
Kendall, Eduardo Neville – Rua do Triunfo 70, negociante, navegação
Kendall, Henrique Carlos de Meireles – Liberdade 1, negociante, comissões e Consignações
Klein, Pedro Hermano
Klein, Pedro Maria Carlos
Kolitzus, Hans
Lassen, Christian
Leão, António da Rocha – PÇª do Marquês de Pombal 103, negociante, vinhos
Leão, Francisco da Rocha – Rua da Carvalhosa 23, industrial, vinhos
Leão, José Henrique Pinto – Lgº da Arca de Água 140
Leão, Manuel Barbosa – Rua de 31 de Janeiro, negociante, chapéus
Leão, Ramiro Martins
Lehman, Gustavo
Leitão, Francisco Xavier de Sousa Pinto
Leitão, Olindo Mendes de Carvalho
Leite, António G. Correia
Leite, Casimiro de Castro Neves Pereira
Leite, Eduardo da Rocha
Leite, Gaspar Borges de Castro da Costa
Leite, Gervásio Pinto Ferreira
Leite, Guilherme Guimarães Correia – Rua do Rosário 227, empresário comercial, comissões
Leite, João Baptista – Rua de Belomonte 44, negociante, drogaria
Leite, João Pinto Ferreira
Leite, Joaquim Emílio Pinto – Rua do Campo Pequeno 13, banqueiro, banca
Leite, José de Sousa
Leite, Júlio Osório Pereira
Lello, Artur
Lello, Carlos Alberto de Magalhães
Lello, José Pinto de Sousa – Rua da Boavista 868, negociante, livros
Lemos, António Baptista Alves de – Rua das Valas 123, negociante, farmácia
Lemos, Henrique Augusto
Lemos, Manuel de – Rua de Camões 47, empregado, fiação de tecidos
Leuchner, Bemhard – Rua do Gama 32, agente de seguros, navegação
Leuchner, Luís

Lima, António Rodrigues de Araújo – Rua das Flores 281, negociante, miudezas
Lima, Artur José Rebelo de (*) – Rua do Cimo do Muro 41, despachante
Lima, Carlos Ferreira da Costa – Tvª do Coronel Pacheco 1, proprietário, banca
Lima, Eduardo Honório de – Rua de Cedofeita 401, proprietário, cortumes
Lima, Eugénio Adelino de
Lima, Francisco José Ferreira de (*)
Lima, Jacinto José Rebelo de
Lima, José Augusto da Silva – Rua de Cedofeita 200, negociante, móveis
Lima, José Cardoso Sampaio
Lima, José da Costa – Rua de Camões 173, industrial, moagens
Lima, José Monteiro de – Rua de Cedofeita 539, industrial, vinhos
Lima, José Rodrigues de Araújo
Lima, José Salles Sousa - A. Machado 38, empregado
Lima, Manuel Cruz da Costa – Pçª de D. Pedro 21, negociante, alfaiate
Lima, Matias Rodrigues de Araújo
Lima Júnior, João Baptista de – Monte 330, negociante, fazendas
Lind, George James – Rua do Golgotá 29, negociante, comissões
Lira, Domingos Alves Carneiro de Castro
Liz, António Roberto da Mota
Lobo, Albano Eduardo da Costa
Lobo, Eduardo de Lima – S. Jerónimo 122, negociante, comissões
Lopes, Alfredo Augusto – Avª da Boavista 240
Lopes, António Augusto
Lopes, António Maria
Lopes, António Simões – Avª Rodrigues de Freitas 106, proprietário, livraria
Lopes, Artur António
Lopes, Ernesto António – Rua de Álvares Cabral 259, negociante, comissões
Lopes, Mariano
Loureiro, Narciso Pinto
Loureiro Júnior, José Esteves
Lourenço, Américo A.
Lúcio Júnior, Manuel Maria
Lugan, Marcel
Lugan, Mathieu (*) – Rua de Vilar 60
Luizelo Júnior, José António
Macambira, Francisco
Macedo, Artur Andrade de
Macedo, Diogo Alberto de
Macedo, Jacome Fernandes Alves de – Pinheiro Manso, negociante, seguros
Macedo, Joaquim Ferreira de
Macedo, José de Carvalho
Macedo, Manuel João Pereira de – Rua de Pinto Bessa 646, negociante, miudezas
Macedo, Manuel José de – Rua de Mousinho da Silveira 86, cambista, banca
Macedo, Mário
Machado, Adão – Rua do Triunfo 314, negociante, camisaria
Machado, Augusto Mendes de Sousa
Machado, Guilherme

Machado, José Cardoso
Machado, José Femandes – Pçª do Marquês de Pombal, industrial, miudezas
Machado, Manuel de Sousa – Rua de Stº António 150, negociante
Machado, Manuel Joaquim Alves – Hotel Frankfort, capitalista
Machado, Octávio José – Edifício das Obras Públicas, empregado, obras públicas
Machado, Orlando dos Santos Romariz
Madureira, Alberto Macieira
Madureira, José Pinto
Magalhães, Alvaro Lambertini de – Avª de Serpa Pinto 300 – Espinho, negociante, comissões
Magalhães, António Jacinto Ribeiro de
Magalhães, António Joaquim Femandes
Magalhães, Augusto Antero de – Rua da Lameira de Cima 37, negociante
Magalhães, Augusto Nogueira de – Carreiros 68, negociante
Magalhães, Camilo Lambertini de
Magalhães, Domingos de – Rua de Costa Cabral 363, negociante, comissões
Magalhães, Hercules Lambertini de
Magalhães, João da Silva Fiúza de – Rua do Infante D. Henrique 27, industrial, refinação de açúcar
Magalhães, João Peixoto de – Malmerendas 108, comerciante
Magalhães, Joaquim José de Sousa – Rua da Alegria 391, proprietário
Magalhães, José Joaquim da Fonseca Correia de – Rua da Constituição 681, proprietário, seguros
Magalhães, Manuel Faria Ferreira de
Magalhães, Ramiro Lambertini (*) – Rua do Duque de Bragança 160, negociante, aguardente de vinho
Magalhães, Silvino Pinheiro de
Maia, Francisco Cardoso da Silva
Maia, José da Silva
Malheiros, Ricardo
Manhire, Sidney George
Marinho, António da Silva – Rua da Piedade 49, industrial, fazendas
Marinho, Diogo Teixeira (*) – Rua de Álvares Cabral 328, negociante, comissões
Marques, Agostinho Luís
Marques, Albino José – Rua de S. João 46, negociante, mercearia
Marques, José Domingues
Marques, José Joaquim Ferreira – Ribeira 18, negociante
Marques, José Maria
Martinho Júnior António Gonçalves
Martins, António Barbosa – Rua de Stª Isabel, banqueiro, banca
Martins, António Eugénio
Martins, Carlos Alberto
Martins, Jaime
Martins, Ilídio Almeida Cardoso
Martins, Manuel Cardoso
Martins, Manuel Carlos Lopes
Martins, Vitor Maria – Rua de Camões 140, capitalista, sabão

Mata, Francisco Napoleão da – Rua de Gonçalo Cristovão 254, agente comercial
Matos, Artur Gonçalves de
Matos, Augusto José de – Carreiros 739, negociante
Matos, Diogo Joaquim de
Matos, Fernando Gonçalves de (*)
Matos, Jorge Nunes de
McLean, Donald
McNaily, Joseph
Meireles, Álvaro de Azevedo – Praia 57, industrial, lanifícios
Melo, Albino Andrade – Rua do Mousinho da Silveira 234, negociante, relojoaria
Melo, António Teixeira de (*) – Rua do Infante D. Henrique 73, negociante, Mercearia
Melo, José António de Sá e
Mendes, José Pereira
Mendes, Mário
Mendonça, Carls de
Menéres, Alfredo da Fonseca – Avª Menéres – Matosinhos, capitalista
Menéres, Carlos Ferreira – Boavista 502, proprietário, vinhos
Menéres, Clemente (*) – Quinta da Avenida – Gaia, negociante, cortiça
Menéres, José da Fonseca
Meruja, Albano Alves
Mesquita, João Ribeiro de Faria
Milne, James Gordon
Miranda, Afonso Henrique de Almeida
Miranda, Artur Cupertino de
Miranda, Carlos Rodrigues de
Miranda, J. F. de Almeida – Rua de Stª Catarina 501, negociante, ourivesaria e joalharia
Monteiro, Alberto Moreira – Rua de Stª Catarina 577, industrial
Monteiro, Felisberto de Moura – Rua da Restauração 294, capitalista
Monteiro, Joaquim Pereira
Monteiro, José da Silva – Rua das Flores 135
Monteiro, Júlio de Moura
Monteiro, Luís dos Santos (*) – Pçª de Almeida Garrett 41, negociante
Monteiro, Serafim
Montenegro, António de Queirós
Montenegro, José
Morais, António José Gonçalves de – Rua da Cordoaria Velha 63, despachante
Morais, António Lopes de
Morais Júnior, António José Gonçalves de – Rua da Liberdade 6
Morais Júnior, Joaquim
Moreda, Arnaldo de Sousa (*) – Rua de S. Jerónimo 113, negociante, vinhos
Moreda, Artur de Sousa – Rua da Firmeza 24, negociante, vinhos
Moreira, Carlos Soares da Silva
Moreira, Fernando Pinto – Rua de Sá da Bandeira 218, negociante
Moreira, Joaquim Alves – Rua de Stª Catarina 1500, proprietário
Moreira, Joaquim Soares da Silva – Rua da Duquesa de Bragança 87, capitalista

Morgan, Alberto C. F.
Morgan, Augustus (*) – Rua do Campo Alegre 78, negociante, vinhos
Morgan, James
Mota, António Cerqueira do – Rua de Mousinho da Silveira 143-2º, negociante, drogaria
Mota, António Valeriano
Mota, Miguel de Sande Mexia Calheiros Vieira da
Moura, Isidoro da Fonseca – Rua das Oliveiras 4º, proprietário
Mourão, J.
Mourão, Júlio Bastos – Espinho, industrial, cerâmica
Mourão, Leopoldo José de Oliveira – Príncipe 126, proprietário
Moutinho, Alípio – Rua de Fernandes Tomás 223, negociante, comissões
Moutinho, Joaquim Ferreira – Rua de Fernandes Tomás 221, proprietário
Múase, António de Pádua Ferreiro – Lgº dos Lóios 92, negociante, fazendas
Neto, Leopoldo
Neves, José Bernardo Carlos das – Rua dos Mártires da Liberdade 16, negociante, chá e café
Neves, Ricardo de Sousa – Rua da Constituição 617, negociante, comissões
Newman, Robert L.
Niblett, Charles
Niepoort, Eduard Marius van der
Niepoort, Eduard van der – Rua de Oliveira Monteiro 70, vinhos
Nogueira, António Francisco – Rua da Alegria 265, industrial, sedas
Nogueira, Augusto Luís
Nogueira, João Pinto – Pçª de Carlos Alberto 114, negociante, fazendas
Nugent, Arthur G. – Rua do Comércio do Porto 124, negociante, móveis
Nunes, Artur Pinto
Nunes, Artur Pinto
Nunes, José
Olazabal, Ramon
Oliveira, Alberto Carlos de
Oliveira, Alberto Ferdinando Cogorno de – Rua Firmeza 78, industrial, refinaria de açúcar
Oliveira, Amândio de Sousa
Oliveira, António Augusto Cogorno de – Rua do Breyner 138, negociante, Comissões
Oliveira, António Joaquim de – Rua da Duquesa de Bragança 305, negociante, miudezas
Oliveira, António Júlio de Sousa – Rua da Murta 53
Oliveira, Artur de
Oliveira, César Augusto de – Avª da Boavista 304, negociante, miudezas
Oliveira, Guilherme Augusto Cogorno de
Oliveira, Henrique Alfredo Cogorno de – Rua da Boavista 68, negociante, comissões
Oliveira, Henrique Pereira de (*) – Malmerendas 213, negociante, passamanarias
Oliveira, João de Sousa
Oliveira, Joaquim Alves de – Rua da Restauração 429, negociante

Oliveira, Joaquim Mário de
Oliveira, José de Ascensão Sousa – Rua do Cimo do Muro 54, capitalista
Oliveira, José Duarte de – Campo dos Mártires da Pátria 52 – A, proprietário
Oliveira, Luís Firmino de – Rua do Duque da Terceira 292
Oliveira, Manuel Caetano de (*)
Oliveira, Manuel Cardoso da Costa
Oliveira, Manuel da Costa
Oliveira, Manuel Freire de
Oliveira, Manuel Joaquim de – Carvalhosa 129, negociante, fazendas
Oliveira, Rogério da Costa
Oliveira Júnior, António Martins – Rua do Túnel 70, negociante, ourivesaria
Oliveira Júnior, Francisco Fernandes de
Orey, Rui de Albuquerque d'
Ortigão, Francisco da Cunha Ramalho – Stª Isabel 56, negociante, comissões
Ortigão, Francisco Duarte Ramalho – Boavista 130, negociante, comissões
Osório, Alberto Paulo
Pacheco, Luís Custódio – Rua das Flores 131, negociante, mercearia
Padim, António Rodrigues – Rua do Bonjardim 622, proprietário
Page, Cecil
Pais, Carlos Alberto Marinho – Molhe, negociante
Pais, Carlos Moreira (*)
Pais, Irineu Augusto – Rua da Índia 9, negociante, fazendas
Pais, José Ramos
Paiva, Álvaro de
Paiva, Manuel Martins Moreira – Rua do Almada 372, negociante, candeeiros
Pamplona, José Rangel
Passos, Alfredo de Sá
Pedroso, Aurélio Baptista – Rua de Costa Cabral 739, fazendas
Peixoto, António Joaquim de Sá – Rua do Gama 42, negociante, mercearia
Peixoto, Armindo Avelino de Sousa
Peixoto, Artur Claro
Peixoto, Francisco de Gouveia - Pçª da Batalha 48, negociante, mercearia
Peixoto, Francisco Soares
Peixoto, Guilhermino
Peixoto, Mário Soares
Penha, José Marcelino de Almeida – Rua das Flores 50, negociante, vidros
Pereira, Alfredo – Rua da Duquesa de Bragança 122, negociante, miudezas
Pereira, António Joaquim Machado (*)
Pereira, Carlos Alberto de Vasconcelos
Pereira, Custódio da Rocha
Pereira, João Maria de Gouveia – Rua do Infante D. Henrique 23, negociante
Pereira, Joaquim José Dias
Pereira, José Maria de Gouveia – Rua de Fernandes Tomás 209, negociante
Pereira, Manuel Baptista – Rua de S. João 54, negociante, mercearia
Perfeito, J., C. Valente
Perfeito, João Rodrigues Valente – Rua de S. Pedro 75 – Gaia, industrial, tanoaria
Pestana, Manuel de Guimarães

Pheysey, Cecil A.
Pheysey, Herbert W. (*) – Avª da Boavista 1644, negociante, vinhos
Pimenta, Alfredo Luís de Fada
Pimenta, António da Silva – Rua do Molhe, professor
Pimenta, João Dias Alves – Rua do Barão de Nova Sintra 175, negociante, linhos
Pimenta, José da Silva – Rua de Passoa Manuel 203
Pimenta, José Dias Alves – Rua de Oliveira Monteiro 492, negociante, papelaria
Pimenta, José Óscar da Silva – Rua de passos Manuel 203, negociante, linhos
Pimenta, Luís de Araújo
Pimenta, Manuel Carneiro Alves – Rua do Príncipe 135, capitalista
Pimenta, Manuel Moreira Alves
Pimentel, Adolfo da Cunha – Príncipe 165
Pimentel, António de Sampaio
Pimentel, José de – Boavista 444, negociante, miudezas
Pinhanços Júnior, José Ferreira – Rua Mazorra 33, negociante, comissões
Pinheiro, João de Sousa – Rua de Passos Manuel 74, industrial, cerâmica
Pinheiro, José
Pinho, David José de – Laranjeiras 20, despachante
Pinho, José Rodrigues Pinto e – Rua do Almada 109, negociante, dinamite
Pinho, Alfredo Rodrigues
Pinto, Abel Martins – Rua da Liberdade, despachante
Pinto, Adriano Ramos – Avª da Boavista 752, negociante, vinhos
Pinto, Alexandre Alberto de Sousa
Pinto, Alexandre Amorim – Rua de Cedofeita 508, negociante, couros
Pinto, Amadeu Martins
Pinto, António de Araújo de Serpa – Rua de Fernandes Tomás 166, negociante, modas e confecções
Pinto, António Ramos (*) – Rua de S. Roque 1042, negociante, vinhos
Pinto, Augusto Maria
Pinto, Augusto Ribeiro
Pinto, Ernesto Leite Nogueira – Leça, negociante, automóveis
Pinto, Jerónimo Caldeira – Rua do Infante D. Henrique 35, negociante, mercearia
Pinto, Joaquim Ventura da Silva – Rua de Stª a Catarina 110
Pinto, José Caldeira – Rua do Cimo de Muro 64, negociante, mercearia
Pinto, José de Bessa – Rua da Torrinha 189, negociante
Pinto, Júlio Martins
Pinto, Manuel Pereira
Pinto, Raul Monteiro
Pinto, Raul Ramos
Pinto Júnior, António Monteiro – Rua de cedofeita 962, negociante, fazendas
Pinto Júnior, José Lopes
Ponsonby, Hugh
Porto, Luís de Vasconcelos
Porto, Manuel José da Cunha – Príncipe 171, empregado, comissões
Puls, Guilherme (*) – Rua da Liberdade 51, negociante, comissões
Queirós, José de Oliveira – Rua de Mousinho da Silveira 215, negociante, Mercearia

Queirós, José Luís de – Pçª do Marquês de Pombal 64, negociante, chá
Ramalho, Manuel de Lima
Ramos, Fernando
Ramos, João Carlos Vieira
Rangel, Joaquim
Rawes, Francis Curtis – Rua de Serralves 977, negociante, comissões e Consignações
Rawes, Glennie – Rua de Serralves 977, negociante, comissões e consignações
Rawes, Prescott
Rebelo, Arménio da Cunha – Avª Rodrigues de Freitas 178, negociante, mercearia
Reid, Robert – Rua do Barão de Nova Sintra – Quinta das Oliveiras, negociante, Vinhos
Reid, Ronald Whitley
Reis, António Fernandes (*)
Reis, Aurélio da Paz dos – Nova Sintra 125, negociante, sementes
Reis, Emílio da Silva
Reis, Guilherme C . da Cunha
Reis, José da Silva (*)
Reis, Lino da Cunha
Reis, Manuel Alves dos Reis
Ribeiro, Abílio de Magalhães
Ribeiro, Alfredo Correia
Ribeiro, José Joaquim Correia
Ribeiro, José Maria
Ribeiro, José Maria de Paiva – Rua da Cerca 36, corrector oficial da Bolsa do Porto
Ribeiro, José Maurício do Outeiro
Ribeiro, Pedro Inácio Alves
Rios, Avelino da Silva – Boavista 990, negociante, comissões
Rios, Luís Alves da Silva
Robertson, George Charles
Robertson, J. Bishop
Robertson, John – Rua do Vilar, negociante, vinhos
Robertson, Ralph
Rocha, Agostinho de Oliveira
Rocha, António Gama
Rocha, Zeferino
Rodrigues, Augusto
Rodrigues, Bernardino
Rodrigues, Henrique
Rodrigues, José Joaquim – Pçª D. Pedro 38, negociante, camisaria
Romano, Joaquim Ferreira de Almeida – Rua do Estevão 33, negociante, mercearia
Romano Júnior, Joaquim Ferreira de Almeida
Romariz, Augusto do Rocha – Rua do Marquês de Sá da Bandeira 72 – Gaia, Tabaco
Romariz, Joaquim da Rocha
Romariz Júnior, Augusto da Rocha
Romariz Sobrinho, Claudino da Rocha

Roope, Cabel – Rua da Pena, negociante, vinhos
Rosas, Alfredo Leite - Rua de Stª Isabel 19, negociante, comissões
Rosas, José (*) – Rua das Flores 245, negociante, ourivesaria
Rosas Júnior, José – Rua das Floes 245, negociante, ourivesaria
Ruela, Pedro José – Rua de S. Brás 205, empregado, lanifícios
Rumsey, Arthur
Rumsey, Lacy George
Sá, Álvaro Gomes de – Rua de Pinto Bessa 522, negociante, comissões
Sá, Bernardo Joaquim Moreira de – Rua do moreira 177, professor
Sá, Bernardo Valentim Moreira de – Rua Heróis de Chaves 244, professor
Sá, Carlos Alves de
Sá, Domingos Gonçalves de – Pçª da República 99, negociante, mercearia
Sá, Duarte Gonçalves de
Sá, Inácio Gomes de – Rua de Costa Cabral 956, capitalista
Sá, Inácio Lopes de – Rua de Mousinho da Silveira 32
Sá, José Domingues de
Sá, José Marques de
Sá, Manuel Rodrigues de Oliveira – Pçª Mousinho de Albuquerque 60, negociante, Cordoaria
Sá Júnior, Domingos Gonçalves de (*) – Pçª da República 99, negociante, Mercearia
Salema, João de Sande Calheiros Mexia
Salgado, Álvaro
Salgueiro, Arnaldo
Samagaio, António José Gomes – Rua da Torrinha 120, industrial, têxteis
Sampaio, Francisco Pereira de
Sandeman, Alberto George – Gaia
Santiago, José Dias
Santos, Alfredo Aníbal Pais Moreira dos
Santos, Antero dos
Santos, António Pinto dos
Santos, Artur Correia dos
Santos, Carlos Alberto dos – Rua do Ouro 255, negociante, comissões
Santos, David Ribeiro dos – Aldeia do Candal – Gaia
Santos, Fernando Pinto dos
Santos, Francisco Augusto Ribeiro dos
Santos, Joaquim Dias dos
Santos, José de Sousa – Rua do Campo Alegre 938, industrial, fundição
Santos, Leopoldo Augusto dos
Santos, Raul Leopoldo dos
Santos Júnior, António Gomes dos – Rua do Breyner 192, negociante
Santos Júnior, António Pinto dos – Conde 7, negociante, vinhos
Santos Júnior, António Tomás dos – Avª da Boavista 1278, negociante, comissões
Santos Júnior, João Eduardo dos – Stª Isabel 45, negociante, vinhos
Saraiva, José Machado Pinto – Rua Firmeza 20, negociante, seguros
Sarmento, Manuel Botelho Pimentel
Sarmento, Bento Gomes de Morais

Sarsfield, Guilherme
Schneuer, John
Seabra, Aloísio A . de – Stª Isabel 62, negociante, comissões e consignações
Seixas, Diogo Maria da Costa
Sellers, Frederick William – Rua da Pena, banca
Silva, Adriano Pereira da – Rua de Cedofeita 310
Silva, Afonso Shaw da Mota e
Silva, Alfredo Alberto Pinto de Castro e – Rua de Cedofeita 165, capitalista
Silva, Alfredo José da – Captiivo 1, proprietário
Silva, Álvaro da – Rua D. Pedro 190, negociante, fazendas
Silva, Amândio
Silva, Antero Ferreira de Araújo e (*) – Rua de Gonçalo Cristovão 2, negociante
Silva, António Augusto da
Silva, António de Albergaria Castro e (*) – Cordoaria Velha 65
Silva, António de Jesus e – Lgº dos Lóios, negociante, camisaria
Silva, Arnaldo Urbano da – Rua de Stº Ildefonso 447
Silva, Augusto Spratley Pinto da – Rua de Santos Reis, negociante, comissões
Silva, Cândido Ribeiro da – Rua de Stª Catarina 303, negociante, lanifícios
Silva, Cristiano Augusto da
Silva, Francisco Ferreira da – Rua do Bonjardim 1061
Silva, Francisco José Agostinho da
Silva, Francisco Pinheiro da – Rua de Cedofeita 960
Silva, Guilherme Gomes da
Silva, Jaime Teixeira da Mota e
Silva, João Peixoto de Oliveira e – Rua do Ameal 108, empregado, seguros
Silva, Joaquim Ferreira da – Pçª do Coronel Pacheco 64, negociante, chá e café
Silva, José da Mota e – Rua de Malmerendas 63, proprietário
Silva, José Pinheiro da – Rua do Breyner 57, proprietário
Silva, Júlio Ferreira dos Santos – Rua do Rosário 162, proprietário
Silva, Manuel Duarte de Guimarães Pestana da – Rua da Srª da Luz 333, engenheiro, vinhos
Silva, Tomás Arménio da
Silva Júnior, António José da – Rua do Almada 150, negociante, confeitaria
Silva Júnior, Álvaro de Oliveira e
Simões, Eduardo de Moura
Smart, James D.
Soares, António Gualberto – Rua de Antero de Quental 189, proprietário
Soares, Carlos Alberto Vieira – Avª Rodrigues de Freitas 387, negociante, Comissões
Soares, Domingos de Almeida
Soares, Francisco Estevão
Soares, João Pinto – Tvª de Cedofeita, negociante, mercearia
Soares, Manuel Alves – Rua de S. João 36, empregado, mercearia
Soares, Rogério
Sobrinho, José de Oliveira Queirós
Sousa, Álvaro José de
Sousa, Aníbal Augusto de – Rua de Sá da Bandeira 27, negociante, louças e

Cristais

Sousa, António da Silva e – Rua do Campo Lindo 209
Sousa, António Nunes de – Rua de S. João 46
Sousa, Delfim Alves de
Sousa, Estevão José de
Sousa, Henrique Ferreira de
Sousa, João Joaquim de – Rua de S. João 89, negociante, bacalhau
Sousa, Júlio Pinto de
Spratley, António – Rua do Príncipe 162, despachante
Spratley, Henrique – Avª de Massarelos 123
Spratley, Ricardo (*)
Stewart, Robert
Stranding, Arthur H.
Street, Percy Mílier – Esplanada da Foz 44, negociante, comissões
Stuve, Arthur
Stuve, W. H. – Rua do infante D. Henrique 75
Sul, José do
Symington, Andrew James
Symington, Maurice
Tait, Alfred W. (*)
Tait, Charles C. (*) – Rua da Índia 202, negociante, vinhos
Tait, Geoffrey Murat
Tait, William Alfred – Rua de Entre Quintas 155, agente de navegação
Tait, Wílliam Chaster – Rua de Entre Quintas 155, agente de navegação
Taylor, Alexandre Davidson – Quinta da Capela, Candal – Gaia, negociante, vinhos
Teague Júnior, John Land – Rua Fonte da Moura, negociante, vinhos
Teixeira, Alberto Nunes – Rua de Antero Quental 585, negociante, seguros
Teixeira, Amândio de Jesus – Rua de Costa Cabral 341, negociante, comissões
Teixeira, Belmiro Soares da Silva
Teixeira, Francisco Paulos – Rua de S. João 81, negociante, mercearia
Teixeira, Henrique Dias – Gondarém, negociante, automóveis
Teixeira, Joaquim da Cunha
Teixeira, José da Cunha
Teixeira, José Pinto – Rua de Álvares Cabral 301, negociante, mercearia
Teixeira, Ricardo do Vale
Teixeira, Silvestre Dias – Rua das Flores 322, industrial, alfaiataria
Teixeira Júnior, António Soares da Silva (*) – Rua das Fontainhas 81, industrial
Thieux, Alexandre A.
Thumann, Henrique – Quinta Marion – Rua de Oliveira Monteiro, negociante,

Algodão

Torrado, Manuel Nunes (*)
Torres, Félix Fernandes – Monte, engenheiro civil
Torres, José Pinto – Rua da Bandeirinha 30, negociante, comissões
Troviscal, Joaqui Ferreira – Rua de Álvares Cabral 372, negociante, comissões
Turner, Fracis de Mierre – Rua da Alegria 35, engenheiro civil
Vale, Adelino Pereira do – Rua de Fernandes Tomás 41, negociante, fazendas
Vale, Cândido José Dias – Rua do Godim 9

Vale, Fernando de Beires – Tvª das Laranjeiras 19, proprietário
Vale, Joaquim Fernandes da Costa
Vale, Ricardo do (*) – Rua do Duque da Terceira 304, negociante, fazendas
Vale de Rica, Conde de
Valente, Álvaro Rebelo – Pça da Liberdade 49, proprietário
Valente, António Manuel Rosa
Valente, António Vasco Rebelo – Rua de Álvares Cabral 371, negociante, livros
Valente, Henrique Lopes
Valente, José Augusto de Pinho
Vasconcelos, Alberto Carneiro de
Vasconcelos, Alfredo Carneiro de – Rua de S. João 111, negociante, mercearia
Vasconcelos, António de – Boavista 1134, negociante
Vasconcelos, Calos Carneiro de – Rua de S. João 105, negociante, sementes
Vasconcelos, Francisco dos Santos Pereira de
Vasconcelos, Irineu de – Rua de S. joão 166, negociante, mercearia
Vasconcelos, Manuel Vieira de
Vasconcelos, Sebastião dos Santos Pereira de
Veloso Júnir, José Maria Queirós
Vieira, Jos Maria Soares
Vilaça, Licínio de Faria
Vilaça, Manuel António de Faria – Rua de Stª Catarina 706, negociante, comissões
Villares, Elias de Andrade – Rua Formosa 343, negociante
Villares, Luís de Andrade (*) – Rua das Malmerendas 65, negociante
Vizella, Conde de – Príncipe 201, capitalista
Wald, G. – Rua das Pirâmides, industrial, vidro
Walker, John Franklin
Wall, Archibald James
Wall, Sidney
Wandschneider, Adolfo G. – Rua da Alegria 639, negociante, comissões e Consignações
Wandschneider, Guilherme Augusto – António Cardoso, negociante, comissões
Warre, George Acheson – Rua do Campo Alegre 85, negociante, vinhos
Warre, John Henry – Rua do Campo Alegre 85, negociante, vinhos
Wright, William F.
Xavier, José Inácio
Xavier, Júlio Inácio
Yates, James A.
Yeatman, Frank P. S.
Yeatman, H. 0.

(*) Sócios que participaram nas diferentes Direcções da Associação Comercial do Porto.

Anexo 2 - Os políticos na Associação Comercial do Porto

Câmara do Porto

1907 - 1910

- Antero Ferreira de Araújo
- António da Silva Cunha
- Augusto Pereira da Costa
- Bernardino Carlos de Azevedo Vareta
- Francisco Xavier Esteves[196]

1911 (Comissão Administrativa nomeada em 16/1/1911)

- Francisco Xavier Esteves (Presidente)
- Francisco Napoleão da Mata
- Henrique Pereira de Oliveira
- Alfredo Pereira

1914

- Henrique Pereira de Oliveira (Presidente)
- João Dias Alves Pimenta

1918 (Comissão Administrativa nomeada em 15/8)

- José esteves Fraga

1919 (Comissão Administrativa nomeada em 24/1)

[196] Francisco Xavier Esteves fez parte de governos republicanos, em 1918, ocupando os cargos de ministro dos Estrangeiros e das Finanças.
Cf. Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, op. cit.

- José Esteves Fraga
- Eduardo Pinheiro da Mota Coelho
- Alfredo Carneiro de Vasconcelos

Vereação de 1919 (eleita em 25 /8)

- Aurélio da Paz dos Reis
- Manuel Alves Soares
- Francisco Henrique Castanheiro (2º vice –secretário)

Comissão Executiva

- Aurélio da Paz dos Reis

1920

- Aurélio da Paz dos Reis

1921

- Aurélio da Paz dos Reis

1922

- Aurélio da Paz dos Reis

1926 (Câmara eleita)

- Delfim Pereira da Costa

Anexo 3 – Os Sócios do Teatro de S. João [197]

- Adolfo da Cunha Pimentel (A.C.P.)
- Alberto Nunes de Figueiredo (A.C.P.) - industrial
- Álvaro de Vasconcelos - advogado
- António da Silva Cunha (A.C.P.) - negociante
- António da Silva Marinho (A.C.P.) - industrial
- António Joaquim Machado Pereira (A.C.P.)
- António Pedro Augusto da Costa (A.C.P.) - proprietário
- Arnaldo de Sousa Moreda (A.C.P.) - negociante
- Bento de Sousa Carqueja – lente substituto da Academia
- Eduardo Honório de Lima (A.C.P.) - proprietário
- Ezequiel Ribeiro Vieira de Castro
- Joãp Baptista de Lima Júnior (A.C.P.) - negociante
- João Gomes do Espírito Santo – major de artilheria
- José de Oliveira Basto
- Manuel Reis (A.C.P.) - ourives
- Pedro Mariani Pinto
- Ricardo Pinto da Costa Bartól - médico

[197] A. D. P., Po4, livros 816, pp. 97 e segs., e 817, pp. 1 e segs.

Anexo 4 – Teatro de S. João - Os corpos gerentes eleitos para o primeiro triénio (1915-1918).

Assembleia Geral:

- **Presidente** – Dr. Adolfo da Cunha Pimentel;
- **Vice-presidente** – Bento de Sousa Carqueja;
- **Primeiro secretário** – Arnaldo de Sousa Moreda;
- **Segundo secretário** – Pedro Mariani Pinto;

Conselho de Administração :

- **Efectivos** – António da Silva Cunha, Joaquim Machado Pereira, Alberto Nunes de Figueiredo.
- **Substitutos** – António Pedro Augusto da Costa, Dr. Ricardo Pinto da Costa Bartól, Dr. Álvaro de Vasconcelos.

Conselho fiscal:

- **Efectivos** – António da Silva Marinho, Eduardo Honório de Lima, João Gomes do Espírito Santo.

  Substitutos – Ezequiel Ribeiro Vieira de Castro, Manuel Reis, José de Oliveira Basto.

Anexo 5 – Os Sócios do Palácio de Cristal (1861)[198]

- Adelino Alberto de Lima Carvalho (A.C.P.) - negociante
- António Tomás dos Santos Júnior (A.C.P.) - negociante
- César Augusto Ramos de Carvalho
- José Augusto Dias
- Manuel Alves Duarte Reis (A.C.P.)
- Manuel Pinto da Fonseca (A.C.P.) - banqueiro
- Romualdo Fernandes de Torres

[198] Cf. *O Tripeiro*, de 18 de Novembro de 1910, 1ª série, pp. 229.

Anexo 6 – Os corpos gerentes eleitos para a primeira direcção do Palácio de Cristal (1861)[199]

Presidente da Reunião - Guilherme Augusto Machado Pereira

Secretário da Reunião - Eduardo Chamiço

Secretário da Reunião - Alfredo Allen

Eleição da Direcção e Conselho Fiscal :

Direcção:

- Alfredo Allen
- Francisco de Oliveira Chamiço
- Francisco Pinto Bessa

Substitutos:

- António Bernardo Ferreira
- Eduardo Chamiço
- António José do Nascimento Leão

Conselho Fiscal:

- Visconde da Trindade
- José Joaquim Pereira Lima
- José Frutioso Aires de Gouveia Osório

[199] Cf. fonte, op. cit.

Anexo 7- Os sócios fundadores do Orpheon Portuense (1891)[200]

- Adriano Ramos Pinto (A.C.P.) - negociante
- Alfredo de Azevedo Lima
- Álvaro Leão Baptista Dias
- Augusto Antero de Magalhães (A.C.P.)
- Bernardo Valentim Moreira de Sá (A.C.P.) - professor
- Eduardo António Moreira
- Eduardo Honório de Lima (A.C.P.) - negociante
- Ernesto da Silva Maia – professor de música
- Francisco de Paula Albano da Silveira Pinto
- Guilherme Augusto de Faria – sub-chefe das repartições da Santa Casa da Misericórdia
- Henrique Carlos de Meirelles Kendall (A.C.P.) - negociante
- Irineu Augusto Pais (A.C.P.) - negociante
- Justino Moniz
- Manuel Vaz de Miranda – contador do 4ª cartório da Relação do Porto
- Marcos Archer
- Miguel Artur Gonçalves - negociante
- Querubim Lagoa - paleografo
- Ricardo do Vale (A.C.P.) - negociante

[200] Cf. *In Memoriam de Bernardo Valentim Moreira de Sá.*

Anexo 8 - Artistas que entre 1881 e 1911 actuaram no Porto por iniciativa do Orpheon Portuense[201]

- Arbós, Galvez e Rubio (7 de Maio de 1890);
- Kaschmann (14 de Abril 1893);
- Vianna da Motta (6 de Novembro de 1893);
- Clément (23 de Março de 1901);
- os célebres concertos de Ida Ekman (14 de Fevereiro de 1903 e 2 de Março de 1904);
- André Hekking (10 de Dezembro de 1903);
- Thibaud e André Hekking (29 de Novembro de 1905);
- Jeanne Raunnay (22 de Março 1907);
- Crickboom (29 de Abril de 1907);
- Henriette Renié (2 de Dezembro de 1907);
- Maria Antoinette Aussenac (4 de Março de 1908);
- Suzanne Cesbron (18 e 20 de Maio de 1908);
- Caponsacchi (28 e 30 de Novembro de 1908);
- Demellier (9 de Dezembro de 1908);
- Mendels (18 de Janeiro de 1909);
- Povla Frisch (17 e 19 de Abril de 1909);
- Panis (20 e 22 de Novembro de 1909);
- Harold Bauer (1 de Dezembro de 1909);
- Plamondon (2 e 4 de Abril de 1910);
- Suzanne Cesbron e Gashne (16 de Dezembro de 910);
- Quarteto Lejeune (20 e 22 de Dezembro de 1910);
- Jan Reder (1 e 3 de Março de 1911).

[201] Cf. *In Memoriam...*

Anexo 9 - Diversas opiniões sobre a pessoa e a obra de Moreira de Sá.[202]

Descrito como um " homem franzino, delicado, de pequena estatura – e rijo como aço ", a admiração dedicada a este homem pelos intelectuais seus contemporâneos está bem patente nas palavras de Júlio Brandão, as quais passamos a transcrever: "... O Sr. Moreira de Sá não é novo; todavia possui a agilidade física e mental dum rapaz, sem falarmos agora nas cintilações do seu espírito tão ricamente facetado, em cujas modalidades mais variadas temos sempre de o admirar. Artista notável, pedagogo ilustre, crítico arguto – o autor da " História da Música " é um polígrafo infatigável, que deve deixar boquiaberta a legião inumerável dos mandriões nacionais. Não lhe são alheios certos ramos de ciências, e não é apenas a música que o domina: as belas-artes são-lhe familiares; são-lhe familiares várias línguas. Não sofrem desânimos as curiosidades do seu espírito. Como Boyer, aprenderia alemão para ler o " Fausto " e inglês para traduzir Shakespeare.

... A grandeza da sua figura artística moral e intelectual avulta mais ainda, se é possível, depois da sua morte. Sentimos cada vez mais a sua falta neste torvelinho vertiginoso da vida contemporânea, que parece apostada em dar cabo de quase tudo o que sela belo e nobre. Há homens assim, cuja memória benéfica se alonga nas perspectivas do tempo. É como os altos cedros, cuja sombra se estira, à luz crepuscular, pelas áleas imensas da floresta...

...

[202] Cf. *In Memoriam...*, e *António Arroyo, op cit.*

O Porto deve-lhe inúmeros serviços, como lhos deve o País. A sua grande inteligência era duma liberalidade prodigiosa. O excelso artista não pertencia àquele grupo de avaros, que entesoiram e guardam, como Schylok. Foi um extraordinário mestre, um conferente e um publicista com quem todos aprenderam. Encantou-nos e ensinou-nos.

A mãos plenas espalhou o seu saber, que era enorme, como quem espalha abundantemente pedras preciosas neste mar sussurrante de cépticos e ineptos. E, se o seu espírito era fúlgido, a sua alma era duma incomparável beleza, duma nobreza que hoje parece perdida... Sempre a sua bondade floriu maravilhosamente! Por isso, todos os que o conheceram o amaram! E não será essa, afinal, a maior glória da vida? "[203]

Por seu lado, António Carneiro refere: " Tenho pelo nome memorável de Moreira de Sá o mais fervoroso culto.

Conheci-o, e venerei-o:- pelos seus vastos e profundos conhecimentos em todos os ramos do Saber, como pela requintada sensibilidade, que fizeram dele simultaneamente um homem de Ciência e um artista – ambos eminentes. (...)[204]

Afonso Lopes Vieira dedica-lhe estas palavras: " Moreira de Sá, músico, professor, escritor, homem de acção, conta-se entre os portugueses beneméritos que contribuíram para *enfeitar por dentro* – como dizia Montaigne, - os espíritos de um país onde imperam tantos factores de deseducação pública. (...)[205]

A sua obra, tal como a sua vida estarão para sempre ligadas à História da Cidade do Porto, pois foi aqui que ele viveu a maior parte da sua vida, que ele desenvolveu o seu trabalho, formou a sua família, conviveu com os seus amigos.

---

[203] In Memoriam,pp.89 a 93.
[204] In Memoriam, pp.149.
[205] In Memoriam, pp. 57.

Guilhermina Suggia, não deixa de salientar este aspecto ao escrever." Presto a minha homenagem à memória do notabilíssimo musicólogo que foi Bernardo Valentim Moreira de Sá, espírito de excepcional cultura enciclopédica, dedicando todo o seu esforço para bem instruir a geração do seu tempo e que pelas virtudes do seu carácter conquistou a justa admiração dos que privaram com ele e ainda, mais além, de todos que ainda hoje beneficiam da sua obra erudita e perdurável para a elevação do meio musical Portuense. "[206]

Quanto a esta faceta de Moreira de Sá são as seguintes as palavras de Wilhelm Backhaus: " ... O que ele fez pela cultura musical da cidade do Porto é a obra gloriosa de uma magnífica, intensa vida de trabalho, uma inspiração para todos aqueles que a acompanharam e um luminoso exemplo para as gerações vindouras. ... "[207]

Os Concertos Populares a Grande Orquestra[208]

Entre os nomes dos músicos que participavam nesta orquestra, podemos observar alguns dos mais directos colaboradores de Moreira de Sá como, por exemplo, Henrique Ferraz Carneiro, Raimundo de Macedo ou Joaquim Casella, assim como músicos bem conhecidos do público em geral e entre os quais destacamos, Alfredo Maia, Xisto Lopes, Carlos Alberto Quilez ou Augusto Suggia.[209]

---

[206] In Memoriam, pp. 17.
[207] In Memoriam, pp. 26.
[208] Sá, Bernardo Valentim Moreira de, *Associação de Concertos Populares A Grande Orquestra,* Casa Moreira de Sá, Porto, s/d.
[209] Augusto Jorge de Medim Suggia, conceituado violoncelista, natural de Lisboa, era pai da célebre Guilhermina Suggia.

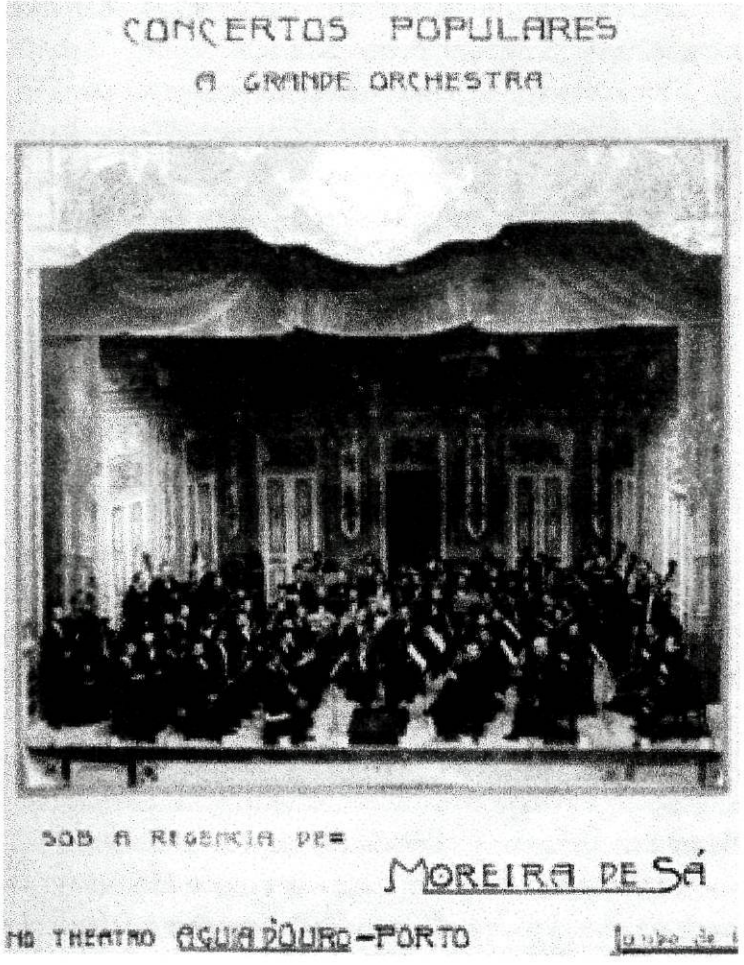

fig. 16 - Capa de um programa da Sociedade de Concertos Populares "A Grande Orquestra"

1º CONCERTO – DOMINGO 10 DE JUNHO

PROGRAMA

1ª Parte

Beethoven – 1ª Sinfonia

I Adagio molto – Allegro com brio

II Andante cantabile com moto

III Menuetto

IV Final

2ª Parte

Mendelssohn – Abertura do Sonho d'uma noite de Verão.

Borodine – Cena nos Desertos da Ásia Central.

" No silêncio das estepes arenosas da Ásia central soa o estribilho d' uma canção russa. Ouve - se depois um dos cantos melancólicos d o Oriente e o passo dos cavalos e dos camelos que se avizinham. Uma caravana atravessa o imenso deserto; os cantos dos russos e os dos indígenas confundem-se na mesma harmonia e,pouco a pouco, vão-se perdendo ao longe."

Sinding – Dança oriental. Peça de piano, orquestrada por Moreira de Sá.

Wagner – Prelúdio do 3º Acto do Lohengrin.

Notícia de *O Campeão* de 10 de Junho de 1900:

" **Concertos populares** - Os professores d' orquestra, constituídos em sociedade, vão iniciar no Porto os concertos populares de música sinfónica, quer deizer, a grande orquestra, já tanto em voga e tão profundamente radicados em centros intelectuais e artísticos mais avantajados do que o nosso.

Os professores associados solicitaram a direcção competentíssima do sr. Moreira de Sá, espírito absolutamente superior pelo seu amor da arte e pelo afinco com que se devota ao seu máximo desenvolvimento e esplendor nesta nossa terra. O eminente professor acedeu gostosamente ao convite dos seus companheiros. E tanto mais gostosamente quanto é certo que dos concertos orquestrais que vão iniciar-se resultará, se forem seguidos, como é de desejar, elevar-se o nível da educação do bom gosto, base de todo o progresso artístico.

Está anunciado para hoje, de tarde, no Teatro Águia de Ouro, o primeiro concerto."

Dois dias depois, *O Comércio do Porto*, publicava a seguinte notícia, reportando-se ao concerto do dia anterior:" **Concertos populares** – A iniciativa de Moreira de Sá no movimento musical que há tempos se vem aí sinceramente afirmando, é prodigiosa e benemérita. Merecia já que a influência particular a impulsionasse e que a acção oficial sistematicamente a vigorizasse também, oferecendo garantias aos artistas, fundando institutos onde se criassem bons executantes e apreciáveis compositores cuja falta se está tornando sensível.

Sugeriu-nos estas passageiras considerações o concerto de obras sinfónicas realizado anteontem no Teatro Águia de Ouro e promovido por Moreira de Sá com o concurso da maioria dos professores de orquestra. Esta primeira tentativa afigurou-se-nos auspiciosa debaixo de todos os pontos de vista.

As peças de Beethoven tiveram cuidada execução, alcançando um verdadeiro triunfoa ouverture do " Sonho de uma noite de Verão", de Mendelssohn. A peça de Borodine " Cena nos desertos da Ásia Central", impressionou excelentemente pela originalidade e pelos efeitos musicais, agradando também muito a "Dança oriental", de Sinding, orquestrada por Moreira de Sá.

Rematou o programa o prelúdio do 3º acto do "Lohengrin", que a orquestra repetiu a pedido dos espectadores.

A impressão geral foi das melhores, mercê dos esforços que todos os professores empregaram para dar o maior relevo e brilhantismo às peças que executaram. Quanto à regência de Moreira de Sá, foi das mais conscienciosas e justas.

O público aplaudiu calorosamente cada um dos números do programa, animando assim quem tanto se afadiga pelo desenvolvimento da arte musical."

Quanto ao Jornal *O Século*, de Lisboa, escreveram-se as seguintes palavras ainda no dia 10:" **Concertos populares -** Foram inaugurados hoje, no Teatro Águia de Ouro, os concertos populares organizados sob a direcção do distintíssimo professor Moreira de Sá. Foi muito auspicioso o primeiro concerto, havendo grande concorrência e fartos aplausos."

N'*A Província*, as palavras são as seguintes:" **Concertos populares de música sinfónica** – Tivemos ontem no Porto o primeiro dos anunciados concertos populares, facto este digno de nota nos últimos tempos, visto que se tratava de uma novidade tentada entre nós por diversas vezes, mas, por indiferença do público, morta logo ao nascer. Não conseguimos até à última hora disfarçar o nosso natural estado de dúvida àcerca sempre da mesma indiferença pública e isto talvez com certa razão de ser. Porém, enganámo-nos desta vez e enganámo-nos muito. O público concorreu em crescido número, deixando-nos absolutamente maravilhados. Dir-se-ia que esta impressão se estendia até ao próprio público, porque logo à entrada todos olhavam uns para os outros, ao princípio com desconfiança, e depois com certa expressão de assombro.

(...)

Hoje falaremos em primeiro lugar do público , de todo o ponto digno de nota pela sua atenção, pelo religioso silêncio com que escutou e pelas francas demonstrações de entusiasmo com que palmeou os nossos distintos músicos, classe esta que desde ontem começou a evidenciar uma superior boa vontade ligada ao natural desejo de se instruir, desejo que mais tarde se tornará em avidez de conhecer e estudar, para assim interpretar todas as obras notáveis que se tem produzido universalmente e que constituem uma necessidade espiritual entre a gente culta e inteligente.

De há muito que observávamos com tristeza a desunião que reinava entre esta classe e a má vontade da maioria do nosso público olhando-a; e era necessário ver duma vez acabada esta miserável situação. Os músicos do Porto têm direito ao respeito de toda a gente, mormente de ora em diante, pois não hesitaram em se sacrificar todos com a mais bizarra boa vontade e até – porque é preciso que todos o saibam – eles se achavam dispostos a pagar do seu bolsinho, se assim fosse preciso, as despesas que houvesse, caso o público não concorresse como tão inteligentemente o fez.

Tudo isto denota que entre nós se trabalha com afinco e inteligência e quando assim é – porque o público parece observar agora – todas as tentativas são coroadas de êxito.

A todos os músicos que constituem a nova orquestra levamos a expressão da nossa admiração, a mais profunda, e desejamos-lhes com entusiasmo a continuação da sua dedicação em favor da sua e nossa tão grande e nobre arte. Quanto ao seu director, propositadamente o deixamos para o fim para lhe significar que nos não passa despercebido o seu estudo e competência. A continuação da sua direcção vai tentar ainda uma forma nova do seu talento e impô-lo como merece à consagração universal."

Alguns dias mais tarde, um outro jornal do Porto, *O Primeiro de Janeiro*, refere-se ainda a este concerto da seguinte maneira: "**Concertos populares** – Auspiciosa estreia, Domingo, no Teatro Águia de Ouro, da Associação musical de concertos populares a grande orquestra sob a regência de Moreira de Sá.

Não se encheu completamente o teatro, nem isso se esperava. Mas esplendiam nos camarotes algumas das nossas formosas senhoras, imprimindo ao recinto um cunho de alta distinção e de festa. Na sala estavam largamente representadas as diversas categorias de intelectuais, almas de élite que não respiram amplamente se não se lhes proporciona um largo ambiente de arte pura, de sonho e de ideal.

Delas havia muitas, decerto, que travavam pela primeira vez relações com um mundo desconhecido de belezas imortais. A impressão de gozo, peregrino, inefável, novo em folha, traduziu-se no *crescendo* de entusiasmo com que a sala aplaudiu estrondosamente cada uma das peças do programa e os seus distintíssimos executantes.

Digamos já que esse programa foi escolhido com superior critério entre as belíssimas composições dos maiores génios da música. Nem abstruso, que fosse incompreensível à grande maioria dos assistentes, nem tão eriçado de dificuldades técnicas que se tornasse embaraçoso a professores que, sendo aliás distintos e hábeis, sem dúvida alguma, não podem contudo vangloriar-se de possuir todos os segredos da pura arte clássica que ora começam, porfiosa e inteligentemente, a cultivar.

Sem tempo nem espaço para uma análise, ligeira que seja, de cada uma das peças, diremos, de um modo geral, que foram interpretadas com correcção, elegante severidade, largueza e segurança de conjunto. Alguma vez seria para desejar um poucochinho mais de leveza, de colorido e de graça, que vale o mesmo que dizer-se uma nítida compreensão do género de cada peça e do estilo de cada autor.

Mas lá se chegará, estamos certos, mediante a boa vontade e o estudo que em todos se patenteou vitoriosamente, e mediante a sábia direcção que sabe imprimir-lhes a batuta do ilustre professor Moreira de Sá.

Aquilo que domingo se exibiu no Teatro Águia de Ouro significa muita dificuldade vencida, muito trabalho e muito esforço felizmente coroado. E o público, que assistiu visivelmente jubiloso a uma das supremas manifestações a que pode altear-se, num meio civilizado, a mais bela das belas artes, deu o melhor documento de que sabia ouvir e apreciar."

A *Voz Pública* do dia 12 de Junho, por sua vez , descreve o acontecimento da seguinte forma: "**Concertos populares** – Consoante fora anunciado, realizou-se anteontem, às 2 horas da tarde, o primeiro dos

concertos populares promovidos pelos professores de orquestra desta cidade, sob a regência de Moreira de Sá.

O programa foi executado inteira e brilhantemente.

A novidade do dia era um trecho de Borodine, Cena nos Desertos da Ásia Central.

Todos os executantes foram aplaudidíssimos tanto neste número como nos outros, em que havia quatro composições do imortal Beethoven, uma de Mendelssohn, o prelúdio do 3º acto do Lohengrin, que foi bisado e uma Dança oriental, de Sinding, para piano, que fora orquestrada de modo admirável por Moreira de Sá.

No final foi feita uma imensa ovação ao grande músico, principal organizador destes concertos, Moreira de Sá.

O nosso aplauso mais entusiástico."

O *Diário da Tarde* do dia seguinte ao concerto fala nestes termos: "**Concertos populares** – Teve o êxito mais animador a inauguração dos concertos, realizada ontem às duas horas da tarde, no Teatro Águia de Ouro pela " Associação musical de concertos populares a grande orquestra." Público muito numeroso e atento, que aplaudiu com calor e por vezes com entusiasmo, o ecléctico programa.

A 1ª parte do concerto foi preenchida com a execução integral da 1ª "Sinfonia" de Beethoven.

O "andante" cheio de encanto e delicadeza, e o "Menuetto" foram os números que mais agrado despertara, dispensando o público uma calorosa ovação à orquestra, no final da sinfonia.

A orquestra, que contem muitos dos nossos melhores artistas, sob a direcção conscienciosa do ilustre violinista snr. Moreira de Sá, revelou a melhor boa vontade e o mais elevado interesse na compreensão e na execução das obras que compunham o curto programa, sendo alvo de calorosa e animadora ovação com que o público premiou os esforços do regente e dos executantes."

Finalmente, o jornalista de *O Norte*, teve as seguintes palavras: "**Teatro Águia d'Ouro** – Anteontem, com uma concorrência numerosa, realizou-se o primeiro concerto popular, promovido pela associação musical de concertos populares, sob a regência de Moreira de Sá.

Esta tentativa, digna de todos os elogios, representa para o nosso meio um esforço considerável e é de esperar que o público compreenda o intuito nobre e generoso que levou os artistas portuenses a iniciarem esta espécie de espectáculos, embora à custa dos maiores sacrifícios. É com o maior júbilo que registamos a organização desta empresa tão necessária à educação da maioria do nosso público, que muito dela carece sobre assuntos artísticos. E, na realidade, o público deu o seu concurso de boa vontade e reconhecendo os serviços prestados soube mui justamente dispensar-lhe os seus aplausos."

2º CONCERTO:

O segundo concerto realiza-se no Domingo seguinte, dia 17 de Junho, com o seguinte programa:

1ª parte:

Beethoven – 3ª Sinfonia (Sinfonia Heróica para celebrar a memória de um grande homem).

I Allegro com brio

II Marcha fúnebre

III Scherzo

IV Final

" Leitor assíduo de Homero e Plutarco, Beethoven sentia ardente admiração pelo génio do jovem general Napoleão Bonaparte que ele igualava aos maiores consules da República romana. Foi para celebrar o grande homem que Beethoven compôs esta 3ª Sinfonia. O Allegro com brio (I) mostra-nos o herói na sua luta e potente esforço , na plenitude da actividade

vitoriosa. Entretanto, Napoleão faz-se proclamar imperador; então Beethoven conheceu que o herói era um egoísta ambicioso que só pensava em se elevar acima dos outros homens para os tiranizar. Com esta desilusão, o herói morreu para Beethoven , que lhe faz esplendidas exéquias na Marcha fúnebre (II) . No Scherzo (III) Beethoven sugere- nos a imagem desses chefes de Estado que, unicamente preocupados de si mesmos, passam ao som da fanfarra, indiferentes e gracejando, ao lado dos mais altos interesses sociais. No final (IV) os povos correm a levantar um grande monumento que o celébre perduravelmente o herói ideal – a grandeza moral."

2ª parte

Mendelssohn – Abertura do Sonho de uma noite de Verão.

Sinding – Dança oriental. Peça para piano orquestrada por Moreira de Sá.

Wagner – Marcha imperial.

Em relação a este segundo concerto, a opinião dos que assistiram e a quem posteriormente coube a tarefa de analisá-los, não podia ser mais animadora.

O Primeiro de Janeiro, Junho de 1900:

" **Segundo concerto popular** – Diz o povo que o sol quando nasce é para todos – e nada melhor do que o êxito crescente dos concertos populares organizados sob a direcção de Moreira de Sá. A ideia de que a arte é uma espécie de maçonaria apenas acessível aos iniciados, é uma das mais funestas e dissolventes, porque tende a apoucar miseravelmente um dos meios poderosos de acção e uma das fontes mais vivas de prazer que o homem pôde pôr ao serviço do homem. E é uma felicidade piramidal, como puderam ver os que assistiram ao concerto de Domingo, como ao concerto anterior, em que o público, unanimemente, se mostrou profundamente emocionado, e

precisamente perante Beethoven e Wagner – as duas figuras colossais que balizam o movimento de música sinfónica do presente século. Sinfónica é o verdadeiro termo, mesmo falando de Wagner, cujo génio teatral a desenvolveu sob aquela forma, e cujas óperas constituem, permita-se a expressão, o tipo de da sinfonia dramática.

Ora acontece que o público, desconhecedor de teorias e filosofias e entregue ao seu instinto inteligente, se deixou empolgar pela formidável concepção desse mundo que é a " sinfonia heróica " e desse deslumbrante hosana que é a " Marcha Imperial ". O público sentiu bem essa grandeza, a profundidade e a nobreza das duas concepções – porque, como diz o povo, e muito bem, o sol nasce para todos.

A concorrência, regular no primeiro concerto, foi muito maior no segundo, e maior será nos seguintes, queremos crê-lo, porque a semente está lançada e desmoronada a lenda da arte para entendidos.

A execução foi muito brilhante e unida. "

O Norte, Junho de 1900:

" **Teatro Águia de Ouro** – Realizou-se no Domingo o segundo concerto popular. A concorrência era mais numerosa, tanto nas plateias, como nos camarotes, onde se via grande número de senhoras.

O programa foi cumprido à risca.

A terceira *sinfonia* de Beethoven foi bem interpretada, especialmente nos dois primeiros tempos, obtendo a *marcha fúnebre* uma ovação; assim como a *Marcha Imperial* de Wagner, constituindo ambos os trechos um verdadeiro êxito de entusiasmo.

Em geral o concerto decorreu muito melhor que o antecedente, portando-se por vezes a orquestra, habilmente dirigida pelo sr. Moreira de Sá, duma maneira irrepreensível, constatando nós, *noblesse oblige*, que o público está a compreender o educativo trabalho dos artistas portuenses."

Diário da Tarde, de 19 de Junho de 1900:

" **Concertos Populares** – Anteontem, no Teatro Águia de Ouro, efectuou-se o 2º concerto a grande orquestra da Associação musical de concertos populares, sob a regência do ilustre violinista snr. Moreira de Sá.

Não há dúvida de que o interesse por estes concertos aumenta gradualmente, pois que a concorrência era muito maior que a que afluiu ao primeiro. A peça capital do programa era a " Sinfonia Heróica " de Beethoven, imensa concepção do génio imortal do maior de todos os músicos.

A execução da obra produziu, como era de esperar, enorme sensação.

A " Marcha Imperial ", de Wagner, fechou a bela sessão com toda a importância e majestade da sua arte excepcional.

O rigor com que a peça foi executada, fizeram dela um dos grandes sucessos deste concerto.

O público aplaudiu calorosamente os apreciáveis esforços da orquestra e do seu regente, snr. Moreira de Sá, e temos esperança de que a concorrência crescente compensará condignamente os seus trabalhos."

3º CONCERTO

4ª feira,20 de Junho

Programa

1ª parte

Mendelssohn – Marcha nupcial do sonho de uma noite de Verão.

Borodine – Cena nos desertos da Ásia Central.

Haydn – *Allegretto* da Sinfonia militar.

Saint-Saens – Dança de Gipsy.

2ª parte

Beethoven – Sinfonia em dó menor (Nº 5)

I Allegro com brio

II Andante com moto

III Allegro e

IV Final

Jornal de Notícias, 20 de Junho de 1900:

" **Águia de Ouro** – Hoje, neste teatro, o terceiro concerto popular, cujo programa é brilhantíssimo.

A iniciativa de Moreira de Sá é tão simpática, tão moderna, tão digna de aplauso por todos aqueles que se interessam pelas questões de arte, que mal fora não lhe premiar devidamente o público, com a sua presença, tamanho esforço e tão decidido desejo de vulgarizar a música dos grandes mestres. "

O Comércio do Porto, 21 de Junho de 1900:

" **Concertos populares** – A terceira sessão promovida pela Associação musical de concertos populares a grande orquestra, verificou-se ontem à noite no Teatro Águia de Ouro, com um belo êxito, não inferior ao alcançado anteriormente.

A segunda parte constou da " Sinfonia em *dó menor* " (nº 5) de Beethoven. Não andamos longe da verdade, dizendo que esta concepção musical, pela grandiosidade, brilhantismo e melodia, causou em toda a assistência verdadeiro entusiasmo.

Toda a execução foi primorosa, sendo por isso justíssimos os aplausos uníssonos e vibrantes com que o público compensou os grandes esforços empregados pelo mestre, Moreira de Sá, e pelos executantes, que assim vão, todos, contribuindo para a evolução progressiva da divina arte da música. "

Jornal de Notícias, 22 de Junho de 1900:

" **O 3º Concerto popular** – Realizou-se anteontem o terceiro concerto popular, promovido pelo distinto grupo de professores que, com Moreira de Sá à frente, tomou sobre os seus ombros a difícil e louvável tarefa de despertar o gosto pela música, proporcionando ao público a audição das mais belas peças dos grandes compositores.

O programa foi rigorosamente cumprido, sendo "bisada " a extravagante " Dança da Gipsy , de Saint-Saens, toda cheia de colorido e impregnada de uma estranha dolência oriental. Na 2ª parte, ouviu-se, magnificamente executada, a Sinfonia em " dó menor " (nº 5) de Beethoven. Esta peça, escutada num silêncio religioso, foi coberta de aplausos pelo selecto público que assistiu ao concerto.

Verdadeiramente esmagador este trecho de música, marca bem a formidável envergadura do artista que o criou, o grande Deus Triste, na frase deliciosa de Antero! "

4º CONCERTO

Sexta – feira 22 de Junho

Programa

1ª parte

Beethoven – 5ª Sinfonia (*em dó menor*)

I *Allegro com brio*

II *Andante com moto*

III *Allegro* e

IV *Final*

2ª parte

Beethoven – *Marcha fúnebre* da Sinfonia Heróica.

L. Miguéz – *Ave, libertas!* Poema sinfónico.

Esta composição do eminente director do Instituto Nacional de Música do Rio de Janeiro obedece à seguinte ideia poética:

A esperança da liberdade é vaga e incerta porque o povo geme soba opressão do despotismo. O murmurar e a impaciência dos sedentos de liberdade aumenta de momento para momento; o sentimento de da revolta acentua-se e propaga-se estalando em cóleras formidáveis. No meio da agitação popular, que som é esse que se ouve ao longe! Indizível momento de ansiedade e incerteza! Mas já se distingue o rumor das fanfarras, sinal da liberdade. Renascem a esperança e o entusiasmo, e ao som da marcha triunfal o povo grita: Viva a liberdade, *Ave, Libertas!*

O Comércio do Porto, 23 de Junho de 1900:

" **Concertos populares** – Magistral o concerto de obras sinfónicas, ontem de tarde realizado no Teatro Águia de Ouro, sob a regência do eminente professor Moreira de Sá, não só quanto à selecção do programa, como relativamente à execução.

O público, que era muito numeroso, continua a festejar a inspiradíssima sinfonia em *dó menor* (nº 5), de Beethoven, bem como a característica marcha fúnebre, de uma superior factura, da sinfonia heróica do mesmo genial compositor, o maior dos músicos.

A orquestra executou por último, com encantador brilhantismo, o poema sinfónico " *Avé, Libertas!* " do eminente compositor brasileiro Miguéz.

Esta peça é na verdade uma excepcional obra de arte, cheia de esmaltes que arrebatam, estando à altura da reputação do respeitado director do Instituto Nacional da Música do Rio de Janeiro. O público acolheu-a em triunfo, com um grande entusiasmo."

O Primeiro de Janeiro, 23 de Junho de 1900:

" **Quarto concerto popular** – Ontem o quarto concerto no Águia de Ouro, com a Quinta sinfonia, a marcha fúnebre da sinfonia heróica, e o " Avé, Libertas! " do talentoso compositor brasileiro Miguéz.

Peças conhecidas e já aclamadas, obtiveram um êxito brilhantíssimo, sendo coroadas pelas unânimes ovações da sala. O êxito dos concertos populares, ficou, além disso, consagrado, e aberto o caminho para futuros empreendimentos. A concorrência avolumou de concerto para concerto, e ontem a assistência excedeu sensivelmente a das sessões anteriores.

É que o nosso público é muito mais bem dotado do que se imagina, e acessível à inteligência das obras que se impõem dum modo superior. E a prova aí está para os incrédulos. "

Diário da Tarde, 23 de Junho de 1900:

" **Concertos populares** – O quarto concerto efectuado ontem pela Associação musical dos " Concertos populares", atraiu grande concorrência ao Teatro Águia de Ouro, onde se passaram duas horas agradabilíssimas.

O programa já era conhecido e proporcionava a Segunda audição da 5ª Sinfonia, de Beethoven, e da imponente " Marcha fúnebre ", da Heróica, fechando com o poema " Avé, Libertas!" do compositor brasileiro Leopoldo Miguéz.

O público aplaudiu calorosamente o snr. Moreira de Sá e todos os executantes. "

5º E ÚLTIMO CONCERTO

Quarta-feira, 27 de Junho

Programa

1ª parte

1 – Grieg – Danças norueguesas, orquestradas por Moreira de Sá.

2 – Schubert – *Andante com moto* da Sinfonia incompleta.

3 – Beethoven – Abertura nº 3 da ópera Leonor (*Fidélio*).

4 – Wagner – Idílio de Sigfredo (*Siegfried Idyll*)

2ª parte

5 – Beethoven – *Larghetto* da 2ª Sinfonia.

6 – Saint-Saens – Dança da Gipsy.

7 – Godard – Gavotte.

8 – Wagner – Marcha imperial.

O Comércio do Porto, 28 de Junho de 1900:

" **Concertos populares –** Fechou-se ontem brilhantemente, no teatro Águia de Ouro, a 1ª série de concertos populares, sob a regência do professor e violinista Moreira de Sá.

No programa figuraram composições do mais subido valor de autores glorificados, como: Grieg, Beethoven, Schubert, Saint-Saens e Godard. Todos esses belos trechos tiveram uma execução magnífica, sendo vibrantes e persistentes os aplausos, dos quais partilhou Moreira de Sá, que como professor e violinista, tem um nome consagrado tanto no nosso país como nas cidades do estrangeiro onde se tem feito ouvir."

O Norte, 28 de Junho de 1900:

" **Concertos populares –** Realizou-se ontem o quinto e último concerto popular dirigido pelo ilustre artista snr. Moreira de Sá.

A concorrência era grande e maior do que a dos concertos antecedentes, o que vem demonstrar que o público vai compreendendo e auxiliando a tentativa desta empresa. O programa foi cumprido à risca, obtendo todos os trechos um verdadeiro êxito. Entretanto devemos frisar a *Dança da Gipsy*, que foi bisada. A *Marcha Imperial*, de R. Wagner causou verdadeiro delírio.

A orquestra portou-se bem, sendo bem aplaudido o seu director Moreira de Sá, a quem de novo consignamos aqui o nosso aplauso pelo empreendimento com que arca e que tão excelentes resultados deu. "

O Primeiro de Janeiro, 28 de Junho de 1900:

" **Concertos populares** – Realizou-se ontem no teatro águia de Ouro o último destes interessantíssimos concertos, sendo o mais concorrido de todos, justificando-se assim a previsão que fizéramos quando afirmamos que a nossa gente havia de manifestar-se progressivamente, secundando uma tão louvável tentativa. Viu-se o resultado: o generoso e patriótico esforço de Moreira de Sá, nesta orientação educativa, foi coroado do melhor êxito, compreendendo afinal o público que se procurava guiá-lo para a clara inteligência da verdadeira arte.

Ontem a orquestra foi aplaudida calorosamente em toda a interpretação do variado programa, organizado com superior critério por Moreira de Sá; e teve de bisar a " Dança de Gipsy ", cuja execução nítida e brilhante foi de novo recompensada com palmas.

Felicitamos sinceramente Moreira de Sá e todos os executantes, e fazemos votos porque na próxima época a continuação destes concertos corresponda ao prometedor início que tiveram. "